

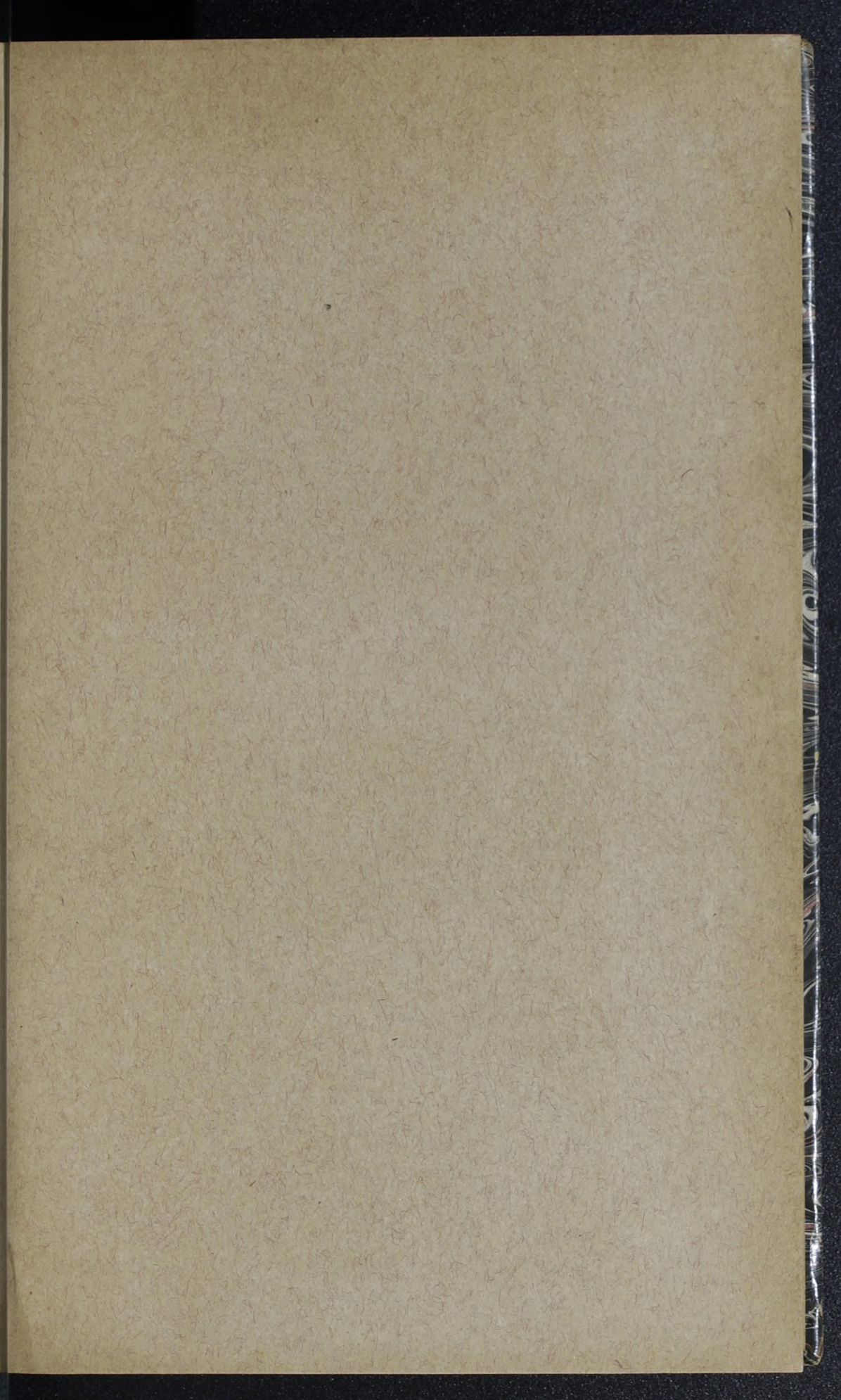


ENCADERNAÇÃO  
E BOURAÇÃO



ALAMEDA JUSIS  
TEL. 24.741  
SÃO PAULO











Pertencendo a Viçosa  
The Museu Souza

exposiçaõ de  
Viçosa Souza  
QUADROS

DA

HISTORIA COLONIAL DO BRAZIL

BIBLIOTECA MUNICIPAL  
"ORIGENES LESSA"

Nº 20.817

BIBLIOTECA MUNICIPAL "ORIGENES LESSA"  
Lencóis Paulista - SP



## OBRAS DO MESMO AUTOR JA PUBLICADAS

---

### HISTORICAS

Historia da fundação do imperio brasileiro, desde 1808 até 1810, — 2. <sup>a</sup> edição corrigida e augmentada.	5 tomos
Curso da historia dos differentes Estados da America.	1 —
Nacionalidade, lingua e litteratura de Portugal e do Brazil. . . . .	1 —
Varões illustres do Brazil desde os tempos coloniaes, — 3. <sup>a</sup> edição corrigida e augmentada. . . . .	2 —
Christovam Colombo e o descobrimento da America.	1 —
A historia e a legenda. . . . .	5 —

### LITERARIAS

Littérature portugaise, son passé et son état actuel.	1 —
Filinto Elisio e sua epoca . . . . .	1 —
Considerações sobre a poesia épica e a poesia dramatica . . . . .	1 —
Obras litterarias e politicas . . . . .	2 —

### POLITICAS

Situation politique et économique de l'Empire du Brésil. . . . .	1 —
Discursos parlamentares. . . . .	2 —

### DE PHANTASIA

Jeronymo Côte Real, chonica do seculo 15 <sup>o</sup> . . . . .	1 —
Manoel de Moraes, chronica do seculo 17 <sup>o</sup> . . . . .	1 —
D. João de Noronha, chronica do seculo 18 <sup>o</sup> . . . . .	1 —
Aspasia, 2 <sup>a</sup> edição. . . . .	1 —

---



S. Paulo. 1-1-824

*Vicente F. ...*

QUADROS  
DA  
HISTORIA COLONIAL  
DO BRAZIL

PELO  
CONSELHEIRO  
J. M. PEREIRA DA SILVA

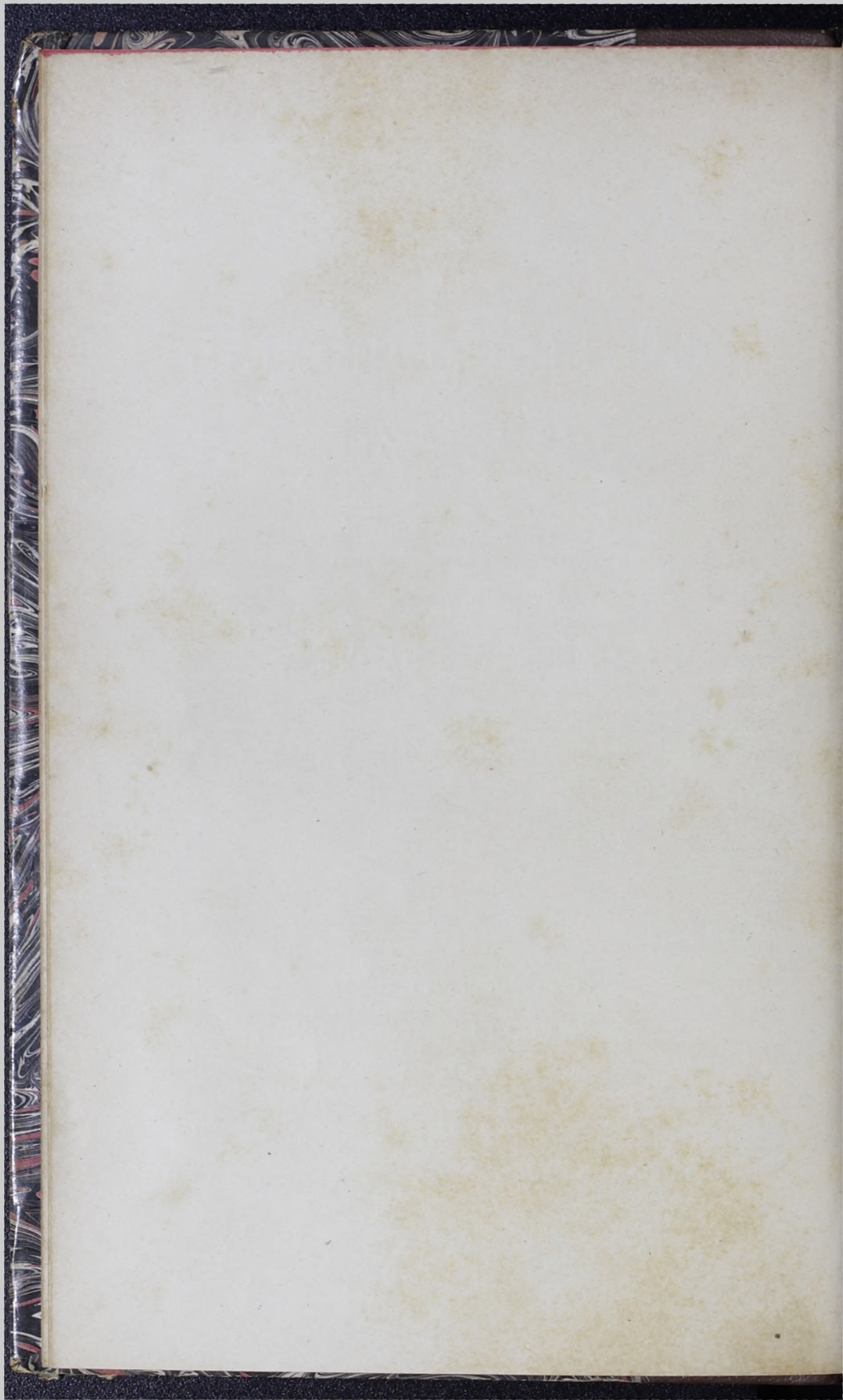


BIBLIOTECA MUNICIPAL  
"ORIGENES LESSA"  
Tombo N. 26817

RIO DE JANEIRO  
H. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR  
71, RUA DO OUVIDOR, 71  
e  
6, RUA DOS SAINTS-PÈRES, 6  
PARIS

BIBLIOTECA MUNICIPAL "ORIGENES LESSA"  
Lancie Paulista - 85







## PROLOGO

---

Alargaram-se infinitamente os horizontes da historia no correr do seculo xix. Não se satisfazem hoje os leitores com narrativas de factos, noticias genealogicas, menção de datas, descripção de conflictos, batalhas, conquistas e revoltas, apontamentos de tratados diplomaticos, traços de personagens celebres, exame de instituições e leis, e conceitos philosophicos semeados em phrases elegantes. Exigem informação minuciosa dos costumes, do viver, do sentir, do pensar e do crer das gerações passadas ; conhecimento cabal da existencia simultanea e das relações reciprocas das classes superiores, medias e infimas, em que as sociedades se dividiam ; painel exacto e colorido do que foram com seus matizes, suas condições, suas paixões e seus usos peculiares.

Sob tão interessantes pontos de vista, tornou-se a historia a primeira das sciencias moraes e politicas, e seus modernos cultores excedem em lição aos mais afamados da antiguidade Grega e Romana



e aos que lhes succederam e foram justamente apreciados em tempos anteriores á nossa era.

Não podem, todavia, as historias geraes e parciaes de nações e periodos distinctos resuscitar dos sepulchros as gerações já extinctas; galvanisalas physica e moralmente, e photographal-as na physionomia e na alma, como se vivas se nos mostrassem.

Falta-lhes espaço e oportunidade para referir successos grandes e conjunctamente incidentes pequenos, cujo amalgama é que despede os raios de luz, que lhes illuminam os horizontes. Por mais insignificantes que ás vezes pareçam muitos acontecimentos, influem não raro na marcha progressiva das sociedades, porque entranham-se no seu amago, penetram em seu coração e modificam-lhes necessariamente as condições. Entrelaçados uns aos outros, todos, maiores e menores, concorrem para aclarar não sómente as causas que actuaram como tambem para explicar suas infalliveis consequencias.

Para se supprirem as lacunas das historias geraes e parciaes, são indispensaveis as monographias, quando desempenhadas com criterio e escrupulo.

Introduzem-se as monographias no seio das gerações cujos traços e existencia pretendem descrever, sondam-lhes o intimo das consciencias com o escalpello da analyse; apanham-lhes ao vivo o pulsar do sentimento e as orientações do



espírito ; descortinam-lhes as alegrias e os tormentos, os enthusiasmos e as decepções ; despojam-nas de ficções e legendas, inventadas ou por exagerado patriotismo, ou pela phantasia natural dos homens ; revelam o fundo dos caracteres, e descortinam os instinctos, caprichos e tergiversações dos personagens que se salientaram na scena social ou politica, e elucidam, finalmente, a historia com elementos que a tornam real e não conjectural, verdadeira e não imaginativa, sincera e não partidaria, completa e não deficiente.

Reconstruiu Jorge Cuvier em effigie as especies de animaes que primitivamente existiram no mundo, e que desapareceram com as evoluções da terra. Recolhendo e collocando no logar que lhes cabia, as ossadas confusas e dispersas que havia encontrado, prestou-lhes, não o sopro da vida, que lhe era impossivel, mas as formas de que a natureza os revestira.

Applicado seu methodo, que é uma perfeita esgrima intellectual, ao exame e comparação dos documentos, memorias, tradições, chronicas e vestigios ainda subsistentes das trevas mysteriosas do passado, avocam as monographias um desenvolvido panorama que reproduz seu fiel scenario, despido de prejuizos e de erros que a desvirtuam.

Não deleitarão, talvez, como os romances e novellas, cuja leitura parece preoccupar quasi exclusivamente as gerações modernas. Instruirão, porém, muito quem procura unir o util ao agra-



davel, e o prazer dos sentidos ás vantagens do saber.

São hoje os livros pouco lidos. Parecem unicamente reservados para ornamento das bibliothecas, enfileirados nas estantes e apontados pelos titulos ; semelhantes ás campas dos cemiterios que em epitaphios lembram os mortos ahi encerrados.

É que as folhas soltas que se denominam Gazetas e que se derramam copiosa e diariamente por entre o vulgo, expellem o livro, pode-se dizer, mataram-no. Publicando noticias dos successos occurrentes no mundo ; relatando o que mais attrahe o interesse momentaneo dos leitores, no tocante ás suas necessidades immediatas, correspondendo ao gosto de uma época de quasi exclusivo mercantilismo referindo anedotas adaptadas a todos os paladares ; e prestando mais ou menos ligeiras e superficiaes noções das sciencias, das letras e das artes que saciam a curiosidade dos leitores, constituem as gazetas seu alimento intellectual, e o dispensam de uma leitura accurada.

Para que o livro seja procurado em nossos dias, carece de percorrer previamente em trechos escolhidos as paginas das gazetas, ser por ellas apregoado e então conseguir a attenção do publico.

Attendi em parte a esta circumstancia. No *Journal do Commercio, do Rio Janeiro*, inseri algumas monographias da historia patria. Enfeixo-as agora n'esse pequeno volume e annexo-lhes outras ineditas acerca de episodios mal comprehendidos, im-



perfeitamente explanados e não raro ignorados pelos nossos historiadores. Reduzidas a livro, não se percam como as folhas volantes que benevolmente lhes serviram de abrigo.

Serão apenas pedras soltas, e materiaes dispersos; podem, todavia, aproveitar aos engenhos mais habilitados para que levantem um verdadeiro edificio historico que nossos compatriotas precisam e reclamam com tanto fervor quanta estimação da patria e zelo das letras, que a honram mais que victorias e trophéos de conquistadores.

Recolhido á solidão e ao isolamento, após uma vida trabalhada e longa, passada nas lides da politica activa em quanto perdurou o reinado de D. Pedro II, restam-me unicamente as letras para entretenimento e consolo.

Dedicado a seu cultivo desde a juventude, sorriem-me ellas ainda na adiantada idade de quasi octogenario; e amenisam-me nas amarguras dos ultimos dias da existencia que a Providencia divina me reserva ainda no mundo.

Rio de Janeiro, Março de 1895.







QUADROS  
DA  
**HISTORIA COLONIAL**  
**DO BRAZIL**

---

I

MARTIM AFFONSO DE SOUZA E A PRIMEIRA  
POVOAÇÃO PORTUGUEZA

Deve muito o Brazil a Martim Affonso de Souza. Foi o primeiro capitão portuguez que fundou povoações regulares no seu territorio; que tratou de cultivar o sólo, transportando da Europa plantas preciosas, e acclimando-as na terra virgem e uberrima da America.

Credora de attenção deve, pois, ser sua memoria sob tão importante aspecto.

Francisco Adolpho Warnhagen, indefesso pesquisador de documentos e que tão consideravelmente têm aclarado os annaes do Brazil, e modificado as narrativas dos antigos chronistas, encarou-o unicamente pelo lado favoravel á America, e deixou no escuro seus feitos nos mares e costas do Indostão.

Em sentido identico, caminharam os escriptores portuguezes, que mencionaram seu nome, e chega-nos assim

nos livros impressos uma noticia incompleta de tão notavel varão.

Examinámos, por nossa parte, informações e memorias avulsas; compulsámos os annaes das Indias portuguezas; lêmos as queixas e representações dos povos acerca dos vice-reis e chefes que as administraram, e pensamos poder com imparcialidade e exacção referir suas acções, descrever seu character, revelar seu espirito, separando o que merece elogios de quanto nodôa-lhe o procedimento, e ao mesmo tempo pintar seus relevantes serviços á America Portugueza.

Pertencia Martim Affonso á familia Mendes de Souza que ufanava-se de linhagem antiga, segundo o dizer de Antonio de Macedo. Fôra seu pai, Lopo de Souza, alcaide-mór de Bragança, e cavalheiro muito estimado d'El-Rei D. Manuel de Portugal.

Não foi-nos possivel descobrir em que anno e em que localidade nascera; parece, porém, que viera ao mundo antes de raiar o seculo XVI, pois que em 1500 está provada a data em que veio ao mundo seu irmão mais moço, de nome Pero Lopes de Souza, que figurou igualmente, e com lustro, em guerras e explorações maritimas. Provavel é que a cidade de Bragança fosse o berço de ambos, pois que em seu termo existia o solar da familia dos Souzas.

Applicou-se Martim Affonso á carreira das armas, como era uso dos fidalgos do seu tempo. Estudára, porém, na Universidade de Salamanca, e entrou como pagem no serviço do infante D. João que occupou o throno de Portugal por morte de D. Manuel, e tomou o nome de João III, antes que fosse admittido nas fileiras do exercito.

Seguindo o exemplo de seu antecessor cuidava D. João III não só das conquistas das Indias asiaticas, como da ex-



ploração das novas terras descobertas pelos Portuguezes na America (1), e que chamadas ao principio ilha de Vera-Cruz, depois Santa-Cruz, tomaram por fim o nome de Brazil, por causa da quantidade de madeira assim appellidada, que encontrava-se abundante em seu solo, e que alimentava importante commercio na Europa, até então importada sómente da Asia e da Africa.

Como eram as possessões portuguezas da America assaltadas e depredadas constantemente por alguns europeus, particularmente francezes, que armavam navios, abriam relações com os gentios das costas do Brazil, traficavam, e formavam estabelecimentos proprios, resolveu D. João III repellil-os, de seus dominios, perseguindo-os, exterminando-os e ao mesmo tempo fundando no solo nucleos de povoação portugueza para garantia do futuro.

Aprestada uma armada de cinco caravellas de guerra e tripuladas com quatrocentos marinheiros e soldados, confiou-a D. João III a Martim Affonso com instrucções de explorar as costas do Brazil do Norte para o Sul, tomar inteira posse das terras, empregar a força contra os estrangeiros que encontrasse em seus mares e fundar nucleos de colonisação que garantissem o direito das descobertas e conquistas de Portugal.

A 3 de Dezembro de 1530 partio do Tejo a frota. Trazia colonos de ambos os sexos e degradados para fundar estabelecimentos permanentes. Refrescou nas Canarias e Cabo Verde e rumou depois para o sudoeste.

Ao avistar o Cabo de Santo Agostinho, descobriu Martim Affonso tres navios francezes. Aprisionou-os imme-

---

(1) Vide capitulo : Pedro Alvares Cabral, — no 2º vol. da *Historia e da Legenda*.

diatamente, e encontrou á seu bordo páo Brazil e bastantes munições de guerra.

Abrigando-se em uma enseada, remetteu uma caravella para Lisboa a dar noticias do feito, e duas, ás ordens de Diogo Leite a explorar a costa do Maranhão, ordenando-lhe voltasse depois para Porto-Seguro, onde o esperaria.

Proseguio viagem á vista de terra, penetrou na Bahia de Todos os Santos e aprisionou ainda ali um navio francez, que annexou á sua frota.

Foi na Bahia, segundo o relatorio de Pero Lopes, que encontrou-se um Portuguez, de nome Diogo Alvares, celebrizado depois nas legendas com o nome de Caramurú que adoptára, e que vivia tranquilla e amistosamente no meio da tribu dos Tupinambás, senhores do solo (1).

Depois de descansar no Porto Seguro, continuou Martim Affonso para o sul, passou por diante do Cabo-Frio e entrou na bahia do Rio de Janeiro.

Como fôra pelos Portuguezes descoberta anteriormente esta parte do Brazil no correr de Janeiro, figurando-se lhes a bahia um vasto rio que desaguava no oceano, tinham-lhe dado o nome de Rio de Janeiro, trocando-o pelo de Nithe-rohy ou Guanãbara, que lhe applicavam differentemente o francez Lery e o escriptor portuguez Brito Freire.

Desembarcou alguma gente em uma pequena ilha que parece ser fronteira da praia, hoje denominada S. Christovam; travou pazes com os indigenas da tribu Tamoyo, que habitava as terras, e construiu uma casa forte para officina de concertos e necessidades dos seus navios. Logo que concluiu os aprestos precisos e recebeu aguada

---

(1) Vide capitulo : Diogo Alvares, o Caramurú, — no 1º vol. da *Historia e da Legenda*.



e mantimentos, que lhe prestaram os gentios, proseguio em sua róta, para desempenhar as instrucções que lhe haviam sido transmittidas, de reconhecer particularmente as margens do Rio da Prata, que se diziam occupadas por Hespanhóes, quando os reis portuguezes consideravam-n'as suas, visto que se achavam na zona demarcada no tratado de Tordesilhas, de 1494.

Explorou Sepetiba, Angra dos Reis, S. Sebastião, as costas da Bertióga e descansou depois em Cananéa. Saltando em terra, encontrou alguns Hespanhóes naufragados e um bacharel portuguez, que declarou estar alli degradado havia já alguns annos.

Recolheu-os todos a bordo dos navios, e continuou para o Sul. Tomou alturas na ilha de Santa Catharina, e depois achou-se defronte da embocadura septentrional do rio da Prata, assim denominado por Sebastião Caboto, enviado em commissão da Hespanha, logo que se obteve noticia de que seu primeiro descobridor, Dias de Solis, fôra trucidado pelos indigenas, ao pretender desembarcar em suas terras.

Defronte do cabo chamado Santa-Maria, que fecha a costa do Norte, naufragaram a capitanea e outro navio, batendo em baixios que formam as aguas do rio. Não podendo salvar os navios, viram-se obrigados Martim Affonso e equipagens a nadar para terra, afim de escaparem a morte infallivel quando conservados a bordo. Bem que se afogassem alguns homens da tripulação, abrigaram-se os demais nas costas, e ahi esperaram auxilios dos outros navios.

Soccorreu-o seu irmão Pero Lopes, e transferiram-se os naufragados para as embarcações que não tinham corrido perigo.

Como os ventos e os mares revelavam-se perigosos,

estavam bastantemente deteriorados os navios, e havia falta de mantimentos; por conselho dos capitães e pilotos, que Martim Affonso convocou e ouviu, resolveu o capitão-mór, que para a exploração do rio da Prata bastava uma das caravellas, e que era-lhe conveniente retroceder para o Norte, em procura de localidade adaptada para nucleo da povoação portugueza, que fundasse, em execução das ordens de D. João III.

Escolheu, pois, a embarcação mais apropriada para a empreza, confiou-a a Pero Lopes, e ordenou-lhe revistasse as margens do rio, não gastando mais de um mez nos seus exames; e seguisse depois para a ilha denominada das Palmas, ao sul e proxima da Santa Catharina, para onde se recolhia a esperal-o.

Teria decorrido pouco mais de um mez quando na ilha das Palmas reunio-se Pero Lopes a Martim Affonso, depois de ultimada a commissão de que fôra encarregado.

Deu-lhe noticia de que subira o rio da Prata, acompanhando sua margem esquerda. Examinára os sitios depois chamados Maldonado e Montevidéo, as ilhas dos Lobos e de Martim Garcia, a peninsula do Sacramento, e as boccas do Paraná, e não descobrindo vestigios de estabelecimentos hespanhóes, e nem logrando abrir relações com os indigenas por muito bravios, e refractarios a todo o contacto de estrangeiros, considerára desempenhada sua commissão

Resolveu Martim Affonso executar então a parte de suas instrucções que determinavam-lhe a fundação de uma colonia, que com o tempo attrahisse emigração portugueza.

Foi margeando a terra para o Norte até que deparou uma ilha coberta de espesso e formoso arvoredado, commu-



nicando-se com o continente por um estreito ou rio que offerecia facilidade de entrada e abrigo seguro para os navios que formavam sua esquadra.

Havia já decorrido mais de um anno depois de sua partida de Lisboa : gastará todo o tempo em explorações e exames das costas. Não se revelava essa ilha apropriada para o fim designado nas ordens regias? Principiava o anno de 1532, e estava-se no mez de Janeiro.

A 22 desembarcou Martim Affonso sua gente na ilha, e deu-lhe o nome de S. Vicente, por ser o dia dedicado no calendario a santo tão estimado da christandade.

Demarcou o terreno para uma cidade; riscou ruas e praças; distribuiu o solo; mandou construir casas; nomeou officiaes para administrar a justiça e repartio as terras dos arredores por pessoas encarregadas de lavrarem, e cultivarem, com privilegios de sesmeiros.

Iniciou amigaveis tratos com os gentios Goyanases que encontrou, mansos e benevolos : coadjuvou-o na empreza um Portuguez, de nome João Ramalho, que ali naufragára, e que adoptára a vida selvagem, casára-se e tornára-se muito estimado dos indigenas.

Depois de fundar S. Vicente, e por conselhos de João Ramalho, tratou de subir as serras elevadas que avistava, e de formar segundo nucleo de colonisação no interior do solo.

Para ali dirigio explorações, e em sua elevada eminencia deparou sitio excellente, proximo ao riacho appellidado pelos indigenas Piratininga, cujo clima e atmosphaera pura e sadia enthusiasmaram os exploradores. Ao receberem-se em Portugal as noticias, resolveu D. João III distribuir em lotes de terra todo o solo do Brazil, doal-o a pessoas de importancia e estima, impondo-lhes a condição de crear

povoações e cultivar o solo. Como os antigos feudos da idade media considerar-se-iam hereditarios.

Entre os predilectos do rei não podia deixar de ser Martim Affonso incluído. Tocaram-lhe cem leguas de costa marítima desde o rio Macahé até Cananéa, e abrangeu sua concessão Cabo Frio, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Paraty, São Sebastião e São Vicente. Segundo alguns chronistas, foi o seu foral o primeiro assignado por D. João III em 1532.

A todos os agraciados com donatarias de terras brasileiras, impunham-se as clausulas de colonisarem o solo; fundarem povoações; estudarem-lhe as bacias hydrographicas; governarem a seu talante; concederem sesmarias a particulares comtanto que fossem christãos; nomearem todos os empregados administrativos, judicarios e militares; crearem alcaidarias; monopolisarem marinhas e cursos de aguas doces; decretarem e cobrarem impostos por si ou seus delegados; e gozarem de dispensa de entradas de corregedores da corôa em seus dominios. Cumpri-lhes pagar certos e determinados tributos ao thesouro da metropole sobre as rendas e produções, e reconhecer a suzerania do monarcha como maior autoridade e superior, que, unica, podia tomar-lhes contas e fiscalisar os procedimentos por intermedio de delegados regios.

Não perdeu tempo e nem poupou diligencias o donatario de S. Vicente em desenvolver os recursos de suas propriedades. Publicou regulamentos policiaes e administrativos; nomeou funcionarios para exercerem os empregos creados; dividio terras em lotes para serem cultivadas convenientemente; mandou buscar á ilha da Madeira a canna de assucar, e a Portugal sementes de varias especies de generos alimenticios; casaes de emigrantes camponios



e agricolas, obreiros, animaes domesticos e instrumentos de trabalho. Animava, incitava o zelo dos seus subordinados, e via com prazer progredir a colonia.

Foi, portanto, S Vicente, situado na parte meridional da ilha de seu nome, e á curta distancia da terra firme, a primeira povoação portugueza no solo brasileiro. Cresceu desde o principio em numero de habitantes, em edificação de casas, em extensão de lavouras e em levantamento de engenhos. Relacionaram-se os colonos com os indigenas Goyanazes e seu chefe Tiberiçá por intermedio do Portuguez naufragado João Ramalho que dispunha de influencia sobre os gentios selvagens. Foram-se a pouco e pouco internando pelos sertões e galgando a cordilheira de montanhas, que á vista se descortinavam, e fundando estabelecimentos e povoação na eminencia da serra.

Entendeu, no emtanto, Martim Affonso conveniente dirigir-se pessoalmente á Metropole, no intuito de reunir e escolher maior somma de elementos para seu beneficio, visto que achava-se instruido sobre suas necessidades.

Deixou um preposto á frente do seu estabelecimento e partio para Lisboa.

Resolveu, no emtanto, D João III aproveitar os prestimos de Martim Affonso. Nomeou-o capitão-mór dos mares das Indias, e ordenou-lhe partisse para Goa, e se collocasse ás ordens de governador D. Nuno da Cunha, encarregado da administração superior dos dominios portuguezes asiaticos. Em 1534 sahiu do Tejo uma frota de cinco náos, e rumou para as Indias, levando como seu commandante Martim Affonso de Souza. Apenas chegado á capital dos Estados portuguezes da Asia, recebeu do governador ordens para atacar a praça de Damão, cujos habitantes incommodavam as possessões portuguezas com assaltos e roubos.

Procedeu Martim Affonso valente e astuciosamente.

Illudio os asiaticos com estratagemas, apoderou-se de sua fortaleza e cidade, e reduzio-as immediatamente a cinzas, sem quasi deixar-lhes vestigios da anterior existencia.

Assustado o Rajah de Diu, diante da fama que Martim Affonso ganhava com os feitos de Damão, mandou-lhe annunciar que permittia erigissem os Portuguezes uma fortaleza em seus dominios e propunha-lhes pazes permanentes.

Dizem alguns chronistas, ignoramos em que se fundam, que do governador não esperou Martim Affonso ordem para aproveitar a proposta do Rajah, e que só depois de edificada a fortaleza, apresentou-se em Goa a D. Nuno da Cunba.

Louvou-lhe D. Nuno o feito e ordenou-lhe que se dirigisse para a ilha de Requelin a castigar Malabares que se tinham insubordinado. Levou Martim Affonso tudo a ferro e a fogo, saqueou as povoações, assolou as terras, trucidou copia consideravel de inimigos, e incendiou-lhes os edificios e pagodes. Desbaratou depois em Beadala as armadas de Pachi-Maréa, e soccorreu no Ceylão ao rei de Columbo, que recompensou-o com valiosissimos presentes.

De volta para Góa, e não desejando conservar-se em posição subalterna, solicitou e obteve licença para deixar a Asia e regressar para Lisboa.

Cordialmente foi por D. João III acolhido, recebeu premios e distincções honorificas que amplamente recompensaram-lhe os serviços.

Em Lisboa não esqueceu-se Martim Affonso de suas propriedades coloniaes americanas. Remetteu-lhes de novo colonos agricolas e industriaes e todos os objectos de



que precisavam para desenvolverem-se e progredirem.

Sorrio a D. João III ocasião propicia para manifestar-lhe seu apreço, confiando-lhe novas e importantes commissões. Nomeou-o governador geral das Indias Asiaticas. Entregou-lhe uma frota bem equipada de tripulação e bem provida de soldados. Ordenou-lhe rendesse na administração a D. Estevam da Cunha, que em 1540 se empossára do mando, em falta do vice rei, D. Garcia de Noronha, successor de Nuno da Cunha.

Regressou, portanto, para as Indias, no anno de 1540, Martim Affonso, não no posto de vice-rei, mas de governador geral. Não reconhecia, porém, superior, e abertos lhe estavam os horisontes para desenvolver os vãos de sua ambição.

Em sua companhia seguiram cinco jesuitas, socios da nova Compahia, fundada ultimamente pelo ascetico Ignacio de Loyola.

Notava-se entre os missionarios o celebrisado Francisco Xavier, que por seus estrondosos feitos nas Indias, convertendo idolatras, propagando o Christianismo e praticando todas as virtudes evangelicas, mereceu as honras da santificação.

Tomou Martim Affonso em Gôa posse da autoridade suprema. Não decorrera muito tempo e já elle intromettia-se nos negocios particulares e conflictos politicos dos Rajahs; iniciava commercio lucrativo em troco do apoio que a um ou a outro prestava. Intrometteu-se em varias guerras, atacou a fortaleza de Batacalá, e depois de saqueal-a, degolou ferozmente todos os prisioneiros. Foi, todavia, repellido ao pretender roubar o Pagode de Tremel, por haver-se enleiado nos caminhos, que para alli se dirigiam.

Admirava-se sua coragem, elogiava-se sua pericia mi-

litar, preconisava-se sua sciencia administrativa. Voz geral, porém, proclamava sua corrupção, referia os embustes de que usava para locupletar-se pecuniariamente, e pintava-o como autoridade que aproveitava todas as occasiões de saciar ambição desmarcada de riquezas.

Convem n'este lugar dar-se uma idéa, ainda que ligeira, do estado da India portugueza, para poder-se judiciosamente julgar o procedimento publico do governador Martin Affonso de Souza.

Desde que Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral haviam explorado as costas orientaes da Africa, os territorios entre o Mar Vermelho e o golfo Persico, e as ricas cidades espalhadas no Indostão, incumbira D. Manuel a varios navegantes e guerreiros que arrancassem das Indias a maior quantidade possivel de mercadorias, perolas, pedras preciosas, ouro, e tapeçarias de preços. Constituiu-se o rei o principal commerciante, e interessava no trafico seus proprios vassallos. D'ahi derivou-se a immoralidade que predominou em quasi todos os conquistadores portuguezes.

Procuravam os governadores ganhar-lhe as graças satisfazendo-lhe os appetites. A propria rainha participava beneficios do commercio confiado aos governadores.

Roubavam no mar, roubavam em terra. A rapina foi a regra geral, a pirataria o systema estabelecido.

Quem partia para as Indias devia enriquecer-se, com a condição de enriquecer igualmente o rei e a Côte.

Não se tratava de uma conquista regular, ou de uma methodica colonisação. Pretendia-se transferir das Indias para Lisboa tudo o que valesse a pena carregar para o reino. Deslumbravam as opulencias do Indostão, excitavam as cobiças os thesouros, os diamantes, as esmeraldas, o



ouro, as sedas, os perfumes que usufruíam povos considerados barbaros e idolatras.

Encontrou o Portuguez, nas Indias, Arabes e Egypcios, que monopolisavam até então o commercio, e amedrontavam os Rajahs e povos engolfados em molleza, luxo e prostituição. Bateu-os, afugentou-os, trucidou-os, roubou-os e substituiu-se aos Arabes e Egypcios. Tratou ainda peor os indios, e em suas cidades e terras praticou atrocissimas crueldades. Pensavam ao principio os Indios que se libertavam dos tyrannos que vinham pelo Mar Vermelho. Mais ferozes perseguidores revelaram-se-lhes os Portuguezes.

Impressionado com as noticias que lhe chegavam das Indias, resolveu D. Manuel pôr cobro aos desmandos e crimes dos seus navegantes, e organisar uma administração, que lhe produzisse os proveitos que desejava, mas que não maculasse o seu reinado com tanta ignominia. Nomeou para 1º vice-rei D. Francisco de Almeida, que exerceu o cargo com toda a honestidade, hombridade e severidade. Ganhou triumphos militares, louros gloriosos, e iniciou politica á maneira antiga dos Phenicios. Dominar os mares, tornar-se monopolizador do commercio, installar apenas alguns presidios e feitorias em terra para apoio dos navios, deixar livre aos Indiaticos sua administração local, seu governo, e suas instituições civis e religiosas, foi o seu fim, e lucrava mais a nação nas suas relações ultramarinas.

Resultava d'este systema para os Portuguezes o que cabe actualmente aos Hollandezes. Povo pouco numeroso, mais se opulentaria com o monopolio do commercio que com dominios terrestres, e colonias apparatusas e longinquas.

Sucedeu a D. Francisco de Almeida D. Affonso de Albu-

querque. Alterou-se o systema do governo. Albuquerque era lido na historia de Alexandre da Macedonia e nos annaes da Roma absorvedora de povos. Conquistar nações e fundar colonias portuguezas tornou-se o alvo de Albuquerque.

Por onde andou, curvou, subjugou tudo. Desde Guardafú até Ormuz, desde Mascate até o Ceylão, desde o Cabo Camorim até Malacca, as ilhas de Sonda, Bornéo e o golfo de Sião, estremeciam os povos ao ouvir-lhe o nome, depois de haver-lhe provado a valentia e a ferocidade.

Creou assim um imperio portuguez nas Indias, tendo por capital Gôa, e por principaes cidades Ormuz e Malacca. Quiz que Portugal fosse Roma e as Indias suas colonias.

Podia um genio como o de Albuquerque sustentar talvez o colosso. Substituido o grande homem por governadores mediocres, e o que é mais, pouco povoado como era Portugal, desmoronava-se de certo o edificio, e cahiam dispersas pelo chão produzindo unicamente ruinas.

Depois de Almeida e de Albuquerque no governo das Indias só teve Portugal um habil estadista, D. João de Castro. O que não conseguira a pericia e illustração do primeiro, o que não lograra a temeridade e arrojo do segundo, não podia, porém, conseguir o santo varão, bem que instruidissimo e zeloso, como a historia o encomia com toda a razão e justiça.

Durante o periodo de 36 annos que decorrem da administração de Albuquerque até a de D. João de Castro, esteve o governo das Indias a cargo de alguns valorosos militares, e de muitos homens indignos do posto; quasi todos corruptos, venaes, ladrões, piratas, e não poucos tão cynicos, que se ufanam com protervias e infamias, que commettiam.

Era opinião corrente em Portugal que partia-se para as



Indias no intento exclusivo de enriquecer-se. Lauto banquete aberto para as cobiças. Voltasse com riquezas e seria considerado e honrado na patria. Pobre, embora carregado de serviços, ferido no corpo, maltratado da sorte, estava exposto a soffrer prisões e miserias, como succedera a Duarte Pacheco.

Dizia Gil Vicente nas suas comedias que recontam o que já em seu tempo se praticava nas Indias :

Fomos ao rio de Meca,  
Pelejamos e roubamos,  
E muito risco passamos.

Os soldados de Antonio da Silveira carregaram roupas, dinheiro, joias, escravos; despovoaram os lugares de modo « que pela terra dentro dez leguas não havia mais gente ». Os companheiros de Tristão da Cunha cortavam as orelhas e mãos ás mulheres para arrancarem brincos e manilhas de ouro. Acrescenta ainda um historiographo das Indias : « As guerras interminaveis de Adem e das Molucas foram causadas por haverem os Portuguezes violado as sepulturas dos reis afim de roubar-lhes as joias. Paulo de Lima, Alvaro de Noronha, Diogo de Mello, Lopes Vaz de Sampaio, Diogo Soares de Albergaria, Antonio de Faro, deixaram celebridade de grandes piratas, ladrões e verdadeiros chatins. »

Não podia deixar de predominar anarchia, porque roubava o governador geral, roubavam os governadores de presidios, roubavam os capitães e officiaes dos navios, roubava o general e os cabos de guerra, roubavam os marinheiros, roubavam os soldados, e os chefes não podiam conter os subordinados, quando davam-lhes o exemplo.

Cada um dos capitães considerava-se independente, emprehendia guerras, assaltos a cidades e a povoações por sua conta, pirateava livremente e não temia castigos.

Os arrolamentos para o exercito e para a armada compunham-se de vagabundos, gatunos, ladrões, presos das cadeias, assassinos condemnados por sentenças. Que gente para a disciplina! Eram terriveis e temerarios nas investidas; mas encontrando resistencia, fugiam vergonhosamente, e deixavam armas e bandeiras. Em nada se assemelhavam aos antigos soldados de Almeida, de Albuquerque e de Duarte Pacheco.

Affirmava Nuno da Cunha que os Portuguezes na India eram como os doentes de cholera, infeccionavam-se todos. Gaspar Corrêa acrescentava que os governadores ao passarem o cabo da Boa Esperança perdiam de todo o temor a Deus e ao rei, como perdem a memoria os que passam o Lethes, e que era indispensavel mandar-se cortar a cabeça de um vice-rei nos Caes de Gôa.

Vendiam-se os governos das fortalezas e os commandos dos navios, e os investidos do posto convertiam-se igualmente em mercadores e contrabandistas, além dos roubos franca e claramente praticados em assaltos, guerras e saques. Arrolavam-se guarnições ficticias, matriculavam-se praças mortas. Varados nas praias e emprestaveis, consideravam-se guarnecidos os navios. Espoliação dos cofres dos orphãos e das heranças jacentes, conluios com os contadores, fornecimento para o exercito e a armada, tudo servia aos governadores e autoridades.

Escrevera D. João de Castro com sua ingenuidade e franqueza naturaes a El Rei D. João III : « Cá está tudo em estado de que não ha mouro que cuide ha de V. A. ser de ferro para o seu ouro, nem christão que o creia. As



armadas ficam podres, desfazem-se com as mãos, e não escapam ao inverno sem irem ao fundo.

Nem um rajah confiava uma palha a Portuguez. Fôra um milagre trazer do reino á India em salvamento a esquadra em que viera. As cobiças e vicios tem cobrado tamanha força de autoridade que nem uma cousa já se pôde fazer por feia e torpe, que dos homens seja estranha. São mais as almas perdidas dos Portuguezes que vêm á India do que se salvam as dos gentios que os prégadores religiosos convertem á nossa santa fé. »

Foi no meio d'esta podridão de costumes que encontrou-se Martim Affonso de Souza em 1542.

Propendia seu character para a corrupção? Era natural de seu animo praticar protervias como seus antecessores, que tinham governado a India? Ou como epidemia os máos exemplos o infeccionavam? Não é uma situação immoral foco de peste, e não é raro tambem que se salvem da inoculação do virus os espiritos fortes e robustos?.

Não está ahí a historia com suas paginas abertas á lição para comprovar que por differentes phases atravessam as sociedades e ha epochas de ignominia e vergonha, em que todos se submergem e afogam? Não são sómente as situações politicas que prostram e arruinam as nações; as economicas infiltram-se igualmente de peçonha, contaminam-se com febres ardentes, e tudo converte-se em jogo, em traficancia, em especulação immoral, em descaradas ladroeiras.

Certo é que são numerosos os peccatos commettidos por Martim Affonso no governo da India, e mais escandaloso ainda o seu cynismo, expresso em cartas á consorte, a amigos e ao proprio monarcha.

Admira que espalhados e enraizados tantos vicios por

toda a extensão dos estados asiaticos portuguezes, conquistados pelos valorosos capitães que os haviam descoberto, e adiantados desde o golfo de Bengala e as ilhas ao sul do estreito e mares de Malaca, até á Cochinchina, á China e ás Molucas, admira, repetimos, como se sustentava ainda a autoridade portugueza, e se resignavam os gentios á obediencia.

É que ninguém ousava ainda assaltal-os. Formavam como que cartas de jogar levantadas sobre o tapete. Bastaria um sopro, posto que debil, para derrubal-as umas após outras.

Portugal vivia então em paz com todas as nações da Europa, que lhe respeitavam as posses, e os indigenas, sempre molles de costumes, dados á luxuria e á devassidão, inclinados á condição de escravos, timoratos de animo, supportavam resignados os attentados e insultos dos Portuguezes, sem que se atrevessem á arcar contra elles. Apesar de tudo, porém, proclamavam já que preferiam o jugo dos Arabes e Turcos, que lhes consentiam repotrear-se na sua inacção, ao despotismo dos Portuguezes que lhes perturbavam os socegos da vida, roubavam-nos sem pudor e martyrisavam-nos desabrida e ferozmente. Uma ou outra sublevação refulgia, no emtanto, de quando em quando, que era logo abafada em sangue e em fogo.

Desde, porém, que Portugal unio-se á Hespanha, atiraram-se Hollandezes, Inglezes, Francezes, em odio e guerra contra os Hespanhoes, sobre as longinquas conquistas das Indias, e em poucos annos desmoronou-se e desapareceu o colossal imperio fundado por Affonso de Albuquerque. Perdidos no espaço restaram apenas aos Portuguezes, quando restaurada sua nacionalidade, quatro ou cinco insignificantes presidios, de tantos que haviam estabelecido.



Tinham-nos substituido os Hollandezes no monopolio e commercio das Molucas, Malaca, Sunda e Ceylão ; domado os Inglezes todo o Indostão e o golpho de Bengala, os Francezes o territorio uberrimo da Indo-China, e os Arabes e Turcos as costas desde Aden até ao golpho Persico.

Os mares, as tempestades e os indigenas vingavam-se no emtanto e tambem de haverem sido vencidos pelos primeiros dos famosos argonautas, que tallharam as veias do mar tenebroso, que abriram temeraria e afortunadamente o caminho para as luxuosas Indias, que d'ellas arrancaram as riquezas extraordinarias e que trucidaram tantos infelizes que ousaram resistir-lhes.

Ao regressarem para a patria européa, perdiam-se innumeraveis embarcações portuguezas. Para as Indias navegavam providos de velames e fortes de aparelhos. De volta, podres pela maior parte, e carregados de mercadorias e de ouro, brilhantes e perolas, affrontavam com mais difficuldades o embate das ondas, e a força dos ventos, já pelo mau estado das embarcações, já enfim pelo exagerado do peso e quantidade de generos que exportavam. Muitos d'entre os chefes aventureiros encontraram a morte no seio das vagas, não poucos naufragaram nos areaes da Africa e foram assassinados barbaramente pelos Cafres ; alguns no seio das proprias Indias, assaltados de molestias desconhecidas, sepultaram-se longe da patria, da familia e dos amigos. Entre estes ultimos notam-se Vasco da Gama, Albuquerque e João de Castro.

Não basta narrar, mister torna-se exhibir provas, e provas concludentes dos factos e das observações que se lhes annexam. Affirmámos mais atraz que Martim Affonso desdourou-se com infamias e protecções coramettidas : cumpre- nos demonstral-as.

Foram tantas e tão escandalosas as rapinas, que praticára durante seu governo, que longuissimo, senão impossivel, seria summarial-as todas, parecendo-nos sufficiente referir algumas que lhe nodoam o credito, e ennegrecem-lhe a memoria, apezar de haver mostrado tanto valor e pericia nos combates e tanta sagacidade e intelligencia na administração civil dos estados.

Dous principes ou Rajahs disputavam a successão do governo de Widjapur. Commetteram a Martim Affonso a decisão. Officiou para Lisboa, que tardára em julgar porque estava esperando qual d'elles levasse a melhor e resolvera por fim em favor de Hidaleão, que lhe pareceu ter mais justiça e ser mais firme — ainda que — accrescentava — certifico que da outra parte havia todas as razões e contrarios que foi necessario soccorrer a missas e devoções. — Recebeu do vencedor para El-Rei setenta mil pardãos de ouro, para si trinta mil e para sua consorte joias de valor preciosissimo.

Nova divergencia suscitou-se depois entre os herdeiros de Hidaleão. Accommodou-os recebendo quinhentos mil pardãos de moeda. — Mandei — accrescenta-elle — para El-Rei duzentos e setenta mil, deduzida uma commissão de dizimo de trinta mil que me cabe pela industria, e que reservo para minha mulher : dividi os duzentos mil restantes por interessados na transacção. É de razão que eu tenha parte n'isto, pois a poderia ter toda, e poderia ter tomado este dinheiro sem ninguem o saber.

Defende-se em outra carta de haver guardado para si grandes sommas, joias, perolas e preciosidades, com os exemplos de seus antecessores no governo das Indias. Logo que em cada operação determinava a maior somma para El-Rei, considerava-se desculpado. Não era praxe admittida



decidir as questões entre os Rajahs, percebendo honorarios os governadores?

Com excepção de D. Francisco de Almeida, de Affonso de Albuquerque, de D. João de Castro, e de poucos mais governadores, não o praticaram todos e não eram seus procedimentos approvados por El-Rei?

Tinha, pois, Martim Affonso fundados motivos para esperar sanção de seus escandalosos peculatos.

Como D. Manuel, queria D. João III das Indias dinheiro, mercadorias, pimenta, joias, ouro e perolas. Desenvolvea por este systema um commercio abundante e lucrativo para a corôa e para a nação. Que importavam os meios?

Enriquecessem-se os governadores, mas opulentassem o thesouro régio.

Regressou Martim Affonso das Indias para Lisboa em 1546. Seu irmão Pero Lopes, que o acompanhára igualmente á Asia, perdeu infelizmente a vida e o navio que commandava, ao passar por junto da ilha de Madagascar.

Deduz-se das narrativas de varios chronistas que Martim Affonso não encontrou favor na côrte do joven rei, D. Sebastião. Retirou-se para uma propriedade que possuia em Alcoentre e viveu o resto de seus dias na solidão e no repouso.

Não se esquecia, porém, da sua donataria de S. Vicente, no Brazil. Affirma Gabriel Soares que continuou a provê-la de gente e auxilios, bem que afastado da Côrte. Animou a plantação da canna, da vinha e de outras preciosidades agricolas, e conseguiu fabricar assucar e aguardente com o fim de fomentar o commercio e desenvolver a industria.

Falleceu em 1564, opulentissimo de fortuna, e rodeado de estimavel familia.

## FUNDAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O descobrimento de terras desconhecidas ao sudoeste do Oceano Atlantico effectuado em 1500 por Pedro Alvares Cabral, em viagem para os mares das Indias Asiaticas, produziu jubilo intenso na Côrte de Lisboa.

Dizia Pedro Caminha, em carta dirigida a El-Rei D. Manuel de Portugal, que as novas terras formavam uma granda ilha, abundante de aguas, de mattas e de gentio, e baptisára-as Cabral com o nome de Vera-Cruz.

Resolveu immediatamente El-Rei D. Manuel mandal-as explorar, fixar marcos de dominio e juntal-as ás demais posses adquiridas e conquistadas pelos denodados e intrepidos argonautas, que, desde o primeiro impulso dado pelo infante D. Henrique de Vizeu, se não cansavam de arrostar perigos em mares ignotos e de augmentar o reino com regiões numerosas, que lhe alçavam as glorias e promettiam fortunas deslumbrantes.

Para executar seus planos, partio do Tejo logo em 1500 uma flotilha de tres caravellas, que encontrou nas alturas do Cabo Verde a esquadra de Pedro Alvares Cabral que



voltava de Calicut e Cochim, e recebeu do feliz descobridor mais amplos esclarecimentos no tocante á ilha annunciada, e que era incumbida de reconhecer e explorar.

Posto que ainda duvidoso por contravertido pelos chro-nistas e historiadores, conjectura-se que foi seu commandante Gonçalo Coelho. Percorreu-se então a costa desde o cabo de Santo Agostinho até muito ao sul de S. Vicente, segundo o declara Americo Vespuccio, que se embarcára como piloto e a quem, todavia, se não póde dar inteiro credito.

Regressado Gonçalo Coelho a Lisboa, mandou El-Rei em 1503 segunda expedição de seis navios proseguir nos exames e investigações começados.

Parece certo que fôra seu chefe Christovam Jacques, cujos roteiros perderam-se desgraçadamente como os da primeira expedição.

É fôra de duvida, porém, que Americo Vespuccio acompanhou-o ainda na cathegoria de piloto e de cosmographo. Ainda n'esta segunda expedição perdem fé suas narrativas, pelas exagerações e gabolices de que procura ornar a viagem effectuada.

Serviços prestou tambem importantes a segunda expedição seguindo róta de Fernando de Noronha para o sul. Tendo perdido quatro embarcações, tornaram as restantes para Lisboa transportando copiosa quantidade de páo brazil, madeira então extremamente apreciada na Europa para tinturaria e que sómente se importava até então das Indias pelo Egypto, Syria e Mar Negro.

Devemos suppôr que além da Bahia de Todos os Santos, tanto Gonçalo Coelho como Christovam Jacques divisaram Cabo Frio, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, S. Vicente e outros pontos importantes da costa.

Com mais exacto conhecimento da terra não é de admirar que se formasse favoravel opinião de suas maravilhas, e se lograsse a certeza de que constituia parte de um novo hemispherio, tão destacado da Asia como da Europa, como por engano o genovez Colombo o denominára Indias do Occidente, quando em 1492 o descobrira para sua eterna gloria.

Durante algum tempo não aproveitaram, todavia, os Portuguezes sua nova conquista senão para n'ella refrescarem as armadas enviadas para as Indias Orientaes, que lhes prendiam exclusivamente a attenção, apesar de que D. Manuel alcançou em 1506 nova bulla do Papa Julio II, confirmando seu direito de dominio na zona estabelecida no tratado de Tordesilhas de 1493, no intuito de não ser pela Hespanha esbulhado de seus direitos.

Trataram, no emtanto, outros aventureiros extranhos de aproveitar para seu commercio aquellas costas, tão abundantes de páo brazil.

Procedeu d'ahi que, trocado o nome da ilha de Vera Cruz pelo de Santa Cruz pelos portuguezes, passou depois a appellidar-se Terra do Brazil, pela opulencia de madeiras preciosas d'esta qualidade.

Em 1513, João Dias Solis, Portuguez em serviço da Hespanha, navegando para o sul, em procura de terras novas, penetrou na Bahia do Rio de Janeiro para refrescar seus navios e equipagens, e proseguio depois sua viagem até ao rio da Prata, região já por elle descoberta em 1508.

Fernão de Magalhães, igualmente portuguez e ao serviço de Hespanha, arrastado pelo desejo de ir em direitura ás ilhas Molucas, tocou tambem na enseada do Rio de Janeiro, em 1519, e ali demorou-se alguns dias, dando-lhe o nome de Bahia de Santa Luzia.



Succedendo D. João III a D. Manuel no throno de Portugal, pensou que lhe convinha prohibir no Brazil visitas e ingresso de estrangeiros, particularmente Francezes que começaram a travar relações com os gentios e a entreter commercio que podia ser nocivo aos Portuguezes quer na occasião, quer no futuro.

Aprestou uma expedição armada e confiou-a em 1532 a Martim Affonso de Souza, com instrucções de expellir estrangeiros das costas brazileiras, percorrel-as do Norte ao Sul, e escolher localidade para fundar um estabelecimento colonial seguro e permanente, visto que se havia mallogrado identica tentativa de Christovam Jacques quando lançára em Santa Cruz alicerces de um presidio e povoação.

Em cumprimento de sua missão, visitou Martim Affonso as bahias de Todos os Santos, Porto Seguro, Cabo Frio, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, S. Sebastião, S. Vicente, Cananéa, Santa Catharina, e as entradas do Rio da Prata.

De tudo o que vio e examinou, preferio Martim Affonso a ilha de S. Vicente para a colonia projectada e fundação de uma villa que se constituiria a primeira edificada nas plagas brazileiras.

Comprehendendo El-Rei, que não dispunha dos recursos proprios para occupar e povoar, como lhe era necessario, as terras do Brazil, attento quasi exclusivamente ás vantagens provenientes das Indias do Oriente, cujas riquezas e commercio opulentavam a nação, e attrahiam de preferencia seus cuidados, imaginou distribuir em concessões a subditos particulares datas limitadas de costas, com obrigação de formarem estabelecimentos coloniaes, promover-lhes os beneficios, e governal-os a seu talante sob a suzerania da Coròia.

Foi por este feitio organisada a sociedade colonial brasileira. Partilhadas as terras em doze prazos, couberam a predilectos da Côrte datas de maior ou menor extensão de costas, desde o rio Amazonas até as ribas do Prata, com autorisação de devassarem o interior dos sertões, conforme os seus recursos e ambições de augmento.

Investiram-se os donatarios de funcções quasi magestáticas. Podiam conceder sesmarias, edificar povoações, nomear funcionarios, organizar forças militares, decretar impostos e governar arbitrariamente.

Sujeitavam-se apenas á fiscalisação da Corôa e a seu reconhecimento de soberania, como vassallos fieis dos monarchas reinantes.

Cuidou cada um dos agraciados de promover seus interesses.

Martim Affonso obteve a mais consideravel donataria, que abrangia a povoação já por elle fundada em S. Vicente, começando em Macahé e terminando nas proximidades de Cananéa. Dedicou-se desde logo a tratar como suas as posses e terras que lhe tocaram.

Os outros concessionarios não tardaram em imitar-lhe o exemplo, e foram-se edificando pelas costas a Bahia de Todos os Santos, Olinda, Ilhéos, Porto-Seguro e Espirito-Santo.

Favoreceu a uns a sorte, acabrunharam a outros desventuras, que lhes mallograram os planos e os empobreceram em vez de enriquecerem.

Francisco Pereira Coutinho, donatario da Bahia, abriu a carreira das infelicidades e desastres: vio todos os seus estabelecimentos assolados pelas tribus das Tupinambás e exhalou a vida á ponta de suas settas empeçonhadas.

João de Barros e seus socios, aos quaes couberam as



terras do Ceará, Maranhão e Norte, perderam suas forças e recursos nas explorações e abdicaram seus direitos. Exorceram-se alguns ainda por varios annos, em difficuldades e perigos, posto que apavorados do futuro. Afortunados consideraram-se unicamente Martim Affonso e Duarte Coelho Pereira, donatario de Pernambuco.

Impressonada a Corôa portugueza com os acontecimentos realizados na colonisação do Brazil, deliberou desde então ir extinguindo o systema de donatarias, e por meio de indemnisações pecuniarias desapropriar-as e incorporar-lhes as terras no dominio nacional.

Foi a donataria da Bahia a primeira em que recahiu a decisão do governo de Lisboa. Em 1549 fundou com administração propria e por sua conta e nomeou governador-regio Thomé de Souza, com inspecção sobre as propriedades doadas, e ainda subsistentes em poder de primitivos concessionarios ou de seus herdeiros.

As vastas costas do Rio de Janeiro entravam no territorio de Martim Affonso de Souza.

Desdenhou Martim Affonso a situação do Rio de Janeiro, de Cabo Frio e de Angra dos Reis, e cuidou exclusivamente de S. Vicente e das terras contiguas, apesar de ter conhecido e examinado suas terras, que ficaram abandonadas aos gentios seus habitantes e pois á ambição de povos extranhos.

Bem que actualmente seja a cidade do Rio de Janeiro a mais rica e populosa do Brazil, séde e capital do governo supremo do Estado, não foi a primeira, portanto, edificada pelos Portuguezes. Antes que se projectassem seus primitivos alicerces, já São Vicente, Olinda, Bahia, Santos, São Paulo, Ilhéos, Porto-Seguro e Victoria constituíam povoações de mais ou menos importancia, e chamavam a seu

gremio emigrantes e colonos da metropole. Desculpavel é, portanto, o audacioso aventureiro, Nicoláo de Villegaignon, quando, pretendendo fundar uma colonia franceza, preferio a bahia do Rio de Janeiro, e levantou em 1555 um estabelecimento sobranceiro á terra firme com séde principal na ilha que guarda ainda hoje seu nome (1).

Uma das tribus mais guerreiras e ferozes da grande familia de indigenas que povoavam as costas brazileiras, occupava as terras desde o cabo de S. Thomé até ás proximidades de S. Vicente. Appellidava-se Tamoyos. Ainda que fallassem os Tamoyos dialecto diverso, adoptassem diversos costumes, e vivessem em guerra permanente com seus vizinhos os Goytacazes de S. Thomé e os Goyanazes de S. Vicente, percebia-se claramente que procediam do mesmo tronco que os Tupinambás da Bahia, os Caethés de Pernambuco, os Pitaguares da Parahyba do Norte, os Tupinenquins de Porto Seguro, os Goytacazes de S. Thomé, os Goyanazes de S. Vicente, os Carijós de Cananéa e os Guaranezes mais ao sul e mais no interior do solo.

Em enormes canôas navegavam os Tamoyos pela bahia, denominada Guanabára ou Nitherohy, e pelos rios numerosos que em seu seio desaguam. Possuiam aldeias ou tabas na terra firme, e nas ilhas, que ramalhetavam o golfo.

Valentes nas pelejas, barbaros com os prisioneiros, que matavam e comiam em banquetes e festas estrepitosas, abundantes em numero, eram os Tamoyos temidos, e espalhavam o terror por todos os arredores.

Mais ou menos amistosamente entre'açaram-se com elles os Francezes firmados na ilha chamada então Urucumirim; e ahi tratavam de segurar seus dominios.

---

(1) Vide-Villegaignon — 2º serie da obra — *A historia e a legenda*.



Rixas, porém, intestinas e religiosas e sedições de huguenotes contra o chefe da empresa, diminuíram as forças dos invasores e coagiram Villegaignon a deixar governando a ilha seu sobrinho Bois-le-Comte em quanto elle se ausentava para França no intuito de buscar recursos necessários.

Dir-se-hia que o donatario portuguez das terras desamparara aquelle ponto avassallado pelos Francezes, pois que não tentava de desalojar-os dos pontos que occupavam.

Sabendo, porém, o governo de Lisboa que no meio de suas posses americanas introduzia-se população extranha, incumbio ao então governador da Bahia, Mem de Sá, que succedera a Duarte da Costa, que expellisse do Rio de Janeiro os francezes invasores.

Em 1560, partio Mem de Sá da Bahia, levando tropas em duas náos e oito embarcações pequenas, e aportou á barra do Rio de Janeiro. Ao notar quão entrincheirados estavam os Francezes na ilha, e quanto os coadjuvavam os ferozes Tamoyos, dirigio-se para S. Vicente a buscar reforços, com que commettesse a empresa.

Com o primeiro governador regio, Thomé de Souza, tinham vindo em 1549 seis membros da Companhia de Jesus, creada por Ignacio de Loyola, acceita com regosijo em Portugal por D. João III, e que se incumbira de combater o scisma lutherano na Europa, e de propagar missões pela Africa, Asia e America, destinada á catechese e evangelisação dos indigenas, e a attrahil-os ao gremio da Igreja catholica. Com o primeiro bispo, nomeado para o Brazil, D. Pedro Sardinha, accrescentou-se o numero dos jesuitas em 1550.

Com o segundo governador, D. Duarte da Costa, em 1558 era já tão consideravel a copia dos jesuitas residentes

nas plagas americanas, que Ignacio de Loyola desligou a administração da Companhia da que permanecia em Portugal, elevou o Brazil á primeira cathogoria, e nomeou provincial o veneravel padre Manuel de Nobrega.

Da Bahia tinham-se espalhado os padres da Companhia pelas donatarias habitadas, e fundado collegios em Olinda, Ilhéos, Porto-Seguro, São Vicente e Espirito-Santo.

De olhos cerrados aos perigos, atiravam-se os jesuitas denodadamente aos desertos, e não apavoravam-se diante dos crueis tormentos e dos inevitaveis riscos, que a selvageria e animosidade dos gentios lhes não poupavam. Atilados, porém, como eram os padres da Companhia, ganhavam com a conquista espiritual mais terras e vassallos para os Portuguezes do que conseguiam as armas de seus guerreiros.

O jesuita José de Anchieta fôra enviado para S. Vicente, afim de fundar um collegio em Piratininga, perto da povoação de Santo André, sobre as montanhas elevadas que correm parallelamente com as costas maritimas, e no sitio mais ameno do interior dos sertões então ainda bravíos.

Ao lado do collegio creára Anchieta escolas para os gentios que se catechisavam, e dispunha de influencia notavel, quando ferio-lhe os ouvidos a supplica de soccorro que reclamava o governador Mem de Sá. De accordo com o provincial Manuel de Nobrega, que visitava então os diversos collegios espalhados nas provincias brazileiras, appellidaram-se os indigenas Goyanazes para a guerra, juntaram-se grossos contingentes de soldados e remetteram-se para S. Vicente e Santos, afim de partirem para o Rio de Janeiro sob as ordens do governador regio.



Assim fortalecido, propoz-se Mem de Sá ao ataque contra os Francezes. Penetrou na Bahia do Rio de Janeiro, e intimou Bois-le-Comte a retirar-se e abandonar terras que pertenciam á corôa portugueza.

Respondendo-lhe altivamente o chefe francez, assaltou Mem de Sá a ilha de Villegaignon a 15 de Março de 1560. Após tres dias de porfiados combates capitulou Bois-le-Comte; a maior parte dos Francezes internou-se, porém, na terra firme e juntou-se a seus alliados Tamoyos, e poucos foram os que se renderam aos Portuguezes. Depois de arrazar a fortaleza, arrancar-lhe a artilharia e petrechos militares que encerrava, e arvorar no pico de uma eminencia que adorna a ilha a bandeira gloriosa das cinco chagas de Christo, emblema da nação portugueza, persuadiu-se Mem de Sá de que desalojados estavam para sempre os inimigos, abandonou o Rio de Janeiro, e regressou para a Bahia.

Illudira-se, porém, Mem de Sá. Bem não havia desamparado o Rio de Janeiro, e já os Francezes, asylados nas aldeias dos Tamoyos, restauravam a ilha de Villegaignon, e guarneciam-na de novo, e igualmente outra ilha maior e visinha, chamada na lingua gentílica Paranapacuy, e que actualmente se denomina do Governador.

Intentaram então os Tamoyos vingarse dos Goyanazes de Piratininga, que haviam cooperado para o triumpho de Mem de Sá. Com hostes bellicosas e incitados pelos Francezes atacaram por vezes as povoações maritimas da donataria de S. Vicente, e por fim a villa de Piratininga, hoje S. Paulo, para onde transferira Mem de Sá a de Santo André, no desejo de agradar aos jesuitas que tanto o haviam auxiliado. Não se atemorisaram os padres da Companhia; nomeou José de Anchieta, reitor do collegio,

para commandar as forças defensivas, ao velho cacique Tibiriçá, sogro do Portuguez João Ramalho.

Luctas encarniçadas empaparam as terras de sangue; e os Tamoyos foram propellidos a levantar o assedio, que haviam praticado.

Seria aqui occasião de racontar um episodio interessante, que descrevem quantos se occuparam com a historia colonial do Brazil. A curteza, porém, do espaço que nos exige este estudo e a necessidade de restringil-o ao assumpto escolhido, nos não permittem alongal-o. Basta dizer que trata-se da visita arrojada que aos acampamentos dos Tamoyos, em Iperobij, emprehenderam e executaram Manuel de Nobrega e José de Anchieta, para o fim de conciliar-lhes os animos e conseguir pazes.

Pittoresco, romantico, sem duvida, o encontrarão os leitores que o ignoram na vida do padre José de Anchieta, incluída na obra *Varões illustres do Brazil*, que ha muitos annos publicámos.

Ahi apreciarão o denodo, o arrojo, a heroicidade dos dous famosos padres, que á vida antepunham seus deveres de missionarios evangelicos, e que por vezes notaram erguidos sobre suas cabeças os terriveis tacapes, ou massas de páo, com que os ferozes Tamoyos trucidavam os prisioneiros.

Sua resignação, sua astucia, suas palavras mellifluas, conseguiram serenar, todavia, tão desalmados animos, e catechisar não poucos dos gentios que se converteram ao christianismo.

Em um notavel opusculo publicado em Makburgo por um aventureiro allemão de nome Hans Staden, que, prisioneiro dos Tamoyos nas visinhanças de S. Vicente, logrou provar-lhes não ser Portuguez, e conseguir sua libertação,



referem-se igualmente os costumes barbaros, ceremonias grotescas, existencia brutal e festejos que praticavam os assanhados selvagens, quando quebravam com os tacapes as cabeças dos inimigos presos, bebiam-lhes o sangue e devoravam-lhes as carnes em pedaços.

Não faltam episodios romanescos n'estas luctas. Tamoyos, Francezes e Portuguezes disputavam pertinazmente a posse dos territorios incluídos no Rio de Janeiro, Cabo Frio e costas até S. Vicente. Nas narrativas de Simão de Vasconcellos, de Thevet e de Lery, bem que exageradas pelo amor patriótico, ou pelo fanatismo religioso, encontram poetas e romancistas, dotados de imaginação, sufficiente cabedal para traçarem e colorirem quadros litterarios.

A noticia, no entanto, de que os Francezes se haviam de novo estabelecido no Rio de Janeiro, exasperou o animo de Mem de Sá na Bahia. Escreveu logo para a cõrte de Lisboa, communicando-a e exigindo contingentes de guerra sufficientes para tornar a expulsal-os, e medidas administrativas para fundar-se alli uma povoação e presidio permanentes, que afastasse todo o risco de ulteriores invasões de estrangeiros.

Era, em sua opinião, o Rio de Janeiro um ponto estrategico importante, e visto como o donatario o desprezava, cumpria á Corõa encorporal-o em seus dominios, e ahi firmar-se com solidos elementos de defesa. A bahia offerencia seguro abrigo ás maiores esquadras; as terras eram thesouros de florestas; rios passantes abriam communições faceis para o interior, e seu futuro rasgava-se aos olhos como auspicioso de esplendorosas grandezas.

Não demorou-se o governo de Lisboa em acudir a Mem de Sá. Enviou-lhe navios de guerra e alguns regimentos

de tropas ao mando de Estacio de Sá, seu sobrinho e intrepido guerreiro. Chegado á Bahia, recebeu Estacio de Sá igualmente varias companhias militares de Portuguezes e de gentios catechisados e cuidou da empreza que lhe fôra recommendada.

A 23 de Fevereiro de 1563, penetrou na bahia do Rio de Janeiro. Reputando-se, todavia, baldo de forças para combater os Francezes e Tamoyos colligados, e para sustentar-se em qualquer ponto de que se apossasse, proseguio viagem para S. Vicente, no intento de reclamar soccorros de que ainda precisava.

Posto que não encontrasse quantos reputava indispensaveis para a empreza, decidio-se, todavia, a desempenhal-a. Em S. Vicente embarcou-se igualmente em seus navios o jesuita José de Anchieta, acompanhado de numerosos e escolhidos gentios Goyanazes de Piratininga.

Desceu á terra Estacio de Sá com suas forças, em 1566, e no sitio hoje denominado praia Vermelha, ás fraldas do Pão de Assucar, assentou seu acampamento, e edificou casas e trincheiras para séde de uma povoação provertisa. Iniciaram-se escaramuças, travaram-se pelejas, mas nem Estacio de Sá e nem os Francezes e Tamoyos ganhavam victorias decisivas, permanecendo ambos em estado de guerra permanente.

Pedio então Estacio de Sá a José de Anchieta que partisse para a Bahia, expuzesse sua situação ao governador e solicitasse accrescimo de auxilios, emquanto elle persistia denodado em ininterruptos combates, e fundava nucleo de povoação indispensavel aos interesses da Corôa portugueza. Foi este o inicio da cidade do Rio de Janeiro estabelecida pelos Portuguezes.

Collocou-se Mem de Sá á frente de novos reforços. Partio



conjuntamente com José de Anchieta para o Espirito-Santo, onde logrou chamar á sua causa duzentos gentios da tribu Teminimó, capitaneados pelo seu cacique, Ararigboia, que no baptismo tomou o nome de Martim Affonso de Souza. Reunio-se no Rio de Janeiro com o sobrinho, Estacio de Sá, e formou-se então um exercito regular para ousadamente arcar com os inimigos.

No dia 20 de Janeiro de 1567, em que a Igreja catholica celebrava o nome do martyr S. Sebastião, e a nação portugueza festejava o do seu joven rei, successor de D. João III, assaltaram-se primeiramente as edificações, casernas e fôrtes que os Francezes haviam já construido na praia, onde deságua o riacho do Cattete, e que é denominada actualmente do Flamengo.

Cantaram os Portuguezes victoria e investiram logo depois contra a ilha fronteira, approximando seus navios, lanchas e canoas ao fôrte ali levantado pelos Francezes. Dura e pertinaz foi então a lucta, que terminou já adiantada a noite, abandonando os Francezes suas posses, suas armas e artilharia, e refugiando-se na ilha de Parana-pacuy, onde, com os Tamoyos, seus alliados, resolveram acastellar-se.

Perseverou Mem de Sá na perseguição dos inimigos, bem que fortemente entrincheirados e decididos ao combate.

Não lhe foi menos prospera a sorte; após peleja sangrenta, conseguiram igualmente desalojar-os de Parana-pacuy e expurgar a ilha de Francezes e Tamoyos.

Salvaram-se os francezes em alguns dos seus navios, que ancoravam no porto, enfiaram a barra, evadiram-se para Cabo-Frio e ahi tentaram firmar-se. Pediram e obtiveram pazes os Tamoyos, compromettendo-se a não lançar mão das armas contra os Portuguezes.

Custou, todavia, a victoria muito caro.

Estacio de Sá, o fundador da primeira povoação do Rio de Janeiro, no sitio da Praia Vermelha, e que por tanto tempo se sustentára gallarda e honrosamente contra mais numerosos inimigos, recebeu no assalto da ilha uma frexada de Tamoyo, hervada de peçonha, que, deteriorando-lhe o sangue, levou-o á sepultura, sem que se pudesse atalhar o mal com antidoto conhecido. Nobre victima sacrificada á edificação da Capital brasileira!

Considerando o paiz pacificado, traçou Mem de Sá o plano da nova povoação e cidade, cuja construcção fôra-lhe de Lisboa recommendada, e que seu sobrinho começara na Praia Vermelha.

Conhecia-se a localidade pelo nome de Rio de Janeiro, por haver sido pelos Portuguezes vista no mez de Janeiro e parecer-lhe a enseada antes um caudoloso rio que um golfo formado pelo oceano. Não lhe convindo a localidade escolhida por Estacio de Sá ao lado do Pão de Assucar, preferio-lhe Mem de Sá a riba da bahia, mais no interior, onde actualmente eleva-se o outeiro chamado do Castello, do lado abrigado de ventos tempestuosos, e que se estende por entre planicies coroadas de pequenos morros, e tratou afincadamente de formar a nova povoação.

Desbravaram-se os terrenos, e desde a ponta onde assenta actualmente o Arsenal de Guerra alinharam-se, abriram-se ruas, construíram-se quartéis e casas, levantaram-se trincheiras de defesa, e guarneceram-se as praias denominadas actualmente de D. Manuel. Tomou a nova cidade o titulo de S. Sebastião para guardar a memoria do monarcha reinante e do santo do calendario, que inspirára os Portuguezes e os auxiliára, segundo acreditavam, nos assaltos contra os Francezes.



Concedeu Mem de Sá aos jesuitas o morro então chamado de S. Januario e hoje do Castello, para fundações de seu collegio. José Anchieta collocou-se á frente de obreiros; e cuidou immediatamente de estabelecer a morada dos padres, e no sopé do outeiro uma casa de Misericordia para hospital de doentes pobres e necessitados de soccorros. Fixou-se a extensão de terrenos para patrimonio da municipalidade. Pagaram-se os serviços do valoroso Ararigboya com uma sesmaria, do lado opposto da bahia, a qual tomou o nome de S. Lourenço, e onde elle e os seus gentios lançaram os alicerces de suas aldeias.

Logo que se concluíram os trabalhos da edificação da cidade, ordenou Mem de Sá que os funcionarios que na povoação da Praia Vermelha escolhera Estacio de Sá se transferissem para a nova séde, e que entrassem em exercicio com o senado da camara e as autoridades necessarias para a administração publica.

É curioso saber-se que, só quando terminada, fundada e povoada a nova cidade, é que oficialmente penetrou n'ella Mem de Sá, sendo recebido á entrada por todos os moradores com festas de Igreja e ao som da artilharia e fuzilaria.

Não dispensavam os Portuguezes da época as formalidades civis e os sacramentos religiosos para moralisarem seus actos, celebrarem as ceremonias da Igreja e impressionarem o povo.

Dispostas e terminadas as necessidades da povoação, e nomeado governador do Rio de Janeiro Salvador Correia de Sá, abandonou Mem de Sá as plagas de Nitherohy, e regressou para a Bahia, confiando em que em curto espaço de tempo uma segunda e importante colonia e povoação régia garantiria os direitos da Corôa Portugueza em tão

interessante parte de seus dominios ultramarinos. Bem que não fosse ouvido Martim Affonso, donatario das terras, acquiesceu tacitamente ao acto do governo, e jámais seus herdeiros reclamaram indemnisações pela perda de uma parte das propriedades incluidas nos foraes da sua concessão, e que por este feitio se transferiram gratuitamente para a Corôa.

Não conservou-se Salvador Correia no seu governo de-sassombroso de correrias dos Francezes. Foi coagido a combatel-os ainda, pois que, tomando pé em Cabo-Frio, persistiram em voltar seguindo por terra, alliados sempre com os Tamoyos e investindo contra os gentios da nova aldeia de S. Laurenço.

Acudindo em soccorro de Ararigboya, que, posto valentemente se defendesse, não poderia arrostrar hostes tão superiores de inimigos, como os que o atacavam, logrou desembaraçar os gentios Teminimós e segurar-lhes suas propriedades.

Conservaram-se, no emtanto, os Francezes em Cabo-Frio e suas immediações, occupando o lado da costa que deslisa-se da bahia do Rio de Janeiro para o norte, e ameaçando os dominios que os Portuguezes haviam recuperado e fortalecido.

Lembrou-se Salvador Correia de ir-lhes ao encontro e de expellil-os de toda a costa maritima. Com as forças de que dispunha e canôas enormes, fabricadas segundo o methodo dos guerreiros tamoyos, que podiam receber a seu bordo cada uma não menos de quarenta pessoas, dirigio-se para Cabo-Frio. Estava alli ancorada uma possante não inimiga e a terra fortificada com gente de confiança.

Travou-se, todavia, peleja. Affirmam os chronistas que a não franceza fôra temerariamente investida por muitas



canôas carregadas de Portuguezes e gentios seus alliados, e que Estacio de Sá em pessoa os commandava.

Accrescentam ainda, que em duas ou tres occurrencias, Salvador Correia perdeu o equilibrio na canôa que dirigia, correria risco de afogar-se nas ondas do mar e fôra d'ellas arrancado e salvo pelos indigenas, que nadavam com affoiteza e segurança, possuiam robustez notavel de forças physicas e empregavam estrategica merecedora dos maiores encomios.

Certo é que decidio-se então a fortuna contra os Francezes, que, desenganados e esmorecidos, abandonaram inteiramente seus intentos de colonisação, pois deram de mão a novas pretensões de occupar tanto o Cabo-Frio como a bahia do Rio de Janeiro.

Puderam os Portuguezes d'ahi em diante povoar tranquillamente e augmentar a nova cidade de S. Sebastião, espraiar-se pelos territorios adjacentes, e a pouco e pouco internando, domar ôs gentios e expulsal-os para sertões desconhecidos.

Dentro de poucos annos, rivalisou a cidade do Rio de Janeiro com a da Bahia de Todos os Santos, que se constituiu então o centro mais populoso e importante que a metropole portugueza, por sua conta, colonisava no Brazil, e que deixára atrazadas as povoações fundadas pelos donatarios.

Não pode recordar-se do primitivo donatario de suas terras, Martim Affonso de Souza, porque as deixou sempre ao desamparo, e, jamais tentou colonisal-as. Cumpre-lhe guardar, todavia, indelevel memoria de Estacio de Sá, de Mem de Sá e de Salvador Correia de Sá, seus primeiros edificadores e governadores, que comprehendendo a importancia de sua situação, á força de seus braços, afou-

teza de seus animos e acerto de seus actos, prepararam-lhe o futuro auspicioso que tem attingido. Deve igualmente render preito e homenagem ao veneravel José de Anchieta, e lembrar honrosamente o nome do gentio Ararigboya, que tão poderosamente concorrera para a victoria das armas portuguezas.



### III

#### TENTATIVA DE COLONISAÇÃO FRANCEZA NO MARANHAO

Desde que espalhou-se pela Europa a noticia de que Pedro Alvares Cabral, navegando em 1500 para as Indias descobertas em 1497 por Vasco da Gama, e arredando-se das costas Africanas no intuito de evitar calmarias, encontrara uma terra frondosa e habitada por gentios mansos e susceptiveis de relacionar-se, suscitaram-se logo cobiças de especuladores, armaram-se navios e partiram expedições isoladas ou conjuntas de Inglezes e de Francezes, destinadas a visitar as novas plagas e a colher vantagens de commercio, que imaginava-se sobremaneira lucrativo.

Esforçaram-se os Portuguezes em trancar-lhes as communicações com uma terra que consideravam sua propriedade, quer pelo facto de descobrimento e de conquista, quer pelos convenios com Hespanha, já enfim pelo direito que o summo Pontifice de Roma reconhecera e sanccionára em bullas geralmente admittidas e respeitadas pelas nações e governos catholicos.

Nãos de guerra portuguezas perseguiram, incendiavam e aprisionavam as embarcações estrangeiras que encontravam pelos mares costeiros do Brazil, e não raro soffreram a seu turno revezes infligidos pelos valentes aventureiros, que denominavam piratas, e que com temeridade e arrojo devassavam os mares, penetravam nos portos e enseadas, cujo accesso se lhes pretendia prohibir, negociavam com os gentios e voltavam para suas patrias carregados de páo brazil e de generos apreciados na Europa.

Duas tentativas de posse e colonisação do Brazil, effectuadas pelos Francezes provocam, por mais importantes, nossa attenção.

Foi a primeira praticada por Nicoláo Villegaignon no anno de 1557 e dirigida para o Rio de Janeiro. D'ella tratámos em estudo particular, e pois nada temos que accrescentar-lhe(1).

Commetteu-se a outra quasi ao desaparecer o seculo xvi e sobre terras do Maranhão.

Occupar-nos-hemos hoje com esta segunda empreza.

Perdera o reino de Portugal em 1580 sua independencia nacional e fôra annexado aos dominios de Hespanha como conquista, mais que como parte federal, conforme Filippe II, jurára governal-o nas Córtes de Thomar, ao ser reconhecido seu monarcha.

Transferiram-se igualmente para o poder de Hespanha as numerosas colonias, feitorias e presidios, que os bravos e afamados navegantes e guerreiros portuguezes haviam fundado com seus braços pujantes, seu arrojo invencivel, suas armas afiadas, e seu sangue derramado na Asia, na Africa e na America.

---

(1) Tomo 2º da *Historia e da Legenda*.



Mal terminava-se o seculo xvi quando um armador de Dieppe, chamado Thiago Riffault, andando ao corso, avisou terras do Maranhão; communicou com os gentios, appellidados nas chronicas francezas e portuguezas Tupinambás, habitantes de uma grande ilha, os quaes acolheram amistosamente os Francezes.

Todas as costas do Brazil haviam sido repartidas em doações a varios subditos dilectos de D. João III, para o fim de as colonisarem e explorarem, consideradas suas posses de juro e herdade, e reconhecidas attribuições de governos proprios. Como o rei de Portugal attendia exclusivamente ás conquistas das verdadeiras Indias, facultava a seus favoritos quasi funcções magestáticas, sob a clausula de sujeitarem-se á fiscalisação e suzerania e de pagamento de impostos á Corôa.

Desde a donataria de Duarte Coelho Pereira, que findava nas terras do Rio-Grande, deviam correr para o Norte as que receberam em feudo João de Barros, Fernão Alvares de Andrade e Antonio Cardoso de Barros.

Não lograram estes tres donatarios fixar suas colonias, e firmar seus direitos no sólo, viram-se compellidos depois de grandes prejuisos a abandonal-o, e elle revertera para a Corôa Portugueza, que não cuidou todavia de povoal-o.

Extasiou-se Riffault diante da uberdade do sólo, da opulencia das florestas, da pureza das aguas e da amenidade do clima. Cogitou logo procurar em França elementos necessarios para formar um estabelecimento colonial sob tão auspicioso futuro e em localidades tão seductoras.

Regressando a Dieppe, descreveu a seus compatriotas a terra como um paraiso; excitou-lhes as cobiças, affiançou a uns fortunas consideraveis, quando quizessem acompanhal-o, a outros lucros vantajosos, caso lhe prestassem

capitães pecuniários; logrou, por fim, o que desejava, dinheiro em participação social para as despesas exigidas pela empresa, gente para combater inimigos que lhes oppuzessem, e para colonisar o eldorado que tanto o inebriava.

Apparelhou tres caravellas; equipou-as convenientemente; carregou-as de munições de guerra e de boca, instrumentos agricolas, sementes, plantas, animaes domesticos e objectos proprios de trafico com os gentios. Embarcou-se com seu principal associado, Carlos Devaux, e com os aventureiros que se alistaram sob suas ordens.

De Dieppe seguiu a esquadilha no correr do anno de 1594; após viagem tormentosa e naufragio de um dos seus navios, os navegantes aportaram á ilha de S. Luiz do Maranhão.

Tem a ilha sete leguas de comprimento sobre quatro de largura, e é apenas separada do continente de um lado por um canal que se denomina dos Mosquitos, e que, de orla a orla, não mede mais de um tiro de mosquete, e dos outros dous lados por braços de mar de duas e tres leguas de extensão.

Rumando para o noroeste e penetrando pela bahia de S. Marcos, desembarcaram os Francezes em um sitio agradável, e receberam não só demonstrações inequivocas de amizade dos gentios, que se diziam da tribu Tupinambá, como dos habitadores da costa fronteira da ilha.

Entabolada alliança entre os invasores e os indigenas, formou Riffault seu estabelecimento colonial, e tempos depois, concordou com Devaux regressar elle para França a conseguir mais poderosos auxilios, e permanecer Devaux á frente dos companheiros.

Reinava então em França Henrique IV. Conseguiu Rif-



fault fallar-lhe, expoz-lhe a situação do paiz e as vantagens para a França de um estabelecimento colonial n'aquellas paragens.

No intuito de verificar a exacção da noticia e conhecer a fundo a situação e qualidades do novo continente, para o qual lhe provocava a attenção, declarou-lhe Henrique IV que lhe prestaria os meios necessarios para a colonia quando esclarecido devida e officialmente de sua utilidade por um fidalgo de sua confiança. Nomeou para esta commissão Daniel de la Touche, senhor de Rivardiére, e encarregou-o de ir ao Maranhão em companhia de Riffault e de estudar as condições indispensaveis á empreza projectada.

Seguiram Riffault e Rivardiére para a ilha do Maranhão. Passando bastantes mezes occupados nas pesquisas, averiguações e exames de localidade, conformou-se Rivardiére com a opinião de Riffault, declarou-se prompto para dirigir uma empreza de colonia, de parceria com elle e sob a protecção do seu governo.

Lembrou-lhe tambem a necessidade de alistar em França gente para povoar o paiz e cultivar a terra, e de forças militares para segurar e garantir suas propriedades, quer contra os indigenas que se não prestassem a viver em paz, quer contra os Portuguezes que dominavam as circumvisinhanças e que de certo se opporiam á occupação de Francezes, bem que a ilha não tivesse sido ainda por elles convenientemente conhecida.

Volveram ambos para França. Não encontraram já no throno Henrique IV. O fanatico Ravailiac o assassinára barbaramente.

Assumira a regencia a rainha viuva, Maria de Medicis, em nome do filho menor Luiz XIII.

Ouvio a regente benevolmente a Rivardiére e autorizou-o por carta patente a organizar uma sociedade mercantil, a arrolar tropas, recrutar marinheiros, angariar colonos, estabelecer nucleos de povoação franceza no Maranhão e gozar de privilegios, favores e immunidades.

Tomaram parte na associação um almirante de França, banqueiros reputados, os fidalgos Rasely, Harley e Groisbois. Quatro padres capuchinhos foram encarregados da catechisação dos gentios, de espalhar o culto catholico, de manter a moral e os bons costumes, e de escrever a chronica da colonia para conhecimento da nação.

Não se demoraram os aprestos da expedição. Escolheu-se o porto de Cancale para a partida dos navios. Compareceu o bispo de S. Malo, que officiou religiosamente, benzeu as embarcações, entregou em nome da regente a Rivardiére um rico estandarte com as armas de França, e prégou aos aventureiros, aconselhando-os e doutrinando-os. Cerca de quinhentas pessoas embarcaram para a empreza, e no dia 19 de Março de 1612 levantaram-se as ancoras, abriram-se os pannos das tres caravellas, e começou-se a viagem. Segundo ajustes assignados, conservou-se Riffault em França na qualidade de correspondente official da sociedade.

No correr do mez de Maio aportaram os aventureiros na ilha de Fernando de Noronha, e só em Junho puderam, seguindo para o norte, chegar á ilha do Maranhão.

Relatam dous chronistas capuchinhos, Ives d'Évreux e Claudio de Abbeville, que na ilha de Fernando de Noronha baptisaram e chamaram ao gremio da religião catholica varias tribus de gentios que levaram para o Maranhão.

Na ilha do Maranhão desceram á terra todos os aventureiros. Ahi encontraram o nucleo de Francezes que ficára,



reconstruíram alicerces para uma fortaleza e povoação regular, edificaram igreja e convento de capuchos, levantaram edificios publicos, casas particulares em ruas e praças demarcadas, e guarneceram suas habitações com algumas muralhas de defesa.

Essa povoação franceza constitue actualmente a capital do Estado e conserva o nome de S. Luiz do Maranhão. Assentada em uma chapada á beira do mar, regada por aguas abundantes de dous rios que nascem no centro da ilha, servida por um porto accessivel a navios de alto bordo, na duração das marés cheias, apresentava o mais formoso aspecto.

Cuidou logo Rivardiére de explorar os territorios de toda a ilha e do continente proximo, de travar amizade com os indigenas, de distribuir terras a colonos e de regularizar uma administração conveniente. Não faltaram os monges capuchinhos a seus deveres, e louvavel zelo desenvolveram na catechisação dos gentios que angariavam para a sociedade e para a religião.

Certo é que com facilidade foram estendendo seus domínios por toda a extensão da ilha; que conseguiram alliar-se tambem com duas tribus poderosas da terra firme, residentes em vinte aldeas ou tabas, e que travaram relações agradaveis com Japy-Assú, chefe de varias hordas de gentios e ouviram-lhe queixas contra os portuguezes que por aquelles sitios appareciam por vezes em excursões e explorações, e que commettiam muitas violencias e crueldades, unidos aos Tanajaras e Tapuyas, inimigos dos Tupinambás da ilha, e que habitavam a parte norte do continente.

Progredindo a colonia franceza vagarosamente por falta de pessoal europeu sufficiente, resolveu Rivardiére, de accordo com os demais chefes da expedição, que Rosely

partisse para a França com o padre Claudio de Abbeville, reclamasse socorros maiores do governo e remessa mais importante de gente para os trabalhos agrícolas, e levasse consigo casaes de indigenas para serem alli baptisados publicamente, pois que sua presença deveria produzir impressão favoravel na opinião do regente e dos povos em favor da empreza.

Emquanto os Francezes firmavam-se na ilha, e desenvolviam suas posses, occupavam-se os Portuguezes, já então vassallos do rei de Hespanha, em adiantar-se do sul para o norte do Brazil, tendo fixado a séde septentrional dos seus dominios na cidade de Olinda, onde um governador residia para dirigir as explorações da costa brazileira, visto haver-se já incorporado a donataria nos bens da Corôa.

Espalhavam-se os Portuguezes pela Parahyba e Rio Grande do Norte e haviam occupado o Ceará e Piauhy. O Pará, porém, e o Maranhão estavam ao desamparo e como que esquecidos.

Chegou-lhes no fim de alguns annos a noticia de intrusos estranhos, que tinham ousado apossar-se de terrenos que lhes pertenciam, e communicaram-na immediatamente á Côrte de Madrid. Recebeu então o governador de Pernambuco, Gaspar de Souza, ordens terminantes para expellir-os dos dominios hispano-portuguezes.

Incumbio Gaspar de Souza ao coronel Jeronymo de Albuquerque, sabido na lingua dos gentios e por elles muito estimado, que á frente de cem soldados portuguezes e de quatro caravellas, que lhe eram confiadas, partisse para o norte da costa do Brazil, chamasse a serviço as tribus indigenas de Parahyba e Ceará, formasse uma importante força militar, e desalojasse do Maranhão os Francezes que alli encontrasse.



Seguiu Jeronymo de Albuquerque viagem em 1613. Tomou na Parahyba a bordo dos navios o capitão Martim Soares, sertanejo proecto e experimentado, e bastantes indigenas, e desceu na localidade appellidada Buraco da Tartaruga, e mais adiante tambem no Camocim, onde construiu uma fortaleza.

Umás memorias, que a Academia Real de Lisboa publicou em 1812, referem que em Camocim resolveu Jeronymo de Albuquerque que devia previamente certificar-se da veracidade das invasões annunciadas, e no emtanto esperar socorros. Encarregou Martim Soares de examinar em uma caravella a costa que se estende para o norte até o Maranhão, onde se dizia estarem os Francezes, e voltar para Camocim com as noticias e esclarecimentos de que necessitava.

De Camocim volveo todavia Albuquerque para as Tartarugas e ahí edificou um novo forte.

Decorreram mezes e não voltando Martim Soares, considerou-o perdido, deixou as Tartarugas guarnecidas com quarenta soldados, e regressou para o Recife.

Martim Soares era, no emtanto, chegado ás visinhanças da ilha do Maranhão, e alcançou dos gentios Tapuyas noticia da existencia dos Francezes.

Tornou-se-lhe impossivel a volta para o sul, não só por causa das fortes correntes maritimas que em certas estações reinam n'aquellas localidades, como tambem contrariado por ventos impetuosos, que o empurraram para o norte. Singrou de preferencia para Lisboa, aproveitando-se da monção afim de dar noticias ao governo, e de lá poder regressar a Pernambuco.

Publicou em Lisboa a nova de que os Francezes se haviam effectivamente apoderado do Maranhão. Ordenou

imediatamente a Corte de Madrid que o valente sargento-mór Diogo de Campos partisse do Têjo, levando ordens positivas ao governador de Pernambuco para que empregasse todos os esforços na recuperação dos dominios americanos. Com Diogo de Campos embarcou-se apenas um mesquinho contingente de trinta soldados.

Resolveu então Gaspar de Souza que Jeronymo de Albuquerque na cathogoria de capitão-mór, tendo por collega collateral e igual em voto o sargento-mór Diogo de Campos, enviado pelo governo da metropole, seguisse incontinentemente para o Maranhão, commandando forças consideraveis.

Não excediam os soldados portuguezes que lhes foram confiados de seiscentos homens, mas os gentios que deviam arrebanhar na Parahyba, Rio Grande e Ceará e as equipagens dos navios lhes prestariam o numero sufficiente para as operações de guerra, que se lhes incumbiam.

Mais de dous mil indigenas lograram os dous chefes annexar á sua expedição, quer no Rio Grande e Parahyba, quer nas costas do Ceará.

Notava-se entre os alistados o gentio Felipe Camarão que tão gloriosa nomeada adquirio posteriormente, nas guerras contra os Hollandezes. Iam igualmente a bordo padres capuchinhos portuguezes, incumbidos da catechisação dos gentios.

Um piloto, adestrado na navegação e que conhecia a entrada do Maranhão, dirigio a marcha maritima da flotilha expedicionaria. Mais de cincoenta eram as embarcações empregadas, de todas as qualidades e tamanhos; brigues, lanchas, canoas de voga e jangadas á moda dos indigenas.

A primeira terra do Maranhão que avistou-se foi o Peria, na entrada da bahia esquerda.



Attribuem em geral os chronistas ao capitão-mór Jeronymo de Albuquerque os louros colhidos n'esta expedição, porque revestia-se do titulo de chefe. Exige, porém, a verdade, que se affirme que a Diogo de Campos devem-se principalmente os proveitosos resultados da empresa, já pela sua tactica militar e avisos providentes, já pela bravura e arrojo que revelava.

Não deixava Jeronymo de Albuquerque de ser valente soldado, mas de acanhado espirito e vaidosa fatuidade.

Enviaram-se pequenos barcos a pesquisas e averiguações pelas terras divisadas. Não se descobriram Francezes. Persuadio-se Albuquerque que eram falsas as noticias de sua existencia na ilha, e que devia portanto ir penetrando e occupando as terras sem o menor receio de inimigos. Contrariava-o Diogo de Campos, affirmando que havia estabelecimentos francezes no Maranhão, segundo declaração expressa de Martim Soares, com quem em Lisboa fallára, e pois conviria proceder-se sagaz e prudentemente.

Guarnecido o porto de Periá, continuaram a navegar os barcos portuguezes por entre numerosissimas ilhas, que appellidaram Onze Mil Virgens pela sua quantidade extraordinaria: parcéis, perigos, mares baixos, attrahiram-lhes todos os cuidados; tomaram rumo pelo braço meridional da bahia, e chegaram á ilha de Sant'Anna, depois de perdido muito tempo, pois que os navios encalhavam e era mister esperar marés de enchente para proseguirem na derrota, que custou-lhes muitos dias de trabalhos insanos.

Edificou-se uma fortificação com o nome de Santa-Maria e alojamentos para os soldados no sitio hoje conhecido pelo nome de Anajatuba, a poucas leguas do rio Mory.

Enviaram-se os padres capuchinhos aos gentios Tanajares e Tapuyas, senhores do interior das terras, convi-

dando-os para uma alliança; logrou-se facilmente attrahil-os em grande numero á causa portugueza, e verificar-se então o boato de que os Francezes, unidos aos Tupinambás, possuíam estabelecimentos na ilha, quer na bahia de S. Marcos ao norte, quer igualmente na banda do sul fronteira a Anajatuba.

Commetteram-se então trabalhos consideraveis de fortificação, de rondas nocturnas e diurnas pelas praias e mattas visinhas, de vigilancia extrema de veredas e pistas, de descarga dos navios e de guarda de canôas e lanchas, para se prevenirem contra quaesquer eventualidades inesperadas.

Logo que Rivardiére recebeu a nova de que haviam chegado forças portuguezas, que dominavam o braço de Anajatuba, actualmente appellidado collina de S. José, preparou-se para o combate antes que fosse por ellas assaltado.

Começou a inquietar os Portuguezes, apprehendendo-lhes lanchas e gente. Animado com os successos obtidos, não esperou contingentes de gentios seus alliados, embarcou tropas em sete navios acompanhados de numerosas canôas e desceu á terra firme nas proximidades do fórté dos Portuguezes.

Percebeu então que mais numerosos eram os inimigos do que conjecturava, e depois de inuteis escaramuças comprehendeu que carecia de mais força para um assalto proveitoso. Enquanto fazia partir emissarios appellidando os gentios alliados, lembrou-se de entreter os chefes dos Portuguezes com correspondencias que lhes mandava.

Enviou por um corneta, garantido com bandeira branca, uma carta a Jorge de Albuquerque, intimando-o a retirar-se. Recebida a carta por Diogo de Campos, que sabia a lingua franceza, resolveu o atilado sargento-mór atacar



de subito o adversario, não lhe dando tempo para segurar suas posições e nem receber socorros dos Tupinambás, que sabia não se lhe terem ainda reunido. Communicou sua resolução a Albuquerque, e affirmou-lhe que com audacia poderia conseguir victoria.

Concordaram, pois, em investir contra os Francezes sem perder um momento e foram estes arremettidos inopinadamente.

Em consequencia da surpresa e do arrojo temerario que Diogo de Campos empregára, levou de vencida as primeiras trincheiras francezas, e acudindo Jorge de Albuquerque, tornou-se geral a acção.

Relatam as chronicas portuguezas que os Francezes perderam vinte homens mortos e mais de cincoenta feridos no combate, além de nove prisioneiros, e que embacaram-se ás pressas em seus navios para salvarem-se a maior derrota. Affirmam, por seu lado, os escriptores francezes que não menos de oitenta Portuguezes ficaram sem vida ou feridos, afóra alguns prisioneiros.

Curioso é que um e outro contendor, fallando das perdas contrarias, diminuem as suas de modo inacreditavel.

É certo, porém, que Rivardiére, desesperado por não haverem chegado a tempo os contingentes de Tupinambás, que o deviam auxiliar, regressou para a ilha, assentou acampamento no fôrte que edificára defronte da terra firme occupada pelos Portuguezes, da qual o separavam cerca de duas leguas do braço de mar, e conservou em segurança os navios e as canoas possantes de que dispunha.

Electrisados os portuguezes com a victoria alcançada, trataram logo de erigir no sitio em que se travára a lucta uma igreja dedicada á Nossa Senhora da Ajuda, de render em procissão graças ao Todo Poderoso, e de appellidar as

tribus Tapuyas e Tanajáras para reforçar suas fileiras e assaltar a ilha, bem que houvessem já recebido de Pernambuco um contingente de soldados, que o governador lhes remettera.

Tres noites seguidas celebraram os gentios alliados dos Portuguezes estrondosas festas, com dansas grotescas, canticos atroadores e sons musicaes de monotonos chanvalhos. Notavam-se entre os mais enthusiasmados os Tremembés da Parahyba, capitaneados por Antonio Felipe Camarão, e que mais bravamente se tinham distinguido no prelio.

Comprehendeu então Rivardiére que os inimigos engrossavam suas forças e que os Francezes não lograriam resistir lhes, faltando-lhes recursos de sua patria.

Escreveu de novo a Jeronymo de Albuquerque accusando-o de ter faltado ás leis de guerra maltratando os francezes prisioneiros, retendo o corneta que lhe levára a primeira missiva, accommettendo-o sem que lhe houvesse respondido, e açulando os gentios Tapuyas para trucidarem os Tupinambás em algaras e surpresas.

Moderadamente respondeu-lhe Jeronymo de Albuquerque.

Tanto o primeiro como o segundo corneta enviou-lhe livremente. Communicou-lhe, todavia, que, por ordem de seu rei, senhor e possuidor de todas as terras do Brazil, estava resolvido a expulsar os Francezes, como invasores de propriedades alheias, e que curasse Rivardiére de abandonar idéas de colonisar um sólo que não pertencia á França. Terminava assegurando-lhe que os prisioneiros francezes, posto que feridos no combate, recebiam o tratamento que as leis de humanidade exigiam, e que os mortos haviam sido religiosamente sepultados, sem que contra elles se permittisse a menor offensa ou vilipendio.



Não pôde Rivardiére deixar de agradecer-lhe suas declarações, e pediu-lhe licença para mandar ao seu acampamento um cirurgião francez que se incumbisse do tratamento dos seus compatriotas prisioneiros.

Conveio Albuquerque na proposta, e novas relações mais amistosas entabularam-se, até que por fim Rivardiére lembrou ao chefe portuguez a conveniencia de suspenderem-se as hostilidades pelo resto do anno, appellando os contendores para seus governos, e obedecendo lealmente ás ordens que elles lhes trasmitissem, logo que tivessem noticia dos successos occorridos.

Acceptou Jeronymo de Albuquerque o alvitre proposto e nomeou o sargento-mór Diogo de Campos para pactuar accordos com Rivardiére.

Reunidos Diogo de Campos e Rivardiére, assignaram a 27 de Novembro de 1614 convenio de armisticio por um anno. Estipularam que os governos francez e hespanhol decidissem o pleito no tocante ao dominio das terras e á continuação ou suspensão da lucta, para o que Diogo de Campos e Matheus Maillard partiram para Madrid e Gregorio Fragoso e o capitão de Pratz para Paris, incumbidos de esclarecer as respectivas Córtes e receber as ordens. Convieram mais que durante o armisticio procedessem como amigos e se não oppozessem a reforços e soccorros de gente e munições de guerra, que um ou outro recebessem de seus soberanos.

Executou-se pontual e rigorosamente o pacto ajustado.

Cuidaram, no emtanto, os Portuguezes de firmar suas possessões tomadas, e, mais felizes que os Francezes que não recebiam soccorros de sua patria, aos Portuguezes chegavam de quando em quando de Pernambuco contingentes valiosos de tropa.

Não estava ainda terminado o prazo da suspensão das hostilidades quando ordens chegaram a Jeronymo de Albuquerque para continuar a guerra até expulsar os Francezes de todo o territorio brasileiro, desapprovado pelo governo de Madrid o armisticio concordado com Rivardière. Recebeu de Lisboa egualmente novas levas de soldados e officiaes para decidir o pleito com a maior celeridade.

Intimou então Albuquerque a Rivardière para render-se, enviando-lhe copias das instrucções da Côte de Madrid.

Já desgostoso manifestava-se Rivardière com o abandono em que sua patria o deixava. Constava-lhe, para amargural-o, que a Regente de França, occupada em luctas civis e religiosas, e ameaças de guerra estrangeira, negava-se a soccorrel-o, e resolvera até chamal-o a contas, por saber que elle adheria ao culto calvinista, e não querer confiar uma colonia catholica a quem não abraçasse o catholicismo.

Não tomára até então esta deliberação porque procedia Rivardière correctamente, e tinha havido em França tolerancia religiosa firmada pelo fallecido rei Henrique IV.

Não trepidou, portanto, Rivardière em acceder aos desejos de Jeronymo de Albuquerque.

Novo convenio foi entre elles assignado. Abandonariam os Francezes as terras occupadas e entregariam aos Portuguezes a ilha e cidade de S. Luiz, as fortalezas que tinham construido e a artilharia que possuiam, dentro do prazo de seis mezes, pagando-lhes os Portuguezes o valor que lhes fosse arbitrado amigavelmente.

Bem se não havia assentado este segundo pacto, quando chegou ao Maranhão Alexandre de Moura com cerca de novecentos soldados e dez navios de guerra. Vinha em



sua companhia o conhecido Diogo de Campos, na cathegoria de almirante da fróta.

Attribue-se a resolução do governo da Hespanha em empregar urgencia e energia para expulsar os Francezes de seus dominios coloniaes a avisos e esclarecimentos prestados por Diogo de Campos, que se dirigira a Madrid na commissão que lhe fôra incumbida.

Entendia o destemido militar que o menor descuido por parte dos Portuguezes produziria invasões de povos estranhos nas suas posses americanas. Não se sabia já que Inglezes e Hollandezes se estabeleciam ao norte da linha equinoxial, em terras insalubres e desprezadas e que se denominavam Guyanas? Por que, approximando-se do sul, não prefeririam sólos e divisas mais afortunados? Não era essa a razão que movera os Francezes a procurar o Maranhão?

Aproveitaram-se, portanto, seus serviços e conselhos, e confiou-se-lhe o commando dos navios.

A 5 de Outubro de 1613, desembarcaram as novas forças enviadas pela metropole, e que podiam praticar os Francezes enfraquecidos pelo numero, e ralados de despeito e desesperos?

Declarou Moura que considerava nulla a convenção, e mandou dizer a Rivardiére que entregasse tudo aos Portuguezes, sem condições de pagamento, e que se embarcasse quanto antes com o que lhe restava de colonos e soldados francezes que na ilha residissem, sob pena de serem assaltados e trucidados.

Curvou-se Rivardiére á dura necessidade. Desamparou com funda saudade a terra a que o ligavam interesses, coração e nomeada. Em navios francezes de que ainda dispunha, e em Portuguezes que lhe foram prestados, com

cerca de quinhentas pessoas, seguiu tristemente para a patria, que elle, com razão, appellidava ingrata para seus serviços e imprevidente para seu futuro engradecimento.

Foi por Moura confiado o governo da terra a Jeronymo de Albuquerque, que accrescentou a seu nome e de motu proprio, o appellido de Maranhão, no intuito de lembrar seus feitos de guerra. Seguiu Diogo de Campos para o Pará e Amazonas, ancioso de explorar e segurar as possessões brazilicas do norte, até então igualmente abandonadas pela metropole e que Francezes e Hollandezes visitavam já e ahi commerciavam e travavam relações de amisade com os gentios. Moura singrou para Pernambuco no desempenho de outras commissões que lhe haviam sido encarregadas.



## IV

### AMADOR BUENO DA RIBEIRA

Subira ao throno de Portugal, por morte de El-Rei D. Sebastião, em 1578, o decrepito cardeal D. Henrique. Desde logo allegaram direitos á sua successão muitos pretendentes, firmando-se em parentesco mais ou menos remoto e mais ou menos indirecto. Dous portuguezes, e os outros príncipes estrangeiros. Os Duques de Bragança procediam do ramo varonil illegitimo; o Prior do Crato, D. Antonio, a exemplo de D. João I, chefe da Casa de Aviz, considerava-se, bem que bastardo, o herdeiro mais qualificado da corôa.

Entre os estrangeiros pretendentes, primava pelo seu poder e importancia Felippe II de Hespanha, filho da princeza D. Isabel, casada com Carlos I, rei de Hespanha, ou, como é geralmente conhecido na historia, 5º imperador da Allemanha.

Preparára-se Felippe II, em vida ainda do cardeal, para arredar seus concurrentes.

Corrompera grande parte da nobreza e do clero; intimidára muitos com ameaças e vindictas; collocára tropas

aguerridas nas fronteiras, no intuito de invadir o reino, quando raiasse-lhe occasião opportuna. Bem se não finára o rei portuguez e já o Duque d'Alva por terra e o Marquez de Santa-Cruz por mar penetravam em Portugal e apoderavam-se da preza cobiçada.

Recolheram-se a seus solares de Villa Viçosa o Duque e Duqueza de Bragança, submettendo-se ao destino, e não arriscando-se a perigos. Ousou, todavia, o prior do Crato resistir ás armas hespanholas, e defender a autonomia e a independencia da patria, e proclamar-se monarcha legítimo.

Decahidos os brios dos portuguezes desde a derrota de Alcazer Kibir, que podia alcançar D. Antonio diante dos numerosos e valentes soldados de Castella?

Destroçado, perseguido e fugitivo, asyloou-se em França e ahí, apesar de emprezas repetidas, mas sempre mallogradas, finou-se o pretendente na miseria, dilacerado pelas dôres da nostalgia e opprimido pelas suas desventuras.

Não foi, pois, difficil para o filho de Carlos V a conquista de Portugal.

Domado o reino europêo, curvaram-se á sorte da metropole tanto as colonias do Brazil e da Africa, como os territorios asiaticos e as ilhas espalhadas desde o golfo Persico até á China, na immensidade do oceano que separa a America das Indias, e que os portuguezes com seu valor de outr'ora haviam conquistado e submettido a seu jugo.

Pôde então Hespanha gabar-se de que o sol nascia, resplandescia e jamais sumia-se de seus dominios.

Tornára-se a primeira e a mais prestigiosa nação do mundo. Dominava toda a península Iberica, Napolés, Sicilia, Sardenha, Lombardia, Hollanda, Flandres, partes orientaes da França e quasi toda a America, Asia e Africa.

Como o Perú, o Mexico, Santa-Fé e Buenos-Ayres, que



anterior e exclusivamente lhe pertenciam, as possessões portuguezas conquistadas receberam autoridades para as governarem, e começaram tambem a acolher colonos castelhanos.

Ao influxo da nova metropole, posto que conservassem as leis que vigoravam, e a lingua que o povo portuguez fallava e que no berço haviam apprendido, como se não modificariam comtudo os costumes e habitos dos portuguezes nas terras, que com sua valentia e arrojo tinham avassallado, em tantas e tão preciosas partes do mundo?

Sessenta annos contados de 1580 a 1640 perdurou a usurpação.

Tres monarchas hespanhoes reinaram em Portugal, todos tres denominados Felippe, e todos tres decididos a exterminar as memorias e as reliquias da antiga nacionalidade, e a coagir os portuguezes a considerar-se habitantes de uma provincia da peninsula iberica, e não mais de uma nação independente.

Sob o reinado de Felippe IV e no anno de 1640 raiou enfim o dia glorioso em que Portugal alcançou quebrar os ferros da escravidão, recuperar seus fôros e elevar ao throno um monarcha nacional, D. João IV da casa de Bragança.

O Brazil, a Africa e parte da Asia acompanharam-n'o reconhecendo-o de novo sua metropole, saudando a aurora da liberdade, e expulsando as autoridades hespanholas que os governavam.

Administrava então a capitania do Rio de Janeiro, que abrangia os territorios de Minas e S. Paulo, e o sul do Brazil até ao Rio da Prata, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, descendente por varonia da casa fidalga portugueza e nascido no Rio de Janeiro.

Servira Salvador Corrêa com distincção em varias commissões militares. Acompanhára comboio de navios mercantes, combatera contra hollandezes que infestavam a colonia brazileira, e que se haviam empossado de terras da capitania de Pernambuco. Emprehendera feliz expedição em Tucuman, S. João e S. Luiz, no interior do vice-reinado do Rio da Prata, derrotára os gentios Cacequis, aprisionára seu chefe, Pedro Chamay, e ganhára em 1635 a victoria notavel de Polimarca.

Não era razão sufficiente, desde que se consorciára com uma senhora castelhana, para escolhê-lo a Côrte de Madrid em 1637 governador da capitania do Rio de Janeiro? Contava-o como subdito dedicado a Castella.

Apenas recebeu, porém, Salvador Corrêa, em Março de 1641, noticia por via da Bahia da restauração do reino de Portugal, na pessoa de D. João IV, Duque de Bragança, não trepidou em approvar a revolução de sua patria, tão arrojadamente planejada, tão felizmente executada em Lisboa e com tamanho enthusiasmo abraçada em todo o reino de Portugal, e já na bahia de Todos os Santos pelo vice-rei Marquez de Montalvão, que Portuguez de nascimento ligou-se á causa da restauração da patria.

Devia Salvador Corrêa favores ao monarcha da Hespanha, mas os sentimentos patrioticos prevaleceram sobre seus particulares interesses. Desprezou uma consideravel pensão que recebia de Madrid, sacrificou bens e propriedades que possuia no Perú e em Castella, chamou a conselho os officiaes da camara da cidade, e os principaes cabos de guerra que se lhe subordinavam ao commando, e impoz-lhes a obrigação de reconhecer o novo governo installado em Lisboa. Lançou bando convidando os moradores do Rio de Janeiro a obedecer a D. João IV, cuja soberania pro-



clamou solemnemente, e expedio emissarios e cartas ás povoações da sua capitania, para que todos seguissem seu exemplo.

Convem aqui correr a luz sobre o governo e administração praticados no Brazil pelos reis de Portugal, e que os monarchas castelhanos não haviam alterado, por consideral-os vantajosos.

Dividia-se todo o territorio em donatarias particulares distinctas, que os agraciados do seculo XVI absolutamente governavam. Haviam algumas sido já incorporadas nos dominios da corôa, e tomavam a denominação de capitánias : sobresahia em cathegoria a da Bahia, que tinha á sua frente um vice-rei, posto que os demais governadores e capitães-generaes relacionavam-se directamente com a metropole e não dependiam do vice-reinado senão quando ordens especiaes e transitorias da côrte assim o deliberavam. Havia tambem simples capitánias subordinadas aos capitães-generaes e administradas sob sua autoridade.

Nas terras da Corôa, amplos eram os direitos regioes e o regimen da legislação. Nas donatarias, entretanto, a acção do vice-rei, dos capitães-generaes, e dos simples governadores e capitães-móres estendia-se apenas ao exercito e marinha, á exploração de minas auríferas e de pedras preciosas, á protecção dos gentios e ás medidas geraes de policia e segurança publica.

Aos donatarios ou seus herdeiros cabiam a erecção de villas, concessões de sesmarias, nomeações de membros de camaras, de autoridades judicarias, de officiaes de milicias e ordenanças e cobrança de tributos que decretavam sobre os productos da terra e das industrias.

Em duas donatarias dividiam-se então as terras do actual estado de S. Paulo, a de S. Vicente, doada em 1532 a

Martim Affonso de Souza, e a outra a Pero Lopez de Souza, se bem que esta jamais fosse occupada e povoada pelo respectivo agraciado. Sómente nos primeiros annos do seculo XVIII conseguira D. João V, mediante compensações pecuniarias aos herdeiros, extinguil-as e incorporal-as ambas nos dominios da Corôa.

Crítica e anormal era, todavia, a situação da capitania de S. Vicente, que comprehendia as villas de S. Vicente, a principal, e as de Santos, de S. Paulo e de Itanhaem, os sertões interiores, pela maior parte inexplorados, e algumas aldêas e povoações de somenos importancia, pelo territorio espalhadas.

Era a villa de S. Paulo situada em singular altura sobre as serras, dominando planicies admiraveis e regadas pelos ribeiros Inhangaba e Tamandahy, tributarios do rio Tieté, que lhe passa a uma legua de distancia.

Gozava de clima ameno e saudavel, e devera seus primeiros fundamentos aos jesuitas, que reuniram em torno do collegio e de escolas de instrucção primaria e religiosa gentios mansos e catechisados e colonos portuguezes.

Desattendera o governador Mem de Sá os privilegios dos donatarios, supprimindo de autoridade propria e arrasando em 1560 a villa de Santo André, visinha e edificada por João Ramalho e seu sogro Tibiryçá, e transferindo a villa para a povoação jesuitica de S. Paulo.

Continuou, todavia, a reputar-se incluída na donataria. Não faltavam terras para lavrar; sentiam, porém, os moradores necessidade de braços que os auxiliassem. Insufficiente numero de captivos importavam-se da Africa. Sorrio-lhes, desde o principio, a idéa de escravisar gentios para as necessidades do serviço agricola. Resolveram, desde logo, entranhar-se com bandeiras armadas, pelo ser-



tão, aprisionar indigenas, reduzil-os ao captiveiro, e ao mesmo tempo, descobrir minas auríferas, cuja existencia se propalava geralmente.

Clamaram, protestaram os jesuitas, e conseguiram bul-las pontificaes e ordens régias prohibindo que se capti-vassem gentios.

Continuaram comtudo os paulistas a apprehender os selvagens. Luctas, conflictos, alvoroços, irromperam desde logo entre os paulistas e os padres da Companhia. Quantas vezes foram insultados e afugentados os jesuitas, e resti-tuidos posteriormente a seu collegio, e ás aldéas de gentios catechisados, ou pela força enviada do Rio de Janeiro em seu auxilio, ou por meio de accordos?

Dizem os escriptores jesuitas que S. Paulo formava um estado ou republica independente, pois que se não subor-dinava ás leis vigentes do reino, e nem prestava home-nagem aos seus donatarios. Charleroy, o padre Tejo e D. Vaissete appellidavam falsamente os seus habitantes de ladrões, assassinos, violadores das leis humanas e divinas, escória de plebes infimas e perseguidores dos indigenas.

Os povos de S. Paulo não se importavam com as vozes, censuras e excommunhões fulminadas pelos filhos de Santo Ignacio, perseveravam em suas correrías pelas brenhas, aprisionavam e escravizavam os indigenas e accu-savam os padres de pretenderem o monopolio de trabalha-dores nas suas propriedades, quando os negavam aos par-ticulares.

Em 1629 atreveram-se os paulistas, descendo o rio Tieté, a aproximar-se ás margens superiores do Paraná e des-cobriram missões de gentios levantadas pelos jesuitas do Paraguay, nos territorios chamados de Guayra.

Eram os padres da Companhia, investidos pelos reis da

Hespanha do regimen espiritual e temporal das missões, que organisavam com gentios catechisados, e haviam estendido sua acção além do territorio do Paraguay, subido as aguas dos rios Uruguay e Paraná e dos seus muitos affluentes, e formado em suas margens povoações de indigenas, que administravam como sua propriedade. Existia já a do Loreto entre os rios Paranapanema e Pirapó, a de Villa Rica em terras regadas pelo Ubahy, e a de Villa Real á foz do Pequiry, defronte do salto grande do Paraná, além de outras mais em baixo, nas proximidades do Iguassú, e em ambos os lados do Uruguay e Paraná, fundadas todas entre os annos de 1587 e de 1617.

Entenderam os sertanejos e exploradores paulistas que esses territorios estavam incluidos na zona brazilica, e não na que se reputava provincia do Paraguay.

Principiaram a assaltal-os, arrasar as missões, afugentar os padres que as administravam, e aprisionar seus habitantes gentios, bem que catechisados e baptisados livremente.

Travaram-se desde então combates mortiferos; vencedores os paulistas, desceram o Paraná, depois de reduzi-rem a cinzas as povoações de Loreto, Villa Rica e Villa Real. Aprisionavam copia consideravel de indigenas, que traziam para S. Paulo, e que como escravos empregavam em suas lavouras, ou vendiam como escravos para os serviços domesticos.

Foram assim os jesuitas e gentios, por elles catechisados e aldeiados, desalojados e repellidos das missões e posses, que haviam fundado riba acima do Paraná desde o rio Iguassú que parte dos sertões de Corytiba. Deve o Brazil a tão intrepididos sertanejos tão opulentas regiões. Ainda em 1770 e 1771 encontraram-se vestigios de povoações de



Guayra. Bananeiras, limoeiros, laranjeiras, cidreiras, existiam. Ruinas de casas e de igrejas, pedras de moinho, ferramentas, utensilios de olarias, revelavam que alli tinham existido aldeias, não só ás margens dos rios tributarios, como do proprio leito do Paraná.

Enviaram os jesuitas emissarios para Madrid e para o Papa, requerendo providencias contra os paulistas; um d'elles, o padre Montoya, autor de uma grammatica da lingua guarany, conseguiu que se transmittissem ordens ao governador do Rio de Janeiro, que não lograram execução, pois que os paulistas lhe não obedeceram.

Residiam na villa de S. Paulo familias poderosas, homens ricos e opulentos, que dispunham de elementos valiosos de resistencia, e auxiliavam os bandeirantes e aventureiros, que, na falta de minerio em ouro que descobrissem, mineravam nos gentios, que apprehendiam e captivavam.

Fôra constrangido ainda sob o dominio hespanhol o governador Salvador Corrêa de Sá a capitular e accommodar-se com os paulistas, para que os jesuitas lograssem voltar para seu collegio de S. Paulo, de onde haviam sido expellidos, cerrando os olhos a suas expedições e correrias, e á escravidão dos gentios prisioneiros, bem que as leis do reino permittissem unicamente seu captiveiro quando apanhados em guerras justas e autorizadas pelo governo. Que podia, porém, Salvador Corrêa conseguir em S. Paulo, quando no Rio de Janeiro encontrava identica opposição dos moradores indispostos contra os padres da Companhia e favoraveis igualmente ao captiveiro dos gentios?

Cumpre aqui declarar que aos aventureiros paulistas deve o Brazil a aquisição d'esses admiraveis territorios banhados pelo Paraná e seus superiores tributarios, e dos

quaes já os padres da Companhia de Jesus se tinham assenhoreado com missões de gentios, e annexado aos seus dominios do Paraguay. Quando não houvessem por ali dirigido explorações, extinguido as aldêas fundadas pelos jesuitas no Paraná, e expellido os hespanhoes do sólo, obrigando-os pelo terror a desviar suas vistas das margens superiores do grande rio e das dos seus tributarios, a abandonar de todo pretensões atiladamente meditadas, e a volver para terras da Corôa Catholica, não pertenceriam ellas actualmente antes a outros que aos brazileiros?

No meio de tão difficeis relações, como as que entretinham os paulistas e o capitão-general Salvador Corrêa, chegaram a varias villas e povoações da donataria os emissarios partidos do Rio de Janeiro, para que se procedesse ao reconhecimento de D. João IV como rei de Portugal. S. Vicente, Santos, Itanhaem e povoações do littoral annuiram immediatamente ás ordens do governador, e saudaram a restauração da independencia da sua antiga metropole. Em S. Paulo, todavia, revelou-se, ao principio, indecisão, e seguiu-se depois opposição franca de alguns habitantes.

A indignação contra os jesuitas e o despeito contra Salvador Corrêa, decidido protector da Companhia de Santo Ignacio, não estavam apagados da memoria. Repelliram logo os paulistas para fóra da villa quantos jesuitas permaneciam no seu collegio, e mostraram-se indifferentes ás vozes e determinações de Salvador Corrêa.

Aproveitaram-se das circumstancias os hespanhoes domiciliados em S. Paulo e bastantes havia na occasião. Espalhando terrores do poder da Hespanha, aconselhavam a necessidade de continuar a villa e seus territorios sujeitos a Felippe IV.

A maioria, porém, dos habitantes compunha-se de por-



tuguezes e seus directos descendentes, e o amor patriótico, que sempre vibrára em seus peitos, sympathisava com a revolução effectuada em Portugal.

Perceberam os hespanhoes que lhes falleciam forças para continuação de obediencia ao governo castelhano, e, abandonado o plano primitivo, trataram de lembrar alvitres que mais tarde ou cedo o realisassem.

Não manifestavam os moradores da raça portugueza apprehensões e sustos da influencia que adquiriria Salvador Corrêa sobre o governo de D. João IV, com suas diligencias e solicitude para effectuar-lhe o reconhecimento? Não corriam noticias de que os jesuitas em Portugal haviam coadjuvado a revolução de 1640?

Agitavam-se os espiritos, tumultuava o povo nas praças, oravam tribunos improvisados, e tudo era duvidas e desasocego.

Do seio das perturbações sediciosas partem não raras vezes destemperos extravagantes e alvitres inesperados. Lembra-os um espirito mais arrojado e as multidões ignaras e inconscientes applaudem-os, adoptam-os e pensam alcançar um alvo proveitoso. A plebe não raciocina; ouve e decide-se pelos palavrões dos que se constituem seus chefes e directores, e tão transviadamente que, attendendo a novos oradores, muda com a mesma facilidade, apupa o que havia applaudido e é arrastada sem saber para onde a encaminham.

Fingiram-se então alguns hespanhoes inspirados pelo amor que consagravam ás terras de S. Paulo, e que chamavam patria adoptiva, quer por seus particulares interesses, quer por encerrar a existencia de suas familias e de seus filhos. Espalharam que podia a donataria por si formar um reino independente, desopprimido de cuidados por parte da

Europa, visto que dispunha de valiosos recursos, e de elementos poderosos para tornar-se uma grande nação.

Não era preferível eleger, n'esse caso, um rei proprio, nascido em seu seio e que não prestasse obediencia, nem a Hespanha e nem a Portugal?

Não brilhava em S. Paulo, pela sua fortuna, illustração, honestidade, prestigio e familia extensa, Amador Bueno da Ribeira, filho de um hespanhol e de uma portugueza, ambos de estirpe conhecida e respeitada?

Não provára suas aptidões em diversos cargos publicos que exercera?

Conjecturavam os hespanhoes que Amador Bueno penderia de preferencia para a causa da Hespanha, pela educação que recebera de seu pai, castelhano de nascimento, bem que já fallecido, e pela estima que consagrava a dous genros hespanhoes, que haviam militado nas armadas de Felippe IV. Acclamado rei, não deviam suppôr que concorreria para que Hespanha não perdesse a capitania de S. Paulo?

Pelas praças e ruas, e perante ouvintes credulos e susceptiveis de impressionar-se, propagada a lembrança, não conseguiriam os hespanhoes os fins que se propunham de sustentar os direitos de Felippe IV?

Começaram as vozes a propalar-se, excitou-se a vaidade dos moradores, amedrontaram-se os partidarios da escravidão dos gentios e os desaffectedos de Salvador Corrêa de Sá; exaltaram-se os elementos de força e grandeza do Estado de S. Paulo, e tratou-se de acclamar, no meio de vivas estrepitosos, rei natural da terra a Amador Bueno da Ribeira.

Agglomeraram-se grupos destinados a este proposito e tramaram e promoveram uma revolução, correndo para



a casa de Amador Bueno, echoando vivas estrepitosos e saudando-o como rei dos paulistas.

Espantou-se Amador Bueno. Dotado de espirito pensador e de juizo esclarecido, cerrou as portas de entrada de sua casa e appareceu-lhes em uma janella. Aos gritos da plebe respondeu, declarando francamente que não accitava a corôa offerecida, e que o rei que deviam acclamar era D. João IV, o qual o povo portuguez elevára ao throno, ao recuperar sua liberdade e independencia.

Não desanimaram as hórdas dos insurgentes com suas declarações e perseveraram em suas exigencias.

Ao som dos vivas, dos gritos, das vozerias, dos arruidos, da celeuma, retirou-se Amador Bueno para dentro de sua casa, e escapou pela porta do quintal que se abria para uma viélla deserta. Enveredou acceleradamente para o mosteiro de S. Bento, e pediu ao D. Abbade que mandasse trancar os portões do convento.

Mal ferio aos ouvidos dos amotinados a noticia de que Amador Bueno se recolhera ao mosteiro, tambem para alli dirigiram-se, e chegados á praça fronteira á portaria continuaram a clamar — Viva Amador Bueno, nosso rei!

Eram os monges beneditinos respeitados, e tanto mais queridos pelos paulistas, quanto manifestavam-se infensos igualmente aos jesuitas. Não ousaram, pois, os revoltosos invadir o santuario do mosteiro, comquanto agglomerados na praça atroassem os ares com seus repetidos alaridos.

Combinou Amador Bueno com o D. Abbade, e com os mais considerados monges, que elles sahisses a socegar os animos populares, exhortal-os a cumprir seus deveres de bons vassallos de Portugal, e indicar-lhes os perigos a que se expunham, revolucionando-se louca e criminosamente, quando lhes falleciam elementos de resistencia

contra as tropas e moradores importantes da donataria. Expedio igualmente emissarios appellidando prelados prestigiosos e os chefes das mais aristocraticas e influentes familias da terra, para que lhe acudissem em soccorro e salvassem a villa de grandes calamidades.

Emquanto o D. Abbade e seus companheiros falavam á populaça, explicavam-lhe seus erros e allucinações e requeriam-lhe que, arrependida de tão imprudentes passos se retirasse tranquilla ás suas casas, juntaram-se no mosteiro os amigos de Amador Bueno, e, collocando-o á sua frente, desceram todos á praça e proclamaram D. João IV rei de Portugal e do Brazil, echoando vivas á restauração da independencia effectuada em Lisboa.

Tropas não havia em S. Paulo para conter os amotinados; policia não existia; milicias e ordenanças não se tinham regularizado; os donatarios cuidavam unicamente por meio de seus escrivães e agentes da percepção de seus dizimos e impostos, e deixavam que o povo por si se governasse, embóra fossem infringidos os direitos de seus foraes com a eleição dos membros da camara e de outros empregados. O capitão-general, representante da Corôa no Rio de Janeiro, achava-se distante e não poderia acudir com soccorros militares nas emergencias immediatas.

Voluveis e ignaras como são as multidões da plebe, que não comprehende o que pratica, quando méro instrumento de interessados turbulentos e viciosos, não custou aos monges, aos primaciaes da villa e a Amador Bueno serenar-lhe os animos e por fim arrastal-a a saudar tambem a aurora da liberdade portugueza, acclamando rei D. João IV, Duque de Bragança. Conseguiu-se, pois, triumphar a razão e estabelecer a ordem. Celebraram-se festas, e todas as povoações da donataria de S. Vicente reconheceram offi-



cialmente o monarcha nacional, elevado ao throno pelo patriotismo dos portuguezes em 1640.

Protestaram, porém, os Paulistas que se não subordinavam ao governo colonial de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, e que exigiam que de Lisboa se enviasse para a capitania do Rio de Janeiro novo governador que lhes merecesse confiança.

Nomearam dous cidadãos Luiz da Costa Cabral e Balthazar de Borba Gato, e incumbiram-os de partir para Lisboa, de felicitar em nome do povo de S. Paulo o novo rei, de beijar-lhe a mão augusta, de garantir-lhe a fidelidade dos moradores da donataria, de expor-lhe seus agravos contra os jesuitas e o capitão-general, e de supplicar-lhe providencias favoraveis a seus interesses.

Não se pôde poupar encomios a Amador Bueno pelo seu procedimento.

Constituiu-se credor certamente dos mais singulares encomios por se ter inspirado no sentimento de patriotismo e na prudencia, criterio, bom senso e juizo, que lhe revelavam a loucura e perigos inevitaveis de fundar-se reino independente na villa de S. Paulo, tão mingudadamente ainda habitada e desprovida de recursos, e distanciada das povoações da costa maritima da donataria.

Mais louvavel ainda por preferir o bem e prosperidade de sua terra á jactancia ambiciosa de vêr-se acclamado rei ephemero por meio de motins populares, que, como os ventos, variam constantemente.

Perpetuou-lhe a historia da patria uma pagina gloriosa; e, bem que o episodio se considere mesquinho diante dos grandes acontecimentos que os tempos e a civilisação realizaram, não ha duvidar, forma um contingente importante e não uma superfluidade no desenho e no colorido

do quadro geral, que pinta ao natural e ao vivo os successos do passado para illustração dos espiritos, e para a perpetuidade das tradições nobres e patrioticas.

Logo que chegou ao conhecimento de Salvador Corrêa de Sá e Benevides a noticia do que acontecera em S. Paulo, deixou o capitão-general o Rio de Janeiro, embarcou-se com tropas para Santos, e da séde da donataria officiou a Amador Bueno e á camara elogiando-os pelo acto da acclamação de D. João IV, mas exigindo-lhes subordinação ás ordens e decretos da Corôa.

Responderam-lhe os Paulistas que não consentiam padres da Companhia de Jesus em suas terras; e continuariam a caçar, aprisionar e escravisar gentios, necessarios para suas lavouras e explorações de minas auríferas.

Não satisfeitos ainda os Paulistas com o que mandaram dizer a Salvador Corrêa, e temerosos de que o governador empregasse força militar para os acurvar, fortificaram-se nos passos das serras que descem para Santos; declararam-se resolvidos a resistir ás tropas que o acompanhassem, destinadas sem duvida a impôr-lhes jugo de arbitrio e prepotencia, a que até então estavam deshabitoados.

Nomearam 48 cidadãos encarregados de manter seus interesses, e foi Amador Bueno collocado á sua frente.

Conciliador como mostrava-se sempre Salvador Corrêa para exercer administração util e proveitosa á sua patria, asseverou aos paulistas que lhes ouviria pessoalmente as queixas, proveria-as de remedios convenientes e partiria para S. Paulo, sem o menor sequito de soldados, certo de que seria benevola e graciosamente acolhido por povos tão leaes ao rei portuguez, tão activos trabalhadores nas suas lavouras e tão ousados em emprehendimentos proficuos de descoberta de minas de ouro e de pedras preciosas.



Chegou de feito a S. Paulo, penetrou na villa sem a menor opposição, alojou-se em uma casa particular, e abriu immediatas relações com os 48 commissarios, com os officiaes da Camara da Villa, e com os mais conceituados monges beneditos. Assignaram todos um documento, que estipulava as seguintes condições de accordo :

1º Que se obedeceria ás ordens emanadas do rei de Portugal, podendo replicar-se-lhe unicamente no que respeitasse ao serviço obrigatorio dos gentios ;

2º Que para fiscalisar e promover a exploração de minas auríferas nomearia o capitão-general tres directores d'entre os habitantes de S. Paulo e Santos, afim de lhe prestarem contas ;

3º Que exerceriam livremente suas funções os officiaes e escrivães nomeados pelo donatario ;

4º Que representariam para a Côrte de Lisboa os paulistas, no tocante aos aggravos que apontavam dos jesuitas, e esperariam as resoluções regias para lhes darem o devido cumprimento.

Alegres festejos, ruidosas demonstrações de alegria, sancionaram o convenio. Pôde então Salvador Corrêa de Sá providenciar quanto á necessidade de estradas e melhoramentos materiaes da terra, e retirar-se satisfeito para o Rio de Janeiro, enquanto que seguiam tranquillamente para Lisboa Amador Bueno e Cabral, afim de felicitarem D. João IV, exporem-lhe seus aggravos e supplicarem providencias que tranquillisassem os povos.

Não demorou a Côrte de Lisboa suas respostas. Agraciou com honrarias os commissarios paulistas, agradeceu particularmente a Amador Bueno seus honrosos procedimentos, modificou suas ordens no tocante aos gentios ; determinou, porém que voltassem os jesuitas e se occupassem da cate-

chese, em que se revelavam tão peritos e experimentados, sem que mais suscitassem luctas com os moradores e aventureiros.

Este incidente historico prova quanto os paulistas desde o principio da colonisação ganharam em altivez de caracter e em pretensões de supremacia.

Habituarão-se a empreendimentos arrojados, internando-se pelos sertões, rasgando caminhos por terras desconhecidas, devastando montes altanados, mattas espessas e rios possantes, descobrindo e lavrando minas auríferas que encontravam, além das segundas cordilheiras, e em territorios distantes e ignorados, que formam actualmente a provincia de Minas Geraes, povoando enfim antes que quaesquer outros immigrants as immedições do Rio das Mortes, de Carmo, de Sabará, de Caethé e de Ouro-Preto.

Governaram-se como que independentes seus habitantes até 1709, em que, resgatadas as donatarias de Martim Affonso e de Pedro de Góes mediante compensação pecuniaria aos herdeiros, incorporou-as D. João V nos bens nacionaes, creou uma capitania nos territorios de Minas e de S. Paulo, nomeou-lhe governador especial, e elevou em 1711 á categoria de cidade a villa para séde da autoridade superior alli fundada e declarada independente da do Rio de Janeiro.



## V

### ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS E A GUERRA HOLLANDEZA

Desde que os portuguezes se apossaram do Brazil, e os hespanhoes de outras terras americanas, excitou-se a cobiça dos francezes, inglezes e hollandezes. Ambicionavam tomar parte igualmente em conquistas ultramarinas.

Ao principio, nenhum Governo europeu cooperára officialmente, contudo, para offender o direito dos portuguezes, posta de parte a expedição mallograda de Nicoláo Villegaignon. Viviam todos em paz e boas relações amigaveis com os reis de Portugal.

Não deixavam entretanto navios particulares de algumas nações de exploral-as para o commercio, bem que tratados como piratas e perseguidos a ferro e fogo pelos portuguezes.

Logo, porém, que Portugal, subjugado em 1580 pelas armas hespanholas, fundio-se no reino catholico de Felippe II, que laborava em guerras contra quasi todas as nações europeas, resolveram os governos de França, In-

glaterra e Hollanda saltar as colonias e por mais abandonadas então, as que Portugal fundára no Brazil, na Africa e nas uberrimas plagas das Indias e ilhas asiaticas.

Não nos incumbimos n'este momento de referir as luctas posteriores de Francezes e Inglezes no Brazil; concentraremos a narrativa no tocante aos Hollandezes.

Desempenhal-a-hemos com toda a imparcialidade.

Se é obrigação conhecer nossa historia, cabe-nos igualmente dever prestar culto aos antepassados e á patria, identificando-nos pelas reminiscencias com o paiz que foi berço de nossos antepassados e amparou-nos na infancia.

Só assim adquiriremos util instrucção e comprehendemos as lições da experiencia.

Em 1598 uma armada hollandeza insultou as costas do Brazil, apprehendeu navios de commercio e voltou para Amsterdão carregada de despojos. Outras dirigiram-se para as Indias e Africa, seguindo o exemplo da Inglaterra.

Apoderando-se de possessões portuguezas, desamparadas pela Hespanha, que mais cuidava das que descobrira e conquistára que das antigas portuguezas, posto que ellas com o reino europêo já lhes pertencessem.

Após a Asia, viraram-se os hollandezes para a America. Em 1621 organisou-se na Hollanda uma poderosa companhia destinada a explorações e conquistas maritimas, com o titulo de Indias Occidentaes. Já outra funcionava na Haya, dedicada ás Indias Orientaes.

Recebeu a nova companhia carta patente do governo dos Estados Geraes e estatutos para iniciar suas operações mercantis e militares. Dividia-se em camaras, representando as varias cidades da Hollanda. Centralisava-se na Haya sua gerencia exercida por 19 membros. Cumpria-lhe domar terras que conquistasse, exploral-as para seu com-



mercio, pagando porcentagem aos Estados, e governando-as por seus delegados particulares.

Aprestou-se logo formidavel frota que devia levar a seu bordo soldados e chefes para o desembarque e posse de terras e cidades.

Em 1623 partio a primeira expedição destinada á America. Compunha-se de 1600 marinheiros e 1700 soldados, embarcados em navios armados em guerra, ás ordens do almirante Willekens, e do general de terra Van Hort. Singrou a frota em direitura á Bahia de Todos os Santos. Apreciava-se já então o commercio do Brazil, abundante de fumos, madeiras de valor, particularmente a denominada pão brazil, assucar, alguns cereaes e muitas especiarias extremamente procuradas na Europa.

No dia 8 de Maio de 1624 avistou-se a esquadra hollandeza, que demandava a barra da cidade de São Salvador.

Governava então a capitania Diogo de Mendonça Furtado, que prevenido a tempo, fortificára a cidade, e juntára cerca de tres mil soldados para defendel-a. Mandou tocar a rebate; acudiram os moradores, organisou-se até uma companhia de ecclesiasticos capitaneada pelo bispo em pessoa, D. Marcos Teixeira.

Entrou á barra a frota hollandeza apenas aclarou o dia seguinte, aproveitando o vento fresco do mar, que a coadjuvava efficaamente.

Principiou a lucta. Resistia-se de terra ao desembarque intentado; das fortalezas crusava-se animado fogo de artilharia com o das embarcações inimigas.

Á força viva apoderaram-se os hollandezes de navios mercantes estacionados no porto, e do forte do Mar: logo depois de meio dia conseguiram desembarcar mil homens perto do pontal appellidado de Santo Antonio, e dirigiram-

se sem perder tempo, e atravez de desfiladeiros difficeis de atravessar-se, para o centro da cidade.

Horrendo espectaculo lançou pavor nos animos dos defensores da praça. O clarão de varios navios mercantes incendiados pelos hollandezes logo ao anoitecer allumiava a atmospherá funebremente, juntando-se ao estrondo da artilharia que atroava sem interrupção.

O susto prevaleceu, a coragem sumio-se. Em arrancada fuga desataram, para fóra da cidade, homens, mulheres, crianças, soldados, officiaes, militares, jesuitas, ecclesiasticos e o proprio bispo, que ao principio se revelára tão animado de valentia. Firmaram-se os Hollandezes no fórté do Mar e no mosteiro de S. Bento.

Ao amanhecer tomaram conta de toda a cidade, que se achava quasi abandonada de habitantes, encontraram e prenderam o Governador em palacio. Seguiu-se á vistoria um saque exercido barbaramente nas igrejas, edificios publicos e casas particulares.

Reunidos os principaes fugitivos na povoação de Abrantes, a seis leguas de distancia, abriram as vias de successão, e mandaram proprios para Pernambuco ao general Mathias de Albuquerque, nomeado n'ellas Vice-Governador, afim de acudir em soccorro. Elegeram, no emtanto, a um desembargador para administrar interinamente, e logo após, deposto este em Pitanga, substituíram-no pelo bispo, que trocou, na phrase do padre Antonio Vieira, o baculo pela lança, o roquete pela saia da malha, e de prelado ecclesiastico fez-se capitão de soldados.

Patenteou o bispo a maior actividade, e á frente de tropas guarneceu o rio Vermelho. Refregas sobre refregas, escaramuças continuadas, travaram-se entre Hollandezes e guerrilhas dos arredores da cidade.



Em Setembro chegou de Pernambuco, por terra, um capitão-mór nomeado por Mathias de Albuquerque com reforços, munições e petrechos bellicos, e tomou posse da principal autoridade exercida até então pelo bispo.

A 22 de Março de 1623, avistou-se uma poderosa frota, composta de náos portuguezas e hespanholas, ao mando de D. Fradique de Toledo. Viram-se atacados os Hollandezes por mar e por terra. Encarniçada lide enleou-se, começando por um cerco. Logo após appareceu Salvador Corrêa de Sá e Benevides, com soccorros e navios, remetidos do Rio de Janeiro, depois de haver expellido do Espirito Santo trezentos Hollandezes, que ali ousaram descer a terra.

Trataram os Hollandezes de capitular; faltavam-lhes forças contra os inimigos, estavam sitiados por todos os lados. Assignou-se convenio a 1º de Maio; embarcaram-se os Hollandezes deixando em terra toda a artilharia, munições, armas e bandeiras, restituída a cidade aos seus antigos senhores. Sofreram pois os Hollandezes, no seu primeiro tentamen, enormes prejuizos de gente e dinheiro, mas não perderam a coragem, e nem a esperança de desforra.

Em 1627 o almirante Pieter Heyn penetrou de novo na Bahia, aprisionou muitos navios de commercio e de guerra, e voltou vanglorioso para a Hollanda.

Planejou a Companhia das Indias Occidentaes novas invasões no Brazil; segunda e mais possante esquadra de navios, e numero superior de marinheiros e soldados combatentes, seguiram rumo para Pernambuco, escolhido agora como alvo de suas conquistas. Cornelis Loncq commandava a expedição, que apresentou-se diante do Recife a 14 de Fevereiro de 1630.

Saltaram as tropas hollandezas nas praias do Pão Amarello, e seguiram para Olinda, capital então da capitania, de que era o arraial do Recife o porto apenas maritimo.

Correu a resistir-lhes Mathias de Albuquerque, bem que apoiado em numero muito inferior de soldados. Combateu, todavia, nobremente nas margens do Rio Doce. Teve de retirar-se, porém, diante da superioridade do numero, e da estrategia dos inimigos.

Olinda foi occupada logo depois pelos Hollandezes. Pretendeu ainda Mathias de Albuquerque salvar o Recife; não encontrou, porém, soldados. Os sustos haviam reduzido as fileiras de seus subordinados. Deixaram-no só e abandonado. Fugiram para os sertões do interior, e desappareceram nas mattas da capitania.

Resolveu Mathias de Albuquerque depois de incendiar o Recife, retirar-se para os arredores, e organizar guerrilhas, que oppuzessem continuadas resistencias e assaltos ao invasor inimigo até que fosse soccorrido.

Deriva da retirada de Mathias de Albuquerque, a criação do arraial de Bom Jesus, cuja historia pittoresca attrahe tamanho interesse.

Ahi, entre os defensores, e ás ordens do chefe Mathias de Albuquerque, combateu com brilhantismo um brasileiro, Luiz Barbalho Bezerra, nascido em Pernambuco. A seu lado illustraram-se igualmente outros brasileiros, um preto chamado Henrique Dias, um gentio por nome Felipe de Camarão, e um mulato denominado Calabar. Apezar, porém, da pericia do chefe e da valentia dos seus cabos de guerra, os Hollandezes recebendo da Europa socorros continuados, da maior parte do territorio tomaram posse, e foram estendendo seus ataques á Parahyba e Rio-Grande do Norte.



Bastavam alguns reforços que chegassem de Hespanha e Portugal, posto que mingoados, para reanimarem os corajosos defensores do sólo, que não raras vezes cantaram triumphos e destroçaram investidas dos invasores. Sustentava, pois, Mathias de Albuquerque seu posto com muita gallardia e pericia, e a todo o momento incomodava os Hollandezes, suscitando-lhes sérios temores e causando-lhes perdas sensiveis de gente em emboscadas e algaras, com que entretinha e educava seus soldados. Apertava os inimigos de forma que elles muitas vezes desanimavam de proseguir na empreza da conquista.

A deserção, porém, do temerario e astuto mulato Calabar, que se vendeu ao inimigo, produziu males incalculaveis.

Destro, activo, perspicaz, conhecedor de todos os terrenos, mattas, rios da capitania, sabedor das forças dos Portuguezes, transferira aos Hollandezes um auxilio que valia um exercito. Infelizmente para elle foi pouco tempo depois entregue pelos Hollandezes aos Portuguezes, em virtude da capitulação de Porto Calvo, justicado e garroteado, conforme é a pena reservada aos trahidores.

A seus conselhos, porém, tinham-se os Hollandezes muito adiantado no conhecimento e conquista do sólo.

Em 1635 deixou o governo Mathias de Albuquerque e partio para a Europa, a chamado da Côte de Madrid. Revelára-se habilissimo general, e fôra o vulto mais saliente durante o primeiro periodo da guerra contra os Hollandezes. Grangeou mais excelsa reputação nas victorias que contou depois, combatendo pela restauração da independencia de Portugal contra as armas hespanholas.

Desde sua partida cessou a marcha de successos favoraveis para os Portuguezes em Pernambuco. Seu successor,

o Conde Bagnuolo, não o emparelhava em dotes militares.

Os Holandezes occuparam terras de Alagoas e do Ceará. Verdade é que os tinham poderosamente coadjuvado os talentos e dotes guerreiros de um excellente chefe que escolheram para Pernambuco, o principe Mauricio de Nassau, que tomou posse do governo em 1637.

Nenhum governo previdente e liberal iguala-se com o que Nassau exercia nas possessões brazileiras de Hollanda. Dedicava-se á construcção de fortes e de monumentos. Conservava rigorosissima disciplina nas tropas de seu commando. Animava o commercio, as artes, a agricultura. Mandava examinar o paiz, seu sólo, suas mattas, suas producções, suas riquezas. Empregava os naturalistas Macgraff e Pizon no estudo das plantas.

Tratava com favor os Portuguezes convocando-os á concordia e obediencia. Equiparava-os aos Holandezes, appellidando-os escabinos da cidade e representantes de direitos dos povos da capitania; incumbio-os de formar uma assembléa ou congresso, que no Recife, tornado centro do estado hollandez sob o nome de cidade Mauricia, opinassem e deliberassem acerca dos negocios e governo interno da colonia. Encontraram-se, ultimamente, na Haya as actas d'essa Camara representativa installada na America. Figuram nas sessões varios portuguezes e brazileiros que se nobilitaram depois, tomando parte na restauração da capitania. Ordenou Nassau ainda que todos os cultos se celebrassem livremente, o calvinista pelos Holandezes, e o catholico pelos Portuguezes. Organizou igualmente uma policia activa para livrar os districtos de perturbações e crimes, que se reproduziam geralmente e offendiam as propriedades rusticas e as pessoas do campo, para o que confiou armas aos Portuguezes.



Pode-se assegurar que foi a assembléa de escabinos e representantes de Pernambuco, Parahyba e Alagôas, convocada por Maurício de Nassau, durante o anno de 1640, a primeira camara legislativa que funcionou na America. Em 1642 installára-se depois a da Virginia.

Não perdia Nassau, todavia, tempo nenhum para estender pela guerra os dominios hollandezes, comquanto o entretivessem assumptos civis e politicos da mais subida importancia. Angariava geralmente as sympathias dos varios grupos de gentios que no norte do Brazil habitavam e que formavam partidos, segundo seus interesses e instinctos.

Derrotada que foi a frota hespanhola que viera ás ordens do Conde da Torre para combater os Hollandezes, retirados os Portuguezes para além do rio Real ao sul, e occupado todo o territorio da Parahyba, Rio Grande do Norte, Alagôas, Pernambuco e Ceará, podia-se considerar consolidado o dominio hollandez no Brazil.

Recuperára, no emtanto, Portugal em 1640 sua autonomia de reino independente. Levantado pela gloriosa revolução effectuada em Dezembro, assumio o throno D. João IV, que iniciou a dynastia reinante da Casa de Bragança.

Enlejava-se, porém, para Portugal lucta contra Hespanha, que não abria mão de sua conquista de 1580. Os sessenta annos de captivo haviam reduzido as forças de Portugal, arruinado seu sólo, diminuido sua população, extinguido sua industria, exaurido seu commercio, roubado suas possessões na Africa, Asia e até em grande parte as do Brazil, mas não haviam conseguido quebrar os brios do povo, que se ergueu como leão furioso, e ousou travar guerras com Hespanha, então ainda poderosissima nação.

Poderia, com difficuldades e perigos tão sérios como os trazia a guerra com Hespanha para a independencia do reino, combater ainda contra os Hollandezes na America? De que elementos dispunha Portugal para dirigir tropas na Europa e no Brazil?

Carecia, portanto, o novo rei de Portugal de contemporisar com Hollanda, solicitar soccorros de França e Inglaterra, para sustentar vantajosamente a lucta contra Hespanha.

O Brazil foi, pois, abandonado aos Hollandezes. Assignou Portugal tratado de cessação de hostilidades por dez annos. Officialmente, pois, foram firmadas pazes entre Portugal e os Estados de Hollanda, conservando cada um na America as terras de que no momento estava de posse.

Não esboçamos miudamente as peripecias do primeiro periodo da guerra hollandeza no Brazil, porque nosso fim dirige-se antes ao segundo periodo; tomámos a peito desenhar e colorir o painel, que terá de representar os feitos de André Vidal de Negreiros. Desculpe-se-nos, pois, por ter andado a galope na narrativa até aqui traçada.

É agora que apparece pela primeira vez em scena André Vidal de Negreiros.

O que recontámos serve para explicar a posição dos Hollandezes e dos Portuguezes no Brazil, ao proclamar-se Portugal libertado do jugo de Hespanha, e ao ser acompanhado na sua arrojada revolução por todas as colonias, que lhe restavam nas diversas partes do mundo, com a excepção unica da praça de Ceuta na Africa.

Não enumerava, desgraçadamente mais, as grandes posses na Asia e Africa; Francezes, Inglezes e Hollandezes lhe haviam roubado anteriormente a maior parte das conquistas.



A parte do Brazil, não dominado pelos Hollandezes, reconheceu, immediatamente, alegre e pressurosa, a emancipação portugueza.

Em vista das convenções entre Portugal e Hollanda, de 1641, considerava-se, porém, o Brazil partilhado entre ambos os povos. Infelizmente para a Hollanda, a grande maioria dos moradores dos territorios que occupava no Brazil, pertenciam á raça portugueza, não fallando nos gentios, que ora pendiam para um lado, ora tomavam diversa orientação.

Abandonava-os o rei natural, mas elles sentiam no peito palpitar-lhes a febre patriótica.

Que importava a muitos que não fossem soccorridos, quando raiasse a oportunidade de sublevarem-se contra o dominio hollandez? Não dera Mauricio de Nassau exemplo de não respeitar convenios diplomaticos apoderando-se do Maranhão sob pretexto de não haver ainda troca de ratificação do tratado de 1641?

Nascera André Vidal de Negreiros na Parahyba do Norte em fins do seculo XVI e dedicára-se desde criança ao serviço das armas.

Tomou unicamente parte nas guerras hollandezas no segundo periodo, que começou em 1644 e terminou com a expulsão dos invasores em 1654.

Tornou-se o vulto mais saliente e glorioso d'esse periodo, como do primeiro o fôra Mathias de Albuquerque.

Tinha-se já feito notar em Pernambuco sob as ordens de Mathias de Albuquerque, e illustrado na Bahia, quando em 1638 ousára Mauricio de Nassau atacar a cidade do Salvador. Revelára-se valente official, e dotado de tino e perspicacia. Subira em 1644 ao posto de mestre de campo. Aproveitando-se das treguas entre Portugal e Hollanda,

resolveu visitar parentes moradores na capitania do Parahyba e do interior de Pernambuco.

Obteve a necessaria licença dos governadores hollandezes do Recife para alli dirigir-se.

Procederia a viagem de ordem de Antonio Telles da Silva, governador e capitão-mór da Bahia? Ou de espontaneidade de animo e intentos de Negreiros para conhecer os recursos dos Hollandezes, apreciar-lhes as forças, trocar idéas de sublevação com os Portuguezes negociantes, proprietarios de engenhos, e moradores na capitania de Pernambuco e Parahyba, que á sombra do governo de Mauricio de Nassau, pareciam viver tranquillamente sob a protecção Batava? Ou realmente o alvo da viagem a Recife não passava de negocios e interesses de familia?

Parece-nos plausivel e provavel qualquer das conjecturas bem que nenhuma surja á luz como a unica verdadeira, em presença dos verificados documentos quer de Portuguezes, quer de Hollandezes.

Uma circumstancia coadjuvou, todavia, os intentos patrioticos de Negreiros quando os nutrisse. Retirára-se de Pernambuco o Principe Mauricio em 1643, e governava as possessões hollandezas no Brazil um Supremo Conselho de Directores nomeado pela companhia soberana da Haya, e presidido por Sigismundo Schoppe.

Contrariamente á politica de Mauricio de Nassau procediam os novos administradores. Aquelle revelava-se estadista consummado.

Ao passo que protegia os moradores de raça portugueza, attrahia-lhes a confiança, acalmava-lhes os animos, estendera as posses ao rio Real, no Sergipe e á ilha do Maranhão ao Norte, enriquecera as arcas da Companhia, e os cofres dos Estados Geraes da Hollanda, por meio de



rigorosa economia dos dinheiros, e sem que desgostasse os habitantes augmentando-lhes os tributos, fundára assim uma colonia opulenta, para Hollanda, de um futuro auspicioso.

Suscitavam, no emtanto, os novos governadores com seus arbitrios e obras sérios discontentamentos. Offendiam os Portuguezes nas suas consciencias, perseguindo o catholicismo, exigindo pesados impostos, annullando contractos de arrematação de rendas e suspendendo a convocação da assembléa dos escabinos.

Percebeu Vidal de Negreiros a verdadeira situação dos animos dos Portuguezes residentes em Pernambuco.

Em suas relações com o opulento negociante e proprietario portuguez, chamado João Fernandes Vieira, nascido na ilha da Madeira, com o importante fazendeiro Antonio Cavalcanti e com outros de menor consideração, communicou-lhes um plano de levantamento nas capitancias de Pernambuco e de Parahyba para o fim de recuperar o sólo da colonia portugueza e expellir do Brazil os Hollandezes.

Não pertence a idéa de levantamento a Vieira, como falsamente lhe imputam os escriptores portuguezes, Manuel Calado e Raphael de Jesus, denominando-o em suas obras de Valeroso Lucideno e de Castrioto Lusitano.

Vivia Vieira á sombra da estima que os Hollandezes lhe tributavam; exercia livremente seu commercio; costeava proficuamente suas propriedades ruraes, assignava contractos com o governo hollandez, administrava rendas do Estado, como arrematante de impostos, e monopolisava varios serviços remunerativos. Confessou Vieira em uma carta dirigida ao Dr. Feliciano Dourado, que se sublevára contra os Hollandezes, a insinuações de André Vidal, que

lhe affiançára ser semelhante feito do agrado do governo portuguez.

« Quem me trouxe vocalmente os primeiros avisos de Sua Magestade foi um frade de S. Bento, por nome Ignacio, eleito bispo de Angola; depois o Mestre de Campo Martim Ferreira e Simão Alvares, que estavam na Bahia; e tambem André Vidal de Negreiros quando veio em outra occasião trazer-me o mesmo aviso em companhia do frade Bento. » Eis como se exprime Vieira em sua carta.

Não se podem contestar os serviços importantes que á causa da restauração do Brazil prestou Vieira posteriormente.

Fôra, todavia, movido a pratical-os, não só por interesse proprio, o que se prova com o proseguimento dos successos que occorreram, como tambem, conforme o confessou, por insinuações, conselhos e coragem, que recebeu das relações que com André Vidal entabolára no Recife.

Tentou-o naturalmente André Vidal, induzindo-o com geito e habilidade, porque conheceu-lhe o prestigio que lhe davam suas riquezas, as vantagens que traria seu concurso, a força que prestaria ás armas portuguezas, abandonando os Hollandezes, e unindo-se aos defensores da causa premeditada da restauração da capitania. Partio do Recife André Vidal, satisfeito de haver recuperado para a patria um varão tão prestimoso, a quem, em nome de D. João IV, prometeu honras de commendas e de postos civis e militares, de que Vieira manifestava-se extremamente ambicioso.

Tudo o que asseveram os historiographos e chronistas adutores de Vieira, quando o encaram heróe da restauração do Brazil, não passa de legendas, ficções e fabulas.

Não admite duvida ainda, que comquanto desde então



decidido Vieira a entrar na futura conspiração contra os Hollandezes, conservou-se, todavia, no Recife socegado durante algum tempo e subscreveu representações populares á Companhia Hollandeza, pedindo providencias de utilidade publica que contentassem os povos, taes como, a volta de Nassau ao Recife como governador geral da colonia, a facilidade de importarem-se escravos pretos da Africa para os trabalhos agricolas, e a prohibição de synagogas aos judeus residentes em Pernambuco.

Rompeu espontaneamente no emtanto a revolução contra os Hollandezes na capitania do Maranhão. É fóra de duvida que a coadjuvaram autoridades portuguezas do Pará. Abandonaram os Hollandezes suas posses depois de renhida peleja, e retiraram-se para o Ceará. Ao ter Vidal noticia do acontecimento, achando-se já de volta á Bahia, depois de ter ido á Parahyba, e alli exaltado os espiritos para a sublevação projectada no Recife, escreveu logo para o governo de Lisboa, affirmando-lhe exito favoravel á empreza, quando soccorrida pelo rei D. João IV.

Reforçou-lhe o governador da Bahia Antonio Telles da Silva os pedidos de auxilio, officinando igualmente ao governo de Lisboa, e assegurando-lhe que os povos estavam decididos a revoltar-se contra a Hollanda.

Emquanto não vinham os soccorros de Lisboa, enviou Telles da Silva ordens secretas para seguirem de Villa Real no Sergipe forças ao mando de Camarão e de Henrique Dias, incumbidas de penetrar nas Alagôas, e coadjuvar os moradores de Pernambuco quando se revoltassem. Chegando no emtanto á Bahia uma frota que partira do Rio de Janeiro, ao mando de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, e que seguia para Lisboa, concordou o governador Telles com Salvador Corrêa que recebesse a bordo André

Vidal de Negreiros e alguns soldados e os descesse em terras de Pernambuco. Reuniram-se os Portuguezes do Recife, e assignaram convenio reservado para restaurarem a patria. João Fernandes Vieira, que já se malquistára com o governo hollandez por motivos de interesses pecuniarios, Antonio Cardoso e Antonio Cavalcanti, foram nomeados chefes, e iniciaram a propaganda pela capitania, mandando nomeações de capitães e cabos a varios individuos residentes em localidades interiores.

Teve o governo hollandez do Recife denuncia dos planos revolucionarios. Assignou immediatamente ordens para prenderem-se Vieira e varios conspiradores, e para proceder-se á busca em diversas casas particulares; prometeu amnistia aos que, arrependidos, jurassem obediencia de novo á Hollanda; e distribuiu forças para defender diferentes localidades. Teve, por causa de taes providencias do governo hollandez, logar o rompimento antes do dia premeditado. Fugiram, inesperadamente, do Recife Vieira, Cavalcanti, Cardoso, e no lugar denominado Borrvalho intrincheiraram-se, correndo para alli os demais conjurados esparsos pela capitania.

De Ipojuca, Cabo e Muribeca correram multidões para o Borrvalho a reunir-se aos revoltosos. Tomou Vieira o titulo de capitão-mór da guerra bem que o verdadeiro chefe fosse Antonio Dias Cardoso, que pertencia ao exercito activo.

Despresou-se um bando dos governadores hollandezes promettendo perdão aos que regressassem para Recife; queimou-se publicamente outro em que punham-se a preço as cabeças dos principaes instigadores da rebeldia.

Alcançaram os revolucionarios uma pequena victoria no primeiro encontro que tiveram no dia 30 de Junho; e com o feliz successo mais se exaltaram e se enthusiasmaram.



Entendeu todavia Cardoso que lhe não convinha tomar a offensiva, emquanto lhe não chegassem os soccorros de Camarão e Henrique Dias, que deviam partir de Sergipe.

Abandonou os sitios em que se achava, e enveredou para o engenho da Cova e d'ahi para o Monte das Tabocas como a mais defensavel posição da capitania, proxima á pequena serra de Camocim.

O chefe hollandez Honck ia-lhes no encalço; incendiou o engenho da Cova, e marchou em perseguição dos sublevados. Chegou ao Monte das Tabocas, e atacou-o immediatamente. Uma lide encarniçada travou-se; bateram-se desesperadamente os dous partidos. Foi, porém, destroçado o hollandez, e teve de retroceder e abandonar o campo, depois de muitas perdas entre mortos e feridos. Revelára-se habil o sargento-mór Cardoso, capitaneando as tropas revolucionarias. Concorreram para sua victoria a natureza e accidentes da localidade, as mattas a que se abrigavam, os morros de onde partio valentemente a retaguarda escondida e que surprehendeu os Hollandezes quando manobravam na planicie.

Aos festejos do triumpho das Tabocas seguiu a chegada de André Vidal de Negreiros, que desembarcára em Tamandaré, ao sudoeste do Cabo de Santo Agostinho, e corraera logo para o theatro da guerra recebendo ahi a noticia do levantamento pernambucano. Coadjuvado pelo Coronel Martim Soares Moreira, apresentou-se em Tabocas. Entregou a Vieira a nomeação passada pelo governador geral da Bahia para se considerar mestre de campo e assumio a direcção da guerra, substituindo seu commando ao de Cardoso. Não tardaram igualmente Henrique Dias e Camarão com seus soldados que reuniram-se ao grupo das forças.

Haviam, a toda a pressa, transposto o rio de S. Francisco e enveredado para Pernambuco.

Resolveu Vidal que um terço das forças investisse a fortaleza do Pontal, enquanto que elle, á frente do pequeno exercito que lhe era confiado, perseguisse o general hollandez Honck que se retirava para o Recife, e partisse Cardoso para coadjuvar o levantamento que igualmente se praticára na Parahyba.

Sabendo Vidal que Honck se havia recolhido á Casa Forte, não longe de Recife, immediatamente assaltou-o e após tres horas de combate, compellio o inimigo a render-se á discrição, sendo considerados prisioneiros de guerra cerca de quatrocentos hollandezes e condemnados á pena ultima, e executados immediatamente todos os indigenas alistados em suas fileiras.

Provára Vieira seu consideravel influxo na capitania com os numerosos partidarios que angariava, com as sommas de dinheiro que distribuia para adiantar a revolução, com a bravura manifestada nas lides e escaramuças que de continuo se davam. Cavalcanti fallecera n'este intervallo, e Cardoso, bem que rebaixado em cathegoria, continuou a manifestar-se excellente cabo de guerra, collocando-se á frente dos Parahybanos que respondiam ao appello dos generaes portuguezes.

Estendia-se já como uma rede em torno dos Hollandezes a revolução patriótica dos moradores do Brazil. Geral era o levante, combatia-se, depois de recuperado o Maranhão, no Ceará, no Rio Grande, na Parahyba do Norte e nas Alagoás. Os gentios Tapuyas coadjuvavam os Portuguezes, irritados pelo assassinato de João Rabbi praticado pelo hollandez Jorge Guzman, que residia entre elles no Ceará. Transportava-se, porém, o verdadeiro e principal theatro



da guerra para Pernambuco, e formava-se como um cerco ás possessões que ainda restavam aos Hollandezes. Fundára-se um novo arraial fortificado com o titulo de Bom Jesus, perto do Recife, para centro das tropas revolucionarias.

Ao chegar á Hollanda a noticia do rompimento americano, foi insultado publicamente o diplomata portuguez acreditado perante o governo dos Estados Geraes. Accusou-se o rei de Portugal de traidor ás estipulações do tratado de 1641.

Exigiram-se explicações, satisfações amplas de Lisboa sob pena de recommençar-se a lucta, e no proprio sólo europeu ella praticar-se. Todos os animos em Hollanda exasperaram-se, a opinião geral revoltava-se contra a nação portugueza, ameaçada de ser atacada pela Hollanda, quando ainda sustentava, e com difficuldades e perigos, a independencia da Hespanha.

Que podia fazer o misero rei D. João IV? Bem desejaría acudir a seus subditos brazileiros, coadjuval-os na empreza que tinham encetado de restituir á coròea portugueza suas possessões antigas. Teria forças para conseguil-o, quando na Europa se visse a braços com duas guerras?

Desculpavel é, pois, o seu procedimento. Tergiversou, soffreu humilhações, protestou lealdade á Hollanda, prometteu-lhe impor freio ás tentativas dos Americanos, castigal-os, coagil-os á obediencia. Mandou em missão officiosa á Hollanda para o fim de aplacar-lhe os furores o geitoso e astuto jesuita, Padre Antonio Vieira, e enviou instrucções ao seu diplomata para aceitar todas as imposições que lhe fossem feitas.

Não satisfeita ainda a Hollanda com estas providencias que afiançava-lhe D. João IV, obteve que se exonerasse

Antonio Telles da Silva do posto de governador e capitão-general da Bahia, que se ordenasse a retirada dos officiaes militares que estavam á frente dos revoltosos de Pernambuco, que se publicassem bandos infligindo castigos rigorosos a quantos moradores da colonia pegassem em armas contra os Hollandezes.

A tudo accedeu o fraco governo portuguez. Outro governador rendeu na administração a Telles da Silva. Moreno e alguns officiaes militares retiraram-se do serviço dos revolucionarios. André Vidal de Negreiros não se prestou, porém, á obediencia. Acompanharam-no Vieira, Camarão e Henrique Dias. Continuou Vidal dirigindo as forças de Pernambuco. Conservou muita gente ainda em torno de si, afiançando-lhes que el-rei representava comedia, porque não era do seu interesse e nem de sua gloria, que não recuperassem os Portuguezes uma colonia que haviam descoberto, povoado, desenvolvido, e tornado tão prospera como se patenteava.

Perseverando na lide, foi a pouco e pouco apertando os Hollandezes e tornando-lhes precaria a posição no Recife. Serinhaem, o Pontal, o forte do Penedo, e outros pontos estrategicos haviam sido já restaurados. A Parahyba, o Ceará, o Rio Grande do Norte, e depois de escaramuças, sangrentas e barbaras, em que vencedores e vencidos emulavam em ferocidade, reputavam-se libertados do jugo da Hollanda. Traspassados de susto conservavam-se os Batavos no Recife, quando lhes chegou poderoso reforço de navios, armamentos, munições, soldados e chefes aguerridos, no correr do anno de 1646.

Segismundo Schkoppe no character de chefe preferio então a guerra offensiva. Depois de assolar Itaparica e o reconceavo da Bahia para vingar-se dos Portuguezes que



enviavam soccorros aos sublevados de Pernambuco, arrancou do poder do inimigo o forte do Penedo, sobre o rio S. Francisco, e retomou Itamaracá, recolhendo-se ao Recife depois.

Bem que D. João IV não ouzasse affrontar publicamente a Hollanda, manobrou de modo a cooperar com os revoltados de Pernambuco afim de resgatar sua colonia: fingindo sempre lealdade aos compromissos enviou, em 1647 e secretamente, aos Pernambucanos o mestre de campo general Tinoco Barreto de Menezes para dirigir a guerra. Foi Barreto aprisionado no mar, levado ao Recife e recolhido ao forte das Cinco Pontas. Após sete mezes de soffrimento, logrou fugir do forte, subornando o carcereiro. Apresentou-se no novo arraial do Bom Jesus, e exigio o mando superior das forças em campanha.

Nem Vidal, nem Vieira, e nem os demais cabos de guerra, opposeram duvidas ás suas ordens. Bem não estava instruido de todos os assumptos necessarios para a continuação da guerra, que appareceu logo a Barreto occasião para provar sua capacidade militar.

Soube que Schkoppe sahira do Recife á frente de numerosas forças no intuito de atacal-o no Barreto onde estava o quartel general. Unidos Vidal, Vieira e os demais chefes respeitados, concertou-se em occupar os montes de Guararapes e apoderar-se da lingueta de terra e de todos os morros e terrenos alagados, para ahí aceitar-se o combate em posição estrategica.

Raiou o dia 19 de Abril de 1648 e encontraram-se os combatentes: subia a mais de seis mil o numero dos Hollandezes, apoiados em todas as armas. Cerca de tres mil e quinhentos contava Barreto sob suas ordens.

Ao principio, porém, sorrio a victoria aos Hollandezes

e Schkoppe apoderou-se das alturas, e despedia fogo vivo de artilharia. Atiraram-se d'ahi sobre os terrenos alagados para expellir os Portuguezes da lingueta e dos bosques que os abrigavam ainda.

Aproveitou-se Barreto a tempo das difficuldades do inimigo no meio dos atoleiros. Confiou um corpo de soldados praticos a Vidal e ordenou-lhe atacasse repentinamente. Decidio-se então a victoria pelos Portuguezes, e fugiram os Hollandezes abandonando o campo, artilharia, petrechos militares e numero consideravel de soldados prisioneiros.

Logo após o glorioso triumpho, que com tamanha razão laureava os Portuguezes, e provára o denodo de Barreto e de seus subordinados, Vidal, Vieira, Camarão e Henrique Dias, lamentaram elles profundamente a perda do bravo guerrilheiro Camarão que se finou no arraial do Bom Jesus, dias depois de haver arrojadamente combatido.

Exasperados os Hollandezes com a derrota, tramaram vingança, e novo exercito puzeram logo em campo, sob as ordens do coronel Van Brink, por se achar impossibilitado de commandar o general Schkoppe, não restabelecido dos ferimentos que recebera em Guararapes.

Marchou Van Brink para os Guararapes. De longe diviso as forças ao mando de Barreto, occupando a margem do morro, e assumindo posição mais estrategica, que a do primeiro combate, nas mesmas localidades.

Não trepidou van Brink em iniciar o prelio. Estava convencido do valor e disciplina de suas tropas, da pessima organisação dos inimigos mal armados, e mais guerrilheiros que soldados.

Pelo meio-dia de 19 de Fevereiro de 1649 começou a peleja. Provaram os guerrilhas quanto eram peritos e



conhecedores dos alagados e dos sitios montanhosos. Durou o combate até ao anoitecer. Foram ainda derrotados os Hollandezes, e escaparam de maiores desastres aproveitando-se das sombras da noite, e deixando no campo armamentos, cinco bandeiras, e artilharia pesada. Mortifera fôra a lucta para um e outro lado. Cahiram prisioneiros de Barreto mais de cem hollandezes, morreram cerca de mil soldados de van Brink, e elle proprio perdeu igualmente a vida ao terminar-se o prelio.

A segunda victoria de Guararapes infiltrou espanto e desanimo nas fileiras Batavas, e exaltou, todavia, os revolucionados, que, adiantando-se cada vez mais, organisaram um tal qual sitio ao Recife, que quasi unico porto de territorio restava ainda aos Hollandezes.

Correram ainda durante tres annos os acontecimentos sem vantagens assignaladas, quando em 1652 declarou a Grã-Bretanha guerra á Hollanda. Cessaram então soccorros hollandezes para alimentar a guerra ferida em Pernambuco. Aproveitando-se dos factos occorridos, tratou D. João IV de animar mais efficazmente a sublevação de seus subditos americanos e enviou-lhes com alguma franqueza reforços em armas, munições e soldados.

Em Dezembro de 1663 appareceu emfim defronte do Recife uma esquadra portugueza commandada por Pedro Jacques de Magalhães, que sitiou por mar o porto, e abriu relações com os moradores do interior da capitania e com o general Barreto.

Aproveitaram-se Barreto e Jacques das forças terrestres e do bloqueio maritimo: tomaram posição nas proximidades de Olinda; Vidal de Negreiros apoderou-se do forte Amelia e tratou de assaltar o das Cinco Pontas, que era o mais fortalecido baluarte dos Hollandezes; estava occupado

n'esta empreza, quando o general Schkoppe solicitou uma conferencia para suspender-se a guerra.

Communicou Vidal a Barreto a noticia. Nomeou Barreto commissarios para tratarem de uma capitulação honrosa e designou a Schkoppe dia e lugar para as conferencias.

A 26 de Janeiro de 1664 na campina de Taborda, proxima ao forte das Cinco Pontas, e sob duas tendas levantadas para recolherem-se os negociadores, reuniram-se os encarregados da negociação. Agrupou-se-lhes André Vidal incumbido de sustentar os interesses militares dos Portuguezes.

Assignou-se na noite do mesmo dia uma capitulação que terminou a guerra entre Portugal e Hollanda. Seriam restituídos aos Portuguezes todos os terrenos até então occupados no Brazil pelos Hollandezes: retirar-se-hiam da America os Hollandezes em navios de sua nação, esquecer-se-hia o passado e proclamar-se-hia completa amnistia.

No dia seguinte tomaram os Portuguezes conta do bairro de Santo Antonio, denominado cidade Mauricia; a 28 foi recebido Barreto pelo general Schkoppe, que entregou-lhe as chaves da praça, e ambos a pé seguiram para o palacio do governo, edificado por ordem de Mauricio de Nassau e que tinha o titulo de Vriburgo.

Concluidas as condições do convenio e embarcados os Hollandezes, partio em commissão para Portugal André Vidal a levar a noticia a D. João IV de que todo o Brazil ficava restaurado, e submettido ao governo de Sua Magestade.

Festejou-se solemnemente em Lisboa e em varias cidades portuguezas o acontecimento glorioso. Premios e recompensas não escasseou a coròia para os bravos defensores da bandeira portugueza. Passou André Vidal a governar o



Maranhão, Vieira ao principio a Parahyba, e depois Angola, e Barreto a Bahia. Receberam honrarias expressivas Cardoso e os demais cabos de uma guerra tanto mais memoravel quanto ao principio abandonados os povos a seus proprios recursos, só depois do triumpho foram auxiliados pelo governo da metropole.

Do Maranhão transferio-se Vidal para o governo da capitania de Pernambuco e depois para o de Angola, quando occurrencias melindrosas alli exigiram militar e administrador experimentado. De facto prestou ahi serviços relevantissimos. Recebeu por elles honras de conselheiro de guerra, alcaide-mór das villas de Marialva e Morim, e a commenda de Christo. Regressando ainda para Pernambuco governou a capitania pela segunda vez de 1666 a 1667. Obteve sua exoneração allegando molestias, e retirou-se para um engenho, que possuia no termo de Goyanna.

D'esta curta noticia que traçamos, deprehende-se facilmente que papel importante representou Vidal nas guerras contra os Hollandezes e nos serviços da administração publica. Embora subordinado no fim da lucta ás ordens do general Barreto, era considerado pelo chefe o seu primeiro cabo de guerra, o official de sua inteira confiança, que mais lhe elucidava e apontava as soluções indispensaveis nas circumstancias apertadas da lucta.

É expressivo o juizo, que d'elle formára o padre Vieira. Escrevendo a D. João IV, a respeito dos negocios do Brazil, de que era o jesuita tão experimentado, dizia:

« Tem Vossa Magestade mui poucos homens no seu reino que valham André Vidal de Negreiros. É tanto para tudo, demais como para soldado. Muito christão, muito executivo, muito amigo da justiça e da razão, muito zeloso do serviço de Vossa Magestade, muito observador das suas

reaes ordens, e sobretudo muito desembaraçado, e que entende mui bem todas as materias, posto que não falla em verso, que é a falta que lhe achava certo ministro, grande da côrte de Vossa Magestade. »

Notaveis são ainda as phrases do proprio monarcha ao confirmal-o, em 2 de Novembro de 1654, no governo do Maranhão :

« Fazia-o pelos serviços que prestára por mais de vinte annos de guerra, em que fôra ferido por vezes e ficára aleijado de uma perna, pelo procedimento honroso em todos os postos militares, de capitão, sargento-mór, mestre de campo e governador de armas, pelas victorias que alcançára contra as armas hollandezas, pois que, emfim, quando foi necessario abraçar os cannaviaes e engenhos d'aquelle districto, foi o primeiro que com suas mãos pôz o fogo á casa de seu pai para a exemplo se fazer o mesmo aos mais. »

Existia um unico retrato de Vidal e era conservado em Angola, na galeria dos governadores que pelos seus feitos honrosos mereceram da camara da cidade esta distincção. Uma copia executou-se e figura em Pernambuco nas salas do Instituto Archeologico.

Finou-se Vidal em 1681, no Engenho-Novo de Goyanna, retirado ao isolamento e aos gozos da vida domestica.



## VI

### MANUEL BEQUIMÃO

Um interessante episodio da historia colonial do Maranhão é sem duvida a revolta popular effectuada em 1684, e a cuja frente collocára-se Manuel Bequimão, nascido em Lisboa, de pais allemães, e que, estabelecido na capitania americana, trocára o sobrenome de Beckmann pelo de Bequimão, como á portugueza o chamavam seus contemporaneos, elle proprio o assignava e os documentos officiaes da epoca o escreveram.

Alvorotos sobre alvorotos succediam-se na capitania do Maranhão, que comprehendera durante o seculo xvii o actual territorio estadual e os do Pará e Amazonas, que foram-lhe posteriormente desmembrados, quer em tempos ainda coloniaes, quer após a independencia do Brazil.

Duas unicas povoações haviam sido elevadas na capitania á cathegoria e fóros de cidades, S. Luiz do Maranhão e Belém do Pará, a primeira com os privilegios e honrarias concedidas anteriormente á cidade do Porto, e a segunda menos favorecida em razão de sua menor importancia.

Os povoados portuguezes restantes, villas e parochias,

espalhados aqui e alli pelo solo, e em distancias notaveis uns dos outros, e algumas aldeias de gentios que se attrahiam á vida social e que catechisavam e governavam os jesuitas, formavam grupos de habitantes e lavradores, como oasis derramados no seio dos desertos.

Segundo diz o hollandez Morris de Jonge, a cidade de S. Luiz gozava já de alguma importancia pelos productos de seu sólo, fumo, canna de assucar e algodão, pelo numero consideravel de suas casas e pelos prazeres da vida no meio de jardins, pomares e deliciosos arredores que se cultivavam com esmero.

Procediam as queixas dos habitantes e, pois, seus permanentes motins de tres causas : actos legislativos promulgados pela metropole; arbitrariedades e despotismos dos governadores, que mais curavam de enriquecer-se que de promover e fomentar os interesses da colonia e dos povos; e, principalmente, influencia exercida pelos padres da Companhia de Jesus, incumbidos quer da protecção dos indigenas que abraçavam a religião catholica e se reuniam em aldeias, quer dos que ainda vegetando nas brenhas e bosques interiores eram procurados e aconselhados para adoptarem a existencia civilisada.

As leis e provisões do governo, ao findar o seculo xvii, consideravam livres os indigenas; autorisavam exclusivamente os jesuitas a buscar-os aos sertões, estabelecêl-os em aldeias, governal-os temporal e espiritualmente, fixarlhes prazos de terras para trabalharem como proprietarios, embora incluídos em sesmarias legaes ou de posse primitiva e espontanea dos moradores. Era defeso aos particulares apprehendêl-os para escravisal-os.

Consideravam-se os colonos europêos esbulhados quer de terras, quer do direito de reduzir indigenas ao capti-



veiro com cujo auxilio cultivassem os bens que lhes pertenciam. Exasperavam-se tambem contra os governadores que commettiam toda a casta de malvadez com arbitriedades e despotismos.

Irritavam-se ainda mais contra os jesuitas que monopolisavam em proveito de sua sociedade os trabalhos dos gentios.

Eram, não raro, instigados a reclamações perante a Córte de Lisboa até pelos proprios funcionarios judiciaes e administrativos, e principalmente pelo clero secular e regular, adversarios do Instituto de Santo Ignacio de Loyola.

Em 1661 sublevaram-se os povos da capitania. Os de Belém prenderam os jesuitas que missionavam no Pará, e remetteram-nos para S. Luiz do Maranhão. Não poupavam o famoso Padre Antonio Vieira que então devotava-se á catechese dos indigenas na ilha de Marajó, e margens do rio Tocantins.

Por seu lado os moradores de S. Luiz expulsaram igualmente os jesuitas do seu collegio e com os que de Belém haviam chegado, embarcaram-nos em uma miseravel caravella que seguia viagem para a metropole européa. Vingou-se sem piedade Antonio Vieira de sua injusta deportação. Em um admiravel sermão prégado em Lisboa perante toda a Córte que assistia á cerimonia religiosa, estigmatizou-lhes o procedimento, ridicularisou-lhes os costumes, e imputou-lhes vicios degradantes. « No Maranhão, exclamou, é tudo mentira; até o sol é mentiroso, porque amanhecendo tempo claro, e presentindo um formoso dia, de repente e dentro de uma hora se tolda o céu de nuvens e começa a chover como no mais embrenhado inverno ».

Exacerbado por fim D. Pedro 2º, rei de Portugal, do

audacioso feito dos colonos da capitania, nomeou para governador Ruy Vaz de Siqueira, investio-o de illimitados poderes e encarregou-o de castigar-os severamente e de firmar a ordem de uma vez para sempre.

Conseguio Ruy Vaz de Siqueira, empossado do governo em 1662, accomodar mais ou menos os povos porque a corôa admittira-lhes parte das queixas e exonerára os jesuitas da jurisdicção temporal nas aldeias dos gentios. Com diminutas punições dos principaes autores da sublevação e indultos á maior parte dos cumplices, serenaram-se as inquietações dos animos. Declarou, comtudo, o governador que castigaria quantos alvoroços de novo se tramassem e se promovessem contra os padres da companhia, que regressavam incumbidos unicamente de catechese e collocação dos gentios nas aldeias.

Decorreram bastantes annos e se não podiam considerar ainda pacificados os espiritos. Competindo ao governador distribuir pelos agricultores os gentios prisioneiros em guerra, suscitaram-se e engrossaram-se descontentamentos. Attribuiram-se-lhe abusos na distribuição injusta a favoritos e interessados. Suscitaram-se mais os despeitos com a transferencia por elle effectuada da capital do Maranhão para a cidade de Belém; o Senado da Camara de S. Luiz enviou para Lisboa, como seu procurador, Manuel Guedes Aranha, encarregado de reclamar em favor dos seus fóros e dos direitos de seus cidadãos e implorar desaggravo de suas queixas.

Resolveu a Côrte de Lisboa abandonar alvitres conciliadores e impôr-se pela força á sua colonia do Maranhão, e em 1680 promulgou lei com data do 1.º de Abril, prohibindo expressamente o captivo dos gentios e repartição por particulares dos prisioneiros de guerra, que se incor-



porariam d'ahi em diante nas aldeias existentes governadas pelos jesuitas. Fundou ainda o governo da metropole um estanco regio no intuito de perceber maiores rendimentos, monopolisando varios generos de commercio, sob o pretexto de acudir ás despezas que a colonia exigia. Ordenou finalmente a Ignacio Coelho, nomeado governador, que executasse rigorosamente suas deliberações.

Desabrida indisposição manifestaram os moradores da colonia, principalmente contra a instituição do estanco regio que atrophiava toda a liberdade do commercio, e prejudicava-lhes os interesses com o escandaloso privilegio do thesouro.

Um dos mais decididos opposicionistas do estanco manifestou-se Manuel Bequimão: Gozava de credito de cidadão honrado e homem intelligente; domiciliava desde a infancia no Maranhão, exercera o cargo de Vereador da Camara de S. Luiz e pelo seu procedimento civil e fortuna adquirida, conquistára notavel influxo. Dirigio-se á frente de um grupo importante ao palacio do governador, e ameaçou-o de revolta dos povos da capitania, quando pretendesse executal-o.

Temeu-se Ignacio Coelho da attitude dos moradores de S. Luiz; suspendeu a execução das cartas régias no tocante ao estabelecimento do estanco e expôz á Côrte de Lisboa as razões em que se fundava. Pensou, todavia, que devia castigar o chefe dos amotinados; mandou-o prender e sentenciou-o a deportação para Gurupá, a duzentas leguas de distancia da capital da capitania, e bem que ausente mandou que se lhe instaurasse processo criminal como subdito turbulento e perigoso.

Reprovou-lhe a Côrte de Lisboa os procedimentos, e exonerou-o do cargo que exercia; nomeou para substituil-o

no governo a Francisco de Sá e Menezes, e declarou nullo quer o processo instaurado contra Manuel Bequimão, quer seu exilio para o sertão da capitania.

Firme, todavia, em sustentar o estanco para conseguir rendas mais proveitosas, resolveu o governo de D. Pedro 2º crear uma companhia mercantil em Lisboa, denominada do Commercio e Navegação do Maranhão, e concedeu-lhe privilegio, mediante uma somma consideravel que lhe cumpria pagar annualmente ao thesouro, collocando-se á testa do estanco já decretado, e que se não abolia.

Obrigavam-se pelo alvará de 12 de Abril os socios da companhia, a introduzir dez mil escravos africanos, para serem empregados nas lavouras particulares e vendê-los por preço taxado; a importar e exportar todos os generos de mercadorias necessarios ao consumo e ás transacções; a promover melhoramentos nos methodos da cultura e industria; a sustentar navegação regular entre a colonia e o reino. Era eximida de impostos e da jurisdicção dos governadores e autorisada a nomear juizo primitivo para seus conflictos.

Ufanava-se Francisco de Sá e Menezes de ser guerreiro, poeta e politico atilado. Acompanhava-o Paschual Pereira Jansen, na qualidade de assentista ou administrador do estanco transferido da Corôa para a companhia.

Chegado o novo governador a S. Luiz, partiram para bordo do navio em que estava embarcado, no proposito de cumprimental-o, o procurador da Camara Antonio de Souza Soeiro, o vereador Jorge de Sampaio e o juiz dos orphãos Manuel Campello de Andrade. Conferenciaram durante algum tempo com o governador, e volveram para terra propalando a noticia de que Menezes trazia instrucção para cumprir exactamente o alvará sobre o estanco,



concedido agora á companhia, proteger o assentista em todos os seus actos e remetter presos para Lisboa quantos moradores tentassem contrariar-lhe a politica.

Alvorçou-se o povo, e o governador saltando em terra convocou o Senado da Camara para dar-lhe conhecimento das ordens expedidas pela Corôa. Soeiro, Sampaio e Campello votaram que se registrassem as cartas régias para serem cumpridas, comquanto as reputassem injustas e vexatorias para o commercio e para os moradores da capitania. Exacerbado, o povo invadio a casa da camara, e gritos anarchicos perturbaram a sessão, e ameaçaram o assentista Jansen, que alli se achava, de oppôr-se á execução do estanco, que esmagava-lhes a fortuna.

Chegando a noticia ao governador, decidiu Sá e Menezes que em palacio comparecessem os membros da vereança, afim de comporem-se as duvidas, fóra da acção da populaça.

Obedeceram-lhe, e depois de algum tempo voltaram do palacio, e em sessão publica affirmaram que o governo não cedia á reclamação dos moradores e cumpriria rigorosamente as ordens que recebera da Côte.

Submetteu-se assustado o Senado da Camara e lavraram-se e assignaram-se as actas respectivas.

Fundou-se pois o estanco e em nome da companhia partio logo Jansen para Itapicurú annunciando que ali edificaria um engenho modelo para escola agricola; que distribuiria terras a particulares, e as defenderia com contingentes de força que levava contra as excursões de indigenas bravios que devastavam as plantações, e arruinavam as propriedades.

Quatro mezes depois tanto Sá e Menezes como Jansen partiram para Belém, no intuito, segundo annunciaram, de desempenhar no Pará identica missão.

Procederam no Pará, com igual astucia e promessas aos moradores, que não satisfaziam.

Deixára Sá e Menezes em S. Luiz para governar o Maranhão durante sua ausencia o capitão-mór Balthazar Fernandes.

Tinha já regressado do seu desterro Manuel Bequimão, e bem que desbaratada em parte sua fortuna pelo sequestro effectuado em suas propriedades e engenhos, tinham-no os habitantes de S. Luiz acolhido com todas as demonstrações de estima.

Não é de admirar que no coração de Manuel Bequimão se formassem azedumes e ancias de vindicta, posto que em Lisboa se lhe houvesse feito justiça.

Mais de um anno, porém, de soffrimentos em sertões bravios e de encerros em ergastulos desprezíveis, não se esquecem facilmente.

Diziam seus amigos que era nobre seu character, notavel seu desinteresse, generoso seu procedimento, illustrado seu espirito.

Contrariamente a esta opinião propalaram, todavia, frei Behendorff e Teixeira de Moraes em seus escriptos, e memorias, oppostas noticias, que tisonavam-lhe a reputação, imputavam-lhe espirito irrequieto e insaciavel de novidades e turbulencias, e pintavam-no dotado de character astuto, ambicioso, e capaz dos mais horrorosos crimes.

Das tradições do povo e das declarações officiaes de varios governadores da capitania, formam de preferencia o notavel escriptor José Francisco da Silva e o eximio poeta Antonio Gonçalves Dias conceito favoravel de Manuel Bequimão. Posto que se não firme inteiramente nosso juizo, propendemos a acreditar antes as boas que as más qualidades que se lhe attribuem, e talvez se não deva aceitar



nem a idéa vantajosa e nem a prejudicial que a seu respeito se tem publicado.

Certo é que collocou-se á frente dos descontentes de S. Luiz do Maranhão contra o governo de Sá de Menezes, mostrou-se adverso aos jesuitas, e inimigo do estanco, quer administrado por aquelle, quer explorado pela companhia que substituirá á Corôa.

O proprio bispo da diocese, quasi todo o clero da capitania do Maranhão e as ordens monasticas dos Capuchos e do Carmo, associaram-se ao seu partido.

Manifestavam clara e francamente as multidões populares seus desgostos; prégavam nos pulpitos os sacerdotes doutrinas excitadoras de revoltas; reuniam-se conjurados em conciliabulos, ora em casas particulares, ora no proprio convento dos frades Capuchos; e grudavam-se nos cantos das ruas e praças pasquins incendiarios.

A 23 de Fevereiro de 1684 effectuou-se numerosa reunião de descontentes na cerca dos Capuchos, sitio então affastado do coração da cidade. Presidio-a Manuel Bequimão. Era em sua opinião mister repellir o estanco, expulsar seus assentistas e empregados, deportar os jesuitas para fóra da capitania, depôr o governador de sua autoridade, nomear uma junta interina de governo, communicar depois á Côrte de Lisboa as queixas e aggravos dos moradores, e supplicar-lhe remedios que sanassem a infausta situação da colonia.

A alguns espiritos timidos e irresolutos que offereceram duvidas e mostraram os perigos da revolta que se planejava, respondeu Thomaz Bequimão, irmão mais moço do chefe da conjuração. Loquaz, habituado a escriptos epigrammaticos, e verzejador de trovas satyricas, não foi-lhe

difficil angariar o assentimento geral, e convencer os que haviam comparecido á sessão convocada.

Executou-se, pois, um movimento revolucionario. Pelas ruas espalharam-se os conjurados, appellidando os moradores ás armas. Em crescido numero surprehenderam o corpo da guarda, prenderam os officiaes e soldados, e apoderaram-se dos quartéis. Dirigiram-se depois á residencia do capitão-mór, que depuzeram do mando, e encarceraram em sua propria casa. Empossaram-se igualmente dos armazens e edificios do estanco, e attrahiram á sua causa a infantaria paga da cidade.

Vivas estrondosos, applausos entusiasticos resoavam por toda a parte, e dir-se-hia nadar toda a povoação de S. Luiz em contentamento e alegria. Ninguem ousou resistir, e os mesmos conhecidos como adherentes ao governador, simularam-se partidarios da revolta.

Nas igrejas da cidade solemnizou-se o evento com *Te-Deums* e festas religiosas. Nomearam-se pelo voto popular para a junta governativa do Estado não só os tres membros do Senado da Camara, Belchior Gonçalves, Jorge de Sampaio e Eugenio Ribeiro Maranhão, como Manuel Bequimão e Francisco Dias Deiró.

Organisada por este feittio a governação da capitania, resolveu-se apurar a infantaria das praças dando-lhe officiaes de confiança; crear uma guarda civica; estabelecer postos e presidios em sitios dispersos; substituir funcionarios suspeitos por partidarios decididos da revolução; mandar fechar as portas do estanco, e embarcar immediatamente todos os padres jesuitas e remettel-os para Lisboa.

No correr de muitos dias seguidos foi tudo regosijo. Passeiavam grupos de ambos os sexos e de todas as idades ao som de guitarras e pandeiros, cantando, dansando,



entoando vivas e morras, e applaudindo discursos de improvisados tribunos. Das janellas da Camara fallava frequentemente Manuel Bequimão ao povo, e incitava-lhe o fogo sagrado da revolta com palavras sonoras e expressões commoventes, desvanecido com seu triumpho oratorio e com o feliz resultado de seus trabalhos.

Narra-se um facto curioso. Pela maxima parte temiam-se os revolucionarios de castigos da metropole, e como pensavam que recahiriam as penas unicamente nos cabeças da revolta, trataram desde logo de escapar-lhes com um subterfugio. Grudaram varias folhas de papel, desenharam um circulo e escreveram dentro d'elle a acta dos acontecimentos. No derredor do circulo assignaram centenas de pessoas, de modo que se não percebessem quaes os primeiros e principaes autores ou cumplices do acontecimento. Reputavam-se assim, quando vencidos, merecedores de perdões e indultos. Sómente Manuel Bequimão e os seus companheiros da junta governativa ficavam expostos á penalidade da lei, pois que assignavam a acta dentro do circulo.

Não se contentou Manuel Bequimão com devaneios e ridiculas vulgaridades. Tornou-se presidente da Junta e seu principal director. Tratou immediatamente de attrahir á causa dos revoltosos os povos da capitania. Enviou para o Pará um frade mercenario incumbido de levantar ahi proselytos e obter acquiescencia dos povos, e dirigio-se pessoalmente para as villas de Alcantara e da Tapuytaperá. De Belém recebeu noticia favoravel á abolição do estanco e á expulsão dos jesuitas, mas não de adherencia á junta revolucionaria installada em S. Luiz, e nem á deposição do governador Sá e Menezes. De Tapuytaperá e Alcantara voltou triste e igualmente contrariado porque

os moradores das villas, transidos de susto não lhe ouviram os conselhos e insinuações e persistiam fieis á metropole. Apesar dos contratempos soffridos, não desanimou todavia, e dedicou-se ao complemento de sua obra temeraria.

Emquanto se apromptavam dous navios que deviam levar para Lisboa os padres jesuitas, fulminados com deportação e reclusos no seu collegio, amontoava-se por vezes a populaça nos pateos da residencia conventual, e dirigia-lhes injurias e sarcasmos. Astuciosos, porém, como eram os filhos de Santo Ignacio de Loyola, affrontavam com estudada humildade aquelles doestos, respondiam com ternura, justificavam-se contra os boatos a seu respeito espalhados, sustentavam seu desinteresse nas contendias, promettiam resignar toda a autoridade temporal nas missões de gentios, e imploravam a graça unica de poderem continuar na catechese dos selvagens.

Não ha duvida que commoviam sua paciencia e resignação, e parte das multidões começava já a dar-lhes razão e a consentir-lhes a permanencia no Estado, com a condição de se não envolverem em questões civis e nem resistirem á escravidão dos gentios pelos particulares.

Desesperou-se Bequimão com a mudança das idéas no tocante aos Jesuitas, e apressou-se em aprestar os navios em que deviam ser embarcados em virtude das resoluções decretadas.

Eram ao todo os padres vinte e sete, alguns septuagenarios, não poucos invalidos. Companhias de soldados arrancaram-nos do collegio e os conduziram a bordo das caravellas.

Ao presenciar a marcha grave e resignada dos jesuitas, ao ouvir-lhes as rezas que balbuciavam em voz sonora, ao



divisar-lhes lagrimas copiosas que inundavam-lhes os olhos, desfilando por entre alas de tropas armadas, até serem embarcados, e ao dobrarem os sinos dos templos, como se o fizesse para rebate, profunda foi a consternação dos moradores e dos indigenas, que assistiram ao espectáculo, quasi todos supersticiosos e aterrados do futuro. Conta o insigne chronista José Francisco Lisboa que o proprio Manuel Bequimão abraçou, chorando, um dos jesuitas, que tratava até então como amigo. Resultou d'este successo que a revolução, em vez de progredir com o ardor que lhe fôra ao principio communicado, tendeu desde logo a minguar de seu enthusiasmo e a declinar de sua marcha.

Para apressar a reacção que principiava cooperou poderosamente a fadiga, a que foram os moradores da colonia obrigados pelo serviço militar, que as necessidades da revolta e as exigencias de Bequimão lhes impunham ininterruptamente.

As rondas, as guardas, os exercicios continuados, quer ás ardentias do sol, quer ás chuvas e humidades da atmospheria, longe das familias, inhibidos de costear agriculturas e industrias, que definhavam com o abandono, produziam decepções, suscitavam já arrependimentos e acabrunhavam os espiritos.

Que importava que Manuel Bequimão, diligente e activo, não perdesse occasião para rehabilitar-lhes a coragem, levantar-lhes os animos, reerguer-lhes os brios, e demonstrar-lhes em discursos pronunciados, já no Senado da Camara, já nas praças publicas, que unicamente a persistencia e valor poderiam agora salvar-os? Como de outra maneira obstar que se cumprisse o estanco, e se nullificasse a companhia monopolisadora de todos os productos

da terra e de todos os generos de consumo? Como libertar-se da influencia perniciosa dos jesuitas que lhes não consentiam escravisar gentios para lavrarem suas terras?

Como alcançar, emfim, viver e trabalhar tranquilla e livremente senão coagindo a metropole a distribuir-lhes justiça, garantir-lhes suas propriedades e pessoas contra ineptos, perversos e ambiciosos governadores, e revogar decretos promulgados sem conhecimento dos interesses e necessidades da colonia? Afiançava igualmente feliz resultado de uma commissão que confiára a Thomaz Bequimão, de partir para Lisboa e expôr a el-rei a situação da capitania, os soffrimentos e aggravos dos moradores, as causas da revolução effectuada e os sentimentos emfim de lealdade de seus vassallos americanos que não contra sua autoridade mas contra seus inhabeis e corruptos agentes se sublevavam.

Não tratava, no emtanto, Sá e Menezes, estabelecido em Belém, de combater a revolta de S. Luiz pela força das armas. Conjecturou vencê-la, mandando offerecer dinheiro, honrarias e perdões a Manuel Bequimão e a seus companheiros. Prova-se o desinteresse de Bequimão, recusando a offerta da corrupção, tanto mais que se lhe arruinára a fortuna e estava ameaçado de ser reduzido á miseria.

Sua influencia decahia, comtudo, aos olhos dos menos perspicazes. Aproveitaram-se muitos dos moradores de uma nova viagem que Bequimão effectuára a varias localidades do interior para, em sua ausencia, levantar partido em pró da conciliação proposta pelo governador Sá e Menezes e offerecer-se para obedecer a um novo capitão-mór que elle nomeasse e que em seu nome exercesse a autoridade suprema.



Introduzio-se tambem a scisão nas tropas que estavam aquarteladas. Dissolveu-se espontaneamente a guarda civica; abandonaram a cidade muitos milicianos, que preferiram cultivar suas roças e culturas a servir na capital em exercicios militares. Bastariam alguns regimentos enviados do Pará ou de Lisboa para que a maioria dos colonos abandonasse a causa da revolta e se restaurasse o dominio exclusivo da Corôa.

O favor da plebe é sempre fugaz e voluvel. Seus idolos de um dia são apedrejados no seguinte dia. Cansa-se até de admirar virtudes em seus governantes, e aspira a mudanças e novidades de dramas e de actores.

Um anno era decorrido e não chegavam comtudo navios de Lisboa que trouxessem noticias das intenções da Côrte, e do resultado da missão de Thomaz Bequimão, partido de S. Luiz havia mais de seis mezes.

Compreendeu Manuel Bequimão que seu poder diminuia, e que a reacção formava-se e progredia nos espiritos dos Maranhenses, já porque se não melhorava e firmava a situação, já porque sustos de castigos fulminados pela metropole atrophiavam todos os ardimentos. Aca-brunhava-se-lhe o animo, atormentado de presagios tristes e aterradores.

Appareceu, finalmente, á barra da cidade de S. Luiz um navio no dia 12 de Maio.

Diversas foram as impressões produzidas. Daria novas para serenar ou para mais augmentar os sustos da população?

Estava a bordo Thomaz Bequimão com esperanças de allivio, ou pelo navio enviava a metropole forças com que suffocasse o movimento revolucionario?

Mandou Manuel Bequimão immediatamente um ajudante

de ordens saber o destino, e a razão por que ao largo o navio se conservava.

Cumpre-nos enumerar agora as providencias da Corôa, ao espalharem-se no reino as noticias dos acontecimentos verificados no Maranhão.

Haviam chegado a Lisboa os jesuitas deportados e quasi ao mesmo tempo Thomaz Bequimão. Perplexo, o governo demorara suas decisões, não sabendo avaliar a importancia da revolução. Resolvera, finalmente, castigar seus autores, e restabelecer seu inteiro predominio. Encerrou no forte de S. Julião o emissario Maranhense. Exonerou Sá e Menezes, que se achava no Pará, do posto de governador, e nomeou o tenente-general Gomes Freire de Andrade para substituil-o, investido de arbitrarías attribuições.

Dous navios tripolaram-se convenientemente, e collocaram-se a bordo cento e cincoenta praças de tropa de linha, ás ordens do novo governador. Em um embarcaram-se Gomes Freire e os juizes escolhidos para a alçada que devia installar-se e sentenciar os culpados. No outro introduzio-se carregado de ferros Thomas Bequimão.

Singraram os dous navios em direitura do Maranhão.

O que notámos approximar á barra trazia Gomes Freire, que antes de saltar em terra conservou-se ao largo á espera da segunda embarcação.

Acolhido affavelmente a bordo o ajudante enviado por Manuel Bequimão, voltou para S. Luiz apregoando intenções pacificas do novo governador, que mandava chamar á sua presença varios cidadãos para com elles conferenciar, no tocante aos meios de uma conciliação que de preferencia desejava.

Consentio Bequimão que os cidadãos chamados para



bordo obedecessem ás ordens do governador. De sua conferencia com elles resultou para Gomes Freire o conhecimento da verdadeira situação das cousas e dos espiritos arrependidos dos habitantes. Não trepidou então em desembarcar, embora se não avistasse ainda o segundo navio que conduzia igualmente parte das forças expedicionarias. Communicada a sua resolução aos officiaes do Senado da Camara, apressaram-se estes em cumprimental-o antes que descesse á terra.

Atribulado Manuel Bequimão de suspeitas e temores, não esperou, todavia, que o governador saltasse na cidade.

Convocou para uma reunião seus partidarios, e poucos compareceram. Repetio immediatamente novo convite, e desenganou-se de que finda estava sua influencia, e que os Maranhenses anciavam unicamente acolher, acatar e obedecer á metropole.

Mandou Gomes Freire que desembarcassem primeiramente cincoenta soldados e tomassem conta do forte, e que em terra se robustecessem com a infantaria que o guardava.

Cumpridas estas disposições, deixou o governador seu navio, saltou em terra saudado pelas vozes alegres do povo, dirigio-se á cathedral, rendeu graças a Deus e tomou posse da autoridade no Senado da Camara, reunido incontinentemente por sua ordem.

Repicaram os sinos das igrejas, salvas e vivas retumbaram, e festejaram o acto como triumpho da metropole muitos d'aquelles que tinham abraçado a revolta.

Poucos deixam de virar-se para o sol que nasce; são dos mais fervorosos ainda os desertores das causas vencidas.

Rondas e guardas percorreram durante a noite as ruas

e praças da cidade, e estavam restabelecidas inteiramente a ordem e a autoridade de Gomes Freire.

De S. Luiz haviam-se para os sertões da capitania recolhido os que mais se amedrontavam com castigos pela parte que lhes coubera na revolta.

Mais animoso, todavia, seu principal protagonista, Manuel Bequimão, conservava-se na cidade, posto que desprestigiado e abandonado de amigos e companheiros. Não se apresentou em palacio para cumprimentar o governador bem que se não escondesse aos olhos dos habitantes.

Publicou-se dias depois um bando do governador, concedendo perdão aos compromettidos na sedição que manifestassem arrependimento. Exceptuavam-se, todavia, os cabeças, sem que se mencionassem seus nomes.

Não tardou em ser desembarcado de bordo do segundo navio que de Lisboa chegára, Thomaz Bequimão, e com algemas nos braços e ferros aos pés foi enterrado em uma enxovia, e guardado e vigiado por numerosos soldados.

Dias depois novo bando foi lido ao povo nas praças publicas, e pregado nas esquinas das ruas. Ordenava a prisão de Manuel Bequimão, onde quer que se encontrasse, promettia um premio a quem o descobrisse e capturasse, e decretava castigo severo contra os que o auxiliassem na fuga, ou lhe prestassem homisio.

Comprehendeu então Manuel Bequimão que não devia conservar-se na ilha, e menos nas visinhanças da cidade. Para que mais demorar-se, quando sabia que seus anteriores partidarios supplicavam as graças do governador, patenteavam-se adhesos á sua autoridade, e imputavam-lhe todas as culpas da revolta, e até crimes e attentados que não commettera? Ao ouvil-os Bequimão os obrigára pelo terror e pela força a abraçar o movimento sedicioso, en-



ganando-os com apregoada obediencia á metropole e fidelidade ao monarcha reinante.

Decidio-se Bequimão a abandonar a ilha, e esconder-se nos sertões do Alto Mearim, onde possuia terras, mattas e propriedades.

Vagou errante por algum tempo pelos valles e montes sem que lhe apparecesse amigo que o asylasse. Encontrou finalmente uma senhora viuva, que apiedada da sua desventura, escondeu-o em sua casa distante da cidade e lhe preparou uma canôa de voga com excellentes remadores para que atravessasse o canal e subisse as aguas do rio Mearim, afim de escapar ás pesquisas de seus perseguidores.

Conseguiu por este modo entranhar-se nas brenhas e occultar-se em uma fazendola que lhe pertencia no interior do continente e ás margens do rio Alto Mearim. Ahi rodeou-se de escravos fieis, e adoptou vigilancia activa, para não ser surpreendido.

No intuito de satisfazer parte das queixas dos povos, annunciou o Governador abolido o estanco, e bem que franqueada a volta dos padres jesuitas, restrictos ficavam á jurisdicção espirital nas aldeias de gentios que catechissassem. Conquistou estima e popularidade com suas providencias. Anciava, porém, apprehender Bequimão, e ouviu pareceres no tocante aos meios que lhe cumpria empregar fructuosamente.

Residia em S. Luiz um afilhado e protegido de Bequimão, chamado Lazaro de Mello. Ameaçou-o de prisão quando lhe não denunciasse o sitio a que seu padrinho se abrigára. Não custou-lhe trabalho convencer Lazaro. Ganhou a corrupção, e Lazaro comprometteu-se a prender seu protector e amigo.

Recebida uma escolta sufficiente para acompanhá-lo e coadjuvá-lo na empreza, não trepidou Lazaro de Mello em esquecer os laços de amizade e deveres de gratidão, e partio para o engenho de Mearim que costumava frequentar, quando commensal de Manuel Bequimão. Ao avistar Bequimão numerosa copia de gente, desatou em fuga para os mattos. Sabendo depois que era Lazaro de Mello que o procurava, pensou receber amigo e não adversarios, e voltou confiadamente para seu engenho.

Acolheu com sua habitual bondade o discipulo e afilhado que tanto prezava. Qual não foi, porém, sua admiração ao ser-se repentinamente assaltado pelos sequazes de Lazaro de Mello e proclamado preso?

Nunca suspeitára traição da parte de tão dilecto discipulo. Succumbio ante ella seu espirito e abateu-se-lhe a coragem que sempre revelára.

Preferio não resistir-lhe, tranquillamente deixou que lhe collocassem cordas aos braços e machos aos pés e o conduzissem em uma padiola cercada de soldados para as margens do rio, onde estavam preparadas canoas para seu transporte á cidade de S. Luiz.

Installou-se em S. Luiz a junta de justiça; promoveu-se acceleradamente o processo, sentenciaram os magistrados, Manuel Bequimão, Jorge Sampaio e Manuel Dias Deiró á pena de morte; Thomas Bequimão e Eugenio Ribeiro Maranhão a degredo para Pernambuco; um frade prégador carmelita e um vigario, cujos nomes não lográmos descobrir, á reclusão e expulsão do convento e da parochia; Belchior Gonçalves, um dos misteres do povo, a açoites nas ruas publicas e desterro para Angola; e trinta outros réos a multas pecuniarias. Não se pouparam os bens dos condemnados: declararam-se sequestrados para a Corôa.



Executaram-se pontualmente os accordãos da alçada. Na praça então chamada do Armazem, e hoje da Trindade, erigio-se o patibulo, e foram enforcados pela mão do algoz Manuel Bequimão e Jorge Sampaio, no dia 2 de Novembro de 1586. Ao subir os degrãos do cadafalso, provou ainda Bequimão a coragem que nunca em sua vida desmentira. Pedio em vozes alterosas perdão aos que houvesse offendido em palavras ou actos; recordou-se da misericordia divina; revelou sua profunda fé nas doutrinas da Igreja catholica; e terminou exclamando que morria contente pelo povo do Maranhão. Escapára Dias Deiró pela fuga, e em sua effigie executou-se sentença a seu respeito.

José Francisco Lisboa, escrupuloso pesquisador de documentos historicos e escriptor elegante e correcto acerca da capitania do Maranhão, eleva-se até á poesia quando falla de Manuel Bequimão. Nenhum vulto notavel pelas qualidades generosas do coração, pela magnanimidade do character, pelo desinteresse dos intuitos, pela paixão do patriotismo e pela actividade e energia do procedimento, parece-lhe superior na historia.

Não terminaremos este conciso estudo sem noticiar aos leitores que o traidor Lazaro de Mello, bem que gratificado pelo governador Gomes Freire com dinheiro e com o posto de capitão de uma das companhias da nobreza da terra, não conseguiu ser reconhecido pelos milicianos, seus subordinados.

Abandonou a cidade, aborrecido dos desdens que geralmente soffria; na miseria vegetava no interior do Maranhão, quando, entalado na moenda de uma engenhoca que concertava, perdeu os dias da vida em atrozes soffrimentos.

Quando a justiça humana falla, raia a divina para a punição do crime.

Em honra de Gomes Freire de Andrade cumpre-nos acrescentar que, — a acreditar-se em um dos seus apolo-gistas, — em segredo arrematou em praça parte dos bens sequestrados de Manuel Bequimão e doou-os á viuva e familia para que não ficassem reduzidos á mendicidade.



## VII

### A GUERRA DOS MASCATES EM PERNAMBUCO

Não foi exactamente estudada e apreciada pelos historio-graphos antigos a lucta denominada — *Guerra dos mascates* — que, durante os annos 1710 e 1711, travou-se na capitania de Pernambuco, entre Portuguezes nascidos na Europa, e seus descendentes brasileiros. Têm sido descobertos e publicados documentos que esclarecem os factos e modificam os juizos.

Somos devedores, por tão relevantes serviços, ao Instituto Archeologico e Geographico de Pernambuco e particularmente a seus distinctos socios José Domingues Codeceira, D<sup>r</sup> José Hygino e Maximiano Lopes Machado.

Bem que succintamente, traçamos, todavia, um esboço das peripecias principaes d'essa lucta, notavel nas paginas da historia colonial do Brazil. Deixamos a mais adestrados escriptores o trabalho de completal-a, ratificando melhor os factos, prestando-lhes o colorido proprio da epoca, le prendendo a curiosidade e interesse dos leitores pelo apurado do estylo e selecção de conceitos.

Prolongada e sangrenta fôra a lucta entre os pernambucanos e hollandezes, estes para conservar-se nas suas conquistas, aquelles para restaurar o dominio da Corôa Portugueza. Sem declaração de guerra, nem motivos para aggressão, ousaram os hollandezes apoderar-se em 1630 da capitania de Pernambuco. Colonia até então portugueza, opulenta de propriedades territoriaes applicadas á plantação da canna e do algodão, e fabricação de assucar, rica de sólo apropriado a todos os generos da agricultura, abundante de mattas para construcções e de productos naturaes para o commercio e a industria, povoada por immigrants portuguezes, que na America formavam familias importantes, seguiu Pernambuco a sorte de sua metropole, escravisou-se igualmente em 1580 á Hespanha, bem que guardasse os costumes, leis, tradições e sentimentos dos seus descobridores primitivos.

Minguados e vãos esforços commettera Hespanha para repellir os Hollandezes do sólo americano, que, com o reino de Portugal fôra annexado á sua corôa. Ao arrebentar a revolução de 1640 e ao proclamar-se a autonomia e independencia de Portugal, eram os Hollandezes senhores de toda a capitania de Pernambuco, da Parahyba, Rio Grande, Ceará e de parte do Maranhão, e não dispunha Portugal, ainda que restaurada sua nacionalidade, de forças com que pudesse recuperar seus dominios no Brazil, occupados pelos batalhões invasores.

Tratou, portanto, D. João IV, que iniciava a nova dynastia de seus reis, de accommodar-se, reconhecendo como direito dos hollandezes o que não passára de occupação violenta e contraria aos principios do direito das gentes.

Attrahiam-lhe exclusivamente os cuidados as guerras



com Hespanha em sustentação da independencia da patria.

Que elementos restavam-lhe para arcar ainda com Hollanda, poderosa nos mares avassallados por suas esquadras, quer no Atlantico, quer nos das Indias Asiaticas e costas da Africa?

Não se sujeitaram, porém, os habitantes de Pernambuco, oriundos da raça portugueza, ás pazes celebradas entre Portugal e Hollanda. Era-lhes odioso viver sob o dominio batavo, por seus habitos, educação e leis, e pela religião catholica, adversa á que os Hollandezes haviam adoptado.

Accrescia ainda que prohibiam os hollandezes a importação de escravos africanos para o amanho e cultivo das terras, ás quaes faltavam braços adaptados para produzirem com proveito.

Espontaneamente sublevaram-se pois contra os Hollandezes, bem que reduzidos a seus unicos recursos e baldos de soccorros da metropole.

Em 1645 recommçou a guerra da restauração de Pernambuco. No estudo que desenhámos a respeito de André Vidal de Negreiros, o vulto proeminente da segunda phase da lucta contra os Hollandezes, e que collocou-se á frente dos povos levantados, summariámos os principaes acontecimentos, até que no dia 27 de Janeiro de 1654 foram expellidos os Hollandezes e restaurado o sólo brasileiro.

Recompensou D. João IV, como devia, com cargos publicos e distincções honorificas os inclytos vassallos, que lhe haviam salvo tão consideravel parte de seus dominios, e todo o continente brazilico continuou a prestar obediencia a Portugal e reconhecer-lhe a soberania.

Haviam-se, no emtanto, cumpre notar, modificado bastante o character dos Pernambucanos, com as relações

entretidas com os Hollandezes, posto que d'estes os afastasse o odio nutrido contra o estrangeiro; concorriam ainda as ininterruptas pelejas, para exaltar e orgulhar os lidadores; e as victorias conseguidas provavam os recursos e forças da colonia, quando ainda abandonada pela metropole, e que, devidas quasi que exclusivamente ao denodo dos naturaes da terra, infiltravam-lhes nos espiritos brios altivos e sobranceiros.

Não partira principalmente dos nascidos no Brazil e dos proprietarios de engenhos o movimento da restauração patria? Não tinham elles despendido na lucta seus cabedaes, sacrificado seus bens, desamparado suas propriedades, incendiado suas plantações, derramado seu sangue? Não podiam, portanto, pensar que cabiam-lhes direitos superiores aos dos Portuguezes nascidos na Europa, que emigravam pobres para o Brazil, applicavam-se sómente ao commercio, e não tinham participado dos riscos e perigos da prolongada lucta?

Reputavam-se, pois, uma classe aristocratica no meio da população colonial, e fundaram por este motivo a nobreza da terra, composta dos senhores de engenho e proprietarios do sólo, quando os emigrantes e colonos, que em enxame desde 1634 atiravam-se para o Brazil, dedicavam-se ás transacções mercantis nas cidades e povoações maritimas de preferencia ao cultivo do sólo.

Augmentava-se a olhos vistos desde a restauração de Pernambuco, o bairro do Recife, appellidado pelos Hollandezes cidade Mauricia, bem que reduzido durante o dominio portuguez a simples parochia annexa ao municipio de Olinda, capital da capitania e séde dos governadores enviados de Lisboa.

Era no emtanto um porto maritimo de importancia, e



por seu intermedio effectuavam-se todas as transacções dos productos internos e externos.

As povoações maritimas, recebendo a cada instante augmento de pessoal europêo, enriqueciam-se; decahiam no emtanto as villas, as aldeias do interior, e a propria capital, Olinda, porque o Recife monopolisava todos os negocios mercantis, e todas as relações para as cidades da metropole.

Desenvolviam-se, em consequencia d'esta situação, indisposições entre os senhores de engenho e os moradores dos portos maritimos. Avolumavam-se com o facto de tornarem-se estes credores, e aquelles seus devedores. Não adiantavam aos lavradores os negociantes dinheiro para o custeio de suas propriedades, recebendo seus productos agricolas, vendendo-os e abrindo-lhes contas de juros pelas quantias emprestadas?

Não se observa que em toda a parte devedor e credor rivalisam de zelos e queixas?

Não procedera a perseguição dos judeus, durante a idade media, de serem credores dos christãos, que os acoiavam de usurarios e absorvedores de todas as fortunas particulares?

Desejavam os Europêos partilhar os cargos publicos; contrariavam-nos os Americanos, que os exigiam de preferencia. Eram estes cargos ou postos nas milicias e ordenanças, considerados segunda e terceira linha do exercito; ou officios de vereança que influíam poderosamente no governo das municipalidades e até em alguns assumptos politicos. Rixas continuas produziam-se, pois, sempre que os governadores tomavam partido por uns ou por outros.

Dirigiam-se mutuamente apodos, injurias, sobrenomes

desairosos. *Mascates* era o nome dado aos Europeus, porque tinham chegado pobres e mendigos á capitania. Das Indias havia-se transferido esta denominação, como in-insultuosa.

*Pés-rapados* appellidavam-se os Americanos, porque orgulhavam-se de nobreza, mas andavam endividados, e dependiam da generosidade de seus credores, Portuguezes de nascimento.

Bem não terminára o anno de 1664, quando surgiu um conflicto ameaçador de graves consequências.

O governador da capitania, Jeronymo de Mendonça Furtado, em vez de praticar politica imparcial, que contivesse os animos e poupasse queixas e alvoroços que por vezes manifestavam-se, pendeu claramente para o partido dos Europeus e descontentou os Americanos.

Tramaram e executaram os da nobreza da terra um motim em Olinda, prenderam o governador e remetteram-no para Lisboa, expondo á Corôa os vexames com que os acabrunhava, e arbitrios que commettera. Apossou-se legalmente do governo o cidadão designado nas vias de successão, que acompanhava sempre as patentes de nomeação da primeira autoridade da colonia. Ninguém então atreveu-se o oppôr resistencia.

Quaesquer que fossem os meios empregados em Lisboa, ou de espontanea resolução da Côrte partisse a decisão da Corôa, certo é que chegaram a Pernambuco amnistias, e um novo governador para serenar os espiritos. Contaram, pois, esplendida victoria os pernambucanos natos, e celebraram-na com festas estrondosas.

Não representavam o papel dos antigos senhores feudaes da Europa, apoiados em seus numerosos escravos pretos e mestiços e nos foreiros, arrendatarios e trabalhadores



livres e libertos, que se empregavam em seus engenhos e terras?

Continuou depois mais ou menos tranquilla a situação da capitania, apesar das queixas dos denominados mascates, que clamavam viver na terra como párias, afastados de toda a consideração politica, e repellidos dos cargos publicos de sua localidade.

Governava Pernambuco, em 1710, Sebastião de Castro e Caldas. A sua administração merecera decidida sympathia aos Portuguezes de nascimento. Havia muito tempo que debalde reclamavam os mascates a erecção do bairro e freguezia do Recife em villa, quer para vencerem os cargos publicos em eleições, quer para libertarem-se de onus e impostos pesados, que sobre suas transacções mercantis e casas de negocio fazia pesar o Senado da Camara de Olinda. De Sebastião Caldas conseguiram benevolo acolhimento.

O governador requereu á Còrte despacho favoravel a suas supplicas e procedeu com toda a cautela e sigillo para não suscitar opposição em Lisboa por parte do Senado e moradores de Olinda. Acudio-lhe aos rogos a Còrte e autorizou-o, de accordo com o ouvidor da Camara, a crear a nova villa, designar-lhe o territorio necessario, fixar-lhe os limites e installal-a legalmente. Sem importar-se com a opinião do ouvidor, que desejava menor circumscripção para o novo municipio, e nem com as reclamações do Senado de Olinda, resolveu o governador a questão. Declarou o Recife sob a invocação de Santo Antonio, erecto em villa separada de Olinda, e incluiu na sua circumscripção as freguezias do Cabo, de Muribeca e de Ipojuca; nomeou o capitão-mór, vereadores e justiça entre os moradores portuguezes e fez levantar o

pelourinho na praça publica. Symbolisava o pelourinho a autonomia da localidade como villa independente.

De Olinda estendeu-se extraordinaria opposição para todo o interior da capitania, onde preponderavam os senhores de engenhos. Organisaram-se clubs; tramaram-se e combinaram-se meios de contrariar as resoluções de Sebastião Caldas.

Resolvido a sustentar seu acto, publicou o governador bando para que os moradores da capitania fossem coagidos a entregar ao governo as armas que possuíssem; mandou escoltas e officiaes para varias localidades suspeitas, incumbidos de executar rigorosamente suas ordens, tomando em buscas aos particulares espingardas, pistolas, armas brancas, e prendendo os recalitrantes. Tanto mais odiada tornou-se esta providencia quanto serviam os instrumentos prohibidos para divertimentos de caçadas, e para defesa das propriedades ruraes contra assaltos de gentios, que por vezes praticavam irrupções nas propriedades rusticas, distanciadas dos povoados, e que precisavam ser guarnecidas e defendidas.

Contra sua autoridade levantou, pois, o governador a maior parte dos habitantes do interior da capitania, e não conseguiu cumprimento exacto de suas resoluções. Pretendeu provar mais effectiva energia. Assignou ordem de prisão contra alguns cidadãos que suspeitou promotores da resistencia; foram presos e recolhidos ao forte das Cinco Pontas varios d'entre elles, mas escaparam-lhe ás furias dous dos mais notaveis, o capitão Lourenço Cavalcanti Uchôa e o capitão-mór Pedro Ribeiro da Silva que a tempo evadiram-se de Olinda. Tumultuou-se, no emtanto, Olinda, e a todo o momento temeu o governador



sedição séria e decidida. Deliberou então transferir sua residencia para o Recife.

Critica proseguiu a situação e exasperados os animos, quando ao sahir o governador, a 17 de Outubro de 1710, pelas cinco horas da tarde, da egreja da Penha, e ao passar pela rua das Aguas Verdes, atalhou-lhe os passos um grupo de individuos mascarados, que dispararam tiros de bacamarte, e que de subito desapareceram sem que pudessem ser apprehendidos.

Ferido gravemente na perna, e soccorrido pelos amigos e escolta que o acompanhavam, foi Sebastião Caldas levado em braços para sua residencia, e tratou de punir os criminosos.

Enviou duas companhias de soldados, commandadas pelo capitão João da Mossa, para Santo Antão a prender Pedro Ribeiro da Silva; e escoltas numerosas para S. Lourenço da Matta, incumbidas de apoderar-se de Lourenço Uchóa. Um e outro reputava seus mais encarniçados inimigos.

Resistio valerosamente Pedro Ribeiro, rebateu as forças de <sup>Mossa</sup> ~~Matta~~ e obrigou-o a retirar-se quasi só para o Recife. Não foi menos venturoso Lourenço Uchóa. Entrou triumphante em S. Lourenço, conseguiu numerosas deserções das tropas do governador, e augmentado em numero de partidarios, encaminhou-se para o Recife e estabeleceu acampamento na Boa Vista. Reuniram-se-lhe ahi Pedro Ribeiro e mais amigos, e prepararam-se para assaltar o Recife.

Amedrontado Sebastião Caldas, embarcou em uma sumaca, que se achava no porto, e que fez-se immediatamente de vela para a Bahia.

Ficou o Recife sem governo, e seus moradores não

hesitaram em render-se. Mais de dous mil soldados comandavam os chefes sublevados.

Penetraram, portanto, sem opposição no bairro do Recife, impuzeram aos mascates contribuição de guerra em armas e munições; declararam nullo o acto de erecção de villa, e exautoradas as autoridades nomeadas por Sebastião Caldas; demoliram o pelourinho levantado, organisando para solemnisar o acto uma procissão com a imagem de Nossa Senhora do Rosario e sequito de crianças cantando o terço; e fizeram finalmente soltar os presos que Sebastião Caldas mandára encarcerar no forte das Cinco Pontas.

Partiram depois para Olinda, onde se deviam reunir os representantes da nobreza pernambucana, no intuito de resolverem sobre os negocios da capitania.

Bem não haviam partido do Recife, quando grupos novos de amotinados, de Serinhaem e Ipojuca, atravessando os Afogados, arrombaram as cadêas do Recife e deram liberdade a todos os presos, sem distincção de crimes, por que estivessem processados.

No dia 10 de Novembro de 1710, reunio-se em sessão publica uma assembléa composta dos vereadores, officiaes de justiça, de milicias e de ordenanças, de senhores de engenho e de chefes de familia importantes.

A casa do Senado da Camara foi o local escolhido, e bem que houvesse desaparecido o livro das actas, que foram devidamente lavradas, affirma o D<sup>r</sup> Maximiano Lopes Machado, que o vira, examinára as actas, e d'ellas tirára apontamentos para a historia.

Segundo suas declarações, obteve primeiro a palavra Bernardo Vieira de Mello, chefe do terço dos Palmares, e declarou que a capitania que dera provas de seu valor e



força na guerra contra os Holandezes, dispunha igualmente de recursos para repellir os Portuguezes, e propoz que se proclamasse um governo republicano *ad instar* de Veneza, visto que considerava a assembléa competente para decretar as instituições que conviessem ao Estado.

Patentearam votos accordes com Vieira de Mello sete companheiros, notando-se entre elles o capitão-mór Pedro Ribeiro da Silva e André Dias de Figueiredo.

Assustou-se, porém, a maioria da assembléa. Não estavam preparados para tão extrema resolução. Não se reputavam bastantemente fortalecidos para sustentar a independencia contra força que Portugal podesse enviar á capitania, além do que em seu proprio seio encontrar-se-hiam adversarios tenazes nos Portuguezes de nascimento, nos proprios naturaes e em gentios domesticados.

Submettida a questão a votos, resolveu-se por grande maioria que se chamasse para tomar conta do governo o bispo diocesano, D. Manuel Alves da Costa, nomeado em segundo lugar nas vias de successão ao governador Sebastião Caldas, visto como o primeiro substituto João dos Santos Cunha, era fallecido; cumpriam-se por este modo as ordens e instrucções da Corôa. Declarou-se, todavia, que os Portuguezes de nascimento seriam inhi-bidos do exercicio de cargos publicos na capitania, os quaes se reservavam exclusiva e legalmente para a nobreza da terra.

A narrativa de Machado, que presta excellentes elementos á que actualmente esboçamos, é na maxima parte corroborada pelos officios do desembargador Brazão, dirigidos ao governo de Lisboa e que se acham publicados.

Partiram incontinentemente emissarios para a Parahyba do Norte, onde achava-se o bispo diocesano. Não recusou

D. Manuel Alvares da Costa assumir a responsabilidade do governo, e regressou para Olinda. Não tomou logo posse da autoridade, porque suscitou-se opposição dos que adoptavam as opiniões de Vieira de Mello e de Pedro da Silva. Dous magistrados, porém, Brazão e Miranda, conseguiram conciliar os animos, e que entrasse o Bispo na governação.

Começou o Bispo sua administração, promulgando amnistia geral, sancionando os actos praticados, e prometendo moderação, tolerancia e justica. Assignou e expedio communicações para Lisboa, acompanhadas de documentos, interrogatorios de testemunhas juradas, e declarações das autoridades subalternas. Requereu á Côrte nomeação de um governador conciliador para acalmar as indisposições, tranquillisar os espiritos, defender a ordem e favorecer os progressos da capitania.

Conseguiu o Bispo geitosamente que se frustrasse uma idéa aventada e abraçada por muitos cidadãos, da eleição de um juiz do povo, revestido de attribuições tão importantes, que poderia empecer a autoridade do governo, e produzir conflictos perigosos. Esforçava-se por fazer acreditar que o socego publico e a declaração dos revolucionarios de que eram vassallos fieis do rei de Portugal, lograriam a benevolencia do governo de Lisboa.

Correram mais ou menos serenos os ultimos dias do anno de 1710, quando, ao principiar o de 1711, o governador da Parahyba, João da Motta Maia Gama, expedio para Pernambuco bandos censurando o movimento effectuado, ameaçando com castigos seus autores e insinuando os povos a reagir, restaurando o governo de Caldas, que na Bahia esperava ser chamado e retomar conta da autoridade que lhe competia.



Produziram as palavras de Maia Gama effeito particularmente nos portuguezes de nascimento. Iniciou-se logo uma propaganda para resistir ao governo do Bispo, instalado em Olinda. O capitão João da Motta, Felippe Camarão, filho do valente gentio que tão nomeadas façanhas praticára na guerra hollandeza, e varios personagens de algum valor, collocaram-se á frente dos mascates, e esperaram oportunidade para reagir contra a intitulada nobreza da terra, e obrigal-a a curvar-se como todos os subditos portuguezes ás autoridades que a metropole escolhesse e enviasse para o governo da colonia.

Não havia igualmente desforra a tirar pelos soffrimentos pessoas, e pesados tributos com que eram vexados pelos dominadores de Olinda? Não dispunham de dinheiro para angariar igualmente partido no interior da capitania, com que lhes arrancasse a preponderancia que alli exercitavam, e rivalisassem em forças armadas quando luctas se renovassem? Não tinham em Lisboa amigos que lhes advogassem a causa perante a côrte e conseguissem auxilios de soldados, e resoluções regias que contrariassem os desígnios e pretenções dos fidalgos pernambucanos?

Sucedeu, no emtanto, que o Bispo, accedendo ao pedido de corporações religiosas do Recife, deixasse em Julho Olinda, e hospedasse-se no Collegio dos Jesuitas afim de assistir a solemnidades ecclesiasticas, que deviam durar muitos dias seguidos. Aproveitou-se da oportunidade para acompanhá-lo Bernardo Vieira de Mello, que aboletou-se em uma casa particular, e que exclusivamente occupou-se com negocios e transacções, que exigiam sua presença no Recife.

Não perderam a occasião os tramadores da reacção tentada. Soldados de uma companhia de infantaria que no

Recife estacionava, instigados e comprados, assaltaram a morada de Vieira de Mello, e exigiram sua prisão, ameaçando empregar violencias para alcançal-o, e iniciando-as com tiros de espingarda contra as janellas e portas que se fecharam aos alaridos do tumulto.

Acudio em seu soccorro o ouvidor José Ignacio de Arroche, e accommodou os amotinados, garantindo-lhes que prenderia Mello, e o recolheria á fortaleza. Executou o ouvidor seu compromisso ; Mello e o filho André Vieira foram mandados para Brum, e dispersaram-se pelo bairro os soldados, dando vivas ao rei, á metropole, a João da Motta, ao governador da Parahyba do Norte e morras aos dominadores de Olinda.

Providenciou o Bispo incontinentemente, ordenando a prisão dos turbulentos, e a soltura de Bernardo Vieira e seu filho. Não sendo obedecido, chamou á sua presença João da Motta, que declarou-lhe positivamente que, reconhecendo, como vassallo leal da corôa, sua autoridade como nomeado nas vias de successão para supprir a falta de governador legal que era Sebastião Caldas, protestava, comtudo, que o Senado da Camara de Olinda, opprimia o povo do Recife com despotismos e impostos exorbitantes, e havia annullado a erecção de villa, determinada pelo governo de Lisboa. Lembrou-lhe tambem a necessidade de permanecer no Recife, para governar livremente, apoiando-se no partido submisso á Corôa e fiel á metropole.

Podia o Bispo contrariar os amotinados, achando-se no meio d'elles, e quasi como seu prisioneiro, quando ao saber-se em Olinda dos acontecimentos, declararam o Senado e as autoridades subalternas que cortavam todas as relações com o Recife, e iam expedir forças, com que subordinassem e castigassem seus moradores ?



Em despeito, porém, da vigilancia que empregavam em torno do collegio, conseguiu o Bispo evadir-se, pretextando uma visita á fortaleza do Buraco, e seguindo immediatamente caminho de Olinda.

Estava, todavia, seu animo abatido com as scenas que presenciára. Não era apropriado para crises e desordens. Preferia a paz da Igreja e o socego de sua pessoa. Resolveu retirar-se do governo, e confial-o a outros mais habilitados. Publicou resignação formal do cargo de vice-governador, e occultou-se no palacio episcopal, cujas portas cerrou a todos os moradores, declarando oficialmente que transferia toda a autoridade politica e civil ao Senado da Camara, a Luiz de Valenzuela, ao ouvidor da comarca e ao mestre de campo do regimento de Olinda, Christovam de Mendonça Arraes.

Não perderam tempo os novos governadores, que substituíram o Bispo no exercicio do cargo supremo da capitania. Appellidaram auxilios do interior para assaltar o Recife. Dispuzeram-se a briosa defeza os moradores do bairro que pegaram em armas collocando-se sob o commando de João da Motta.

Escaramuças successivas, luctas feridas na Boa Vista e nos sitios dos Afogados, entretinham as ancias e furores dos combatentes sem que pudessem os de Olinda penetrar no Recife. Resolveram estabelecer-lhe assedio, esperando que a fome ou a força o rendesse.

Perdidos esforços ! Estavam abertos os mares para as communicações do Recife, e não lhe fallavam mantimentos e munições de guerra. Prolongava-se a rixa, e ninguem podia prognosticar-lhe exito. Passados tres mezes e nos primeiros dias do mez de Outubro de 1711 apresentou-se á

barra uma esquadra portugueza, e içou pavilhão de governador.

Penetrando a esquadra no porto, desembarcaram o novo governador nomeado para a capitania, Felix José Machado de Mendonça, o ouvidor Bacalhau e cerca de trezentos soldados de infantaria e artilheria.

Do Recife officiou Mendonça ao Bispo, considerando-o vice-governador, declarando-lhe que no dia seguinte partiria para Olinda, a tomar posse de seu cargo, recomendo-lhe communicasse sua resolução ao Senado da Camara, e exigindo obediencia plena ás ordens e decretos da cõrte de Lisboa, cujo representante e delegado era na capitania de Pernambuco.

Cumprio-lhe o Bispo escrupulosamente as instrucções transmittidas, avocou a autoridade suprema e logo que apresentou-se o governador em Olinda, prestou o juramento perante o Senado e entrou no exercicio da sua autoridade, sem que ninguem ousasse contestar-lhe o direito.

As forças de Olinda, que formavam o assedio do Recife, espantaram-se ao saber o que se passava; contiveram-se ao principio nos seus acampamentos, mas foram-se espontaneamente dispersando e abandonando os chefes, Pedro da Silva e outros, que as commandavam. Por seu lado os principaes da nobreza recolheram-se resignados, bem que muito despeitados, ás suas propriedades e engenhos do interior das terras.

A inesperada chegada de novo governador, de tropas e de ordens da metropole produzio panico que entorpeceu-lhes a acção e paralysoou-lhes as vontades.

Iniciou Mendonça sua administração tolerante e moderada. Annunciou que não consentiria vindictas e castigos, bem que nomeasse um tribunal privativo, sob a presi-



dencia do novo ouvidor Bacalhau, para averiguar os factos occorridos e processar os que se provassem culpados contra os direitos da Corôa e soberania da metropole.

Não durou muito tempo o systema proclamado pelo governador. Logo que Mendonça reputou-se apoiado em forças militares e civis para governar livremente, rasgou a mascara com que encobria seus instinctos e incitou os juizes para rigorosamente procederem em suas obrigações.

Constituiu-se o desembargador Bacalhau instrumento apropriado para esmagar e desesperar a população. Expedio para o interior da capitania ordens de prisão para muitos senhores de engenho e encheu as cadeias e fortalezas do Recife com consideravel copia de individuos implicados na devassa aberta por motivos de sedição contra o governador Caldas.

Lograram, todavia, em Lisboa, as queixas multiplicadas e as instantes supplicas dos moradores da capitania, senão todo o allivio, pelo menos minoração de seus padecimentos.

Ordens positivas prohibiram a pena de morte, deixando aos juizes arbitrio unicamente para a deportação. Não tardou mesmo que fosse exonerado o ouvidor Bacalhau e substituido por outro magistrado mais justiceiro.

Soffreu, todavia, extraordinariamente, a capitania com as consequencias da lucta de 1710 e 1711. Perdeu muitos cidadãos prestantes, que pagavam nos carcerees e nos exilios suas audacias politicas extemporaneas. Bernardo Vieira de Mello falleceu nos ergastulos de S. Julião para onde fôra remettido; seu filho André foi transportado para os presidios de Angola. Alguns finaram-se nas prisões, outros no degredo. Nem o Bispo escapou ás sentenças do desembargador Bacalhau: foi deportado para os sertões do rio de S. Francisco.

Computa-se em cerca de seiscentos o numero dos que padeceram, em consequencia da guerra dos Mascates.

Extraordinarios prejuizos resultaram tambem para a industria agricola da capitania. Arruinaram-se muitos engenhos, abandonados por seus donos; estragaram-se plantações, que se não aproveitaram; e decahiu tambem o commercio que se alimenta com os progressos da industria.

Foi de jubilo profundo para os Pernambucanos o dia 10 de Julho de 1713, porque n'esse dia entregou Felix Mendonça o governo da capitania ao successor nomeado pela côrte de Lisboa. Achavam-se libertados de um jugo tyrannico e caprichoso.

Perdura ainda a memoria de seus feitos despoticos e do odio que não cessou de manifestar contra quantos justa ou injustamente suspeitara promotores da revolta de 1710.



## VIII

### A GUERRA DOS EMBOABAS EM MINAS

Desde que os Portuguezes se foram alongando pelas costas do Brazil e reconhecendo a natureza e situação das suas terras, começou a formar-se e avultar a crença de que devia ser um paiz abundante de ouro, prata e pedras preciosas.

A linha formidavel das serras dos Andes, espinha dorsal da America meridional, corta a região mais ou menos directamente de norte a sul, e divide-a em duas ametades.

Na vertente occidental dos morros o Perú enriquecia seus conquistadores hespanhoes com profusão de ouro que parecia fabulosa. Colocado o Brazil nas vertentes orientaes sob a mesma latitude astronomica, porque não encerraria em seu seio, nas correntes de seus rios, nas fraldas de suas montanhas, opulencias metallicas que disputassem igualdade senão primazia?

Ancioso D. João III de encontrar Eldorado nas suas conquistas, como os reis de Hespanha tinham logrado nos territorios banhados pelo mar Pacifico, repartio seus

domínios americanos em doze capitánias hereditárias, doadas quasi como os antigos feudos da Europa a cortezões predilectos e a esforçados cabos de guerra.

Impoz-lhes a obrigação de povoal-as, marchando das costas para o interior; de ordenar explorações do solo e de procurar minas de ouro, prata, pedras preciosas, estanho, cobre e chumbo, pagando ao thesouro da metropole o quinto do producto arrecadado, em troca dos favores e privilegios contidos em seus foraes respectivos.

Encontrára em 1533 Martin Affonso de Souza, em Cananéa, um portuguez ou hespanhol, chamado Francisco Chaves, que, ou naufragado ou abandonado pelos companheiros de viagem, vivia em boas relações com os indigenas, e que lhe noticiou a existencia no interior de minas de ouro, segundo confidencias que recebera dos donos primitivos da terra. Aprestou logo e confiou-lhe o donatario de S. Vicente uma escolta de oitenta portuguezes e gentios amigos, e incumbio-o de procurar o metal cobiçado.

Oppuzeram-se-lhes, porém, no caminho que seguiam hordas ferozes de gentios da tribu Carijó, que se declararam inimigos dos Portuguezes. Nem um dos expedicionarios escapou ás settas dos selvagens para que pudesse referir a desastrosa sorte do apprehendimento.

Mallogradas quasi todas as capitánias doadas, tratou El-Rei de Portugal de as ir resgatando e incorporando na propriedade plena da Coróa, e indemnizando os beneficiados ou seus herdeiros, e nomeou governadores directos para segurar seus domínios e desenvolvê-los por conta do thesouro. Nunca esqueceu-se de recommendar-lhes descobrimentos de minas metallicas, afiançando-lhes premios, e autorizando-os a conceder recompensas hono-



rificas aos aventureiros que penetrassem nos sertões e conseguissem encontrar as preciosidades escondidas no sólo ou no leito dos rios.

Foi Thomé de Souza o primeiro governador que preparou bandeiras ou expedições armadas no intuito de corresponder aos desejos da Corôa. Dizem as chronicas que em seu tempo empregaram-se nas investigações interiores da capitania da Bahia de Todos os Santos os audaciosos sertanejos Felipe Guilherme e Jorge Dias. Nada, porém, de vantajoso resultou dos esforços de Thomé de Souza e nem dos de seus emissarios.

Em 1572 um Sebastião Fernandes Coutinho communicou ao governador Luiz de Brito e Almeida que descobrira esmeraldas e saphyras. Cuidou immediatamente o governador de enviar uma expedição de quatrocentos portuguezes e gentios, sob o commando do capitão Antonio Dias Adorno, afim de verificar a agradavel noticia.

Entregou-lhe Adorno ao regressar para a Bahia uma porção de pedras de varias côres, que o governador remetteu a El-Rei D. Sebastião, e que se reconheceram como turbalinas azues e verdes, e não saphyras e esmeraldas. Deu-se, todavia, o titulo de serras das Esmeraldas aos montes a que Adorno referia-se, e que se calcularam estar entre o Porto Seguro e o Rio Doce em serras do Espirito-Santo.

Conta Pedro Taques em suas memorias que as avistára e examinára seu avoengo Fernando Dias Paes Leme, devassando grande parte dos sertões do Espirito-Santo e Minas, e que, ao regressar para S. Paulo descobrira tambem minas de ouro.

Alimentavam estes boatos as esperanças de aventu-

reiros particulares. Gabriel Soares percorreu o rio S. Francisco e approximou-se da Bolivia, sem que fosse todavia mais afortunado. Imitaram-no ainda Pedro Coelho e Diogo Botelho, enviados pelo governador da Bahia, e não encontraram minas. Conseguira comtudo Roberio Dias, durante o dominio hespanhol em Portugal, que Felippe III em 1618 concedesse-lhe o titulo de administrador das minas, sob promessa de mostrar jazidas consideraveis de prata, que elle garantia ter deparado nas mattas interiores da Bahia. Percebendo o governador D. Francisco de Souza que era Roberio Dias um embusteiro, ordenou sua prisão e em duro carcere expirou o desgraçado.

Continuaram, no emtanto, explorações em busca do metal desejado, e desde o Amazonas até os limites do sul mais afastados, infelizes constantemente, bem que repletos sempre os aventureiros de illusões e chimeras.

Apressára-se, todavia, Felippe III em redigir regulamentos para as minas do Brazil, copiados mais ou menos dos decretados para o Perú e o Mexico, posto que certeza não houvesse adquirido da sua existencia na colonia portugueza.

Concedia o alvará de 13 de Agosto de 1603 aos descobridores de ouro os terrenos por elles encontrados e que contivessem minas, fixava-lhes a extensão dos prazos e submettia ao imposto do quinto o producto arrecadado como pertencente á Corôa ; compellia-os a declarações registradas perante o procurador da fazenda a quem deviam apresentar amostras do metal que extrahissem ; á effectividade da mineração por meio de trabalhos regulares e sob fiscalisação e entrega aos empregados do fisco ; a fundir todo o ouro em barras em casas esta-



belecidas pelo governo; dispensava-os de prisão por dividas e penhoras nos escravos, ferramentas, munições e petrechos; constituia um juizo privativo para os conflictos ou dividas suscitadas, com appellação para o provedor-mór da moeda; applicava identicas disposições á prata, cobre e outros metaes; e no tocante a pedras preciosas e a perolas pescadas nas costas maritimas reservava a Coróa para si o monopolio, pagando-as pelo preço que fossem avaliadas.

O engodo dos favores outorgados pelo governo arrastava muitos aventureiros; emigrava de Portugal para o Brazil multidão copiosa de pessoas, que ambicionavam enriquecer-se, e lucrava a colonia americana, povoando-se e desenvolvendo-se ao mesmo tempo, pois que nem todos que procuravam suas plagas dedicavam-se a descobrimento de minas.

O governador D. Francisco de Souza não se descuidava por seu lado: enviava expedições para diversas localidades, particularmente para S. Paulo, onde então mais que em parte nenhuma propagavam-se boatos de jazidas auríferas. Dirigio-se pessoalmente ao Espirito-Santo e a S. Paulo, querendo por si averiguar não só na primeira capitania os morros que se diziam conter esmeraldas e saphyras, de que Adorno fallára, senão também as minas de ouro de S. Paulo, cujas noticias captavam-lhe a attenção.

Nada conseguiu no Espirito-Santo; em S. Paulo, porém, e proximo á povoação do Ipanema encontrou um forno catalão de fundir ferro, que Affonso Sardinha alli estabelecera. Percorrendo depois varios sitios da capitania, resultou apenas de suas viagens lançar-se fundamentos de povoados, que posteriormente se tornaram arraiaes importantes.

Era, todavia, em S. Paulo artigo de fé que existiam minas auríferas na capitania, e pois partiam para o sertão expedições particulares continuadas com o titulo de bandeiras.

Não havendo descoberto o metal cobiçado, precipitaram-se os aventureiros em caçadas de gentios e chegaram ás missões jesuiticas de Guayra, fundadas nas margens superiores do rio Paraná pelos Padres estabelecidos no Paraguay. Destruíram-nas, arrazaram-nas, incendiaram-nas, apanhando os neophitos que as habitavam, conduzindo-os para S. Paulo e vendendo os como captivos.

Tratou então Felippe III de dividir o governo do Brazil em dous districtos, um ao norte, com séde na Bahia, e outro ao sul, e no Rio de Janeiro, afim de mais facilmente levar ao cabo seus pertinazes intentos de descobrir ouro.

Releva dizer que em uma ou outra excursão dos aventureiros encontraram-se pequenos escassos minerios, que menos aproveitavam que custavam a explorar; e, pois, não é de admirar que novo regimento se publicasse em 8 de Agosto de 1618, modificativo do de 1603.

Innumeras legendas e tradições espalhadas constituíam no emtanto incentivo bastante para não esmorecerem os aventureiros em seus trabalhos e repetidos empreendimentos.

Citava-se a pittoresca legenda do — Ouro dos Pinheiros.

Duas poderosas familias, dos Pinheiros e Barbalhos, combatiam-se em S. Paulo por queixas e ciumes reciprocos, e commettiam alvoroços e atropellos maleficos.

Um jesuita conseguiu insinuar-lhes no espirito a idéa de procurar minas de ouro, seguindo rumos differentes, e pacificando-se por este feit'o a cidade, cuja tranquillidade



perturbavam. Posto que uns para o oeste e outros para o sul se dirigissem, encontraram-se ás margens inferiores do rio Tieté, e mutuamente trucidaram-se, poucos restando do desbarato soffrido.

Refere tambem outra tradição que Bartholomeo Bueno de Siqueira approximára-se de Villa-Rica, missão jesuita do Paraguay, composta de gentios Guaranys, ás margens do rio Ivalhy, tributario do rio Paraná, commettera proezas na ruina da povoação, colhera ouro encontrado nas vizinhanças de Itapeva, e em seu regresso laureára-se com a patente de capitão-mór de Taubaté e de provedor das minas.

Narra-se igualmente uma viagem de Rodrigo Castello Branco em busca de esmeraldas. Deserveu-se um conflicto que travou com Manuel da Rocha Gato, genro e herdeiro do audaz sertanejo Fernando Paes Leme, cujas aventuras entusiasticamente se recontavam atravez de montanhas, rios e desertos. Castello Branco foi morto na peleja, e Rocha, temeroso do castigo, subira o rio Doce, mesclára-se com os gentios, e sómente voltára para o gremio da sociedade portugueza quando perdoado pelo governo.

Não ha' ali tão abundante seára para poetas e romancistas brasileiros?

Era já Taubaté povoação de alguma importancia e contava entre seus moradores agricolas bastantes aventureiros, que devassavam tambem os sertões e as florestas virgens, cubiçosos de minas de ouro, sonho predilecto dos animos d'aquelles tempos.

Impressionavam-se todos os habitantes com as noticias maravilhosas que corriam, bem que não verificadas, e fundiam em um só pensamento Portuguezes, Hespanhoes e Americanos; seus herdeiros já de sangue puro ou mestiços,

assimilando-se e prestando ás povoações que edificavam nomes enropèos e indigenas como Queluz, Cunha, Guaratinguetá e Pindamonhagaba.

Decorrera o seculo xvii mais ou menos em inuteis esforços e diligencias antes que se encontrassem verdadeiras minas de ouro. As diminutas porções que em uma ou outra localidade se colhiam, particularmente na capitania de S. Paulo, não compensavam os sacrificios effectuados, quer em despezas quer em perda de gente occupada nas excursões.

Em 1694, porém, um boato propagou-se, que excitou a geral cobiça, e obteve credito espantoso. Duarte Lopes formára uma bandeira ou caravana de aventureiros, penetrára no noroeste de S. Paulo, e descobrira importantes veias de ouro. Antonio Dias Arzão fôra igualmente afortunado, e communicára suas noticias a Bartholomeo Bueno, de Taubaté, que, em companhia de Carlos Pedroso, collocou-se á frente de poderosa bandeira, e enveredou mais ou menos para os sitios apontados.

Após viagem trabalhada e perigosa, chegaram ao lugar denominado Itatiaia, e descobriram terrenos auriferos. Collidas amostras e remettidas ao governador do Rio de Janeiro, Antonio Paes Sande, obtiveram o primeiro a nomeação de guarda-mór e o segundo a de escrivão das minas annunciadas com official autorisação para as lavrarem.

Iniciou-se desde então uma corrente de aventureiros para aquellas localidades, que tomaram o nome de Minas-Geraes, pela abundancia metallica que se acreditava existir no seu seio.

Ao descobrimento de veias auriferas em Itaperava seguiram-se os da serra de Itatiaia, ou Ouro Branco, e o do



sítio appellidado Ouro Preto. Antonio Rodrigues, o padre João de Faria, Basto Rodrigues e varios sertanejos, á testa de bandeiras, quer de S. Paulo, quer de Taubaté, seguiram a pista que lhes annunciaram João Lopes de Lima e Miguel Garcia, avistaram as minas do ribeirão do Carmo e cuidaram immediatamente de exploral-as. Não tardaram Thomé Pontes e outros aventureiros em encaminhar-se para aquellas bandas, e em levantar arraiaes em torno ou ao lado dos veios metallicos que descortinavam. Da Bahia de Todos os Santos veio até um Luiz do Couto, que estabeleceu-se em Caethé com sua familia e amigos.

Estas noticias derramadas em toda a colonia brazileira e na metropole portugueza, produziam geral contentamento e enthusiasmo indescriptivel. Reinava Pedro II, e desde 1640 estava restaurada a independencia e autonomia de Portugal.

Do reino europeu e das suas capitánias americanas partiram emigrações consideraveis de povos, que preferiam entregar-se á colheita do ouro nas terras das Minas, para enriquecerem em breve tempo. Não tardaram entre elles rixas, conflictos, e não raro corria o sangue entre estes aventureiros, longe das vistas e vigilancia de autoridades, e desprovidos de justiça, que decidissem suas contendas. Muitos crimes de assassinatos perpetravam-se, sem que a lei pudesse infligir penas aos malfeitoses.

Foi o governo de Lisboa compellido a augmentar o rigor dos castigos para os que do reino emigrassem sem licença; a buscal-os a bordo dos navios em que se escondiam para evadir-se; a formular novos regulamentos para as explorações de minas auríferas e a transmittir ordens apertadas ao governador do Rio de Janeiro e ás autoridades locais do fisco, afim de impôr ordem e respeito ás hordas immensas

de aventureiros que assaltavam as terras que continham minas auríferas.

Que diques e obstaculos se lembram, porém, para obstar as ancias de melhoria de fortuna? Todas as classes e condições da sociedade concorriam para a emigração dirigida ao sólo das Minas; velhos e crianças, mulheres e homens, ricos e pobres, padres, brancos e pardos, gentios e pretos, abandonavam em grande numero as cidades, as villas, as aldeias, os campos, as igrejas e os conventos, exaltados pela vertigem do ouro.

Constituia o descobrimento do ouro uma mania tradicional, uma insaciavel cubiça, um alvo predominante nos espiritos da época.

Hespanhoes não curavam de outro assumpto, e precipitavam-se sobre o Perú, Bogotá e Mexico.

Que lhes importava ameaças de castigos, gritos da consciencia, maximas da religião, terrores da eternidade? Governadores, autoridades, populares, commettiam os mais horrorosos attentados, os crimes mais hediondos, comtanto que colhessem o mineral que lhes sorria como suprema felicidade.

Por seu lado esforçaram-se Portugal e portuguezes em imitar-lhes o exemplo, e logo que se certificaram de que o Brazil possuia minas de metaes preciosos procederam com a mesma avidéz de arrancar do seio da terra as riquezas que atormentavam-lhes os animos e incitavam-lhes os mais temerarios desejos.

Mais difficultoso era, comtudo, descobrir o ouro que lavral-o e collhê-lo.

Perpassavam-se florestas virgens, dobravam-se montanhas, domavam-se aguas possantes de rios, varavam-se caminhos em desertos aterradores. combatiam-se gentios



barbaros e ferozes, como mostraram-se os Cuatazes, os Bugres, os Coroados; mas que contentamento quando divisavam-se signaes de existencia de mineral precioso, no leito das correntes ou nas fraldas dos montes?

Rasgavam-se então poços quadrados ou « catas » até apparecer o cascalho, que quebrado á picareta patenteava aos olhos paquitas de ouro entre a rocha e a camada exterior da terra vegetal. No leito dos ribeirões e riachos, ou nas fraldas dos morros estava occulto o metal proveniente quasi sempre de alluvião. Limpava-se depois de secco o chão, e apanhava-se o cascalho que o occultava.

Quando cahiam chuvas principiava a lavagem, e formava-se uma columna com longos e regulares degrãos para que a agua cahida de cima precipitasse o cascalho. Recollido o lodo era arrecadado em gamelas e sacudido aos braços, e á proporção que vasava a lama esteril, mostravam-se nos fundos das gamelas as reluzentes laminas, umas leves, outras condensadas e rijas. Segundo a lei, logo que seccadas deviam ser entregues á fundição régia afim de serem pesadas, ensaiadas, fundidas em barras e timbradas para poderem ter curso como moeda. Ao principio, porém, não havia autoridade, e nem fisco, e de todo o producto os aventureiros se apossavam.

Ao lado da « beta » ou veio aurifero que exploravam as hordas de aventureiros, edificavam-se casas, choças, barracas com muros de taipa de barro, cobertas de palha e folhas de arvores, imperfeitamente defendidas contra as chuvas. Foram o inicio das futuras povoações regulares. Ahi habitavam familias, escravos pretos e indigenas. Não era o chão ladrilhado, compunha-se de terra negra, e sobretudo uns de immundicias, outros mais limpos e assejados, conforme a condição dos donos. Enxerga dura para cama dos amos,

esteiras na terra para os aggregados. Á roda folgavam crianças, ou nuas ou esfarrapadas, mulheres enfezadas e cobertas de andrajos, porcos, gallinhas e cães, enquanto que o chefe caseiro vigiava e dirigia, encapotado e de tamancos, os trabalhos das lavras.

Não se contentavam os aventureiros com as jazidas que lavravam; pressurosos de augmentar suas posses, dirigiam-se posteriormente e no correr do seculo xviii para as bandas de Goyaz e Matto-Grosso, e appareciam-lhes a cada instante novas minas, que os electravam. Em todas aquellas localidades entregavam-se ao trabalho fatigante de descobrimentos e explorações de veios de ouro, esquecendo-se da maior riqueza que podia um paiz possuir, e que é a agricultura.

Custavam preços fabulosos os generos alimenticios, os instrumentos para os trabalhos, as roupas e os escravos. Quasi tudo recebia-se de fóra, e pois mal pagava seu preço o producto do ouro.

Os aventureiros que enveredaram para o norte descortinaram por fim tambem minas de diamantes nas proximidades do Serro do Frio, e o novo achado preoccupou-lhes igual senão mais fortemente os espiritos, parecendo-lhes prometter vantagens superiores.

Impossivel é negar encomios a tão audazes emprehendedores. Bem que os maculem nodoas vergonhosas nos seus procedimentos, cabe-lhes louvor não inferior aos dos navegantes temerarios, que sem receio de mares, tempestades, combates maritimos, naufragios, introduzidos nos frageis e mal construidos baixeis d'aquelle tempo, esforçavam-se para descobrir terras ignotas, avassallar povos bravios, ganhar fama e riqueza, e espantar o mundo com suas façanhas de bravura e arrojo.



Que fadigas, que riscos, que calamidades de fome, de molestias, de soffrimentos, não acabrunhavam igualmente os aventureiros por invias florestas virgens, habitadas por animaes ferozes e reptis empeçonhados; atravez de rios caudalosos, cujas aguas temerariamente transpunham em pedaços de páo e em pranchas mal seguras; pelos declives de serras altanadas, onde rolavam pedras, e apavoravam precipicios, travando amiudados e consecutivos combates com os gentios, que lhes não poupavam algaras e embuscadas!

Resultou de seus trabalhos e sacrificios que foi o territorio de Minas conhecido; e que após as primitivas minerações mallogradas levantassem-se em suas entranhas povoações, villas, cidades, igrejas e edificios notaveis.

Numerosos bandos de aventureiros espalharam-se assim no territorio mineiro, uns para o noroeste, outros para o oeste, parte para as vertentes das serras, que despejam aguas alimenticias do rio Paraná ao sul do Brazil por meio de tributarios importantes; não poucos procurando o rio das Velhas, galho consideravel do S. Francisco que pelo norte penetra no oceano Atlantico.

Estabelecidos os bandeirantes e empregados em suas respectivas faisqueiras, pareciam afastados de indisposições e ciumes, que com o andar do tempo as relações travadas suscitaram-se, e que produziram lamentaveis successos.

Dous grupos principaes e mais poderosos notavam-se entre os aventureiros pelo meiado do anno de 1708: o dos Paulistas, que estabeleceram-se em Caethé, Sabará e margens superiores do rio das Velhas, onde haviam encontrado opulentos veciros de ouro e os lavraram livremente, e o dos Taubatenos, alcunhados pelos Paulistas de Emboabas, que era o appellido dos Portuguezes e forasteiros da Bahia,

Rio de Janeiro e outros pontos, que em maioria o compunham, já por usarem de calças compridas e botas, contrariamente aos Paulistas, que se cobriam com capas e vestes grosseiras de algodão e traziam aos pés uns soccos ou tamancos, já porque procediam das costas maritimas e eram por isso conhecidos por forasteiros. Fixaram-se os arraiaes dos Taubatenos ou Emboabas, entre os sitios chamados S. João e S. José, tendo no centro um rio tributario do rio Grande, affluente do Paraná, e bem assim nos terrenos denominados Ouro Preto, pelo colorido mais carregado do metal precioso, e nas margens do ribeirão do Carmo.

Não estava ainda terminado o anno de 1708. Perto uns dos outros acampavam, quer os aventureiros paulistas, quer os taubatenos, lavrando os veios de ouro que reputavam pertencer-lhes exclusivamente.

Nenhum motivo justificado manifestava-se ainda para despeitos, rixas e rivalidades. Despreocupados de sustos, e separados uns dos outros, cuidavam ambos de seus empreendimentos. Reconheciam os Paulistas por seu chefe o nacional Domingos da Silva Monteiro, natural de sua capitania, e os Taubatenos ou Emboabas Manuel Nunes Vianna, nascido em Portugal.

Em despeito dos desejos dos mais cordatos e prudentes, originavam-se comtudo e de quando em quando disputas e conflictos particulares, e um ou outro aventureiro ou escravo apparecia morto nos caminhos, bosques e esconderijos; represalias tramavam-se immediatamente, e suscitavam-se a todos os momentos desordens que terminavam em ferimentos e assassinatos.

Em ambos os acampamentos residiam padres e frades, ou para celebrarem as solemnidades e ceremonias do culto



divino, ou aventureiros tão avidos de ouro como os demais das bandeiras.

Despeitado um monge trino, chamado Frei Francisco de Menezes, por haverem reclamado os Paulistas contra sua pretensão, de arrematar no Rio de Janeiro o contrato das carnes verdes, que devia ser executado em Minas, incitava constantemente com palavras insidiosas os Emboabas a odiar os Paulistas e a considerá-los inimigos.

Sucedeu uma vez que um Mameluco matasse um escravo dos Emboabas em rixa, em que se enleiraram. Acoutou-se o assassino para escapar á perseguição em casa do Paulista José Pardo. Reclamado pelos Taubatenos para que soffresse o castigo merecido, proporcionou-lhe José Pardo meios de fuga. Alguns Emboabas, desesperados e furiosos, assaltaram a casa do Paulista e o trucidaram incontinentemente.

Exaltaram-se com o acontecimento tanto os animos dos Paulistas como os dos Emboabas; recresceram os odios, e dominou uns e outros um unico pensamento, o desaggravarem-se pelas armas. Com um troço consideravel de gente resolveram os Paulistas vingar-se dos Emboabas. Prepararam-se em guerra e seguiram em multidão para S. José, localidade habitada pelos Emboabas.

Ao Ouro Preto, onde Nunes Vianna achava-se, chegou a noticia do emprehendimento dos Paulistas, e logo tomaram-se providencias.

Partio do Ouro Preto Bento do Amaral Gurgel á frente de mil forasteiros e de gentios e escravos, ao encontro dos inimigos.

Proximos estavam do arraial de S. José os Paulistas e acampados em uma veiga, quando divisaram as hostes de Emboabas: transidos de susto trataram de fortificar-se e

levantar em uma matta espessa trincheiras e reductos de defesa.

Mandou Bento do Amaral assaltar a matta e lançar-lhe fogo. Travaram-se pequenos combates. Convencidos os Paulistas que não poderiam bater-se com vantagem, alçaram bandeira branca, e imploraram pazes. Acquiesceu-lhes Bento do Amaral ás supplicas, com a condição de entregarem-lhe as armas, compromettendo-se sob palavra a deixal-os seguir com segurança para seus arraiaes de Caethé, Sabará e Rio das Velhas.

Parecia a briga accommodada desde que os Paulistas, depostas no chão suas armas, trataram de retirar-se da floresta para a planicie no proposito de enveredar para suas aldeias, quando Bento do Amaral deu signal aos seus asseclas para acommettel-os e trucidal-os sem piedade.

Era Bento do Amaral sujeito de pessimos costumes, de instinctos perversos e de animo traiçoeiro. Faltando á fé dos compromissos acceitos, facilmente destroçou os Paulistas que se tinham desarmado; trucidou barbaramente mais de dous terços dos adversarios. Os que escaparam a seus furores com difficuldade lograram chegar a Caethé. Foi a matta em que commetteu-se tão horroroso morticínio denominada : Capão da Traição.

Resoou por todos os arredores a noticia do execrante feito.

O proprio Manuel Nunes Vianna manifestou francamente sua reprovação, bem que não ousasse punir o facinora que tão deslealmente o praticára. Os habitos, a indole, os costumes, as orientações dos aventureiros, em um paiz onde não vigoravam ainda leis e nem governavam autoridades, firmavam impunidade para os crimes mais atrozes.

D. Fernando de Lancastre, governador então do Rio de



Janeiro, logo que soube do lugubre acontecimento, partio para Minas, seguido de quatro companhias de soldados de linha, e chegou a S. João.

Mandou proceder a inqueritos e procurou esclarecer-se. Impoz respeito aos Emboabas, em S. João — actualmente cidade de S. João d'El-Rei — á margem do ribeiro do Tijuco, duas leguas distante da povoação denominada S. José.

De S. João continuou sua viagem para Ouro Preto, onde permanecia a maxima parte dos delinquentes, que de lá haviam sahido e para lá voltado, ufanos de suas façanhas.

Ao saber Manuel Nunes Vianna que approximava-se o governador, entrou em duvida se devia curvar-se á autoridade régia e implorar clemencia, ou resistir a D. Fernando de Lancastre ; seus companheiros, porém, declararam positivamente que não reconheciam outro chefe e governador senão a elle, e que sustentasse sua dignidade e brios.

Juntaram-se multidões armadas e dirigiram-se ao encontro de D. Fernando de Lancastre, tendo Vianna á sua frente.

Na sua marcha para Ouro Preto, descansava o governador no sitio denominado Congonhas, em consequencia da herva mate que allí abundava, e assim era chamada, e da qual usavam os moradores das Minas, em vez do chá das Indias que de tão grandes distancias lhes não podia vir. De repente avistaram as tropas de Vianna; e mandou D. Fernando de Lancastre um capitão reconhecel-as e indagar-lhes os designios. Pedio e obteve Vianna do governador uma entrevista, e expoz-lhe a seu geito a situação dos animos dos aventureiros, os aggravos e aggressões que supportavam dos Paulistas, sua lealdade ao rei, e a situa-

ção em que elle se achava, commandando contrafeito individuos perigosos, no intuito sómente de manter ordem, impor-lhes respeito, e coagil-os a obedecer ás ordens do governador do Rio de Janeiro.

Comprehendeu D. Fernando os riscos de sua pessoa e de seus poucos soldados diante de tão numerosas hordas de aventureiros intrepididos e desalmados.

Considerou preferivel aceitar as desculpas de Vianna, e nomeal-o até governador interino do paiz, comtanto que se compromettesse a introduzir subordinação em gente tão turbulenta e a receber autoridades e empregados do fisco que elle nomeasse.

Parecia-lhe de bom conselho e prevideite politica sancionar a eleição anarchica do chefe e governador effectuada pelos aventureiros, e attrahil-os com o perdão em nome d'El-Rei de Portugal á submissão ás leis e ás autoridades legaes, que para aquellas localidades se deviam installar, extinguindo-se o estado anomalo, nomada quasi, e fóra das vistas do governo, qual era o dos invasores do sólo.

Regressou o governador para o Rio de Janeiro, e Nunes Vianna reputou-se senhor absoluto da terra com sua nomeação de governador interino das Minas, outorgada por D. Fernando de Lancastre.

Temerosos os Paulistas, retiraram-se muitos exacerbados para S. Paulo, e outros para Caethé, Sabará e Rio das Velhas, cuidando de fortificar-se, quando em suas posses fossem perseguidos.

Nomeou Manuel Nunes Vianna autoridades para varios sitios, procurando realizar um regimen capaz de substituir a situação anormal e criminosa em que até então os aventureiros haviam persistido.

Chegado ao Rio de Janeiro, recebeu D. Fernando d' Lan-



castre noticia de sua exoneração de governador, entregou a autoridade suprema ao successor nomeado, Antonio de Albuquerque, e embarcou-se em 1709 para Lisboa, a dar contas de sua administração.

Instruções régias expedidas a Antonio de Albuquerque ordenavam-lhe partisse para as Minas, concedesse indultos aos aventureiros que os merecessem, castigasse rigorosamente os autores do attentado praticado no Capão da Traição, e fundasse alli regimen regular, sujeito ao governador do Rio de Janeiro.

Nascera Antonio de Albuquerque em Pernambuco, e mostrára-se administrador intelligente, activo e zeloso na capitania do Maranhão.

Decidido a tranquillisar os povos de Minas, seguiu immediatamente do Rio de Janeiro, levando apenas em sua companhia dez soldados e quatro officiaes afim de não incitar os aventureiros á revolta. Entendeu que a força moral da autoridade valia para accomodar os espiritos mais que a material, e que sua presença, seus actos moderados, suas palavras de paz, conseguiriam os resultados almejados de firmar a ordem e impol-a aos espiritos turbulentos.

Parou o governador unicamente em Caethé, e hospedou-se em casa de um Paulista, que alli conservava-se, fóra da acção de Nunes Vianna, e que exercia poderoso influxo em todos aquelles arredores.

Mandou Antonio de Albuquerque chamar á sua presença Nunes Vianna residente em Ouro Preto. Á voz do governador estremeceu Vianna, e implorou auxilio de um religioso para ser bem acolhido em Caethé, compromettendo-se a todas as condições que o governador lhe impuzesse.

Recebendo resposta agradavel, apresentou-se em Caethé

ao governador, ajoelhou-se, e pediu humildemente perdão e ordens para escrupulosamente cumpril-as. Resolveu o governador que elle a sua familia se retirassem a terras que possuíam ás margens do rio S. Francisco, concedendo-lhe o perdão e exigindo-lhe modo de vida e procedimento de vassallo fiel e submisso.

Proclamou então Antonio de Albuquerque geral amnistia, percorreu os paizes de mineração, ratificou prazos para lavrarem-se as terras, impoz aos commissarios a obrigação do pagamento do quinto do producto arrecadado; nomeou autoridades judicarias e da fazenda, e estabeleceu casas de fundição de ouro, administradas por empregados da Corôa, e que tinham um triplice character, de casa da moeda, officinas metallurgicas, e repartições fiscaes, com uma rede de postos e guardas encarregados de capturar contrabandos; firmou finalmente um regimen regular, deixou satisfeitos os povos, que começaram então a entrar na vida verdadeiramente social e pacifica, e dirigio-se incontinentemente para S. Paulo, no proposito de serenar tambem os animos dos Paulistas, que constava-lhe andarem exaltados e anciosos de desforra contra os Emboabas de Minas.

Razão sobrava-lhe para este ultimo passo. Os aventureiros paulistas, escapos da mortandade causada em suas fileiras pelo traiçoeiro Bento do Amaral e seus sequazes, tinham appellado para os brios de seus amigos e parentes e reclamado soccorros. Instigados muitos pelas mulheres e familias, que lhes suscitavam as paixões vingativas, incorporaram-se com aggregados e escravos ao mando de Amador Bueno, aclamado chefe, e que gozava de reputação de campeão arrojado.

Encontrou-os já em caminho Antonio de Albuquerque, nas proximidades do arraial de Lorena. Esforçou-se em



socegar as hostes paulistas e em coagil-as a voltar para S. Paulo. Não lhe ouviram, porém, as admoestações e conselhos, e ousaram até ameaçal-o de prisão. Antonio de Albuquerque tomou o caminho de Paraty, e ali embarcou-se para o Rio de Janeiro.

Apenas recolhido á séde do seu governo, enviou avisos para Minas, afim de resistir-se á nova invasão dos Paulistas, e alguns contingentes de tropa que coadjuvassem os moradores, incumbida a Gregorio de Castro Moraes, que deixára governando Ouro Preto.

Penetraram no emtanto e livremente em Minas os aventureiros paulistas.

Ao receberem tão assustadoras noticias levantaram os Emboabas de S. João e S. José reductos e trincheiras no intuito de ampararem suas posses auríferas e seus arraiaes ameaçados. Ás margens do rio que separa S. João de S. José e recebe as aguas do ribeirão de Tijuco avistaram-se em attitude defensiva os dous partidos contendores.

Iniciaram-se escaramuças que duraram alguns dias com bastante derramamento de sangue e os Paulistas, por fim vencedores, exterminaram grande parte dos Emboabas, estragaram-lhes as minerações e destruíram-lhes os arraiaes.

Não ousando adiantar-se para Outro Preto, de onde souberam ter partido contra elles Gregorio de Castro, volveram para S. Paulo, alardeando haver tirado desforra estrondosa do morticínio do Capão da Traição. Deu-se ao rio em que fallamos o nome de Rio das Mortes, para guardar-se memoria d'este feito executado pelos Paulistas.

No correr d'estes acontecimentos determinou El-Rei de Portugal separar da capitania do Sul, que tinha sua séde no Rio de Janeiro, os territorios de Minas e S. Paulo e

n'elles fundar uma nova capitania independente, e confiar a Antonio de Albuquerque nomeação de governador de Minas e S. Paulo, como administrador habilitado e experimentado no serviço publico.

Escreveu logo Albuquerque para S. Paulo, exhortando os povos á ordem, mandando-lhes amnistia, ameaçando-os com castigos novos, quando teimassem em correrias contra as povoações de Minas. Seguiu depois viagem para ali, e tomou conta da administração da capitania que se lhe designára. Deixou immediatamente S. Paulo e dirigio-se para Minas.

Acolhido entusiasticamente em Minas, empregou zelo louvavel na administração publica. Mudou o arraial de Ouro Preto para sitio mais apropriado a quatro leguas de distancia do arraial primitivo e deu-lhe o nome de Villa Rica. Elevou-o a cathegoria de villa e bem assim os arraiaes de Carmo, Sabará e S. João, e fundou varias povoações no desejo de regularisar e facilitar a administração publica e beneficiar a localidade. Estabeleceu-se no Ribeirão do Carmo, hoje cidade de Marianna.

De seu governo cumpre aos povos de Minas guardar apraziveis reminiscencias, pois que lhe devem o restabelecimento da paz, o regimen das leis, e o conhecimento da vida social, que garante pessoas e propriedades.

Affirma Abreu e Lima em sua *Synopsis Chronologica* que Manuel Nunes Vianna fôra tempo depois preso, nas suas terras de S. Francisco, e remetido para a Bahia, e que fallecera no calabouço em que o encerraram; não deparámos prova d'esta asserção nos escriptos que manuseámos. Nenhuma noticia, porém, prestam-nos as chronicas e memorias no tocante ao destino de Bento do Amaral Gurgel, cujo nome devidamente estigmatiza a historia.



Durante o seculo xviii cresceu espantosamente a população de Minas Geraes, e enorme foi a quantidade de ouro e a de diamantes que se descobriram nas partes septentrionaes da capitania. O quinto do ouro e o monopolio das pedras preciosas chegavam para D. João V, como o mais opulento rei da Europa.

Mais proficuamente despendeu o Marquez de Pombal, poderoso ministro de D. José, durante vinte e sete annos de governo, os productos das minas, porque applicou-os á reconstrucção de Lisboa arruinada pelo terremoto de 1755, á fortificação da fronteira abandonada até então, e a melhoramentos materiaes de que o reino carecia.

A copia de ouro arrancada das veias metallurgicas durante o seculo xviii não se póde precisar, já pela insufficiencia dos registros, já pela importancia do contrabando. O Barão de Eschwege, Humboldt, Miguel Chevalier e, ultimamente, Oliveira Martins, contradizem-se em seus calculos. No tocante aos diamantes afiança Solano Constançio que produzia Minas por anno muitos milhões de cruzados. Difficil é apurar, todavia, a enorme quantidade que a metropole recebeu de sua colonia.

No interior de Minas lucraram igrejas e edificios importantes em varias localidades ahi onde apenas anteriormente se desmoronavam rios e morros para colher o ouro ambicionado.

Nada ganhava, todavia, o povo em verdadeiros progressos, materiaes e moraes, porque a troca da agricultura e da industria pela dos veios auriferos e diamantinos encaecia por tal modo os generos alimenticios e os indispensaveis ao commodo da vida, que desaparecia o rendimento fabuloso dos metaes e pedras, e a pobreza espalhava-se geralmente por quasi todas as camadas dos moradores.

Ao principiar o seculo XIX, comprehenderam felizmente os habitantes de Minas que é a terra cultivada mãe carinhosa e verdadeira caixa economica das nações civilisadas. Fôra em 1721 seu territorio destacado do da capitania de S. Paulo, e recebera desde então governador especial, com igualdade e independencia de funcções e cathegoria. Á agricultura e á industria dedicaram-se, portanto, com esmero, e pagou-lhes o territorio seus trabalhos e a nova orientação dos espiritos com usura notavel. É o Estado de Minas actualmente um celleiro para o Brazil e um productor copioso de mercadorias que se exportam para os paizes estrangeiros. De pobre, apesar da abundancia de ouro e diamantes, tornou-se estado rico e opulento com a agricultura e a industria, logo que trocou a lavra do ouro e dos diamantes pela agricultura e industria.

Ao passo que se desenvolve e augmenta, quer em recursos, quer em população, parece tambem metamorphoseada a raça dos homens. Dos turbulentos e insaciaveis aventureiros exploradores do ouro e diamantes [que invadiram a capitania e foram seus primitivos povoadores, com a progressiva civilisação e mudanças de costumes, de caracteres e de orientações sociaes e domesticas, procedeu uma geração morigerada e laboriosa, economica, commerciante, intelligente, activa, affeiçoada á liberdade, á ordem, á religião e á patria, não sómente symbolisada em seu berço natal, como tambem digna e honradamente representada nas Provincias ou Estados vizinhos, para onde Mineiros se têm transferido e onde provam exuberantemente suas aptidões no commercio, na industria, na agricultura, nas letras, nas sciencias e na politica.

Prendem-me a Minas laços moraes, que se não desatam e nem se rompem. Meu finado pai foi official no seu



outr'ora afamado regimento de cavallaria; em seu sólo viveu os mais afortunados dias da mocidade e guardou durante todo o resto da sua existencia as mais saudosas recordações da terra e dos habitantes. Ainda ahi residem e são justamente consideradas as familias a que pertencem minha adorada consorte e meu genro prestimoso. O parentesco espirital tem para mim tanta valia quanto o do berço e o do sangue.

## IX

### O FRANCEZ DUCLERC NO RIO DE JANEIRO

Em 1701 fallecera em Madrid Carlos II, rei de Hespanha. Não deixava descendencia e extinguiu-se por sua morte a herança directa da Casa d'Austria, que occupára o throno desde Fernando de Aragão e Izabel de Castella, e que em 1516 lhes succedera Carlos I ou V como a historia o intitula na qualidade tambem de Imperador de Allemanha, seu neto pela filha Joanna a Louca, consorciada com o Archiduque Felippe, filho de Maximiliano d'Austria.

Em verba testamentaria legou Carlos II a Corôa hespanhola a Felippe de Anjou, neto de Luiz XIV de França, com despreso dos parentes mais proximos da Allemanha.

Luiz XIV fez partir de Paris incontinentemente o neto Felippe de Anjou, que tomou conta da autoridade régia sem que encontrasse a menor resistencia, e que iniciou na península iberica a dynastia dos Bourbons de França.

Contra o testamento de Carlos II protestou o Imperador de Allemanha Leopoldo I em nome de seu filho, o Archi-



duque Carlos, affirmando pertencer-lhe o sceptro de Hespanha, em virtude do direito hereditario vigorante na Europa.

Travou-se entre França e Austria a famosa guerra conhecida na historia sob a denominação de guerra da successão de Hespanha.

Inglaterra, Hollanda e Saboia, temendo o engrandecimento da França e da casa Bourbonica, alliam-se á Austria. A instigações de Guilherme I de Inglaterra adherio á liga das tres potencias o rei de Portugal D. Pedro II.

Terminou a encarniçada lucta pelos tratados de Utrecht de 1713 e final de Rastadt de 1714.

Pagou Hespanha as custas mais que nenhuma outra nação, por ter sido a causa do prolongado conflicto, em que os ambiciosos belligerantes se haviam empenhado. Perdeu a Sicilia, Napoles e Lombardia, as illhas de Sardenha e Minorca, a fortaleza de Gibraltar, os Paizes Baixos, e varias colonias ultramarinas, que se partilharam como despojos pelos lidadores estrangeiros.

Conseguiu a França fixar em seu throno a dynastia Bourbonica, bem que soffresse consideravelmente em seu prestigio de primeira e principal nação da Europa.

Finára-se, no emtanto, em Portugal, Pedro II antes de finalizada a tremenda e prolongada lucta, que seu filho e successor João V foi ainda obrigado a sustentar, soffrendo insultos, tropelias e saques de corsarios francezes, e dependendo copiosas sommas de dinheiro, e de soldados, sem que nenhuma vantagem ou compensações lhe pro- viessem de sacrificios que commettia.

Das calamidades que desabaram sobre Portugal durante a lide porfiada, merecem especial menção invasões de corsarios francezes na sua possessão do Rio de Janeiro, capi-

tania já, no correr do seculo XVI, importante dos seus estados brasileiros.

Protegia Luiz XIV expedições de corsarios armados por subditos particulares e por aventureiros que percorriam as costas inimigas e causavam toda a especie de estropolia e attentados: verdadeira pirataria bem que oficialmente proclamada e sujeita a varios regulamentos.

Um capitão maritimo chamado Carlos Duclere organisou uma sociedade mercantil destinada a assaltar colonias portuguezas. Recebeu carta de corso e auxilios de tropas do seu governo, armou e apparelhou no porto de Brest cinco navios e uma balandra, embarcou cerca de mil soldados, além de excellente tripulação, e seguiu rumo para o Rio de Janeiro, em dias do mez de Junho de 1710.

Subordinava-se então toda a colonia do Brazil ao governador-geral, D. Lourenço de Almeida, residente na cidade da Bahia de Todos os Santos, e que tinha sob suas ordens governadores parciaes estabelecidos nas differentes capitánias em que o estado se dividia desde o Oyapock até a margem esquerda do rio da Prata.

Incitavam a cobiça dos especuladores e corsarios francezes não sómente as noticias da prosperidade das povoações maritimas portuguezas, como mais impressionavam-nos as dos descobrimentos de minas de ouro nos territorios ao oeste do Rio de Janeiro, de onde transportavam-se para Lisboa consideraveis riquezas metallicas.

Achava-se á frente da administração do Rio de Janeiro Francisco de Castro Moraes desde 30 de Abril de 1710.

Dispunha de familia numerosa e de propriedades territoriaes importantes.

Communicaram-lhe de Cabo Frio que uma esquadra com bandeira ingleza fôra divisada singrando para o sul. Te-



mendo-se, com razão, de assaltos de corsarios, prevenio-se o governador para a defesa do porto. Chamou a serviço as milicias e ordenanças, auxiliares da tropa de linha, guarneceu os morros e praias da cidade, e ordenou ás fortalezas de Santa Cruz, S. João, Lage, Villegaignon, ilha das Cobras e Boa Viagem, que não deixassem penetrar nenhuma frota de navios estrangeiros antes de reconhecida verdadeiramente ingleza, e alliada dos reis de Portugal.

Tudo em terra revolveu-se em preparativos bellicos, e para o interior remetteram-se emissarios convocando socorros.

A 11 de Agosto mostrou-se á barra a esquadriha de Duclerc e pretendeu penetrar no porto. Avisou-o a fortaleza de Santa-Cruz com um tiro de polvora que parasse e declarasse previamente seus intentos. Não attendeu Duclerc ao signal, e persistio em sua marcha, collocando-se na dianteira sua capitanea. Rompeu a fortaleza fogo, e balas offendiram o navio da vanguarda. Atemorisou-se então o capitão francez, virou de bordo, fez-se ao mar, e seguiu para o sul com a sua flotilha, depois de aprisionar uma pequena caravella que demandava igualmente a barra.

Na Ilha Grande apoderou-se de mantimentos e aguada: acolheu dous pretos escravos que lhe aconselharam o desembarque na Guaratiba, simulou antes de desempenhal-o demandar as praias da Copacabana e da Tijuca que estavam guarneçadas, no intuito de arredar a attenção dos inimigos do sitio que lhe fôra apontado, e não soffrer difficuldades de saltar em terra.

A 11 de setembro approximavam-se da Guaratiba os seus navios, e desembarcavam mil homens, sem que se lhe oppuzesse o menor obstaculo. Ordenou Duclerc que a esquadriha seguisse para o Norte, e penetrasse a todo o

custo a bahia do Rio de Janeiro afim de coadjuval-o por mar no momento em que por terra investisse a cidade.

Da Guaratiba seguiu tranquillamente para Jacarépaguá.

Bem que por invios caminhos, atravez da serra que separa a cidade d'aquelle sitio, e contrariado por despenhadeiros que lhe impediam a marcha, acampou depois de sete dias de viagem trabalhada no Engenho Velho. Ahi passou a noite de 18 para 19, admirado, entretanto, de lhe não sahir ao encontro o governador da capitania.

Intelligenciava-se, todavia, Francisco de Castro dos movimentos do inimigo. Pensou que era-lhe preferivel esperal-o dentro da cidade, e aproveitar-se então de suas forças para combatel-o e esmagal-o.

Fortificou os morros da Conceição, São Bento, Santo Antonio, Castello, S. Diogo e Livramento; correu uma linha de trincheiras do da Conceição para o de Santo Antonio pelo rua actual do Fogo ou dos Andradas, que formava o limite da cidade n'aquella época. No largo do Rosario estabeleceu seu quartel general.

Dispunha de cerca de dez mil praças de linha, milicias e ordenanças, e de algumas companhias de estudantes que enthusiasicamente offereceram-se para defender a causa da patria invadida pelo estrangeiro.

Na manhã de 19 levantou Duclerc suas tendas, enveredou para o campo hoje denominado de Santa Anna, e avistou as linhas de defesa da cidade.

Não ousou assaltal-as percebendo-as sufficientemente fortificadas. Tomou caminho pela lagôa da Sentinella e morro de Santa Theresa a procurar as praias, e arremetter contra a cidade pelo lado que lhe parecia mais facil de ser investida, coadjuvado como contava pela frota que devia penetrar pela barra.



Durante seu trajecto até á Igreja da Lapa do Desterro foi incommodado com escaramuças que o capitão José Freire, Bento do Amaral Coutinho, e o frade trino Francisco de Menezes, apoiados em alguns contingentes de tropas e de estudantes, dirigiam-lhe por todos os lados e que lhe causavam perdas sensiveis de soldados.

Ao chegar á Igreja da Lapa do Desterro encontrou resistencia de partidas ahi aquarteladas. Derrotou-as, todavia, apoderou-se da Igreja e deixando-a guarnecida com setenta homens enveredou pela rua da Ajuda.

Soffria vivissimo fogo das janellas das casas e das ruas que desembocam na rua da Ajuda. Não o perdia de vista Frei Menezes que cuidadosamente seguia-lhe os passos, ora atravessando-se-lhe pela frente, ora mostrando-se-lhe ao lado, não raro operando em tiroteios, que demoravam a marcha dos Francezes.

Ao attingir a esquina em que está collocada a Igreja do Parto e começa a de S. José, parou Duclerc, fortificou as ruas do Parto e Ajuda, com cerca de duzentos homens destinados a conter por ahi o inimigo.

Desceu atrevidamente a rua de S. José com cerca de oitocentos soldados, posto que de um e outro lado maltratado com tiros de espingarda, pedaços de pedras e varios projectis que das casas e telhados se atiravam.

Partilhava da audacia dos seus compatriotas, que para as investidas arrojadas não admittem superioridade de animo e acção. Quando os Francezes levam de vencida o inimigo pela valentia do primeiro ataque, certa torna-se-lhes a victoria, adiantam-se não só despidos de todo o temor, como inspirados de enthusiasmo, confiados na sua estrella e convencidos de seus triumphos. Demorada, porém, a resistencia, e contida sua marcha pela firmeza

dos contrarios, perdem paciencia, desanimam, recuam e podem então ser esmagados.

Chegaram os Francezes no largo, denominado hoje do Paço, enfrentaram para a rua Direita, investiram o convento dos Carmelitas, e travaram peleja azeda com um troço de tropas commandadas por Gregorio de Castro Moraes, irmão do governador do Rio de Janeiro, e que do largo do Rosario partira a seu encontro, logo que percebera sua marcha.

Obrigado Duclerc a abandonar o ataque do convento por muito bem fortificado, avançou para o Palacio do governador, que era então no principio da rua Direita, e quasi contiguo ao edificio da Alfandega. Occupa-o foi sua intenção, persuadido de que ahi estava Francisco de Castro, e fazendo-o seu prisioneiro, terminaria a resistencia dos defensores da cidade.

Conservava-se, porém, o governador no largo do Rosario, quartel general escolhido como centro das linhas que fechavam as entradas pelo Campo de Santa Anna, por onde pensava dever o inimigo penetrar.

Avisado do trajecto que Duclerc seguira por entre os morros de Santo Antonio e Santa Theresa e visinhanças da Praia da Lapa do Desterro, expedio immediatamente contingentes de soldados para o centro da cidade.

Occupava-se ainda Duclerc no assalto ao palacio do governador, quando pavorosa explosão irrompeu do edificio da Alfandega, que em um dos lados continha o armazem de deposito de polvora, incendiado por descuido dos proprios defensores.

Morreram alguns soldados portuguezes ali estacionados, desabou parte do edificio, e communicou-se o fogo ao palacio, enfumaçando a atmospherá, echoando estrondosamente



o rumor da explosão e produzindo espanto consideravel em uns e outros pelejadores.

Perseverou, no entanto, o prelio com gallardia. Inspiravam-se os combatentes com o furor da lucta, o alarido de vozes, o assobiar das balas, e o som atroador dos tiros.

Bem que ferido gravemente, e logo depois cahido morto no seio do combate, o commandante portuguez Gregorio de Castro Moraes, não perderam os portuguezes coragem, notando o estrago que suas armas produziam nas fileiras dos Francezes.

Comprehendeu então Duclerc que se tinha aventurado a situação perigosa, e que convinha-lhe procurar posição mais segura e firme que a das ruas e praças, onde de todos os lados choviam-lhe as granadas, e appareciam-lhe denodados adversarios. Divisando um grande armazem construido com fortes muralhas de pedras, e proximo ao mar, arremetteu contra elle, afugentou os defensores, tomou posse, e intrincheirou-se não sómente no intuito de sustentar-se e responder aos assaltos do inimigo, como de receber pelo mar auxilio dos seus navios que devi m ter forçado a barra e penetrado na bahia.

Soaram vozes de victoria da banda dos Portuguezes, logo que notaram o movimento dos Francezes. Repicaram os sinos das Igrejas, e retumbaram gritos estrepitosos, que tão longe echoaram, que os Francezes que haviam-se conservado na Igreja da Lapa do Desterro e na do Parto, acreditando que estava tomada a cidade por seus compatriotas que para o centro mais importante da cidade Duclerc dirigira, abandonaram seus postos e adiantaram-se por differentes veredas para se lhe juntarem.

Não lograram impunemente seguir seu caminho. Cercados, feridos, mortos, renderam-se á discrição dos Portu-

guezes, e desapareceu immediatamente essa força destinada a apoiar a retaguarda de Duclerc.

Temu o chefe francez, vendo-se rodeiado de tão numerosos inimigos, que não esperava. Levantou pela tarde bandeira branca, e enviou um trombeta emissario propondo que se lhe consentisse a retirada para França em seus navios com suas armas e bagagens, sem que fossem molestados pelos portuguezes, terminando-se por este feito a lucta travada.

Tarde era para que identicas condições se accitassem. Estavam os inimigos encurralados no armazem, fechadas todas as suas communições, assediados por tropas exaltadas com o triumpho, e pois á disposição completa do governador, Francisco de Castro.

Respondeu-se a Duclerc que se entregasse prisioneiro com todos os seus soldados, quando não quizesse que se lançasse fogo ao armazem onde se aquartelavam. Mal partira a intimação da pena fulminada, e já aprestavam-se os elementos para o incendio, accendendo-se archotes, formando-se bolas de alcatrão e materias combustiveis, e approximando-se ao armazem os elementos de destruição.

Rendeu-se Duclerc, cessando as hostilidades, abandonando as armas, e deixando-se aprisionar e recolher com todos os seus soldados aos fortes que foram designados para sua guarda.

Tudo terminára-se no cahir da noite. Contaram-se os prisioneiros, e cerca de seiscentos e quarenta foram distribuidos pelos ergastulos dos fortes da cidade. Não menos de quatrocentos cadaveres inundavam as ruas desde a lagôa da Sentinella até o largo do Paço, caminho seguido pelos invasores. Entre os prisioneiros cento e cincoenta feridos mais ou menos gravemente se encontraram. Pelo lado



dos Portuguezes não excedera de cem mortos e feridos a perda supportada, segundo o affirma Monsenhor Araujo Pizarro nas suas interessantes *Memorias do Rio de Janeiro*. Não deve admirar-se a desproporção, pois que os Francezes acharam-se entre dous fogos, e não gozavam de liberdade de movimento, por entre as praças e ruas que transitavam.

Designou-se a Duclerc para prisão e alojamento o collegio dos Jesuitas, sito no morro do Castello. Dias depois concedeu-se-lhe morar em uma casa particular na rua de S. Pedro, tendo a cidade por homenagem.

Dous dias depois do memorando acontecimento mostraram-se á barra os seis navios francezes, demandando a entrada da bahia. Comprometteu-se Duclerc a impôr-lhes obediencia á capitulação concordada com Francisco de Castro; pediu, porém, que se lhes permittisse tomar viveres e aguada, desembarcar cirurgiões francezes para tratar dos prisioneiros doentes e feridos, e singrar depois livremente para França.

Deferio o governador favoravelmente seus desejos, e nenhum successo perturbou d'ahi por diante as relações e a paz estipuladas.

Ao mesmo tempo que os navios da esquadrilla franceza voltavam para França, fez o governador seguir uma caravella ligeira para Portugal afim de communicar a D. João V o acontecimento que tivera logar no Rio de Janeiro e a victoria que suas régias armas haviam alcançado.

Chegou primeiro a Lisboa a caravella portugueza, e tão intenso foi o jubilo produzido pela noticia, que embandeiraram-se os edificios publicos e as casas particulares, solemnisaram-se acções de graças nos templos, e illuminou-se a cidade durante tres noites seguidas.

Presos e vigiados rigorosamente nos quartéis os soldados francezes, bem que tratados com humanidade, residia livre na cidade o chefe audacioso Carlos Duclerc, passeiava por onde queria, entretinha relações com familias da terra, e parecia satisfeito, quando passados seis mezes de folgada vida, na madrugada de 16 de Março de 1711, appareceu morto a punhaladas no seu proprio leito, sem que se houvesse presentido o modo e o momento em que o crime se commettera. Parecia fóra de duvida que á noite os assassinos se tinham introduzido em sua casa. Procederam suspeitas de ciumes suscitados por extravagancias amorosas, a que Duclerc folgava de entregar-se.

Foi o governador accusado, em escriptos publicados em França, como mandante do crime. Nenhuma prova ou indicio sequer produzio-se para serem acreditados. Deveriam unicamente estigmatizar-lhe o procedimento de não mandar rigorosamente inquirir, investigar e descobrir os autores do nefasto attentado para que fossem punidos : nunca, porém, tisnar-se-lhe tão desairosamente o credito. Não se mostrára Francisco de Castro Moraes na altura do posto elevado que occupava, pela fraqueza de espirito, pela volubildade de character, e pela falta de qualidades militares. Tudo o assustava, tudo acabrunhava-lhe o animo, e em duvidas e perplexidades mantinha-se constantemente, temeroso de resolver difficuldades que se lhe offereciam. Consideral-o, todavia, perverso e capaz de atrocidades, é erro e calumnia, a que seus habitos, indole e vontade oppõem-se de modo indiscutivel.

Não lograram, portanto, os corsarios francezes n'esta desastrada expedição o saque da cidade, que se lhes pintava rica e opulenta de ouro arrancado ás minas do interior,



que desde o principio do seculo xviii locupletavam o thesouro de Portugal, e que D. João V tão profusamente esbanjou até em paizes estrangeiros, sem que sua nação e nem seu povo lucrassem com sua tão extraordinaria quantidade.

## DUGUAY-TROUIN NO RIO DE JANEIRO

Espalhada na Europa a noticia da derrota dos francezes no Rio de Janeiro, ao mando do capitão Duclerc, quando assaltára a cidade do Rio de Janeiro, no anno de 1710, foi como era natural saudada em Portugal com as mais estrepitosas manifestações de contentamento e enthusiasmo, e recebida em França com angustia e consternação.

Resolveu Luiz XIV vingar-se de evento tão sinistro para a honra da França, e tão prejudicial para seus subditos, que haviam concorrido com sommas consideraveis para a empreza tentada pelo audacioso corsario. Maior irritação produziu ainda nos animos dos francezes outra noticia chegada posteriormente, annunciando o assassinato de Duclerc e maus tratos dos seus soldados, que ficaram prisioneiros dos portuguezes.

Um distincto official de marinha, reputado pelas suas proezas e animo arrojado, por nome Duguay-Trouin, offereceu-se ao rei para coadjuvar-lhe os intentos de tirar desforra. Propoz-se a organizar uma sociedade mercantil com cabedaes poderosos, a armar corsarios, a apparelhar



uma esquadra, a dirigir-se á cidade do Rio de Janeiro e a compellir seus habitántes e autoridades a satisfações publicas, e á libertação dos seus compatriotas prisioneiros de guerra.

Attendido por Luiz XIV, não perdeu Duguay-Trouin tempo para a execução de seus projectos. Munio-se de uma carta de corso, obteve promessa de algumas náus de guerra, e de um contingente de tropas de desembarque; e alcançou autorisação official para recrutar tripulações e forças maritimas auxiliares.

Não foi-lhe difficil grangear socios entre armadores do porto de São Malo, capitalistas de outras cidades maritimas, e até entre fidalgos da côrte, e funcionarios elevados em categoria. Esperavam-se lucros fabulosos da empresa, confiada a tão temerario chefe. Descrevia-se o Rio de Janeiro como deposito abundante do ouro das minas exploradas pelos portuguezes no interior do Brazil, e que se remetia a miúde para Lisboa. Que mais era mister para excitar a cobiça dos exploradores? Que importava que o rei reservasse para si a quota de vinte por cento do producto liquido da especulação, em paga dos navios e soldados que prestava ao corso? Não era então o corso considerado como actualmente uma pirataria disfarçada, em que governos e povos associam-se para depredarem o adversario e prejudicarem o commercio regular e licito; protegido pela carta patente official, podia assaltar terras e navios, saqueal-os, incendial-os e locupletar-se com os despojos da rapina.

Foi subscripto e realisado inteiramente o capital exigido de um milhão e duzentas mil libras francezas, e entregou o governo a Duguay-Trouin cinco náos de alto bordo, seis fragatas de linha guarneçadas de excellente artilharia, e

tres mil e quinhentos soldados escolhidos nas fileiras do exercito.

Annexou Duguay-Trouin á frota régia mais quatro navios menores que comprou a particulares, e para não suscitar suspeitas de Inglaterra alliada de Portugal, relativamente aos fins que se propunha, distribuiu o equipamento das embarcações pelos portos de Dunkerque, Rochefort e Brest.

Em despeito de seus cuidados, soube o governo da Rainha Anna de Inglaterra quaes eram seus designios; mandou avisos a D. João V de Portugal, e ordenou que uma esquadra ingleza se aprestasse para bloqueiar Brest e não consentir á sahida dos navios.

Tomou, porém, Duguay-Trouin suas cautelas. Fez partir de Brest, Dunkerque e Rochefort as embarcações ainda não apparelhadas, e juntar-se no porto da Rochella, mais longe das vistas e providencias dos Inglezes.

Na Rochella preparou-se com toda a urgencia e atirou-se aos mares no dia 9 de Junho de 1711 com sua esquadra, escapando á frota ingleza, que de feito, cercára o porto de Brest quando já não permanecia alli nenhum dos seus navios.

Contava Duguay-Trouin dezeseite embarcações de guerra, tres mil e quinhentos soldados de linha, mais de dous mil homens de equipagem e companhias auxiliares para os desembarques. As náus guarneciam-se com trezentas e cincoenta peças de artilharia, as fragatas com cerca de duzentas e os vasos menores com morteiros e canhões pequenos.

Navegando pelas costas de Portugal, apoderou-se ainda de um navio mercante inglez, que armou igualmente em guerra.



Providenciára, no emtanto, D. João V, logo que fôra avisado pelo governo de Inglaterra. Expedio um navio veleiro para o Rio de Janeiro, com ordens de cuidar-se da defeza das praças. Pouco tempo depois mandou sahir uma frota de sete navios e fragatas, comboiando as embarcações mercantes ao mando do almirante Gaspar da Costa, e conduzindo cinco regimentos de tropas.

Foi a viagem de Duguay-Trouin demorada e maltratada por ventos contrarios. Sómente a 2 de Julho chegou á ilha de S. Vicente, onde esperou muitos dias alguns navios que a tempestade dispersára e desgarrára da frota. A 11 de Agosto logrou todavia atravessar a linha equinocial e a 27 avistar a Bahia de Todos os Santos.

Refere Duguay-Trouin em suas memorias publicadas em Amsterdam no correr do anno de 1736, que desejou começar o curso pela Bahia, mas que recuou divisando as fortificações da cidade, contorneando os baixios da barra, e temendo a falta de aguada, que a bordo começava a sentir.

Entrára no emtanto no porto do Rio de Janeiro a 30 de Agosto um pequeno navio mercante, communicando haver avistado uma frota estrangeira, na altura da Bahia Formosa, sita na capitania do Rio Grande do Norte. Haviam anteriormente chegado tambem o baixel enviado de Lisboa com a noticia dos designios dos francezes, e bem assim a frota e comboio capitaneado por Gaspar da Costa.

Ordenou Francisco de Castro Moraes, governador ainda da capitania do Rio de Janeiro, providencias assisadas para a defeza da barra e da praça que lhe estava confiada. Collocaram-se em frente da entrada da bahia as náus e fragatas de Gaspar da Costa; fortificaram-se os morros da ilha das Cobras, S. Diogo, Saude, Livramento, Con-

ceição, Castello e S. Bento. Municionaram-se as fortalezas de Santa Cruz, S. João, Lage, Villegaignon e Boa Viagem. Postou-se artilharia nas praias, nos sitios do Gravatá, no costado maritimo de Santa Cruz, na Praia Vermelha, e na Ponta do Calabouço. Além das tripulações e de companhias de soldados a bordo dos navios, dispunha a cidade de oito a dez mil praças de linha, e de cerca de cinco mil milicianos e ordenanças.

Decorridos muitos dias, sem que á barra apparecessem os navios francezes, conjecturaram o governador e o almirante que elles se haviam extraviado ou occupavam-se em outras empezas, ou tinham singrado para o sul. Deixaram-se impressionar com estas idéas erradas, e descuidosos entregaram-se ao descanso e inercia. Parte das tropas de bordo das náus desembarcaram, e a esquadra portugueza abandonou suas posições aggressivas para ancorar mais commodamente na enseada da Jurujuba entre Santa Cruz e Boa Viagem.

Seguindo no emtanto Duguay-Trouin sua marcha, dobrou ao largo de Cabo-Frio para não ser avistado, e quando percebeu que devia achar-se em frente da barra do Rio de Janeiro, aproximou-se de terra á calada da noite de 12 para 13 de Setembro, collocando á capa e á vista seus navios, uns após outros em ordem de combate, e transmittindo instrucções rigorosas para ao signal dado pela capitanea seguirem todos sem a menor discrepancia de movimentos e de manobras.

Amanheceu o dia ennevoado inteiramente; nem de bordo divisava-se terra, e nem de terra os navios, que ali estavam tão proximos.

Sabia Duguay-Trouin que do meio-dia em diante levantava-se e desenvolvia-se com força vento do mar, que em



todas as estações reinava n'aquellas costas, substituindo os da noite e das manhãs que sopravam da terra, e que a brisa que desfazia nevoeiros que se manifestassem, aclararia os horisontes e favoreceria a entrada da bahia.

Pelas duas horas da tarde realisaram-se seus calculos. Logo que se foi a barra mostrando a seus olhos, deu de sua capitanea o signal convencionado, e em linha approaram todos para a barra no intuito de forçal-a, com os mórões accesos e as velas abertas, indo na frente a náu commandada por Conserac, que conhecia os canaes e parceis da bahia do Rio de Janeiro, e que ensinava o caminho. Collocada a capitanea no centro da linha, podia Duguay-Trouin providenciar em quasquer emergencias que surgissem.

Rompeu o fogo dos navios e das fortalezas, que garantiam a entrada da bahia. Atroaram-se os ares com o medonho estampido da artilharia. Voavam balas de um para o outro lado, sem que parasse a frota franceza, bem que offendida muitas vezes pelos tiros de Santa Cruz, S. João, Lage, Villegaignon e Boa Viagem.

Azedo e pertinaz perseverou o combate, mas os navios francezes lograram penetrar na bahia, e portar-se ao lado do sitio da Armação, fronteiro á cidade, sem que nenhum desarvorasse.

Encomiou Duguay-Trouin em suas memorias a bravura e pericia dos seus officiaes e marinheiros, posto confesse que perdera mortos e feridos mais de trezentos homens nas manobras e marcha executadas. Appellida milagre a victoria que alcançara, forçando a barra com tão poucos prejuizos, e sob o fogo incessante e activo de baterias solidamente construidas e perfeitamente manejas.

Terror intenso derramou-se pelos moradores da cidade

que confiavam em demasia em suas fortalezas, e reputavam-nas apropriadas para repellirem quaesquer aggressões de estrangeiros. Perdeu a calma precisa o almirante Gaspar da Costa e previo perigos para seus navios estacionados na entrada do golfo da Jurujuba; mandou picar-lhes as amarras, abandonar incontinente o sitio a que se haviam acolhido, e transferio-se a toda a pressa para a banda da cidade, afim de collocar-se a abrigo das fortificações numerosas das suas praias e morros.

Caliam já as sombras espessas da noite; e as manobras dos navios de guerra portuguezes para mudarem de posição tão desastradamente foram praticadas, que duas náus encalharam perto da Ponta do Calabouço, outra nos baixios da ilha das Cobras, e os demais navios com difficuldade ancoraram nas aguas da Prainha e da Saúde. Temeroso de que as embarcações encalhadas calissem em poder do inimigo, mandou-lhes Gaspar da Costa lançar fogo, preferindo perdêl-as pelo incendio.

Não descansou, no emtanto, Duguay-Trouin; aproveitou-se da noite, e enviou lanchas carregadas de soldados assaltar a ilha das Cobras, antes que melhor se fortalecesse e lograsse resistir-lhe, e ao mesmo tempo dirigio alguns navios para as bandas do Sacco do Alferes a simularem ali bombardeio, no proposito de distrahir a atenção dos defensores da cidade, e desvial-a da ilha das Cobras.

Lograram assim os Francezes saltar na ilha e apoderar-se das suas fortificações, e de suas alturas, que constituíam admiraveis posições estrategicas e padraсто importante a cavalleiro sobre a parte mais importante da cidade. Ao amanhecer o dia 14, estava a bandeira franceza arvorada na ilha das Cobras.



Enorme foi a consternação dos moradores da cidade ao avistarem então a esquadra franceza postada em linha defronte da Armação, e a ilha das Cobras em seu poder e servindo-lhes de apoio. Mais transidos ainda de apprehensões ao saberem que houvera durante a noite bombardeamento para as bandas da Gambôa e Sacco do Alferes, e que navios de guerra se tinham incendiado e aprisionado alguns mercantes.

Pensou o governador da praça que convinha-lhe reunir no seio da cidade o grosso de suas tropas, e adoptar o systema que praticára com a invasão do capitão Duclerc de preferencia a tomar a offensiva. Quando saltassem os Francezes em terra, julgava-se melhor habilitado para vencel-os e derrotal-os, dirigindo-lhes hostilidades dos cantos de ruas, dos sobrados das casas, de morros fortificados.

Não fôra assim esmagado Duclerc e aprisionados todos os seus valentes soldados? Desconhecia desgraçadamente Francisco de Castro Moraes a sciencia da guerra, e não contava a seu lado conselheiros experimentados.

Não lhe aproveitava, para sua maior infelicidade, a presença do almirante Gaspar da Costa, desprovido já de esquadra, e que Monsenhor Araujo Pizarro em seus interessantes annaes historicos assegura ter perdido o juizo com os revezes que o haviam acabrunhado, bem que houvesse conseguido anteriormente a reputação de denodado e valente chefe maritimo.

Por sua parte comprehendeu Duguay-Trouin que a cidade estava poderosamente guarneçada, que podia ser ainda soccorrida pelo interior das terras, que toda a demora em suas operações militares devia diminuir-lhe as probabilidades da tomada, e que lucraria mais com estratagemas

rapidos que incutissem os maiores sustos, que com assaltos francos e investidas regulares.

Na noite de 14 para 13 fingiram-se ainda bombardeios pelo lado do Sacco do Alferes e São Christovam, assenhoreando-se de pequenas ilhas alli dispersas, e ao amanhecer o dia desembarcaram repentinamente na Bica dos Marinheiros, antiga praia do Valongo, tres mil e trezentos homens, arrastando morteiros e pequenas peças de campanha, os quaes logo depois foram reforçados com mais quinhentos fusileiros navaes. Divididos seus soldados em tres columnas, com uma galgou o morro da Conceição, com outra o do Livramento, e na praia e veiga intermediaria postou a terceira para auxiliar o movimento e operações de guerra.

Em pouco tempo apoderou-se dos morros e da praia contigua, á qual approximou parte dos navios, e atracou lanchas para faceis communições do mar e da terra.

Dominava com esta manobra parte da cidade, mas não ousou penetrar em seu coração.

Durante alguns dias travaram-se tiroteios para as bandas do Campo, actualmente denominado de Santa Anna, então deserto de habitações, e enxarcado de brejos.

Nem sempre conseguia vantagens e em algumas occasiões soffreu Duguay-Trouin revezes. Desastradamente procedia Francisco de Moraes, não aggreindo os Francezes, e procurando repellil-os das posições tomadas em terra, já que se lhes não oppuzera com energia e resolução. Entendia que lucrava esperando-os dentro do recinto da cidade, quando ousassem descer dos morros e invadil-a. Fôra o plano adoptado e felizmente conseguido, quando Duclerc assaltára a praça.

No dia 19, certificado Duguay-Trouin de que a ilha das



Cobras estava sufficientemente fortificada e podia cooperar para suas operações de guerra, escreveu uma carta a Francisco de Moraes, e remetteu-a por um corneta, que levantara a bandeira branca.

Annunciava-lhe que fôra enviado por seu rei Luiz XIV exigir reparações pelo assassinato do capitão Duclerc, e pelos pessimos procedimentos das autoridades e povo do Rio de Janeiro, para com os prisioneiros francezes e cirurgiões incumbidos de tratá-los. Exigia completa satisfação, entrega dos soldados de Duclerc, indemnisação de prejuizos soffridos, castigo rigoroso dos assassinos e dos que tinham maltratado os Francezes e rendição da cidade. Terminava declarando que reduziria a praça a cinzas, quando o governador recusasse submeter-se á intimação que lhe dirigia.

Respondeu-lhe incontinentemente Francisco de Castro Moraes, e deve-se elogiar-lhe os termos empregados em sua missiva.

Affiançava-lhe que o assassinato de Duclerc procedera de vinganças particulares e não de ordens ou instigações suas ou das autoridades subalternas; que se promovia judicialmente inquerito e processo afim de descobrir-se o autor e cúmplices do attentado, que tanto a elle como a Duguay com razão sensibilisára; que os prisioneiros e cirurgiões francezes haviam sido constante e perfeitamente tratados segundo as normas e preceitos da religião e da humanidades, e estava prompto á sua restituição, e a provar-lhe pelos testemunhos dos proprios que calumniosamente acoiavam-se de victimas; que não aquiescia á rendição da praça, que lhe fôra confiada por El-Rei de Portugal, e a defenderia até a ultima gotta de seu sangue.

Quando ás expressões honrosas de sua resposta correspondessem seus actos, ao governador Francisco de Castro Moraes caberia logar distincto na historia. De animo timido

e perplexo, porém, e inhabilitado para tão critica situação, procedeu contrariarmente a suas palavras.

Não logrando Duguay-Trouin assentimento do governador para terminar o pleito encetado, tratou de bombardear efficazmente a cidade, e coagil-a á rendição.

Começou o bombardeio no dia 20, effectuado pelos navios approximados ás praias, pela ilha das Cobras, e pelos morros da Conceição e Livramento. Respondiam-lhe as fortificações de S. Bento, Castello, Santo Antonio, Gloria, Saúde, e as praias povoadas de soldados, e guarnecidas de excellente artilharia. Continuou a lucta apezar da noite.

Uma nova calamidade cahio no emtanto sobre a cidade para mais assombrar os animos dos seus habitantes.

Desabaram chuvas a cantaros. Turvou-se a atmospheria com uma tempestade medonha. Soaram ventos furiosos do sudoeste, e raios e coriscos accrescentaram as horrores do bombardeio persistente.

Noite horrivel para a cidade e para os moradores! Cahiam as balas do inimigo, ora matando pessoas, ora destruindo casas e edificios; os echos retumbantes da artilharia, as descargas da fusilaria, os roncões dos trovões atmosphericos repercutiam perto e ao longe, quebrantando os animos dos mais corajosos: inundaram-se de aguas pluviaes as ruas e praças, convertendo-as em rios e lagos, e avassallando os predios menos elevados.

Começára a emigração do povo da cidade para os arrabaldes desde os primeiros dias da invasão da bahia; augmentou-se com o bombardeamento; engrossou desproporcionalmente ao cahir da noite: familias inteiras, velhos, mulheres, crianças, escravos, gente de todas as classes, abandonavam suas casas como loucos, uns levando os bens portateis, outros desprovidos de todos os recursos. Cegos



pelas sombras da noite aqui atolavam-se em brejos, alli afogavam-se em correntes poderosas de aguas produzidas pela chuva que perseverava forte e copiosa ; estes erravam os caminhos e vagavam chorando, gritando, supplicando misericordia ; aquelles, enveredando atravez de perigos e de escombros, lograram chegar ao Catumby, São Christovam, Engenho Velho, sem que encontrassem abrigo.

Segundo as chronicas, um regimento inteiro além de soldados dispersos de outros desemparraram igualmente seu posto de honra, e deixaram-se arrastar pela epidemia de terror que de uns transmittia-se aos outros. Não poucas pessoas morreram inanidas na evasão empreendida. Encontraram-se no dia seguinte mães carregando os filhinhos nos braços, anciões abandonados em caminho pelos parentes, numerosos cadaveres de pessoas perdidas no seio dos lodaçães e mangues.

Todos os pensamentos cifravam-se em fugir da cidade para os arredores, para os mattos, que importa ! A cidade terminava onde está actualmente o largo da igreja do Rosario : além estendiam-se pantanos, atoleiros, penhascos, cavidades e perigos de toda a especie.

O governador que tão brioso e altivo revelára-se em sua resposta a Duguay-Trouin acovardou igualmente durante a noite tenebrosa, e convocou immediato conselho de padres, magistrados, militares e funcionarios administrativos. Impressionaram-se todos com a noticia da deserção das milicias e das ordenanças, apavorados com os successos. Poucos dos consultados manifestaram ainda valentia ; decido-se a maior parte a abraçar a opinião do governador que propunha o abandono da cidade, e a junção das forças defensivas em qualquer dos seus suburbios, onde as balas do bombardeio não podessem

atingil-os, afim de esperarem socorros de fóra com que podessem reconquistar a praça.

Passaram-se as ordens para urgente abandono da cidade. D'ahi por diante foi tudo debandada.

As tropas retiradas aquartelaram-se no Engenho-Novo; a multidão escapa dos horrores do bombardeio espalhou-se por Catumby, Engenho Velho, Jacarépaguá, Irajá, serras da Tijuca e Gávea, Engenho-Novo e Inhaúma.

O governador não parou tão perto do inimigo. Seguiu para o Iguassú, povoação distante nove leguas do Rio de Janeiro.

Ao amanhecer o dia seguinte, só monges nos mosteiros, miseraveis e decrepitos, e escravos permaneciam dentro da cidade.

Silencio sepulchral notou Duguay-Trouin, e mandou suspender o bombardeio. Suspeitando estratagemas do inimigo, ordenou que se procedesse a averiguações e esclarecimentos.

Conservou-se todo o dia no morro da Conceição; convencido por fim de que a praça fóra inteiramente evacuada de povo e tropas, resolveu occupal-a a 22.

Penetraram então livremente suas forças. Soltaram os prisioneiros francezes companheiros do desditoso Duclerc, e não menos de quinhentos encontraram-se ainda vivos e de perfeita saude. Intimou Duguay-Trouin as fortalezas para se lhe renderem, e nenhuma ousou mais resistir-lhe. Achou-se senhor absoluto da cidade do Rio de Janeiro e de todas as suas fortificações, aliás importantes, e que desgraçadamente não tinham servido para sua defeza.

Não decorreram horas e já a soldadesca desenfreada, e os francezes prisioneiros soltos, arrombavam portas das casas, penetravam dentro dos edificios, e saqueavam



quanto encontravam. Dos armazens e casas de negocio atiravam ás ruas, ainda extremamente enlameadas pelas chuvas da vespera, pipas e barris de vinho e de aguardente, caixas de mantimentos, saccoes de assucar, de arroz, de farinha, de milho, barricas de bacalhau, de carnes salgadas, e fazendas e mercadorias de toda a especie; dos predios particulares arrancavam quadros, alfaias, roupas, ornamentos, moveis! Das burras e das gavetas colhiam os dinheiros e joias, e convertiam todos os objectos que viam em despojos da victoria, ou quebravam e destruiam os que lhes não aproveitavam..

Percebendo a rapina que se effectuava, e os destroços que se commetiam, acudio Duguay-Trouin, e prohibio, sob pena de morte, que se perseverasse no saque por aquelle modo desordenado. Desobedecido por muitos dos seus soldados e dos de Duclerc que restavam, e que juntos pareciam anciosos de depredações, mandou prender os recalcitrantes e degolar dezoito d'entre os principaes autores do maleficio para exemplo, e disciplina de suas tropas. Ordenou depois, que em armazens especiaes se depositassem todos os objectos dispersos pelas ruas e praças, afim de salvar-se o que podesse dos montões espalhados.

Tres quartas partes dos edificios e casas haviam sido violadas. No convento de Santo Antonio não menos de dous milhões de cruzados em ouro e prata tinha a soldadesca apprehendido e roubado, segundo se deprehende das memorias e chronicas coevas. Dos do Carmo e São Bento muito menor foi a somma rapinada, posto que tambem consideravel. Poupára-se, todavia, o collegio dos Jesuitas, porque os companheiros de Duclerc o defenderam, protestando que haviam recebido favores e soccorros dos Padres da Companhia, durante sua prisão na cidade.

Reuniam-se, acampavam-se e fortificavam-se, no entanto, no Engenho-Novo as tropas portuguezas, sob o mando de seus officiaes. Divulgavam-se noticias de que não tardariam em chegar-lhes auxilios de Minas-Geraes, de onde o governador Antonio de Albuquerque partira com contingentes poderosos, apenas lhes fôra annunciada a invasão dos Francezes.

Desconfiado Duguay-Trouin de que a demora poder-lhe-hia ser prejudicial, cuidou immediatamente de pôr fim á sua empresa, chegando a accordo com Francisco de Castro Moraes. Mandou-lhe propôr por um parlamentar capitulação honrosa, ameaçando-o de arruinar e incendiar inteiramente o Rio de Janeiro, caso lhe não acceitasse as condições impostas para resgate da praça acurvada ás suas armas. No intuito de certificar-lhe seus propositos, ame-drontando-o mais fortemente, enviou partidas de Francezes aos suburbios de Catumby e São Christovam, que devastaram as terras, derrubaram casas de campo, e mataram os que lhes oppuzeram resistencias. No numero das victimas incluio-se o Capitão Bento do Amaral Coutinho, que provára em lucta travada, já com as tropas de Duclere, já agora com as de Duguay-Trouin, notavel bravura e extremecido patriotismo.

Ao receber Francisco de Castro em Iguassú a missiva de Duguay-Trouin, voltou immediatamente para o Engenho-Novo, onde conservavam-se firmes as forças portuguezas. Respondeu a Duguay-Trouin que confiava a missão de represental-o ao Jesuita Antonio Cordeiro, e com elle entabolasse os tratos precisos de acomodação.

Depois de discussão e duvidas suscitadas, impoz Duguay-Trouin suas condições. Receberia como indemnisação pelo resgate da cidade, seiscentos mil cruzados em di-



nheiro corrente, com caixas de assucar e duzentos bois, além do resultado do saque já effectuado. Permittiria aos moradores espoliados pagar em moeda metallica o valor dos generos e objectos que se tinham encontrado em suas casas. Restituiria a cidade ao governador logo que recebesse a somma combinada e fixava quinze dias para execução completa do convenio.

A 10 de Outubro reuniram-se, no sitio denominado Mangue, o governador e seus officiaes e os parlamentarios de Duguay-Trouin, e assignaram a capitulação conforme as exigencias do aventureiro e temerario chefe da expedição franceza.

Tratava-se de sua execução quando chegou Antonio de Albuquerque, governador de Minas, á frente de cerca de tres mil soldados e milicianos da sua capitania.

Estigmatizou a capitulação como vergonhosa; considerou, todavia, que estava assignada e ratificada, e tratavam os Francezes de abandonar a terra.

Levantára Francisco de Castro as sommas pecuniarias, a que se compromettera para a execução do convenio que estipulára. Concorreram os depositos dos cofres da fazenda, orphãos, ausentes, bulla da cruzada e da casa da moeda, com duzentos contos; os padres da Companhia de Jesus e o Prior de São Bento com cerca de seis contos; Francisco de Castro de seu bolso particular com dez contos e quatrocentos mil reis; e capitalistas particulares por collecta com o restante.

No dia 4 de Novembro estavam cumpridas as condições do resgate da cidade. Tinha em seu poder Duguay-Trouin o dinheiro, os bois e as caixas de assucar, que recolheu a bordo de seus navios, como o producto do saque, e do que igualmente concedera pelos objectos que

restituia aos particulares, que desejavam recuperal-os.

Reembarcaram então todos os Francezes, e foi restituída a cidade ao governador, guardando apenas Duguay-Trouin em seu poder, a illha das Cobras, Santa Cruz e Villegaignon.

No dia 13 de Novembro a frota franceza largou suas velas orgulhosas, e fez-se ao mar, entregando ao sahir da bahia as fortalezas que ainda dominava.

Voltaram o governador, as tropas e os habitantes portuguezes a occupar a praça. Exasperados estavam, todavia, o povo e a maioria dos magistrados e funcionarios contra a pusillanimidade manifestada por Francisco de Castro.

Em sessão resolveu o Senado da Camara representar para Lisboa, e attribuindo-lhe as calamidades soffridas. Grupos de amotinados cercaram o palacio, exigiram a deposição incontinente do governador, e supplicaram a Antonio de Albuquerque que assumisse a autoridade suprema.

Accedeu-lhes aos desejos Antonio de Albuquerque, empossou-se do governo da capitania do Rio de Janeiro, e considerou deposto Francisco de Castro.

Ao propalar-se em Lisboa a noticia dos successos occorridos, ordenou D. João V que da Bahia partisse a devassal-os o chanceller da Relação. Foi então Francisco de Castro recolhido aos carceres, e sujeito a processo judicial. Não tardou a sentença, que executou-se acceleradamente. Francisco de Castro foi degradado perpetuamente para as Indias, bem como um seu sobrinho. Varios officiaes militares e funcionarios publicos reputados seus conselheiros foram sentenciados a penas de prisão e trabalhos forçados.

Os prejuizos da cidade, segundo os chronistas, orçaram em doze mil contos de reis para o thesouro, e em seis mil para os particulares, além dos navios de guerra e de com-



mercio naufragados nas praias, incendiados na bahia, ou arruinados e desmantelados.

Não recolheu-se Duguay-Trouin a França com tudo quanto alcançara no Rio de Janeiro.

Pretendia, segundo elle proprio, affiança, praticar na Bahía de Todos os Santos identicos feitos de corso. Contrariaram-lhe os intentos quer os mares enfurecidos, que encontrou desde que sahira do Rio de Janeiro, quer os ventos violentos, que maltrataram duramente os navios de sua frota.

Singrando então directamente para o Norte, supportou ainda temporaes tão desfeitos, nas alturas das ilhas dos Açores, que desapareceram no seio das ondas a possante náu chamada Magnanima e uma excellente fragata, sem que se podesse salvar nem o carregamento e nem pessoa alguma n'ellas embarcada.

Falleceram no tremendo naufragio mais de mil e duzentos Francezes, entre os quaes o destemido capitão Conserae. A perda dos homens foi acompanhada pelas mercadorias preciosas que as duas embarcações conduziam. Sentio fundamente Duguay Trouin o prejuizo de seiscentas mil libras em ouro que se guardavam a bordo.

Ainda assim, recolhido a Brest no dia 6 de Fevereiro de 1712, e verificadas suas contas de despeza e receita, e entregue a quota pertencente ao governo, pôde distribuir aos seus socios de corso, conforme suas proprias declarações, um dividendo de noventa e dous por cento de lucro.

## XI

### A SEDIÇÃO EM MINAS GERAES EM 1720

Antonio de Albuquerque Coelho, governador e capitão general do Sul do Brazil, conseguira, com sua presença em Minas, serenar a agitação produzida pelos conflictos renhidos e sanguinolentos de Paulistas e Emboabas; estabelecer regimen de ordem; fundar villas em varias localidades; facilitar aos povos a administração da justiça; e estabelecer casas de fundição de ouro e prata para cobrança e fiscalisação das quotas que cabiam á Corôa.

Para tão preconisada região precipitavam-se repetidos e numerosos grupos de aventureiros, partidos de todas as outras capitánias americanas e do proprio solo de Portugal, anciosos todos de enriquecer-se.

Corriam noticias de que mostravam-se rios e lagoas, cujo leite abundava de arêas de ouro; serras cujas entranhas formavam-se de pedaços inteiros do metal precioso; chapadas, campinas, florestas, cujo sólo cobria-se de laminas refulgentes, que não exigiam fadigas e nem esforços para serem colhidas. Exaltavam-se as imaginações e provocava-se extraordinariamente a cobiça.



Creou-se nova capitania-geral desmembrada da do Sul, chamada posteriormente do Rio de Janeiro, que então se compunha das terras do Cabo de S. Thomé para o rio da Prata. Comprehendia a nova capitania a donataria de S. Vicente, incorporada no dominio da Corôa por compra aos successores de Martim Affonso de Souza, seu primitivo concessionario, e o sólo denominado de Minas, que os sertanejos paulistas haviam descoberto e tratavam de explorar.

Elevou tambem a Côte de Lisboa a villa de S. Paulo á categoria de cidade, afim de ser a séde da nova capitania, que se appellidou de S. Vicente.

A Antonio de Albuquerque confiou a missão de organizar sua publica administração, trocando o posto de governador do Rio de Janeiro por outro de mais empenho ; permittio-lhe igualmente que escolhesse para sua residencia ou a capital designada, ou qualquer localidade do interior que lhe parecesse mais conveniente ao serviço publico.

Deixou Albuquerque o Rio de Janeiro, partio para S. Paulo, empossou-se do seu cargo e sem perda de tempo dirigio-se para a villa que elle fundára no Ribeirão do Carmo, e que depois tomou o titulo de Cidade de Marianna, tão primorosamente cantada pelo eximio poeta mineiro, Claudio Manuel da Costa.

Ao receber em 1711 a noticia de que a cidade do Rio de Janeiro fôra assaltada e tomada pelo celebrisado almirante francez Duguay-Trouin, collocou-se Albuquerque á frente de força respeitavel e partio de Minas em seu soccorro, decidido a libertal-a do dominio estrangeiro.

Chegou tarde infelizmente. Já o governador Francisco de Castro Moraes havia assignado uma capitulação vergonhosa, e os Francezes se tinham retirado repletos de despojos e saques.

Exacerbada a população do Rio de Janeiro contra Francisco de Castro Moraes, o depoz da autoridade suprema e pediu a Albuquerque que assumisse seu governo até decisão da metropole.

Agradeceu a Côrte de Lisboa os serviços relevantes de Antonio de Albuquerque, e para a capitania de S. Vicente nomeou governador Braz Balthazar da Silveira.

Seguiu Balthazar da Silveira, a exemplo de seu antecessor, para a villa do Carmo considerada como centro e principal povoação de Minas, e ahí, de preferencia á cidade de S. Paulo, fixou tambem sua residencia.

Encontrou Braz da Silveira varias villas fundadas; juntas fisceas para fundição do ouro colhido pelos particulares e cobrança das quotas reservadas á Corôa; comarcas providas de magistrados; duas companhias de dragões para apoio da autoridade; milicias e ordenanças para auxiliares da tropa de linha; camaras municipaes funcionando mais ou menos regularmente; crescentes nucleos de exploradores do sólo, e em geral uma situação tranquilla.

Em 1717 succedeu a Braz da Silveira, Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar.

Em tempos de Braz da Silveira notava-se já descontentamento dos povos. Os arbitrios do governador; a severidade e extorsões dos funcionarios das casas de fundição e cobrança dos impostos; as injustiças dos magistrados e empregados do fôro e os abusos das camaras suscitavam queixas, reclamações e desesperos. Acostumados os exploradores das minas a plenas liberdades de vida, e ao desconhecimento de leis que lhes contivessem os instinctos naturaes de aventureiros, repugnavam por seu lado sujeitar-se a regimen normal e á obediencia devida ás autoridades constituídas.



Lastimavam-se de ser obrigados a levar ás casas de fundição e cunhagem quanto ouro arrancavam dos rios, dos rochedos e dos valles, productos de seus trabalhos particulares e isolados; a pagar sommas exorbitantes e illicitas que se lhes exigiam, e a supportar multas que lhes eram de continuo exigidas, sempre que suspeitos de perpretender defraudar a fazenda publica.

Altivo, arbitrario e caprichoso como os antigos proconsules romanos, concorria o Conde de Assumar com seus procedimentos para aggravar os males que os povos já antes allegavam; não lhes admittia nem o direito de queixa nem mesmo o de simples reclamação contra vexames que supportassem.

As terras de Minas, na sua maior parte uberrimas, não eram todavia aproveitadas para a agricultura, e consoante ás industrias, nenhuma se estabelecia. Prohibia o governo da metropole plantações de canna de assucar e de cereaes, levantamento de engenhos e de fabricas, e nem á eriação e propagação do gado facultava que os moradores se dedicassem.

Tudo o que se precisava para a commodidade da vida, importava-se do Rio de Janeiro, de S. Paulo e da Bahia: generos alimenticios, roupas, instrumentos de trabalho.

Não abundava tanto o mineral no Sabará, em Caethé, no Rio das Velhas, no Rio das Mortes, no Ribeirão do Carmo, no Ouro-Preto e no Serro Frio, ultimamente descoberto e que se denominava então Villa do Principe? Não propalava-se já tambem a noticia da existencia de diamantes e de pedras preciosas mais para o norte, para onde convidava aventureiros a dirigir-se? Para que entregar-se ao amanhão do sólo, introduzir-lhe sementes, esperar beneficios da atmospheria, colher-lhe os fructos, quando mais sorria ao animo

ambicioso a exploração facil de um sólo abundante de riquezas metallicas?

Não acreditava por sua parte D. João V que mais lhe aproveitava a mineração que o desenvolvimento da agricultura e os progressos da industria?

Os preços exageradissimos das mercadorias importadas absorviam os valores do producto aurifero, que os exploradores logravam arrancar das veias da terra, e não deixavam-lhes margem para lucros.

O fisco com as casas de fundição, com a cobrança dos direitos da Coróa e com as multas que fulminava, esmagava-os igualmente.

Percebia a Coróa o quinto de todo o ouro collido; uma porcentagem para purificar-o e fixar-lhe o cunho; e outra com o titulo de alfinetes para a senhora Rainha. Gastavam ainda os exploradores quantias copiosas em peitas dos funcionarios afim de não demorarem ou difficultarem seus negocios.

Accrescentavam-lhes os soffrimentos o peso das multas, as prisões arbitrarías e as dividas que contrahiam sempre que o producto não attingia a somma fixada pela Coróa, de, pelo menos, trinta arrobas por anno.

O governador desdenhava a opinião publica e não acreditava na possibilidade de sedições e revoltas que se trammassem contra os decretos da metropole e as decisões de seus funcionarios.

Semelhante situação tendia de certo a alvoroçar cada vez mais os espiritos e a excital-os a feitos deploraveis.

Collocaram-se á frente dos descontentes de Villa Rica alguns cidadãos de importancia e influxo, pertencentes ás differentes classes em que a sociedade se dividia.

Manuel Mosqueira da Rosa, que exercia a profissão de



advogado, posto não graduado em escolas superiores de ensino; frei Vicente Botelho e frei Francisco de Montalverne, que se tinham relacionado estreitamente com os exploradores; Felippe dos Santos, audacioso aventureiro, e que o Conde de Assumar appellidou, em um officio dirigido á Côrte de Lisboa, o homem mais diabolico que se podia imaginar; e o Mestre de Campo Paschoal da Silva Guimarães, que gozava de grandes creditos pelos seus bens de fortuna, constituíram-se os chefes da opposição ao governo e ás autoridades administrativas.

Declarou o governador em suas communicações dirigidas á Côrte de Lisboa, que soubera que reuniam-se ás noites e mascarados em sitios perdidos, no seio das excavações e abobadas perfuradas nas fraldas dos morros ou outeiros em que Villa-Rica estava assentada, desde que para aquelle sitio fôra mudado o arraial primitivo denominado Ouro Preto. Escondidos pelos arbustos espessos que brotavam do sólo, conferenciavam desassombradamente e planejavam a alteração da ordem publica.

Accrescentava, porém, que communicára a denuncia recebida ao ouvidor de Villa-Rica, Dr. Martinho Vieira, com recommendação de providenciar por seu lado, afim quer de prevenir funestos acontecimentos, quer de castigar os que tentassem perturbar o socego publico.

Não tomaram, no emtanto, providencias quer o governador, que continuou tranquillo na Villa do Carmo, quer o ouvidor de Villa-Rica, que mais de perto devia e podia vigiar e policiar sua comarca: nenhum d'elles pensava que se ousassem commetter sedições ou revoltas contra as autoridades constituídas.

Contra sua expectação rompeu infelizmente um movimento que assombrou-os: pelas onze horas da noite de

28 de Junho de 1720 grupos armados, uns com espingardas e pistolas, outros com espadas, estes com chuços, aquelles com cacetes de madeira tão dura como o ferro, inundaram as ruas de Villa-Rica appellidando o povo para unir-se-lhes e coadjuval-os na defesa de seus direitos.

Derramou-se o terror e os sediciosos assaltaram a casa do ouvidor da Comarca.

Escapou-lhes, todavia, ás furias Martinho Vieira, saltando pelos fundos do quintal e escondendo-se em capões de matto que o avisinhavam.

Arrombaram-lhe os sediciosos as portas da casa, despedaçaram-lhe os moveis e ornamentos, arrancaram-lhe os papeis e livros da Ouvidoria e queimaram-nos para que desaparecessem as provas dos debitos e dos processos instaurados que compromettessem os habitantes.

Ao mostrar-se a alva do dia 29, parecia o socego restabelecido. Os sediciosos aquietaram-se e pareceram dispostos a não continuarem em tropelias. Trataram, todavia, de enviar ao Conde de Assumar dous emissarios, attribuindo os seus excessos contra a casa do Ouvidor ao desespero causado pelas violencias do magistrado, cuja exoneração lhe requeriam para bem da justiça e allivio dos povos; supplicaram-lhe igualmente a abolição das Juntas de fundição e cunhagem do ouro, e o perdão pelas suas faltas, devidas á irreflexão dos animos e não á vontade de sublevar-se contra as leis e as autoridades constituidas; e comprometteram-se d'ahi por diante á mais completa obediencia de fieis vassallos.

Ou o governador se não considerou armado sufficientemente para resistir aos sediciosos, ou emfim, como confessou em officio de 3 de Julho de 1720, dirigido á Córte de Lisboa, porque reprovava as violencias judiciaes que o



Ouvidor se habituára a commetter, respondeu aos emissarios que ouviria a respeito juntas de Ouvidores, afim de tomar conhecimento de suas reclamações e deferir-lhes como fosse de justiça.

No dia 30 partiram de Villa-Rica novos emissarios instando pela decisão do governador. Regressaram sem haver conseguido terminante deferimento. Correram, no emtanto, sem novidade em Villa-Rica os dias seguintes, e todos os moradores voltaram a occupar-se em seus negocios. No 1º de Julho, porém, entenderam os vereadores da Camara que podiam tornar-se agradaveis ao governador, e abriram uma sessão publica afim de tratarem de providencias contra os tumultos praticados.

Ao noticiar-se-lhe o facto, juntou Felippe dos Santos um magote copioso de partidarios, desceu do morro que se appellidava Ouro-Preto, principal theatro das explorações metallurgicas do solo, dirigio-se ao edificio da Camara, assediou-o e declarou os vereadores presos e incommuni-caveis.

Tremeram os Vereadores e cuidaram de parlamentar com os sediciosos afim de libertarem-se do aperto em que se achavam.

Respondeu-lhes Felippe dos Santos que, demorando-se o governador em satisfazer as reclamações que se lhe haviam dirigido nos dias 29 e 30, exigia o povo que os vereadores partissem por elles escoltados para a Villa do Carmo, advogassem sua causa e compellissem o Conde de Assumar a despachar favoravelmente uma nova representação que lhe endereçavam, e que entregavam escripta aos vereadores que se deviam reputar órgãos e representantes do povo de Villa-Rica.

Recapitulavam-se no escripto as queixas dos povos da

Capitania e mencionavam-se as providencias necessarias para acalmal-as. Não se restringiam os artigos a interesses da mineração : tratavam igualmente de questões particulares de dividas, impostos, alcavalas, arbitrios de magistrados, extorsões e abusos dos empregados do fóro e das Camaras. Empregavam a palavra *queremos* em vez da forma usual de supplica.

Lida pelos vereadores a referida representação, recusaram-se peremptoriamente á vontade manifestada pelos sediciosos.

Declarou-lhes então Felipe dos Santos que os não soltaria enquanto não acquiescessem á intimação que se lhes dirigia.

Precipitavam-se as horas sem que se chegasse a accordo. Começou a noite a projectar suas sombras merencorias sobre a terra, e os vereadores continuavam presos e incommunicaveis.

Raiára por fim a aurora, sem que se chegasse a accordo.

Após vinte e quatro horas de encarceramento apertou a fome os vereadores, quando os não movessem igualmente os sustos e apprehensões de tão desagradavel situação ; renderam-se, comprometteram-se a unir-se aos amotinados, marchar em sua companhia para a Villa do Carmo, entregar a sua representação ao governador, e implorar remedios que desaggravassem o povo. Cercados de grupos numerosos dos sediciosos, partiram os vereadores, e repentina e inesperadamente invadiram a Villa do Carmo, e apavoraram seus tranquillos habitantes. Encaminharam-se para o palacio do governador e exigiram fallar-lhe.

Assombrado o governador com o evento, franqueou-lhes immediatamente a entrada e ouviu os vereadores,



que, em nome dos sublevados, entregaram-lhe a representação de que se tinham incumbido.

Na collecção da *Revista trimensal do Instituto historico e geographico do Brazil* encontra-se publicado um termo lavrado na secretaria do governo, assignado pelo governador da Capitania, pelos vereadores da Villa-Rica e por alguns cidadãos presentes ao acto. Encerra o termo referido, datado de 2 de Julho de 1720, o theor das reclamações com o despacho do Conde de Assumar escripto e assignado ao terminar cada um dos capitulos de queixas e providencias.

Curioso documento, que projecta luz radiante sobre os successos e sobre as orientações dos espiritos da época. Tanto mais notavel quanto se não descobre a presença dos verdadeiros chefes da sedição que conservavam-se de fóra, posto que lhe dirigissem os incidentes.

A extinção das casas de fundição e cunho de moedas; a prohibição de novos contratos acerca do fumo, da aguardente e de carnes e viveres; a diminuição do lançamento superior a uma e meia oitava de ouro por cabeça de escravo empregado nos trabalhos da mineração; a abrogação de sua arrematação em praça por preços diminutos e inferiores aos valores que lhes dessem louvados de consciencia e sob juramento; a adopção de um novo regimento de custas forenses igual ás que percebiam os funcionarios de justiça do Rio de Janeiro; outro de emolumentos para os secretarios empregados das Camaras; a aferição de pesos para não continuarem os abusos, quer das juntas de arrecadação do ouro, quer dos officiaes das Camaras; a obrigação das Camaras de calçar á sua custa as praças e ruas; a sustentação das companhias de dragões, não por conta dos particulares, como corria, mas pelos cofres do

Estado; a limitação a um anno para o privilegio dos arrematantes de dizimos na cobrança de dividas; a não continuação de multas e prisões arbitrarías judiciaria e administrativamente, e a das taxas do registro da borda do campo; impunham-se ao governador, e elle a todos os capitulos dos revoltosos acquiesceu com favoravel deferimento.

Não faltou a condição de um perdão geral em nome de El-Rei para os complicados na sedição, sellado com as armas reaes, registrado na secretaria do governo e nos livros das Camaras, e por officiaes de justiça proclamado nas villas e arraiaes da Capitania ao som de caixa e convocado o povo a ouvil-o.

Observa-se n'este importante documento que, á forma imperativa empregada pelos sediciosos, o governador escrevia á margem de cada um dos capitulos a phrase official : *Deferido como requerem*; e não menos attrahe-nos a attenção que na representação, sempre que se falla em nome de Sua Magestade El-Rei de Portugal, accrescentavam-se as palavras : *Que Deus guarde*. Despedio-os o governador, pedindo-lhes socego e affiançando-lhe sua benevolencia.

Retiraram-se do palacio os reclamantes e volveram tranquillamente para Villa-Rica.

Desde logo, porém, o Conde de Assumar cuidou de tirar desforra do insulto que supportára; contemporisára para vingar-se em occasião opportuna.

Com data de 3, escreveu um officio ao governo de Lisboa desculpando seu procedimento e promettendo castigar os revoltosos.

Mudou sem perder tempo buscar milicianos ás locali-



dades visinhas, aquartelar as companhias de dragoes e armar escravos.

Ou que realmente se considerassem satisfeitos os sediciosos e se entregassem de novo aos seus trabalhos de exploração do ouro, convencidos de que tinham conseguido a victoria; ou, como em officio de 21 de Julho affirmou o Conde de Assumar, que perseveravam alvoroçados e tumultuosos em Villa-Rica, e haviam tramado depol-o do governo da Capitania, obrigar-o a partir para S. Paulo, e substituil-o no cargo por um dos cabeças da revolta, Mosqueira Rosa : certo é que o Conde de Assumar cuidou logo de dar golpe de mestre.

Suspeitou de que Sebastião da Veiga Cabral, importante funcionario, estabelecido na Villa do Carmo, concordava com os sediciosos, porque instava com elle para abandonar o Carmo, e recolher-se a São Paulo; mandou-o prender incontinentemente, e remetteu-o para o Rio de Janeiro.

Á frente de duas companhias de dragões e de cerca de 2,000 homens de infantaria apresentou-se inesperadamente no dia 16 de Julho em Villa-Rica

Do Carmo não dista Villa-Rica mais de duas leguas, e pois rapida foi a marcha do Governador. Villa-Rica assenta entre outeiros desiguaes e cortados por estreitas veigas formadas em suas fraldas, despidas de symetria, de regular arruamento e de perspectiva agradavel aos olhos.

Por todos os lados descortinavam-se gargantas e excavações do sólo, minas abertas, subterraneos nas rochas, choças de trabalho á beira dos ribeiros que correm dos outeiros.

Quasi toda a população occupava-se nas explorações metallurgicas.

Era Villa-Rica uma das regiões que no principio do seculo xviii produziam maior quantidade de ouro.

De posse de Villa-Rica, mandou o Governador assaltar as residencias dos principaes revoltosos, prendel-os e trazer-os á sua presença.

Foram immediatamente recolhidos aos carceres Mosqueira da Rosa, Paschoal da Silva, os dous monges Montalverne e Botelho, e outros intitulados cabeças da revolta. Salvou-se difficoltosamente Felippe dos Santos, occultando-se em cavernas rasgadas nas entranhas dos morros.

Ordenou depois o Governador que se destruíssem as casas de suas residencias na villa, para que nem vestigios d'ellas sobrassem.

E como no outeiro que flanqueava o norte do arraial estavam edificadas as habitações de muitos dos implicados na revolta de 28 de Junho, mandou que fogo lançado as reduzisse a cinzas.

Rolos de fumo ennegrecido annuviaram ao principio a atmosphera. Logo depois raios de luz avermelhada rasgaram as densas trevas, e linhas de chammas ardentes illuminaram os horizontes.

Com fragor estalavam os tectos; cahiam telhados, portas e janellas; e todo o outeiro cobrio-se ora de escuridão, ora de rasgos fulgurantes dos clarões que scintillavam medonhos de um para outro lado.

Ainda actualmente o viajante que visita Villa-Rica, que recuperou seu primitivo nome de Ouro-Preto, observa no outeiro ruinas negras, desconjuntadas e abandonadas, que lembram a horrorosa scena do incendio do outeiro e das casarias que outr'ora o cobriam.

Não foi o abandono proposital; não foram as tempestades



e furacões dos ares que aos posteros legaram tão tristonhas reliquias.

O fogo lançado por mãos de homens desalmados extinguiu, em 1720, o bairro pittoresco que havia sido talvez a delicia das familias da época.

Ao curioso cabouqueiro dos annaes da historia passada cumpre sacar das ruinas produzidas pelo incendio, paginas e scenas melancolicas que pintem ao vivo os acontecimentos da época.

Antes que deixasse Villa-Rica, deliberou o Conde de Assumar que no meio de escoltas militares passeassem, á luz do dia, pelas ruas mais concorridas da villa, cerca de vinte revoltosos presos uns aos outros e ligados por uma pesada corrente de ferro aos pés e fortes algemas aos braços.

Pretendeu com este procedimento assombrar o povo com os soffrimentos physicos e moraes que infligia aos presos, e prevenir futuros alvoroços.

No dia 17 de Julho fez seguir suas victimas para o Carmo e recolhel-as ás masmorras da villa, rodeadas de dragões, e, ufano do feito, acompanhou-as como em procissão solemne.

Bem não chegara á Cachoeira, quando foi atacado de subito por um crecido magote de revoltosos ás ordens de Felipe dos Santos.

Meditára Felipe dos Santos libertar os companheiros da conspiração mallograda e arrancal-os ao furor do Conde.

Travou-se combate; o numero, porém, e a disciplina dos dragões repelliram victoriosamente os revoltosos.

Cahio prisioneiro Felipe dos Santos, que dirigia a acção com o mais notavel denodo e valentia.

Chegado apenas ao Ribeirão do Carmo, separou o Conde

de Assumar a causa de Felipe dos Santos da de seus companheiros de infortunio.

Para estes determinou inqueritos judiciaes ; para Felipe dos Santos não reservou formulas de processo, nem regularidade de sentença e nem recursos estabelecidos na legislação que vigorava.

Submetteu-o simplesmente, em sua presença, a um interrogatorio, de que lavrou termo o juiz ordinario.

Com franqueza e coragem declarou Felipe dos Santos seus intentos. Confessou que adoptára todos os planos e movimentos revolucionarios, que fôra seu alvo obrigar as autoridades da capitania a respeitar os fóros e interesses dos seus habitantes, a não opprimil-os com vexames e despotismos, e a reconhecer-lhes as liberdades que lhes competiam como cidadãos de uma nação civilisada.

Sentenciou-o á morte o Governador summaria e arbitrariamente, e não demorou a execução da pena.

No mesmo dia 18 de Julho foi publicamente justicado Felipe dos Santos.

A tradição corrente entre o povo mineiro, e transmittida de pais a filhos, de familia a familia, refere que se lhe amarraram os pés e os braços com cordas ligadas ás patas de quatro cavallos bravios, que pela planicie soltos e afugentados a bordoadas desataram em desenfreado galope. Em poucos minutos ficára esquartelada a victima, aqui a cabeça, mais longe o tronco, após uma perna ou um braço, estrangulado em pedaços, e banhado o terreno com o sangue que vertera nas angustias da morte.

Communicou, no emtanto, o Conde de Assumar no dia 21 de Julho á Côrte de Lisboa que fôra o réo enforcado, seu corpo depois decepado e os pedaços pendurados em postes levantados ás portas da villa, afim de amedrontarem-



se para sempre tentativas revolucionarias, imitando o exemplo de Roma quando castigava Catilina.

Justificou o seu procedimento, que reconhecia illegal, com o facto de ter sido Felippe dos Santos apanhado em flagrante, haver confessado seus crimes e não manifestado arrependimento; accrescentava que perigava a tranquillidade publica com sua existencia, e pois não trepidára em justical-o.

Não equivalerá a tradição á legenda, inventada e propagada para o fim de impressionar os espiritos fracos, e deixar-lhes duradoura impressão?

Relativamente aos outros presos, organisou-se um processo judicial que foi remetido para Lisboa, ao mesmo tempo que os réos a que se referia.

Nenhum dos infelizes enviados para a Metropole voltou para a Capitania; nenhuma noticia a seu respeito espalharam-se em Minas. Completamente ignora-se qual a sorte que lhes coube em castigo de seus actos.

Teriam morrido nos carceres de Portugal ou em algum presidio africano para onde de lá fossem ainda degradados!

Não escaparam a sequestros seus bens e propriedades. Assim o dispunham os usos e leis da época.

Nada lográmos tambem saber acerca de suas idades, de suas profissões, de suas familias.

Os tres officios do Conde de Assumar a respeito do acontecimento; o termo assignado a 2 de Julho na secretaria do Governo, e um capitulo da *Historia de Melchior de Pontes*, pelo jesuita Manuel de Fonseca, documentos aquelles coevos e o ultimo quasi coevo, não nos adiantam esclarecimentos. Contrastados com as tradições populares, examinados cuidadosamente pela critica historica, mais ou

menos recontam os factos como os deixamos colligidos n'este succinto estudo,

Parece que os actos praticados pelo Conde de Assumar não mereceram, todavia, a approvação do governo de D. João V de Portugal. Bem que não fossem censurados officialmente, deu-se por terminado o seu governo, e ordenou se-lhe o regresso immediato para Lisboa.

Tomou-se tambem em 1721 uma resolução importante. Dividio-se em duas a Capitania de S. Vicente, tomando a primeira o titulo de S. Paulo e a segunda de Minas Geraes, e enviou-se para cada uma novo Governador e Capitão-general, independente um do outro. A D. Lourenço de Almeida coube a de Minas.

Não modificou-se, no emtanto, o systema politico da Metropole em relação aos interesses reaes de Minas. O ouro, e sómente o ouro constituia o alvo da Corôa. Que lhe importava que se empecessem os progressos da agricultura e da industria, quando os impostos sobre o mineral opulentavam as areas do erario publico, e prestavam ao Rei meios para imitar o fausto de Luiz XIV de França, comprar ao Summo Pontifice o titulo de Fidelissimo para a Corôa, a instituição de uma Patriarchal para Lisboa, uma capella marmorea e artistica para S. João Baptista e a canonisação de alguns frades desconhecidos? Para ostentar as galas de um nababo asiatico, emquanto que ouvia de joelhos as missas, adorava todos os santos do calendario, confessava e commungava todas as semanas, dotava generosamente igrejas nacionaes e estranhas, edificava o gigantesco, rude e extravagante convento de Mafra, povoado de frades penitentes, gastava sommas fabulosas com cantores italianos e com cellulas de monges de Odivellas, onde



o requinte do luxo oriental e os perfumes dos incensos encandeciam-lhe os instinctos de lascivia ?

Chegasse-lhe o ouro do Brazil e soffressem embora os povos da colonia extorsões, vexames, violencias, despotismos e roubos de governadores e empregados do fisco.

Ao recordar-nos da sedição de 1720, assalta-nos o espirito a historia da que se intitula da Inconfidencia de 1791. Apregoado como causa primordial fôra em ambas o peso dos impostos e os vexames da mineração do ouro.

A primeira não denunciou a idéa de independencia e regimen republicano, que a segunda francamente manifestára; mas em seu seio aninhava-se sem duvida tambem o desejo de modificar a fôrma do governo, pois que exigira abolição de leis criminaes, civis e administrativas, e tendera, ao que parece, a depôr o Governador e as autoridades da Capitania.

Mais adiantados em luzes estavam, porém, os revolucionarios de 1791 e a população da Capitania igualmente mais numerosa e mais abastada de bens de fortuna, além de que as noticias da independencia do Norte da America inebriavam os espiritos do tempo, e pois lembravam o alvo da independencia.

Felippe dos Santos foi o precursor do alferes Tiradentes, e como elle padeceu morte affrontosa.

Mosqueira Rosa, Paschoal da Silva Guimarães e Sebastião da Silva Cabral e os demais protagonistas da sedição de 1720, terminaram seus dias em extranhos climas, sem que se lhes permittisse mais rever a patria.

Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Alves Maciel e seus companheiros de 1791, condemnados igualmente ao degredo, deixaram seus ossos em Moçambique, Pedra de Angoche e

outros presidios pestilentos da costa d'Africa. Coube-lhes igual destino.

A sedição de 1720 foi o preludio da tentativa da independencia de 1791. Conservados os odios, offendidos os interesses, maltratados os habitantes de Minas com os despotismos dos governadores, não lhes sorria o exemplo dado pelos seus predecessores ?



## XII

### OS ALVOROTOS EM CAMPOS DE GOYTACAZES

Na distribuição das terras brasileiras, que, sob a denominação de donatarias, foram por D. João III de Portugal doadas a diversos fidalgos predilectos e vassallos prestimosos, coube uma a Pedro Góes da Silveira.

Revelára-se Góes intrepido navegante; prestára á corôa portugueza serviços militares; procedera a exames das costas do Brazil ás ordens de Martim Affonso de Souza manifestando habilidade notavel; reputava-se além d'isto dotado de instrucção litteraria, por ter redigido o *diario* das viagens de Pedro Lopes de Souza, e como era irmão de Damião de Góes, historiador, philosopho celebrisado da época e bemquisto do monarcha, gozava o privilegio de francas entradas nos paços regios.

Por foral assignado no anno de 1536, concedeo-lhe El-Rei 30 leguas de costas maritimas ou as que realmente se verificassem desde o rio Macahé até os baixos de Pargos e rio Itabapoana onde devia terminar a capitania partilhada ao norte a Vasco Fernandes Coutinho.

Não descuidou-se Pedro de Góes de aproveitar os

favores que lhe haviam sido outorgados. Carecendo de capitaes para a empreza, associou-se a Martins Ferreira, mercador opulento de Lisboa.

Angariou familias de colonos e operarios, recebeu como auxiliares bastantes presos por varios crimes e cujas penas se trocaram pelas do degredo; reuniu petrechos de guerra, abasteceu-se de mantimentos, sementes de plantas, instrumentos de cultura, animaes domesticos; aprestou navios, e partio do Tejo em direitura á sua donataria, ufano de levar tudo que entendia conveniente para exito afortunado da empreza que se propunha.

No correr do anno 1540, estava desembarcado em terras proximas á embocadura do Rio Parahyba. Ha divergencias nos escriptores no tocante ao sitio escolhido para levantar-se povoação e fixar-se sua moradia e a de seus companheiros. Gabriel Soares, na *Descrição do Brazil*, publicada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, assevera ter sido á margem do rio Parahyba. Segundo, porém, Ayres do Casal, na *Chorographia Brazilica*, appareceram depois resquicios da edificação primitiva ao lado meridional de Itabapoana, perto das praias maritimas. Accrescenta que guardava-se ainda em seu tempo, entre os moradores vizinhos, a tradição de ter sido este o local do desembarque e da fundação da colonia.

Fosse onde fosse, certo é que Pedro de Góes tomou posse tranquilla das terras, fixou o arruamento de sua povoação, mandou construir casas, fôrtes e trincheiras de defesa, repartio terras aos colonos, nomeou funcionarios e iniciou sua administração e governo.

Eram aquellas localidades habitadas pela tribu indigena dos Goytacazes, divididos em tres grupos, e que occupavam as planicies immensas e apraziveis que do mar correm



para o interior a perderem-se nas fraldas de uma linha de serras elevadas, que de longe se avistam na direcção do sul para o norte.

Rasgadas por differentes rios, ramalhetadas de lagóas pittorescas, cobertas de abundante vegetação, bafejadas por limpida e saudavel atmosphaera, refrescadas por continuas correntes da viração maritima, sobresahiam além do mais com ondulações de pequenos outeiros, que disfarçavam encantadoramente a monotonia das campinas.

Dous annos permaneceu a colonia em paz com os gentios, bem que se não entabolassem relações propriamente amigaveis.

Aproveitou-se Pedro de Góes das circumstancias que pareciam sorrir-lhe aos designios, e effectuou uma viagem a Lisboa, delegando autoridade durante sua ausencia a Jorge Mathias. Referindo em Portugal as fecundidades das suas terras, conseguiu novos contingentes de colonos e degradados, e voltou radiante de esperanças.

Salteou-o ao desembarcar tristissima decepção. Durante sua ausencia os gentios Goytacazes, aborrecidos da visinhança dos Europeos, tinham começado a incommodal-os, assaltando, durante as noites, suas lavouras e as trincheiras de sua aldêa. Combates repetidos perturbavam os trabalhos dos colonos, obrigavam-nos a ter constantemente promptas as armas de defesa; alguns tinham sido feridos por settas dos selvagens e todos apavoravam-se de tristes apprehensões do futuro. Havia-se, no emtanto, ensaiado o cultivo da canna de assucar, que Pedro de Góes mandára buscar a S. Vicente, ponto já povoado por Martim Affonso e cuja planta correspondia perfeitamente á qualidade do sólo.

Ao cabo de cinco annos achava-se bastante esmorecido o chefe e desalentados seus companheiros, porque os

gentios voltavam e renovavam combates encarniçados. Voz geral começava a soar exigindo o abandono do estabelecimento, ameaçado de completa destruição pela copia consideravel de inimigos, que, posto rebatidos, não tardavam em engrossar suas fileiras com novos contingentes que do interior lhes vinham em auxilio, e que não menos ferozes se revelavam.

Esforçou-se Pedro de Góes em restaurar os animos, collocando-se á frente de gente escolhida, com que repellio e affastou para longe os inimigos, faceis de serem destruchados pelas armas de fogo, que os amedrontavam e a que não tinham a oppôr mais que flechas, hervadas de peçonha.

Bem que fizesse repetidas propostas de alliança e promessas de amizade, não conseguiu Pedro de Góes conciliar os Goytacazes que lhe devastavam os cannaviaes e propriedades rusticas.

Desenganado da sorte infeliz que o esperava, ferido em um braço e perdido de um olho que lhe arrancára uma flechada dos indigenas, resolveu por fim abandonar sua empreza.

Pedio soccorro ao donatario do Espirito-Santo, seu mais proximo visinho. Acudiu-lhe Vasco Fernandes Coutinho com algumas caravellas que receberam a seu bordo todos os colonos, e os transportaram para sua donataria, com o abandono inteiro da povoação estabelecida.

Empobrecido Pedro de Góes com o desbarato de sua fortuna e da do seu associado Ferreira, seguiu para Lisboa. Asseguram alguns chronistas que em companhia de Thomé de Souza, primeiro governador geral do Brazil que D. João III nomeára como seu representante afim



de coadjuvar a colonisação das terras, e fiscalisar os actos dos donatarios, Pedro Góes volvera em 1550 para o sitio da primeira occupação, reforçado com novos colonos, mas que, guerreado ainda pelos Goytacazes, desvanecera-se-lhe inteiramente a idéa de fundar um solido estabelecimento.

Feneceu desastradamente, conforme a geral tradição, em um naufragio, e a donataria, posto que abandonada, transferio-se a seus legitimos herdeiros.

Pelo anno de 1623 Gil de Góes, seu descendente e herdeiro, conjecturou que podia tirar proveito das terras, engenhando e organisando uma sociedade com varios negociantes de Lisboa e do Rio de Janeiro, aos quaes distribuio em sesmarias os territorios com o onus de expulsarem os gentios e formarem estabelecimentos de criação de gado, para o que parecia tambem o sólo muito apropriado.

Figuravam entre os associados Salvador Corrêa de Sá e Benevides, o Provincial do Instituto dos Jesuitas, o Abbade dos Benedictinos e o Prior da ordem do Carmo.

Contavam-se tambem entre os sesmeiros os tres irmãos Corrêas, João Gomes Seixas, Ayres Maldonado, João Castello, Antonio Pinto e Miguel Ricardo.

Começaram os sesmeiros em 1629 a conquista dos terrenos banhados pelos rios Parahyba, Murialhé, Macahé, Itabapoana, Ururahy, e lagoas Feia, Carapébús e de Cima. Cada um empossou-se, ajustadamente, se bem que não definidas e demarcadas com clareza, de uma parte das terras, e fundou estabelecimentos, apoiado em escravos pretos e aggregados.

Afugentaram-se os Goytacazes, que se não deixaram

catechisar pelos padres jesuitas e se não recolheram ás aldeas por elles administradas.

Encetou-se a colonisação, e Salvador Corrêa mandou em 1652 edificar no sólo que lhe tocára uma ermida dedicada a S. Salvador, que confiou aos cuidados dos Monges Benedictinos, a curta distancia do curso do rio Parahyba, em campinas estendidas á sua margem direita.

Para ali precipitou-se logo, attrahida pelas noticias da uberidade do sólo, da excellencia do clima e da facilidade de vida, multidão de aventureiros que foram abrindo sitios, erguendo casas e applicando-se á lavoura, posto que muitos não munidos de titulos de concessão passados pelos sesmeiros ou pelo donatario.

Em torno da ermida formou-se em breve um pequeno arraial, e pelas campinas mais internas derramou-se a população e fixaram-se familias que dedicaram-se á plantação da canna do assucar, e á criação e propagação de gados de varias especies.

Com o augmento do povo e progressos materiaes, não tardaram a suscitar-se discussões e conflictos sobre as propriedades rusticas e os direitos dos moradores. Dos descontentes collocaram-se á frente pessoas importantes, que, curvadas por impostos pesados, lembraram-se de que a instituição, como vigorava, collocava sob autoridade absoluta dos representantes do donatario bens e pessoas particulares, e que era necessario para beneficio commum libertar-se do seu jugo, e submeter-se ás leis geraes do reino e á immediata acção da Corôa.

Decretaram em 1675, de motu-proprio e espontaneamente a creação de uma villa no local da ermida, com o titulo do seu orago; levantaram pelourinho para seu reconhecimento; nomearam camaristas para seu senado,



e annunciaram o seu feito ao ouvidor do Rio de Janeiro, requerendo-lhe approvação, e submettendo-se ás leis, como habitadores do sólo pertencente á corôa, e desprendidos de obediencia aos donatarios. Contavam que o governo da capitania os apoiasse perante o da metropole, e conseguisse que a donataria fosse reduzida a propriedade nacional.

Achava-se em Portugal Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Logo que soube dos acontecimentos dos moradores de S. Thomé, como até então a doação se appellidava, e ao mesmo tempo do fallecimento de Gil de Góes, ultimo herdeiro do primitivo donatario, que em testamento legára á Corôa sua propriedade, afim de ser incorporada aos territorios regios como outras que haviam já revertido de demais concessionarios ou seus descendentes, empenhou-se em conseguil-a para sua familia, em premio de seus serviços.

Obteve alvará regio de 1674 transferindo para seu filho Martinho Corrêa de Sá, primeiro Visconde de Asseca, a donataria de Pedro de Góes, bem que sómente com vinte leguas de costa ao norte do cabo de S. Thomé, e respeitadas as posses do mosteiro de S. Bento e do collegio de Santo Ignacio de Loyola, e bem assim a dos sesmeiros que existissem ainda.

Não fallou o alvará nas sesmarias do convento do Carmo, porque ficavam ao sul de S. Thomé, em terrenos denominados de Macahé. Assignou o novo donatario obrigação de fundar duas villas, uma á foz do rio Parahyba para a navegação, e outra mais acima em localidade conveniente para conter e repellir as correrias de gentios.

Remettida a resolução régia ao ouvidor do Rio de Janeiro, foi por este magistrado incumbido o juiz ordinario da villa de Cabo-Frio de executa-la e fazel-a obedecer pelo

povo. Trocou-se então o nome da capitania pelo de Parahyba do Sul.

Partio de Cabo-Frio o juiz ordinario acompanhado do capitão-mór e do procurador do novo donatario, e em 1676 confirmou o titulo de villa ao arraial existente em torno da ermida, e erigio igualmente em villa o sitio de S. João á entrada da barra do rio Parahyba.

Nomeou, porém, para camaristas, juizes ordinarios e autoridades de ambas as villas, os individuos de sua feição e dependencia, e declarou sem vigor as eleições a que o povo procedera, visto que aos donatarios pertencia exclusivamente a nomeação de todos os magistrados e funcionarios publicos, conforme disposições dos foraes, que os dispensavam do regimen geral das leis do reino.

Com o tempo os moradores desgostaram-se da localidade da villa installada, e conseguiram que o procurador do donatario assentisse a sua mudança para a margem direita do rio, em sitio mais apropriado, compromettendo-se o povo a edificar á sua custa a matriz, cadêa, edificio do senado, e casas, conforme plantas approvadas. Estavam as duas margens inundadas já de fazendas de criargado, e de engenhos de assucar e aguardente; e espalhavam-se pelas terras aggregados e arrendatarios, e pois de importancia era a população, procedida das familias numerosas das quaes muitas intrusas que se tinham estabelecido.

Aquellas immensas campinas que se perdem aos olhos desde as margens do Parahyba até Macahé, adequadas a todo o genero de lavoura, convidavam incessantemente quantos anciavam melhorar de fortuna com o trabalho da terra.

Bem que contrariados, com as resistencias dos sesmeiros



e do donatario, foi-se augmentando progressivamente a povoação do sólo de uma a outra margem do rio.

Por ordem do procurador do Visconde de Asseca e ás supplicas do povo, transferio-se em 1678 a séde da villa para o local que actualmente occupa a cidade denominada S. Salvador de Campos. Alli, á beira do formoso rio, que offerece livre navegação para o mar e para o interior pela abundancia de suas aguas, e das dos seus numerosos affluentes, abriam-se horizontes propicios para uma povoação industriosa e progressiva. De um lado e de outro sorriam e inebriavam as veigas cortadas de ribeiros e ramalhetadas de lagõas.

Quando não passe de lenda a traducção do nome gentio Goytacaz, que diz-se significar Campos de delicias, merece, todavia, o titulo, pois que de todos os pontos descortina-se panorama natural, arrebatador aos olhos e prazenteiro ao espirito.

Percebeu-se mais odioso ainda o dominio dos Corrêas de Sá que o dos primitivos donatarios. Mais zelosos de seus interesses que seus predecessores, acabrunhavam com pesados impostos a lavoura, as industrias e o numero de escravos que os particulares possuíam. Impunham os vereadores, creaturas dos donatarios, multas pecuniaries e penas de prisão aos moradores por divertimentos e actos innocentes da vida.

Começaram tumultos os moradores pobres ou espontaneos, ou excitados por fazendeiros e senhores de engenho, que exerciam influxo pelos bens de fortuna, pela copia de escravos e pelo numero de aggregados.

Ao terminar o seculo xvii rugiram por vezes multidões amotinadas; vilipendiaram a casa da Camara, insultaram seus officiaes, apedrejaram os procuradores e representantes

do donatario, e foi necessario mandar pedir força armada ao governador do Rio de Janeiro para restabelecer-se a ordem e punirem-se os delinquentes. Converteu-se a capitania da Parahyba do Sul em foco de disturbios e alvoroços, não sómente contra os direitos do donatario, como não raro contra as pretenções dos Frades Benedictinos, que prohibiam passagem por suas sesmarias, allegando direitos, e encontrando apoio permanente nas autoridades estabelecidas.

Assustou particularmente um movimento popular commettido em 1720.

Um fazendeiro importante, chamado Bartholomeu Bueno, collocou-se á frente de motim sedicioso. Unio-se-lhe o clero que excommungou os vereadores da Camara, e exigio que fossem expulsos da villa porque opprimiam os moradores com vexatorios impostos.

Prendeu-os a plebe sublevada e remetteu-os para o Rio de Janeiro, depois de formar-lhes uma especie de processo, que foi enviado igualmente a Ayres de Saldanha, então governador da capitania do Rio de Janeiro.

Fugio espavorido da villa o procurador do donatario para escapar aos furores dos amotinados.

Procedeu-se a eleição popular de um Senado de Camara : anciavam os espiritos nomear seus vereadores conforme os direitos outorgados aos povos pelas leis do reino.

Não attendeu, porém, Ayres da Gama ás reclamações do povo. Expedio ordem ao capitão-mór, Agostinho de Azevedo, para prender e castigar os principaes sediciosos, e prestou-lhe tropa de linha com que desempenhasse efficaçamente sua commissão.

Resistio denodadamente Bartholomeu Bueno, capitaneando numerosos partidarios.



Travaram-se luctas, que demoraram por algum tempo o cumprimento das ordens do governador do Rio de Janeiro. Vencidos e derrotados, por fim, os sublevados, conseguio seu chefe evadir-se para o sertão, d'ahi para o Espirito-Santo, desamparando seus haveres e bens, que foram sequestrados, posto que se não conseguisse apprehendel-o. Repuzeram-se as cousas publicas na sua anterior situação, e pareceu restabelecida a tranquillidade e o regimen da donataria.

Em 1728 novos alvoroços rebentaram, seguidos tambem de prisão e deposição dos officiaes da Camara e do procurador dos donatarios. Bem que abafados pela força publica enviada ainda do Rio de Janeiro, punidos os autores e cúmplices do alvoroço, e exercida mais cautelosa vigilância, perseverára melindrosa e eivada de perigos a situação da terra.

Conta-se que reabriram os povos á força caminho em terras do collegio dos Jesuitas, trancado pelos Padres da Companhia; accrescentam tambem as chronicas que em 1740 não se prestaram os moradores a reconhecer o commandante militar, Pedro Velho Barreto, e em 1748 procederam pelo mesmo modo com o proprio filho do donatario que pretendia fazer respeitar os seus direitos.

Resolvera Gomes Freire de Andrade, que desde 1733 era governador e capitão-general do Rio de Janeiro, pôr cobro de uma vez a tão repetidos disturbios. Determinou que a Camara fizesse reconhecer o filho do donatario como seu immediato, munido como estava de instrucções e amplos poderes sobre as terras e povos de sua donataria, segundo os foraes outorgados pela Corôa.

Exaltaram-se de todo então os animos populares. Traçou-se e executou-se uma nova sublevação. Cercaram os

amotinados a casa da Camara, declararam depostos de seus cargos os officiaes que pretendiam obedecer ás ordens de Gomes Freire, nomearam-lhes substitutos, expulsaram da villa o commandante militar, remetteram presos para a Bahia de Todos os Santos os vereadores, insultaram e afugentaram o capitão-mór, Antonio Teixeira Nunes. Officiaram ao governador do Rio de Janeiro que se sujeitavam ao rei e ás leis do reino por considerarem nacional e não particular o sólo. Allegando que os donatarios não tinham concorrido, como se haviam compromettido, a crear a villa, dotal-a de matriz, de cadêa, de casa da Camara e de edificios publicos, e que tudo quanto continha a povoação era devido a expensas do povo, sustentavam ter elles perdido seus direitos á concessão, e dever a donataria reverter para a Corôa.

Accrescentavam ainda que nem os donatarios haviam procedido á medição das terras que lhes foram doadas, fixado marcos de posse, e queriam, no emtanto, reputar sua propriedade o que não fôra regularmente definido e nem officialmente realizado. Como deviam-lhes obediencia, quando não tinham cumprido suas obrigações para poderem allegar privilegios de um alvará, que não alcançara ainda legal e inteira execução?

Tomaram parte n'este movimento sedicioso pessoas de elevada condição, igualmente exasperadas contra a familia Corrêa de Sá pelas arbitrariedades que soffriam de seus funcionarios, pelos tributos e dizimos a que os compellia, e pe'os conflictos constantes, relativamente á terra que lavravam. Appellavam até alli para a Côrte sem que se attendesse a seus agravos e se remediassem seus males e prejuizos supportados. Declaravam-se finalmente resolvidos a arriscarem-se á sorte de revolucionarios. Do conteudo de



uma acta posteriormente escripta deprehende-se que não sómente homens investiram o edificio da Camara, mas até mulheres, o que demonstra opinião, senão unisona dos habitantes, pelo menos numerosissima, contra o dominio excepcional da donataria que lhes esmagava os brios e prejudicava-lhes os interesses. Mui poucos dos fazendeiros, bem que todos sympathisassem com a causa dos revoltosos, conservaram-se tranquilllos, fazendo, todavia, votos pelo triumpho da revolução effectuada.

Não demorou-se Gomes Freire em combater os sublevados. Embarcou tres batalhões de infantaria, collocou-os ao mando do general João de Almeida, e ordenou-lhe que, tomando terra em Macahé, seguisse para Campos, castigasse severamente os principaes rebeldes, procedesse a recrutamento rigoroso de seus partidarios, restaurasse a autoridade do donatario representado por seus procuradores e agentes, e fortificasse a villa com um contingente militar, que ali devia permanecer, para que se prevenissem novos disturbios.

Em dias de Junho de 1748 apresentou-se o general João de Almeida com os seus soldados diante da villa de S. Salvador.

Amedrontados, muitos dos habitantes evadiram-se com suas familias. Mais animosos, outros prepararam a resistencia, e ousaram oppôr-se ás tropas expeditas do Rio de Janeiro destinadas a esmagar a revolução praticada.

Conserva-se a tradição em Campos, posto que apenas referida pelo Visconde de Araruama, varão que fôra em sua vida geralmente considerado, em uma memoria publicada em 1819, de que uma mulher, fazendeira e viuva, verdadeira heroína, chamada Benta Pereira, não receiára tornar-se primacial na revolta.

Figurára já Benta Pereira nos conflictos populares travados com os Jesuitas; menciona-se seu nome entre os litigantes que negavam os direitos dos Padres da Companhia de prohibir passagem de moradores e de seus gados pelas terras do collegio para a Lagôa Feia. Pela acta do Senado da Camara, que referimos, bem que se não falle de Benta Pereira, e apenas se declare que muitas mulheres de envolta com os turbulentos haviam assaltado a casa do Senado e prendido os vereadores, devemos inferir que ella não fôra estranha ao movimento sedicioso de que já fallámos. Devemos a um dos vultos politicos mais illustrados do Imperio, o conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, natural de Campos, tanto o conhecimento d'esta acta como o da noticia que comprova a parte notavel que Benta Pereira tomára na lide encetada contra os soldados commanditados pelo general Almeida, commissionedo para anniquilar os tumultos de 1748.

Montada a cavallo, armada de duas pistolas collocadas nos coldres da sella, de espada em punho, calçada de botas cumpridas, não trepidou Benta Pereira em affrontar as forças do governador do Rio de Janeiro, e em partir a seu encontro antes que ellas penetrassem na villa de S. Salvador.

Ainda que desigual a lucta contra soldados de linha, mostraram os sediciosos bravura e tenacidade. Houve muitos ferimentos e mortes em varias escaramuças. Vencendo-os e derrotando-os, apoderou-se o general Almeida da povoação, declarou restituídas a seus cargos as autoridades nomeadas pelo donatario, firmou a ordem publica e restabeleceu o dominio do Visconde de Asseca. Instauraram-se então processos para a punição dos revoltosos. Muitos dos principaes carregaram-se de ferros e remette-



ram-se para o Rio de Janeiro; outros encarceraram-se na villa. Tinha-se por ordem de Gomes Freire annexado á expedição do general Almeida o ouvidor da capitania do Espirito-Santo, Manuel Nunes de Macedo, com seus officiaes. Sequestraram-se os bens dos indiciados criminosos afim de pagarem as depezas da expedição das tropas. Depois de deixar na villa algumas companhias de soldados, voltou o general para o Rio de Janeiro.

Dominou, portanto, o terror, e pelo interior das terras, para as capitancias vizinhas, salvaram-se os que conseguiram escapar ás justigas installadas para os sentenciarem, e ao recrutamento rigoroso que se commetteu em todo o districto.

Foi coagida Benta Pereira a refugiar-se no interior das brenhas; soffreu com os demais sublevados sequestro de bens, e padecimentos de exilio, e finou-se pouco tempo depois sem gosar da ventura de volver para seus lares.

Entre os fazendeiros importantes foragidos de Campos e refugiados no Rio de Janeiro, afim de não serem envolvidos nas denuncias, e nem arriscarem-se a perigos, cumpre mencionar Sebastião da Cunha Rangel Coutinho, opulento de bens de fortuna, possuidor de engenhos e rodeado de prestigio e influencia. Não approvava o dominio dos Corrêas de Sá, mas tambem não abraçara o movimento revoltoso. Refere o chronista Madre de Deus que descendia dos Buenos de S. Paulo, e pois aparentado com Bartholomeu Bueno, que figurára no alvoroço, de que já tratámos, e com os Azeredos Coutinho, que formavam familia poderosa e dispunham do morgadio de Mirapicú, no termo de Iguassú. Com sua mulher e filhos conservou-se Sebastião da Cunha tranquillo no Rio de Janeiro durante alguns annos, se bem que magoado com as noti-

cias de perseguições commettidas na terra que deixára com pezar, e para a qual não descansava de dirigir sinceras saudades.

Sucedendo em 1750 perecer D. João V, e subir ao throno seu filho D. José, modificou-se a orientação politica. O novo monarcha chamou para o governo Sebastião José de Carvalho e Mello, celebrizado posteriormente pelos seus feitos administrativos e tyrannicos, e conhecido pelo titulo de Marquez de Pombal.

Vivia em Portugal João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, em extremo admirado pela sua erudição juridica, nascido em Iguassú, aparentado com os Cunhas, de Campos, e amigo intimo do Marquez de Pombal.

O ramo dos Coutinhos de Marapicú, além de João Pereira Ramos, procurador e conselheiro da Corôa, desembargador do paço, ministro da Junta do exame do estado e melhoramentos das obras regulares, e membro da commissão reformadora da universidade de Coimbra, produzira outro varão igualmente distincto, e seu irmão mais moço, D. Francisco de Lemos de Azeredo Coutinho, bispo de Coimbra, um dos reformadores da Universidade portugueza. Eram ambos os irmãos apreciados pelo Marquez de Pombal.

O ramo dos Cunhas Azeredos, de Campos, ainda actualmente representado por familias consideradas e proprietarias de engenhos e fazendas, gloria-se, a seu turno, de rivalisar com seus parentes de Marapicú, por contar entre seus membros um filho de Sebastião Rangel, José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco e de Elvas, e que deixou nomeada por seus escriptos e memorias scientificas, e revelou-se o mais adiantado economista portuguez do seculo XVIII.



Nascera em Campos, em 1742, seis annos antes do famoso alvoroço, que obrigou seu pai e familia a asyalar-se no Rio de Janeiro. Suas obras, dictadas pelo mais elevado patriotismo e resplendentes de erudição e talentos selectos, foram publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, e seus relevantes serviços como prelado em duas dioceses recommendaram-no á memoria dos Brasileiros e Portuguezes, como um dos prelados mais distinctos que possuio a Igreja catholica.

Lembrou-se Sebastião da Cunha do auxilio que podia seu parente João Pereira Ramos prestar em Lisboa aos moradores de Campos, maltrados e perseguidos pelo donatario das terras e pelo governador do Rio de Janeiro. O que não conseguira a revolução abortada de 1748 não poderia ser compensado legalmente pelo governo da metropole, logo que personagem importante do reino advogasse a causa dos afflictos e das victimas?

Resolveu Sebastião da Cunha partir para Lisboa, e solicitar perante o Marquez de Pombal, robustecido pela coadjuvação do desembargador João Pereira Ramos.

Afortunado foi em suas diligencias. Ouvio-o benevolmente o Marquez de Pombal, reconheceu as justas reclamações dos povos da donataria da Parahyba do Sul, obrigou o Visconde de Asseca a ceder á Corôa a donataria mediante a prestação annual de tres mil cruzados, e declarou-se por decreto de 1 de Junho de 1753 incorporada nos bens da Corôa e annexada á sua jurisdicção. Amnistiou todos os moradores compromettidos no alvoroço de 1748, trancando-se os processos existentes, e ordenou ao Ouvidor da villa do Espirito-Santo tomasse posse em nome de El-Rei das povoações e territorios da appellidada donataria da Parahyba do Sul, que ficava equiparada aos demais do\_

minios da Corôa, isentos da autoridade dos donatarios.

Nova vida raiou então para os habitantes e para as terras uberrimas de Campos, rasgando-se-lhes os horizontes com propicios futuros.

Desde que executaram-se as resoluções do governo de Lisboa extinguiram-se os odios e luctas, terminaram os disturbios, e iniciou-se um progresso material e moral, tão crescente e solido, que ao principiar o seculo xix havia a localidade adquirido riqueza agricola, desenvolvimento pastoril, adiantamentos industriaes, augmento de população, que a collocaram em curto espaço de tempo na primeira linha dos termos e comarcas que a avisinhavam. Destacada em 1833 do Espirito-Santo, reunida á provincia do Rio de Janeiro, e constituida comarca independente, vio-se em 1835 elevada a villa de S. Salvador á categoria de cidade, com o titulo de Campos de Goytacazes, que conserva obliterados os antigos de Capitania de S. Thomé e de Parahyba do Sul.

E mereceu todas as honrarias, porque a cidade e a comarca povoaram-se e nobilitaram-se com importantes familias; fundaram-se numerosas freguezias suburbanas, cultivaram-se os campos, desataram-se todos os elementos de riqueza e prosperidade. Possui uma casa de misericordia e lycêos litterarios, edificios notaveis e população sempre e fortemente progressiva. Propagou-se a civilisação, e forma Campos, em nossos dias, a primeira e mais consideravel cidade e comarca do Estado do Rio de Janeiro, qualquer que seja o ponto de vista em que se procure apreciar-a.



## XIII

### O RIO AMAZONAS, SEU DESCOBRIMENTO OCCUPAÇÃO E POVOAÇÃO

Coube a um dos mais arrojados aventureiros de Hespanha a fortuna de avistar, primeiro que nenhum outro Europeo, tanto as costas de Brazil, como as bocas do magestoso rio Amazonas.

Chamava-se Vicente Yannes Pinzon, e pertencia a uma familia de maritimos residente em Palos, porto fundado á margem do rio Tinto, entre Cadiz e os Algarves, localidade importante então pelo seu commercio, hoje arruinada, deserta, desdenhada, e apenas conhecida pelas reminiscencias historicas da primeira viagem emprehendida em 1492 por Christovam Colombo em procura das Indias.

Os irmãos Martinho e Vicente Pinzon coadjuvaram poderosamente o descobridor da America, quer ministrando-lhe dinheiro para aquisição de uma caravella, quer associando-se á sua empreza, já enfim acompanhando-o e servindo-o nas peripecias da sua peregrinação temeraria e na posse das illhas, que se encontraram no golfo appelli-

dado das Antilhas, e que por muitos annos consideraram-se partes da Asia, desmembradas da China e do Japão.

Desgostosos, porém, dos procedimentos de Colombo, abandonaram-no e recolheram-se os Pinzons ao seio da patria. Colombo incitára, com seus descobrimentos, ambições dos Castelhanos.

Anciavam muitos aventureiros apossar-se, a seu exemplo, de terras novas e desconhecidas, penetrar nas magestosas Indias e enriquecer-se com suas apregoadas opulencias.

Manifestavam-se igualmente não poucos seus adversarios, porque o desgosto e inveja germinam e fortificam em almas pequeninas, e não se pouparam ao heroe genovez perseguições e dissabores, que lhe amarguraram os dias e anniquilaram-lhe as forças do corpo e da intelligencia.

Um dos que maior opposição promoviam contra Colombo, foi o Bispo Fonseca. Collocado á frente da repartição fundada pelos reis Fernando e Izabel, para tomar contas aos navegantes que trilhavam os mares e affrontavam perigos maritimos, animou Pinzon a procurar tambem conquistas e seguir os passos de Colombo.

Conseguiu Fonseca que em 1499 fosse concedida carta patente régia a Vincente Pinzon, afim de armar navios, descobrir terras, exploral-as e governal-as, com a condição, todavia, de não offender as que se incluíssem na alçada e autoridade reservadas a Colombo em cédulas régias. Nas costas do Pariá não havia Colombo encontrado perolas durante a terceira viagem que effectuára, e não conseguiria Pinzon venturas e gloria idênticas ás suas?

Associou-se Vicente Pinzon com alguns amigos. Equipou quatro caravellas, munio-as de marinheiros ousados, e de habeis pilotos que já tinham navegado sob o com-



mando de Colombo, e fez-se de vela partindo de Palos no mez de Dezembro, rumando para o sudoeste, em direitura ao golfo do Pariá, que fechava pelo sul o mar das Antilhas, e que pelos boatos espalhados devia encerrar thesouros compensadores de todos os sacrificios.

Mais de setecentas leguas teriam os mareantes atravessado, quando as calmarias e correntes de aguas os empurraram para o sul, de modo que achavam-se, segundo seus calculos astronomicos, além da linha equinoxial e em distancia notavel das localidades a que se destinavam.

Correndo então para o noroeste, divisaram terra no termo de alguns dias e trataram de reconhecê-la. Tem-se quasi geralmente referido nas chronicas e historias que fôra o cabo hoje denominado Santo Agostinho, que mostrára-se aos olhos dos navegantes. Examinadas, porém, cuidadosamente as cartas geographicas e as derrotas dos mareantes, parece que se não haviam arredado tanto da linha equinoxial, e que o cabo que Pinzon denominára então *Consolação*, e por elle avistado, seria provavelmente o que chama-se hoje do Norte, á foz septentrional do rio Amazonas.

Sobrevindo a noite, reluziram fogos em terra, que indicavam ser habitada. Ao amanhecer, desembarcou Pinzon com quarenta homens sufficientemente armados e decididos a combater, quando necessario. Appareceram-lhe hordas numerosas de gentios nus, manobrando arcos e flechas, e revelando hostis disposições. Do renhido combate que travou-se resultaram mortes reciprocas, e a retirada de Pinzon para seus navios, sem que tivesse conseguido desembarcar.

Estava pouco mais ou menos, segundo seus calculos, sob a linha equinoxial.

Surpreendeu-o, no emtanto, inesperado e temeroso phenomeno. Em distancia notavel da terra, eram doces e não salgadas as aguas. Desataram-se, logo depois, as ondas, e pareceram crescer em altura, estrondar horrorosamente, e pretender sumir em seu seio alvorotado as caravellas, quando, todavia, nenhum sopro de vento as alvorotava.

Procedia o facto das variações das marés, contrariando-se as aguas do mar e as de algum rio, e que se abalroavam mutualmente, e produziam o que no paiz se appellida Pororóca.

De certo um rio alli desaguava, e suas correntes assoberbavam as ondas do mar, e repelliam-nas para longe, entranhando-se, entreabrindo o oceano, e occupando consideravel espaço.

Percebeu Pinzon que tinha diante de si um rio largo e poderoso, cujas margens se não descobriam e que com sua possante correnteza abria caminho e esteira vasta, e levantava turbilhões desesperados como produzidos por tempestades.

Era o solo do Brazil que tinha Pinzon divisado no dia 28 de Janeiro de 1500 : era o rio denominado posteriormente Amazonas, que se mostrava a seus olhos.

Com difficuldades inauditas salvou-se Pinzon d'aquelle medonho tremulhar de vagas alterosas, e conseguiu singrar para o norte. Bem que desembarcasse em uma outra localidade e declarasse a terra pertencer á Hespanha, seguiu prestes para a costa do Pariá, alvo principal dos seus desejos.

Pedro Alves Cabral, que velejava, no emtanto, para as verdadeiras Indias da Asia, visitadas já por Vasco da Gama, foi o segundo a encontrar o sólo brasileiro, menos de tres mezes depois e no dia 22 de Abril de 1500 ; reputou-



se descobridor, porque, em nome da corôa portugueza, tomou d'elle posse effectiva, fixou-lhe marcos com as armas de seu rei. Travou relações amigaveis com os gentios Tupiniquins do Porto Seguro, ao sul da Bahía de Todos os Santos, lavrou e assignou termos para sustentação e garantia do seus direitos de conquista. Não cuidou Hespanha em disputar-lh'a em vista do tratado de Tordesilhas de 1493, pois que comprehendia-se o sólo na linha demarcada para os reis de Portugal.

Não se descuidaram os portuguezes de explorar as costas, e de afugentar navegantes estrangeiros que tentaram invadil-as posteriormente, entrelaçando-se tambem com os indigenas. Da parte septentrional, porém, que comprehendia o rio Amazonas e vista por Pinzon, como que se esqueceram, até que em 1540 uma prodigiosa aventura de temerarios castelhanos attrahio para ella a attenção do mundo.

Conquistára Francisco Pizarro o Perú, situado do lado opposto dos Andes, e virado para o Oceano Pacifico. Resolvido a ganhar terras interiores que pensava depositos de minas de ouro, e productivas de especiarias de canella, cravo e outros objectos aromaticos, muito apreciados na Europa, ordenou a seu irmão, Gonzalo Pizarro, que dobrasse as serras dos Andes para o Oriente, explorasse o solo e firmasse marco do dominio.

Gonzalo Pizarro partio de Quito, hoje capital da republica do Equador, commandando expedição consideravel de castelhanos e gentios domados. Encontrou um rio denominado Napo, seguiu-lhe as margens, e para melhor explorar o sólo, aprestou por fim uma tósca embarcação, que tripulou com cincoenta homens, confiou-a a um dos seus mais intrepididos cabos, Francisco Orellana, e mandou

que fossem descendo o rio, enquanto elle com a maior parte dos seus companheiros marchavam pela margem esquerda.

Perderam-se de vista a embarcação arrastada pela correnteza das aguas do rio e os aventureiros que seguiam por terra. Chegou Orellana á embocadura do Napo com outro rio mais caudaloso. Em vez, porém, de deter-se, e esperar seu chefe como haviam combinado, preferio Orellana entregar-se á sorte, acompanhar o curso das aguas e abandonar Pizarro.

Assombrosa viagem a de Orellana! Mais de sete mezes gastou antes que chegasse ao oceano Atlantico em Agosto de 1541, e mais de mil leguas percorreu pelo soberbo rio antes de deixar suas aguas. Costeando depois as terras do norte singrou para o golfo das Antilhas. Um navio que encontrou na ilha da Trindade servio para transportal-o á Hespanha.

O que Orellana referio em Hespanha, no tocante á sua viagem audaciosa, escorrega em legendas inverosimeis, em invenções fantasticas, em fabulas maravilhosas. Exaltou-se, todavia, Carlos V, que então reinava. Contava Orellana que avistára cidades de ouro, exercito de mulheres armadas e que o combateram e perseguiram com o mais decidido animo e ousadia. Procede da crença que fixou-se nos espiritos de todos o nome que deram os Hespanhoes ao rio, chamando-o Amazonas. Não appellidava assim a mythologia grega as imaginarias guerreiras da antiguidade? Obteve Orellana honrarias do monarcha e commissão para repetir suas investigações no assombroso rio.

Finou-se infelizmente no mar antes de desempenhar tão arriscado encargo, quando para o Amazonas navegava.

Em 1568, outro Hespanhol chamado Pedro Ursua pre-



tendeu seguir-lhe o exemplo, partindo igualmente do Perú. Logo, porém, ao principiar sua excursão e a descida do Amazonas, falleceu desastadamente assassinado por seus proprios companheiros.

Mais feliz que Ursua foram depois em 1627 dous missionarios franciscanos, Domingos de Brito e André de Toledo. Seguidos de pequeno numero de gentios e castelhanos, e enviados pelo vice-rei do Perú, para empregarem-se em catechisação dos selvagens, viram por estes trucidados a maior parte dos companheiros na junção do rio Amazonas com o Napo.

Escaparam, felizmente, os dous frades em uma canôa, com poucos que lhes restavam da expedição, navegaram muitos mezes, nutrindo-se de hervas, caça e peixe, e chegaram a uma povoação portugueza já fundada com o nome de Belém, de onde dirigiram-se para S. Luiz do Maranhão.

Governava então, em nome do rei de Hespanha, a capitania do Maranhão Jacomo Raymundo, que resolveu uma expedição, a primeira praticada pelos Portuguezes, e destinada a subir o rio e chegar a Quito.

Tratava-se de temerosas difficuldades e riscos por causa da força de suas correntes que cumpria vencer. Pedro Teixeira, sertanejo afamado, collocou-se á frente da expedição. Reunidos mil e duzentos gentios catechisados e setenta soldados portuguezes, embarcaram-se em quarenta e sete canôas de vóga. Acompanharam a expedição os dous missionarios hespanhoes e os soldados castelhanos que os haviam escoltado, escapos, como elles, das furias dos indigenas.

Não conhecemos documento que summarie as minudencias d'esta viagem de 1638, comprehendida de baixo para

cima. Alcançámos apenas noticia de que foi extremamente trabalhosa, que muitos gentios desanimados abandonaram a expedição, e que foi mister notavel energia e extraordinarias providencias de Pedro Teixeira para levantar os brios dos que esmoreciam em caminho e para coagil-os a perseverar na empresa.

Certo é que do Amazonas passou-se Teixeira para o Napo, que nasce perto de Quito, e que chegou á cidade hespanhola, alvo de suas diligencias, depois de um anno, despendido na excursão.

Acolhido com applausos e victoriado estrondosamente foi Pedro Teixeira em Quito. Sahiram-lhe ao encontro o cabido, o clero, as autoridades, no intuito de honral-o. De Lima mandou-o saudar o vice-rei Conde de Clinchon, e prestar-lhe soccorros efficazes. Nomeou para acompanhal-o, em sua volta ao Pará, dous jesuitas, o padre Christoval de Acuña e o padre André de Arhedo, e quatro religiosos da ordem das Mercês, e não poupou diligencias para tornar-lhe o regresso commodo, e conseguir esclarecimentos e plantas no tocante ás terras que atravessasse.

Pela primeira vez tinha-se enfim subido o rio. Pedro Teixeira regressou ao Pará, tendo levantado algumas plantas topographicas.

O jesuita Acuña escreveu igualmente uma memoria em que notou miudamente os acontecimentos e peripecias da navegação. São estes os primeiros documentos escriptos que se redigiram no tocante ás localidades e ás diversidades das nações indigenas que habitavam os territorios banhados pelo Amazonas e por alguns de seus tributarios e galhos mais consideraveis.

Permanecia então Portugal subjugado por Hespanha e



anexado ao reino dos Felippes, e, pois, nas melhores relações todas as colonias de um e outro estado.

Por esse tempo igualmente penetrou o capitão portuguez Pedro da Costa Favilla nas aguas do rio Negro e foi o primeiro em exploral-o, bem que superficialmente.

Restaurada a independencia de Portugal em 1640, cessaram por parte da Hespanha as explorações e exames do Amazonas e de seus affluentes.

D. João IV, aclamado rei, e devotado exclusivamente á nação portugueza que se emancipára contra as armas hespanholas, não dispunha de elementos e nem de tempo para adiantar-se por sua parte na posse dos territorios brasileiros.

O que não logravam, todavia, a força das armas e providencias do governo, conquistaram missionarios jesuitas que se foram espalhando pelo rio Tocantins, pela ilha de Marajó e pelo Amazonas, até a foz do rio Negro, catechizando e fundando aldêas de gentios que attrahiam ao gremio da sociedade.

Bem que vagarosas fructificavam as diligencias dos Portuguezes, e ao principiar o seculo xviii alguns esclarecimentos haviam-se conseguido por meio de catecheses, apoiadas em pequenas expedições militares, tinham-se fundado padastros e presidios que servissem de marcos de posses e estabelecido aldêas de gentios convertidos ao christianismo no correr dos annos de 1716 a 1741. Haviam-se igualmente encontrado vestigios de que já pelo rio Amazonas tinham os Hollandezes e Francezes occupado algumas localidades e explorado as margens septentrionaes do rio.

Propagavam-se no emtanto e eram mui acreditadas numerosas legendas e fabulas a respeito das tribus e raças

de gentios primitivos habitantes do Amazonas e seus afluentes, e bem assim das maravilhas das terras. Não satisfazia os espiritos anciosos de novidades o que os Hespanhoes haviam publicado, fiados nos ditos e declarações de Orellana. Prestavam tambem os Portuguezes ouvidos ás invenções de seus compatriotas, que por vezes se enredaram nos tortuosos canaes que forma o Amazonas nas suas margens inferiores, que pouco a pouco iam explorando os missionarios em bandeiras destinadas a captivar gentios; tomavam por sobrenaturaes phenomenos regulares que se descreviam, e que não podiam explicar por falta de noções scientificas, e acreditavam na existencia das Amazonas, em selvagens com os pés virados para traz, em animaes e reptis desconhecidos e horrorosos, e em outras ficções burlescas espalhadas, que aterrorisavam os animos mais destemidos.

Uma viagem realizou no emtanto o sabio francez Condamine, durante o anno de 1742, e que apenas publicada em Pariz, deu brados em Portugal e provocou toda a attenção do seu governo para cuidar de suas possessões do interior banhadas pelo Amazonas, e que se pintavam superiores em opulencia e riqueza a quantas se conheciam no mundo, e que pareciam predestinadas ao futuro mais auspicioso.

Incumbira a Academia de França, em 1733, a varios de seus membros investigações scientificas na America. Condamine, naturalista distincto e geographo de fama, partira em commissão para o Perú, resolvido a estudar os districtos de Quito, Papayna e Lima, investigar os rios Orenoque e Amazonas, e examinar os territorios das Goyanas. Conseguiu Condamine, em presença das cartas irregulares e incompletas de Pedro Teixeira, e dos escriptos do jesuita



Acuña, descer o Amazonas, que no seu curso superior conservava o nome de Maranhão, e no intermediario o de Solimões.

Partira de Zaruna, de cujas alturas sobre as serras descortina-se o porto de Tumbes, primeira povoação que no Perú Francisco Pizarro estabelecera. Embarcára-se com sua comitiva no Maranhão, já engrossado com as aguas dos rios Chachepurús e Clinchipé, que se não prestavam ainda á navegação por causa dos saltos e catadupas que lhes pertubavam o curso.

Era de voga a canôa que o transportava acompanhada de balsas tripoladas por gentios e começara a viagem na aldeia de Jaen. Deixou-se arrastar pela correnteza das aguas, calculando astronomicamente, redigindo mappas, estudando as florestas e relacionando-se com tribus mansas de gentios. Atravessou a provincia denominada Mazeras, ouviu tradições dos indigenas Omagas, reconheceu algumas localidades, indagou os costumes, usos e raças dos primitivos habitantes, tomou notas a respeito do Maguala, Muiale e de outros tributarios do grande rio, examinou os productos do sólo, que lhe pareceram admiraveis, avistou o Napo, o Putumayo e o Japurá e depois de visitar numerosissimas ilhas que o esmaltam chegou á foz do rio Negro, onde hospedou-se em um presidio edificado já pelos Portuguezes.

Proseguindo em sua peregrinação, notou a infinidade de ribeiros e rios caudalosos, entre os quaes sobresaem o Madeira, o Tapajós, o Trombeta, o Xingú, o Purús e o Javary. Introduzio-se pelo braço ou canal formado pelo Amazonas e conhecido pelo nome de Tagipurú, que se encontra com o Tocantins, e toma d'ahi em diante o nome de Pará, e cujos cursos reunidos ao do Amazonas fecham ilha de Marajó, e chegou a Belém, povoação edificada

pelos Portuguezes. D'ahi transferio-se para Cayenna, conquista franceza no Oceano Atlantico.

As interessantissimas noticias divulgadas pelo livro de Condamine, e principalmente o opusculo francez então igualmente dado aos prelos narrando *Aventuras de Madame Godin*, consorte de um seus mais illustrados companheiros, exaltaram os animos.

Madame Godin partira de Quito, no proposito de descer o Amazonas igualmente, e juntar-se ao marido que se achava em Cayenna. Escapára unica de uma caravana temeraria, depois de ter presenciado a morte dos filhos e companheiros, que á fome pereceram nos sertões inhospitos e margens bravias do rio. Sua coragem e resignação, sua marcha audaciosa pelos desertos, o auxilio que encontrou entre os gentios e o encontro feliz de missionarios portuguezes, salvaram-na no meio de tão aterradores desertos. Recollida á povoação nascente do rio Negro, encontrou conducção portugueza para Belém e tranquillamente acabou seus dias de vida em França, para onde de Cayenna se transferira.

Desde então, com mais zelo e fervor cuidou o governo portuguez, dirigido pelo Marquez de Pombal, de investigar e explorar os rios, e estabelecer fortes que garantissem sua posse.

Não se sabia de onde procedia o grande rio denominado Amazonas. Tantos e tão importantes são seus galhos ao Norte e ao Sul, que todos poderiam disputar preferencias, e suscitar duvidas e controversias.

Actualmente correm ainda opiniões contrarias, por ignorar-se, no meio de tantos cursos de aguas maiores ou menores, em extensão e profundidade, qual sua verdadeira origem.



Os Peruanos de Lima affirmavam que parte do lago Lauricoea, entre as montanhas do Guanaco. Os de Pepayan tomavam o Japurá por seu primitivo berço. Trazem-no outros do rio Coca, que forma o Guamaná e o Pulca. Não falta quem o faça rebentar do Arequipa, do Ucayale, do lago Titicaca, e alguns até das Goyanas pelo rio Branco, tributario do rio Negro.

Como quer que seja, certo é que a maior parte do seu curso, e todas as suas aguas inferiores, pertencem exclusivamente ao Brazil, pois que alguns dos seus mais poderosos mananciaes nascem dentro de suas terras. Descem sómente as aguas superiores das Goyanas, Venezuela, Columbia, Equador, Perú e Bolivia.

Como se não deviam assombrar todos os seus exploradores diante da magestosa natureza d'aquelles invios desertos, onde a grandeza colossal das arvores, a espessura das florestas, a quantidade de animaes bravos, o numero de aves desconhecidas, cujos chilraes por vezes harmonicos atroavam a atmospherá, a variedade infinita da flóra, o perfume das plantas aromaticas que ostentam maravilhas, e quadram perfeitamente com o espectaculo do rio immenso! Como divisando peixes extraordinarios, alguns dotados de força electrica, copia espantosa de tartarugas, reptis e monstros desconhecidos, viam-no arremetter o oceano, levar-lhe de vencida as ondas altanadas, e formar no meio d'ellas como um canal possante até longinqua distancia! Como se não apavorarem aos estrepitosos roncões, que escapavam do encontro dos dous gigantes, que se combatiam com furor e desespero — o mar e o rio portentoso! Como não extasiarem-se diante de tantas ilhas, semeadas prodigiosamente pelo seu leito, cobertas de vegetação extraordinaria!

Não ha negar que, no seculo xviii e desde o governo

do Marquez de Pombal, realizaram-se importantes explorações, e rectificaram-se muitos dos erros propalados não só relativos ao curso do Amazonas e dos seus affluentes, como no tocante ás hordas de gentios que as possuíam e habitavam. Conseguiram os Portuguezes, embrenhando-se pelas terras, firmar parte das fronteiras com seus vizinhos, e reconhecer igualmente que engrossam-lhe as aguas, riberros e lagos proximos ás serranias, de onde nascem e correm para o sul os ribeirinhos superiores do Rio da Prata. Já na ultima metade do seculo 17 deixára o Padre Antonio Vieira admiraveis descripções das margens inferiores do Tocantins, e da ilha de Marajó, e das tribus indigenas dos Mangabas, e outras gentilicas.

João Gonçalves da Fonseca que subio pelo Madeira e penetrou na provincia brazileira de Matto-Grosso, redigio uma circunstanciada e substanciosa relação de sua viagem, que a Academia Real de Sciencias de Lisboa publicou nos ultimos annos do seculo passado. Pelo mesmo tempo, foram explorados escriptosamente os rios Negro e Branco, do norte, seus tributarios e o ultimo que desce do lago Pirama, em visinhanças com o Esquabe, rio que desagua no Atlantico um pouco ao norte das Goyanas.

O desembargador Francisco José Ribeiro de Sampaio, o coronel Manuel da Gama, João Soares de Carvalho e o major Francisco Nunes deram tambem aos prelos memorias que contêm não só interesse pela narrativa dos successos e perigos que supportaram como pelas noticias consideraveis respeitantes ás sciencias.

O padre José Monteiro de Noronha escreveu o roteiro de Belém aos limites portuguezes do rio Negro, mencionando os fortes e presidios que se foram estabelecendo.

Mais que nenhum outro viajante do seculo xviii attráe-



nos, todavia, a attenção o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, reputado illustradissimo em sciencias mathematicas e naturaes, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e encarregado de estudar o interior do Brazil, durante o reinado de D. Maria I.

Nascido na Bahia de Todos os Santos, durante nove a dez annos, ao findar o seculo xviii, permaneceu em investigações da ilha de Marajó e dos rios Negro e Branco, e depois, subindo pelo Madeira, abriu caminho para a provincia brazileira de Matto-Grosso, captando-nos a attenção com as descripções dos seus affluentes numerosos, e de plantas mineraes descobertas, enquanto que outros Portuguezes avassallavam o Tocantins para communicar o Araguaya e outros seus tributarios á cidade de Belém.

Regressado a Lisboa, apresentou Alexandre Rodrigues Ferreira memorias importantes, que se remetteram para os archivos da Academia Real das Sciencias, mas que infelizmente não foram dadas ao prélo. Conservam-se quasi todas ainda ineditas. Deparam-se, no emtanto, n'ellas, segundo o affirmaram em opusculos varios dos socios da Academia, importantes noticias geographicas, topographicas e scientificas. Versam particularmente sobre botanica e geologia. Mencionam plantas numerosas, produções extraordinarias, e animaes e passaros differentes; não olvidou noticias acerca dos gentios, seus ritos e costumes. Serviram muito aos investigadores posteros para se guiarem em suas excursões, visto como franqueava-lhes a Academia os manuscriptos de tão notavel viajante, guardados em suas arcas.

Quanto sobresáe igualmente das memorias do coronel Manuel da Gama, José Soares de Carvalho, major Francisco Nunes, Osculati, Gibbon, Herndou, Smith, Wawe, Valdez

e Palacios, Spix e Martins e de outros ousados exploradores que mais felizes que Alexandre Ferreira confiaram aos prêlos suas obras, lidas geralmente, quando as do mestre jazem sem a publicidade da imprensa!

Extasiavam e embriagavam as narrativas dos escriptores, e o governo portuguez não desprezava occasião, que se lhe proporcionava, para aprestar expedições que explorassem os territorios, enterrassem padrões de dominios, e fundassem aqui e alli, nos sertões immensuraveis, presidios para garantia de seu direito de posse e propriedade.

Infelizmente, acanhados eram os recursos da metropole e não conseguia-se lograr o conhecimento cabal dos thesouros sepultados no seio de uma terra virgem, e nem aproveitar cursos naturaes de aguas, que tão faceis abriam as communicações, e convidavam o mundo a exploral-as.

Ao principiar o seculo xix evadiram-se de Lisboa a rainha, o regente, a familia dynastica, a nobreza, e numerozo sequito de negociantes e banqueiros opulentos, assustados da invasão de Napoleão I, em terras de Portugal. Convertera-se o Brazil em metropole, e o Rio de Janeiro em capital e séde da monarchia portugueza.

Em 1822 destacava-se o Brazil de Portugal e proclamava-se imperio independente.

Lentamente desenvolvia-se, no emtanto, o descobrimento dos territorios banhados pelo Amazonas.

Cuidados superiores arrastaram o Governo Imperial para differentes assumptos, até que durante o ministerio de 1850, tentativas americanas, suscitadas pelo afamado geographo Maury, provocaram a attenção dos estadistas para o fim de abrir-se e regulamentar-se a navegação do magestoso rio, rasgar-se nova vida a seus territorios e habitantes, locupletar-se o Imperio com a magnificencia dos seus pro-



ductos, e salvar-se principalmente de invasões estranhas em regiões tão importantes.

O ministerio brasileiro de 1848 a 1852 compunha-se de verdadeiras notabilidades. Cada um membro do conselho imperial podia-se considerar chefe de gabinete e estadista consummado. Organizou-o, em 29 de Setembro, o Marquez de Monte-Alegre, varão distinctissimo na politica. Occupou a pasta de finanças o Visconde de Itaborahy, a da justiça Eusebio de Queiroz, a da guerra Manuel Felisardo, a da marinha o Marquez de Muritiba. Nos primeiros mezes servio na de negocios exteriores o Marquez de Olinda, que a cedeu muito pouco tempo depois ao Visconde do Uruguay.

Depois de pacificar o imperio, esmagando a revolta de Pernambuco, e extinguir de uma vez para sempre a importação de escravos africanos; depois de reorganisar a instrução publica e as finanças deterioradas; depois de fundar uma politica de interesses materiaes no tocante a estradas e emigração, promulgou o ministerio o codigo commercial, reformou parte da legislação criminal, civil e administrativa, garantio a independencia da magistratura, melhorou o exercito e a marinha, assignou tratados de limites com o Perú, Equador, Columbia e Venezuela, relacionou-se com Carlos Lopes, dictador do Paraguay, auxiliou as provincias de Entre-Rios e Corrientes e o Estado Oriental contra Juan Manuel Rosas, e conseguiu derrubar-o da autoridade suprema em Buenos-Ayres; e coadjuvou em Montevideo o estabelecimento de um governo regular, livre e progressivo, para felicidade dos seus povos, e para segurança e paz dos visinhos e do proprio territorio brasileiro.

Não esqueceu-se de cuidar da extrema provincia do imperio, destacou do Pará o centro do Amazonas e seus

tributarios. Creou alli uma nova provincia com vida propria e recursos avantajados ; subvencionou uma Companhia nacional de navios a vapor destinada a devassar suas aguas, fomentar sua agricultura e dilatar seu commercio.

Novos horizontes de prosperidade adquiriram desde então as provincias do Pará e do Amazonas com o impulso que lhes foi proveitosamente prestado.

Como se adiantára a sciencia desde Teixeira, Acuña e Condamine, desde as cartas interessantes do famoso jesuita Antonio Vieira que catechizou nas margens do Amazonas e do Tocantins, desde as plantas levantadas por Almeida Serra, desde as narrativas elegantes do bispo D. Caetano Brandão, desde as investigações de Alexandre Ferreira e dos exploradores estrangeiros!

Abriram-se novas atmosferas e o commercio e a industria foram-se aproveitando do esplendido e do uberimo sólo e das vias fluviaes, que facilitavam tanto as navegações e lhes auspiciavam o mais afortunado futuro.

Desde essa época o Pará e o Amazonas galopam em progressos moraes e materiaes, em povoação e cultura, em industria e commercio, em riqueza e opulencia!

Como o cedro altanado e robusto, esgalha-se o Amazonas em immensos e possantes rios, e offerece curso facil e commodo, cada dia mais conhecido e mais proveitoso atravez de mil leguas de extensão em seu tronco principal, e outras tantas senão mais em seus estendidos braços, que parecem pretender attrahir a seu seio as communicações de todas as republicas de origem hespanhola que o rodeiam. Quem lançar os olhos sobre a carta geographica da America Meridional deve extasiar-se, notando que a pouca distancia entre si, e separadas por uma pequena



cordilheira, brotam as aguas que alimentam e formam os grandes rios Amazonas e Prata.

Relativamente ao Amazonas o Hualaga, que chega quasi a Pasco no Perú, o Ucayali que vem das proximidades do Cusco por caminhos diversos, o Javary, o Jutahi, o Juruá, o Tefé, o Coari, o Purús, o Madeira, que se interna na Bolivia pelos braços Mamoré e Uby, e na provincia brasileira de Matto-Grosso pelo Guaporé; o Tapajós, o Xingú, o Tocantins, que absorve no seu curso o pittoresco Araguaia; por outro lado o Morona, o Pastaza, o Tigre, o magnifico Napo, que nasce nas proximidades de Quito, o Jupurá, o Putumayo e o vasto Rio-Negro que recebe no seu seio o rio Branco, e toca nas nascenças do Orenoque pelo passo Essiquiare; e mais abaixo o Trombetas e outros não menos importantes, principaes tributarios do Amazonas, espraíam-se sorrindo pelo norte e pelo sul e como que ligam o oceano Pacifico ao Atlantico.

Mesmo quando em varios pontos se precipitam em cascatas e quedas immensas que tornam difficil uma regular navegação, offerecem todavia e já vasto e desassombrado espaço para embarcações a vapor, que tendem a prestar nova vida e existencia a terras tão prodigamente enriquecidas pela natureza.

E o rio gigante, é o rei dos rios do universo.

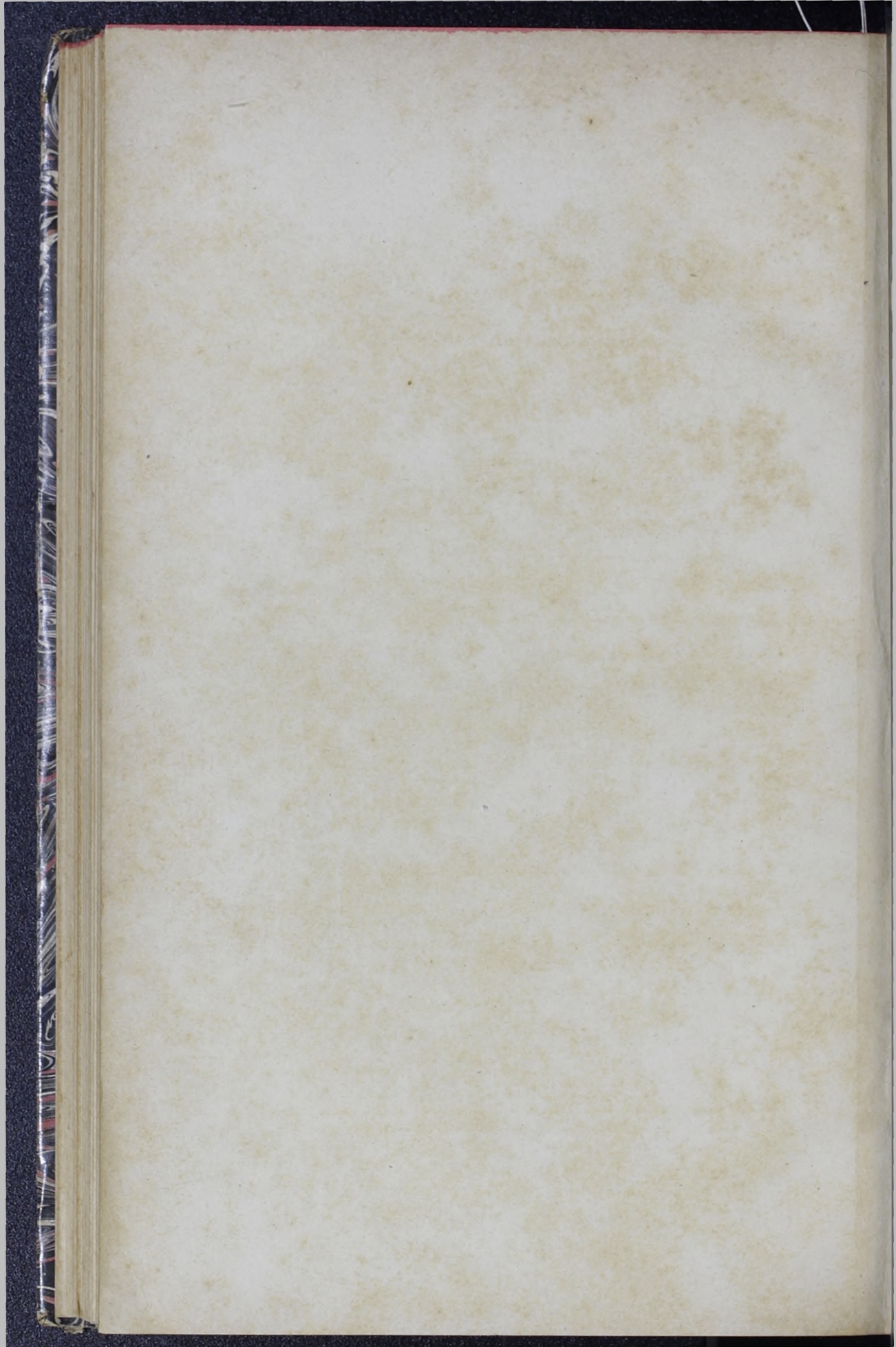
Constitue a joia mais preciosa com que a Providencia Divina mimoseou o Brazil.

FIM

Lido  
V. Bessera

1979







## INDICE

---

PROLOGO. . . . .	VI
I. Martim Affonso de Souza. . . . .	1
II. Fundação da cidade do Rio de Janeiro . . . . .	22
III. Tentativa de colonisação franceza no Maranhão. . . . .	41
IV. Amador Bueno . . . . .	59
V. André Vidal de Negreiros . . . . .	77
VI. Manuel Bequimão . . . . .	103
VII. A Guerra dos mascates em Pernambuco . . . . .	125
VIII. A Guerra dos emboabas em Minas . . . . .	143
IX. Duclerc no Rio de Janeiro . . . . .	168
X. Duguay-Trouin . . . . .	180
XI. A sedição de 1720 em Minas Geraes. . . . .	198
XII. Os alvoretos em Campos de Goytacazes. . . . .	217
XIII. O Rio Amazonas, seu descobrimento, occupação e povoação . . . . .	235

